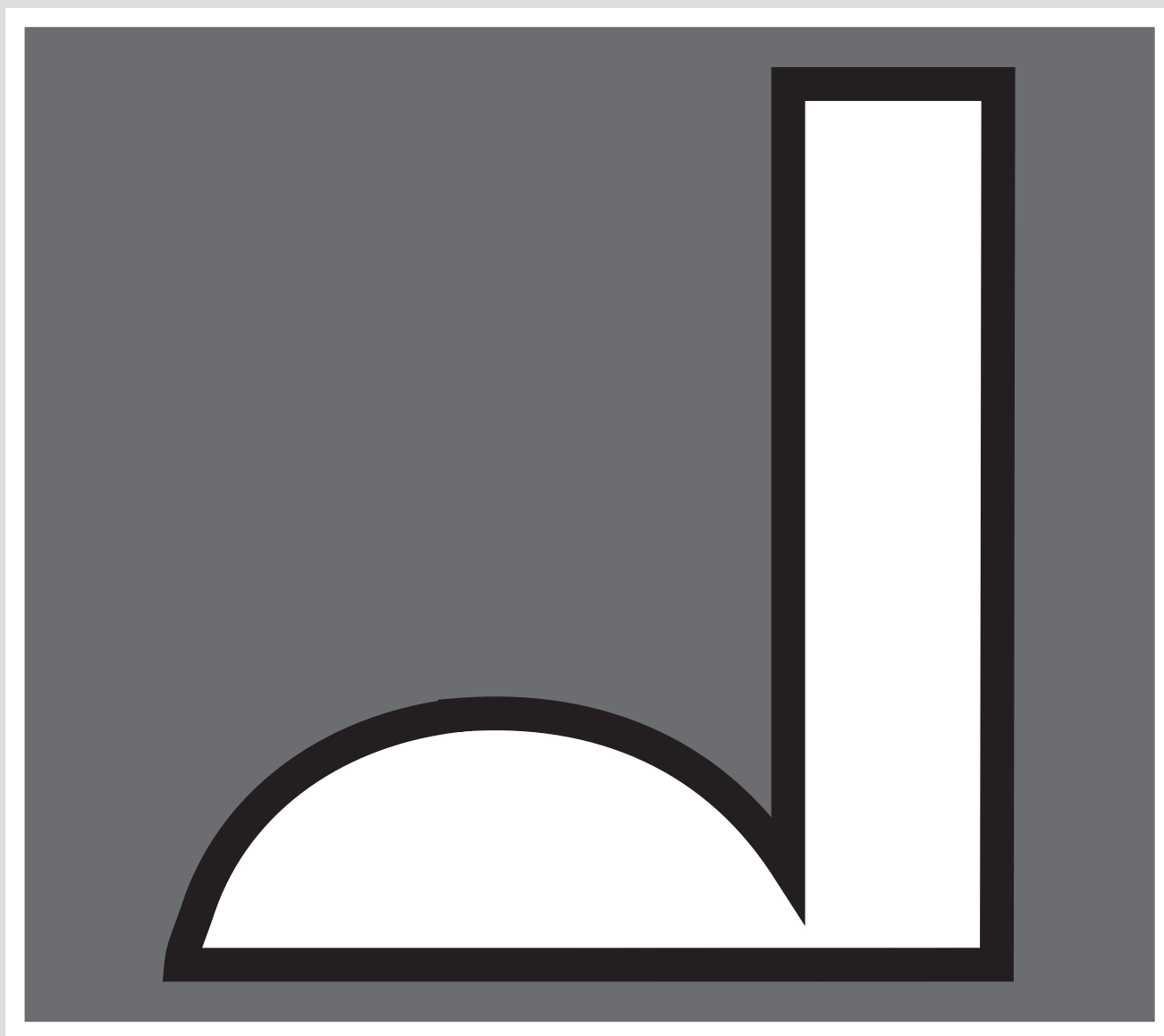




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 064 - TERÇA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 20 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Pedro Gim Argello

EXPEDIENTE	
Agaciêl da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 73ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE MAIO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Realização de sessão especial, amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar os 120 anos da abolição da escravatura, de acordo com os Requerimentos nº 48 e 376, de 2008, dos Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores. 13654

Recebimento do Ofício nº 221/2008, do Presidente da Câmara Municipal de Caicó-RN, encaminhando manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008. 13654

Recebimento do Ofício nº 411/2008, do Presidente da Câmara Municipal de Assis-SP, encaminhando manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2008. 13654

Recebimento dos Ofícios nºs 29/2008, do Presidente da Câmara Municipal de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul; 377/2008, do Presidente da União dos Legislativos da Fronteira Oeste; e 1.027/2008, da Federação Nacional de Hotéis Restaurantes, Bares e Similares, encaminhando manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008. 13654

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 8 de maio de 2008 e publicação em 9 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 426, de 2008, que altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. 13654

1.2.2 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 130/2008, 8 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, (nº 4.089/98, naquela Casa), foi sancionado e convertido na Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008. 13655

1.2.3 – Aviso

Nº 13, de 2008-CN (nº 41/BCB-Presi, na origem, do Presidente do Banco Central do Brasil), encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º trimestre de 2008. 13655

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que acrescenta o parágrafo 6º no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas da educação básica. 13656

Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que insere parágrafo 3º no art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena. 13656

1.2.5 – Ofício

Nº 54/2008, de 12 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio do Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de inquérito criada com a finalidade de investigar o uso dos Cartões Corporativos.. 13657

1.2.6 – Discurso do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Homenagem ao brilhante trabalho que os veículos de comunicação do Senado Federal – TV, Rádio e Jornal – estão realizando sobre os 120 anos da Assinatura da Lei Áurea. Homenagem pelo transcurso, em 24 de abril, do Dia Internacional do Jovem Trabalhador. Destaque para a importância do Fundep. Análise da situação dos jovens no Brasil e no mundo e a importância de investir-se cada vez mais em educação. 13657

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 573, de 2008, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Papaléo Paes, solicitando voto de aplauso aos veículos de comunicação do Senado Federal – TV, Rádio e Jornal – pelas belas matérias relacionadas aos 120 anos da assinatura da Lei Áurea. 13682

Nº 574, de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no Estado de Mato Grosso, no período de 14 a 16 de maio corrente*..... 13682

Nº 575, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no Estado de Mato Grosso, no dia 15 de maio corrente*..... 13682

Nº 576, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro-Agrônomo Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes*..... 13683

Nº 577, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso pelo transcurso do 35º aniversário de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA*..... 13683

Nº 578, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da pesquisadora brasileira Edith Susana Elisabeth Fanta*..... 13684

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MARCO MACIEL – Homenagem à memória do ex-Senador Arthur da Távola, falecido no último dia 9 de maio. Leitura de publicação de autoria do jornalista Luiz Paulo Horta, do **O Globo**, a respeito do papel do ex-Senador Arthur da Távola na difusão da chamada música erudita. Necessidade de rever a questão das medidas provisórias, inclusive abolindo-as do texto constitucional. 13685

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Citação de diversas matérias publicadas pela imprensa com críticas a posicionamentos adotados pelo Presidente Lula..... 13688

SENADOR PAPALÉO PAES – Críticas a incoerência do governo federal por assumir posições contraditórias às que defendia quando estava na oposição..... 13719

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nºs 579, de 2008, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Romero Jucá, e 580, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Artur da Távola. Usam da palavra os Senadores Arthur Virgílio, Pedro Simon, Alvaro Dias*..... 13720

Nº 581, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de Sessão Solene Especial do Senado Federal, destinada a homenagear a memória do intelectual e ex-Senador Artur da Távola*..... 13725

Nº 582, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Artur da Távola*..... 13725

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Justificativas pela ausência de S. Exa. dos trabalhos da Casa, na última semana. Enaltece a revista **IstoÉ** pelo esforço de oferecer uma coletânea de gramática em fascículos. Defesa de restrições à propaganda de bebidas alcoólicas nas emissoras de televisão e rádio..... 13726

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Associação ao pesar pelo falecimento do ex-Senador Artur da Távola. Os prejuízos causados pelas enchentes no Rio Grande do Norte e questionamento sobre a liberação de recursos ao Estado pelo Governo Federal. Elogios ao **Jornal do Senado**, pelo brilhante trabalho sobre a História da Abolição da Escravidão. 13729

SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Saudação à conquista do grau de investimentos pelo Brasil, poderando que a conquista se deve, também, aos dois presidentes que o antecederam. Considerações sobre o PAC. 13731

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Críticas a tentativa do Governo em intimidar a oposição com a ameaça de publicação de dossiês. Apelo para agilização da votação na Câmara do projeto que concede aos beneficiários da Previdência Social reajuste idêntico ao do salário mínimo. 13737

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Associação ao voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Artur da Távola. Apoio à convocação do ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil, José Aparecido Nunes Pires, e de André Eduardo da Silva Fernandes, assessor de Alvaro Dias, para prestar depoimento à CPMI dos Cartões Corporativos..... 13740

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Manifestação sobre as declarações do General Luiz Gonzaga Schroeder sobre a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas. Comentários sobre o depoimento da Ministra Dilma Rousseff no Senado, na semana passada. Considerações sobre matéria do jornal **A Crítica**, de Manaus, sobre a ausência governamental e o esquecimento das populações daquele Estado. 13741

SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao PAC. 13755

SENADOR GILBERTO GOELLNER – Elogios ao Decreto que instituiu o Programa de Regularização Ambiental e Agrária nos Municípios do Estado de Mato Grosso, denominado Mato Grosso Legal. 13758

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 13, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 13760

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 909 a 912, e 927 de 2008. 13773

SENADO FEDERAL

- 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 53ª LEGISLATURA
- 4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
- 5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

- 10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
- 12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
- 13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 73ª Sessão Não Deliberativa, em 12 de maio de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho,
Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, com a palavra V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero me inscrever para uma breve comunicação assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às dez horas, destinada a comemorar os 120 anos da Abolição da Escravatura, de acordo com os **Requerimentos nºs 48 e 376, de 2008**, dos Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores.

Lembro ainda que usarão da palavra os líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 221/2008**, do Presidente da Câmara Municipal de Caicó-RN, encaminhando manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que se encontra na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 411/2008**, do Presidente da Câmara Municipal de Assis-SP, encaminhando manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2008.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que se encontra na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008, das seguintes entidades:

- **Ofício nº 29/2008**, do Presidente da Câmara Municipal de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Ofício nº 377/2008**, do Presidente da União dos Legislativos da Fronteira Oeste; e
- **Ofício nº 1.027/2008**, da Federação Nacional de Hotéis Restaurantes, Bares e Similares.

Os expedientes serão juntados ao processado da referida matéria, que se encontra na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Senhor Presidente da República adotou, em 8 de maio de 2008, e publicou no dia 9 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória **nº 426, de 2008**, que “Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal”.

Nos termos dos §§ 2º e 7º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

José Agripino (DEM)	Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	Raimundo Colombo (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	Marisa Serrano (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	Inácio Arruda (PCdoB)
João Ribeiro (PR)	Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	Francisco Dornelles (PP)

PMDB (Maioria)

Valdir Raupp	Almeida Lima
Wellington Salgado de Oliveira	Leomar Quintanilha
Valter Pereira	Neuto de Conto

PTB

Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
--------------------	-----------------

PDT

Jefferson Péres	Osmar Dias
-----------------	------------

*** PSOL**

José Nery	
-----------	--

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Deputados**Titulares****Suplentes****Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)**

Henrique Eduardo Alves-PMDB	Carlos Willian-PTC
Maurício Rands-PT	Vinícius Carvalho-PTdoB
Mário Negromonte-PP	Edinho Bez-PMDB
Luciano Castro-PR	Beto Faro-PT
Jovair Arantes-PTB	Benedito de Lira-PP
Hugo Leal-PSC	José Carlos Araújo-PR

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal-PSDB	Ronaldo Caiado-DEM
Antonio Carlos Magalhães Neto-DEM	Arnaldo Jardim-PPS
Fernando Coruja-PPS	Bruno Rodrigues-PSDB
Bruno Araújo-PSDB	José Carlos Aleluia-DEM

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Renildo Calheiros-PCdoB	Rodrigo Rollemberg-PSB
Márcio França-PSB	Vieira da Cunha-PDT

***PHS**

Miguel Martini	
----------------	--

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 9-5-2008
- Designação da Comissão: 12-5-2008(SF)
- Instalação da Comissão: 13-5-2008
- Emendas: até 15-5-2008 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 9-5-2008 a 22-5-2008(14º dia)
- Remessa do processo à CD: 22-5-2008
- Prazo na CD: de 23-5-2008 a 5-6-2008 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 5-6-2008

– Prazo no SF: de 6-6-2008 a 19-6-2008 (42º dia)

- Se modificado, devolução à CD: 19-6-2008
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 20-6-2008 a 22-6-2008 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 23-6-2008 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 7-7-2008

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 130 /08/PS-GSE

Brasília, 08 de maio de 2008

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 4.089, de 1998 (nº 39/02 no Senado Federal), o qual “Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o surgimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

- Aviso nº 13, de 2008 – CN (nº 41/BCB-Presi, na origem, do Presidente do Banco Central do Brasil), encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º trimestre de 2008, conforme determina o art. 118 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008).

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2008

Acrescenta o parágrafo 6º no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas da educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta o parágrafo 6º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas da educação básica:

“Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

.....
.....
§ 6º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por no mínimo duas horas mensais.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A arte deve ser parte fundamental do processo educacional nas escolas. A ausência de arte na escola, além de reduzir a formação dos alunos, impede que eles, na vida adulta, sejam usuários dos bens e serviços culturais; tira deles um dos objetivos da educação que é o deslumbramento com as coisas belas. O cinema é a arte que mais facilidade apresenta para ser levada aos alunos nas escolas. O Brasil precisa de sala de cinema como meio para atender o gosto dos brasileiros pela arte e ao mesmo tempo precisa usar o cinema na escola como instrumento de formação deste gosto.

O Brasil precisa criar o gosto pelo cinema e ampliar a indústria cinematográfica. Ela é uma fatia fundamental de nossa cultura e parte visível no exterior. Até hoje, esse apoio tem se dado por meio de financiamento quase sempre público, que é necessário, mas tem sido insuficiente e instável: depende da boa vontade do governo do momento para abrir mão de impostos e de empresários optarem pelo uso de incentivos fiscais, e sempre é feito em valores insuficientes e beneficiando os grupos mais articulados. Esta alternativa de financiamento decorre da baixa frequência ao cinema, limitado a um número muito pequeno de brasileiros com algum grau de educação e de poder aquisitivo.

A única forma de dar liberdade à indústria cinematográfica é criar uma massa de cinéfilos que invadam nossos cinemas, dando uma economia de escala à manutenção da indústria cinematográfica. Isso só acontecerá quando conseguirmos criar uma geração com gosto pelo cinema, e o único caminho é a escola.

A maneira, nos parece, é oferecer cinema às crianças na escola, desde os seus primeiros anos escolares. É com esse objetivo que este projeto de lei determina a inclusão da assistência a audiovisuais ao longo da educação básica.

Sala de comissões, 12 de maio de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2008

Insere parágrafo 3º no art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

.....
.....
§ 3º Os processos de avaliação educacional respeitarão as particularidades culturais das comunidades indígenas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A avaliação diferenciada das escolas por estado, como alguns designa, traria o absurdo de criar a diferenciação na qualidade da escola de acordo com a riqueza ou pobreza do Estado. Se fazem parte de um mesmo universo cultural, não há porque haver diferenciação de critério na definição da qualidade escolar, por estado ou região, mesmo que haja diferença no conteúdo ensinado. O mesmo não se justifica no caso da população indígena, que tem características próprias de língua e costumes.

A população indígena no Brasil é estimada entre 350 mil e pouco mais de 700 mil, conforme os diferentes critérios utilizados. São mais de duas centenas de povos, falantes de cerca de 180 línguas. Essa diversidade representa uma das maiores riquezas de nosso patrimônio cultural. Todavia, há muito pouco tempo, após séculos promovendo massacres, espoliação e aculturação contra os indígenas, o Estado começou a mudar seus valores e atitudes, mediante a criação de leis e organismos que buscam respeitar os direitos desses povos de preservar suas culturas e de permanecer nas terras que tradicionalmente ocupam.

Nesse processo, a Constituição de 1988 representou um avanço, ao reconhecer, entre outros direitos conferidos aos povos indígenas, o de preservar sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (art. 231). Para tanto, assegurou a essas comunidades a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem na oferta do ensino obrigatório (art. 210, § 2º).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por sua vez, prevê a oferta de educação intercultural às comunidades indígenas, bem como a criação de programas integrados de ensino e pesquisa, com os objetivos de: 1º) proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; [e] a valorização de suas línguas e ciências; 2º) garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (art. 78, I e II).

Tais programas, que devem ser planejados com audiência das comunidades indígenas, visam, ainda, fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena; manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (art. 79, § 2º, I a IV).

Ora, diante dessas prescrições e do esforço empreendido pelos educadores para que a instituição escolar respeite a diversidade cultural dessas comunidades,

não se sustenta a tese de que os estabelecimentos de ensino e os estudantes indígenas devam ser submetidos aos mesmos processos de avaliação das demais escolas e alunos. É preciso criar procedimentos avaliativos que considerem as particularidades de cada comunidade indígena. Fatores como a relação entre as línguas maternas e a portuguesa e a importância da oralidade de cada cultura devem ser respeitados e levar à elaboração, pelas autoridades competentes, de avaliações específicas.

O projeto de lei que ora apresento tem por objetivo alterar a LDB, de forma a prever que os processos de avaliação educacional respeitem as particularidades dos diferentes povos indígenas.

Em face do exposto, peço apoio dos Senhores Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 54/2008 – GLDBAG

Brasília, 12 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Ideli Salvatti como membro titular, em substituição ao Senador João Pedro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (cartões corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será feita a substituição solicitada.

Passamos à lista dos oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Sibá Machado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero, na verdade, no dia de hoje, em primeiro lugar, fazer uma homenagem. Vou encaminhar a V. Ex^a um voto de louvor à TV Senado, ao **Jornal do Senado** e também à Rádio Senado pelo brilhante trabalho que

estão fazendo, Senador Mesquita Júnior, em relação aos 120 anos da abolição não conclusa.

Neste fim de semana, a TV Senado, por quatro vezes, exibiu o documentário “Chama da Liberdade”, que conta a verdadeira história da participação do negro na formação do povo brasileiro, mostrando ali que o negro foi raptado na África, vendido aqui como animal, foi um guerreiro, um lutador, e por isso a chama da liberdade, pela busca da liberdade. Muitos fugiam das fazendas e tentavam voltar nadando em direção à sua pátria mãe África.

Enfim, Sr. Presidente, o voto de louvor que vou encaminhar à Mesa está chegando aqui, neste momento, e eu inclusive quero ver se conseguimos votá-lo amanhã. É um voto de louvor à TV Senado, ao **Jornal do Senado**, à Rádio Senado, enfim, aos meios de comunicação do Senado pelo brilhante trabalho que fizeram.

Vou tomar a liberdade de pedir ao Presidente da Casa, Senador Garibaldi, que remeta esse DVD, esse compacto, às emissoras de televisão de todo o País, para que reproduzam lá. É uma bela obra, Senador Mozarildo Cavalcanti, que fala só dos fatos reais, da importância daqueles momentos tão sofridos, mas que contribuíram muito para a formação do povo brasileiro, ou seja, a saga da nação negra.

Sr. Presidente, vou ler aqui meu requerimento, dentro do meu tempo regimental, para que V. Ex^a o coloque em votação se assim entender. Diz o seguinte: “Nos termos do art. 222, requeiro voto de aplauso aos veículos de comunicação do Senado Federal, todos, TV, rádio, agência e jornal, pelas belíssimas matérias, impecáveis, relacionadas aos 120 anos da abolição não conclusa”.

O Jornal do Senado tratou o tema com muita criatividade, e tenho a edição aqui na minha mão, Senador Mão Santa. É como se os jornalistas da Casa estivessem no dia 14 de maio de 1888, comentando a votação do dia anterior aqui no Senado. O Jornal do Senado veiculou, no dia 14 de maio de 1888, a matéria sobre a assinatura da Lei Áurea. A reportagem demonstrou a importância que esse veículo de comunicação possui, sobretudo, no decorrer de mais de um século.

A matéria nos remete a uma reflexão crítica sobre a verdadeira abolição, ou melhor, sobre o início de uma abolição que até o momento não foi finalizada.

A TV Senado apresentou um documentário especial sobre a escravidão no Brasil – eu assisti ao documentário quatro vezes no fim de semana –, chamado a “Chama da Liberdade”, que faz uma avaliação histórica sobre a questão racial no Brasil. O Especial abordou assuntos relativos às leis que regeram o período da escravidão no País. O Senado aparece como instrumento legislativo para decidir, deliberar sobre a situação dos negros e a prática escravista.

Os veículos de comunicação do Senado Federal representam o fortalecimento do Direito Constitucional à informação e, sobretudo, primam pelo exercício da

cidadania, apresentando os embates ocorridos durante séculos, aqui, no Congresso Nacional.

Pelos motivos expostos é que me sinto no dever de apresentar esse requerimento pelo belo trabalho de comunicação desempenhado pelos veículos do Senado Federal.

Quero aqui aplaudir o seu corpo de funcionários que realizaram essa pesquisa e que também tratam do momento atual e do momento futuro no complemento do trabalho feito pela rádio, pela TV e também pelo jornal.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, eu gostaria de pedir permissão para subscrever junto com V. Ex^a esse pedido e realmente também endossar plenamente as palavras de V. Ex^a quanto às matérias que a TV Senado, a Rádio Senado, e agora o **Jornal do Senado** produziram sobre essa questão. Inclusive eu vi nessa matéria do jornal referência aos maçons – e amanhã eu pretendo falar, indicado pelo meu Partido – e quero ressaltar aqui que uma das decisões que a maçonaria tomou naquela época foi a de que qualquer cidadão, para ser maçom, tinha de libertar seus escravos, se os tivesse. Se não os tivesse, não poderia adquiri-los. Foi uma decisão tomada pela Maçonaria, naquela época, que passou entre outros maçons, como os que foram referidos (Joaquim Nabuco, Gonçalves Ledo e outros) como condição para trabalhar nas lojas. O Ceará foi vanguardeiro, o Rio Grande do Norte. Creio que uma loja de Mossoró foi a primeira. Então, como maçom, tenho orgulho de dizer que a nossa instituição tomou, dentro de sua doutrina, como norma, o fato de que maçom nenhum poderia ter escravos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a pode encaminhar à Mesa?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Assim o farei.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Para que possamos tomar as providências no sentido de atendermos sua solicitação. Ao mesmo tempo, peço permissão a V. Ex^a para subscrevê-lo, em conjunto com o Senador Mozarildo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Assinaremos em conjunto.

É importante nesse jornal, pela pesquisa feita pelos profissionais da Casa, fazermos uma leitura, neste dia que antecede o dia 13, dos grandes defensores da Abolição. Falo de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Castro Alves, André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama e Tobias Barreto.

É importante lembrarmos que Joaquim Nabuco era branco, que Rui Barbosa era branco. Conforme está aqui também inúmeros outros tinham essa visão e eram brancos. Havia também negros como André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama e Tobias Barreto, numa demonstração de que a luta contra o preconceito é de todos, é de brancos e negros, homens de bem que sonham com um País melhor para todos.

Por isso, Presidente, pedirei também que a cópia do **Jornal do Senado** seja inserido, na íntegra, ao meu pronunciamento.

Confesso aos senhores que procurei a Secretaria-Geral da Mesa e disse que abriria mão da minha fala no dia de amanhã para que o documentário *Chama da Liberdade* fosse passado na íntegra. Foi-me informado que, como ele dura mais ou menos 30 minutos, ficará à disposição em uma comissão para aqueles que quiserem assisti-lo. Assim, poderei usar o meu tempo amanhã para falar dessa data histórica que são os 120 anos da Abolição.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer esse comentário hoje porque amanhã, dia 13 de maio, centenas de intelectuais, repito, homens e mulheres dos mais variados matizes ideológicos assinarão um documento que levarão ao Supremo Tribunal Federal. Vejam os senhores que, 120 anos depois, temos de ir ao Supremo para que não sejam derrubadas as ações afirmativas, simplesmente isso. Se o Supremo derrubar a decisão tomada espontaneamente em universidades particulares e federais, não teremos a possibilidade de um ProUni, por exemplo, de uma política de cotas adotadas espontaneamente por muitas universidades – mais de setenta universidades.

Então, vejam como é difícil a vida para a comunidade negra neste País: 120 anos depois, teremos que ir ao Supremo Tribunal Federal entrar com um arrazoado para ser anexado ao processo pedindo que, pelo menos, deixem as universidades que assim entenderem adotar uma política de cotas, como o ProUni.

Eu nem vou falar aqui do Estatuto da Igualdade Racial. Mas, mais uma vez, vou homenagear o Senado Federal, a Casa que aprovou, pela primeira vez, a política de cotas. E alguém pode pensar que era do Abdias, da Benedita ou do Paim. Não. Era do ex-Presidente desta Casa, José Sarney. O ex-Presidente desta Casa, José Sarney, foi que aprovou, pela primeira vez, nesta Casa, a política de cotas. Daí, a proposta foi remetida para a Câmara dos Deputados, e eu a introduzi no Estatuto da Igualdade Racial, que também foi aprovado pelo Senado Federal, por unanimidade, mas que, infelizmente, está na Câmara dos Deputados há, mais ou menos, três anos.

Então, mais uma vez, Sr. Presidente, eu estou elogiando a atitude do Senado Federal. A comunidade negra, Senador Mão Santa, pode saber que esta Casa está na vanguarda a respeito desse tema. Não porque nós estamos aqui. Bem antes de eu chegar a

esta Casa, o Senado Federal já era vanguarda nesse tema; e continua sendo. Não há uma política sequer, séria e responsável, de interesse da comunidade negra que o Senado Federal não tenha aprovado. Já aprovou, praticamente, todas. Existem algumas apresentadas por Senadores que estão tramitando de forma natural, mas todas com parecer favorável.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, nós gostaríamos de nos associar às homenagens à edição do **Jornal do Senado**, à cobertura da televisão e do rádio e ao Presidente Marco Maciel. Na última sessão, tivemos um debate qualificado sobre homens que engrandeceram este País. E eis que ele trouxe à tona o nome de Joaquim Nabuco, cuja morte vai completar cem anos. Eu até participei, mostrando a valia dele e a nossa, que estamos aqui e fazemos Oposição, Senador Geraldo Mesquita. Ele foi solidário, mas, no momento de maior grandeza do Parlamento, ficou sozinho como Senador, defendendo os escravos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Joaquim Nabuco.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Foi tão especial que ele voltou para o Pernambuco. Não conseguiu se reeleger e não conseguiu trabalho, porque eles eram jornalistas e os jornais eram dos poderosos; ele também não conseguia causas no âmbito do direito porque os poderosos eram escravagistas. Então, ele foi reconhecido em Londres, onde publicou o livro *O Abolicionista*. O primeiro na América do Sul que o valorizou foi o Chile, depois Portugal; a França também. Mas o livro dele fez com que o Ceará libertasse os escravos quatro anos antes da Abolição – Mossoró e cidades nordestinas. Então, temos essa grandeza. Queremos cumprimentá-lo. Amanhã, mais uma vez, sob a liderança de Paulo Paim, o Martin Luther King do Brasil, estaremos revivendo esse dia de glória, enaltecendo a mulher que, ao ficar por um breve período comandando o país, pois o seu pai estava em Milão tratando da saúde. Ela, com a independência, com a sensibilidade de mulher, sancionou a lei feita aqui da Abolição da Escravatura; não só essa, mas a do Ventre Livre, a do Sexagenário e a Lei Áurea. E o povo jogou flores para ela, como joga hoje para nós. Por onde nós passamos, nós recebemos cumprimentos, pedidos de autógrafos, beijos, porque nós representamos aquela oposição que Hoover, que Rui Barbosa soube fazer, que Joaquim Nabuco soube fazer. Não Oposição aos erros dos governos, mas estando com ele quando há campanhas belas como a que V. Ex^a inicia de recuperação do salário injusto dos velhinhos aposentados do nosso Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

De fato, Joaquim Nabuco – recorro, mais uma vez, ao **Jornal do Senado** – foi o grande porta-voz dos abolicionistas; Rui Barbosa, e aqui conta-se um pou-

co da história dele que, desde estudante, já estava na luta pela liberdade dos escravos; Castro Alves, o poeta dos escravos e da liberdade; nós podíamos falar dos irmãos Rebouças, verdadeiros gênios da arquitetura, eram engenheiros e também dedicaram a vida a esta causa; José do Patrocínio está aqui também com destaque, junto, como eu dizia antes, de Luiz Gama e Tobias Barreto. Mas, Sr. Presidente, eu vou falar, amanhã, um pouco mais sobre a importância dessa data.

E quero, no dia de hoje, que V. Ex^a considere este pronunciamento que faço, falando da importância da nossa juventude, que, com certeza absoluta, não é preconceituosa, não é racista; é essa juventude que tem fortalecido o ProUni. É essa juventude que tem fortalecido a política de cotas nas universidades, dizendo, Sr. Presidente, que o dia 24 de abril é o Dia Internacional do Jovem Trabalhador.

Aproveito esta oportunidade para lembrar que, ainda no final do ano passado, tivemos aqui em Brasília a 7^a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Juventude, organizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com o Conanda. Naquele encontro, a grande preocupação foi definir estratégias para que medidas políticas na área socioeducativa e convivência familiar fossem implementadas. O foco da conferência foi concretizar direitos humanos da criança e do adolescente, um investimento obrigatório para nossa juventude.

Sr. Presidente, nesta conferência, constaram como delegados jovens de todo o País; assim, podemos destacar que as decisões foram de suma importância para toda a nossa juventude.

Ao falar sobre jovens, não poderíamos deixar de lembrar o Estatuto da Criança e do Adolescente, de que participei do debate cuja grande articuladora foi a Deputada Rita Camata. Foi com o olhar no Estatuto da Criança e do Adolescente que apresentei depois o Estatuto do Idoso, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que hoje, graças a Deus, é lei e demonstra toda a sua importância para a nossa terceira idade.

E foi com esse olhar inspirado no Estatuto da Criança e do Adolescente que eu apresentei o Estatuto da Igualdade Racial, que esta Casa aprovou, e eu espero que a Câmara aprove antes do fim do ano, pois tenho esperança de que ele seja promulgado no dia 20 de novembro.

Quando faço essas referências, eu quero demonstrar que crianças e idosos acabam sendo fonte de inspiração para todos nós na busca de uma sociedade em que ninguém seja discriminado por motivo algum, seja por idade, por orientação sexual, por religião, por procedência, por origem, pela cor da pele, enfim.

Neste documento, Sr. Presidente, eu faço uma série de comentários sobre a violência contra a nossa juventude. Infelizmente, são dados que eu tenho

de relatar nesta véspera do dia 13 de maio: de cada dez jovens assassinados, oito são negros, em uma demonstração, cada vez maior, da importância de nós trabalharmos nesta Casa para construir oportunidades para todos.

Neste pronunciamento, eu destaco a importância do Fundep, que é um fundo de investimento para o ensino técnico profissionalizante, que visa permitir que jovens brancos, negros, índios tenham acesso a formação profissional para disputar o mercado de trabalho. O projeto está pronto para ser votado e já tem parecer favorável. Uma vez aprovado, gerará em torno de R\$6,7 bilhões para investimento nessa área.

Sr. Presidente, como o meu tempo está terminando, eu queria que V. Ex^a considerasse na íntegra o pronunciamento em que faço uma análise da situação dos jovens não só no Brasil, mas também no mundo, e falo da importância de investirmos, cada vez mais, em educação. Aqui, não poderia ser diferente, dou um destaque fundamental ao ProUni. O Prouni, que entendo ser um programa fundamental do Governo Federal, cria diversas universidades federais e novos *campi*, amplia, de forma muito significativa, o número de vagas na educação superior, avança na educação pública e gratuita e no combate às desigualdades regionais.

Quando eu digo que amplia o campo universitário, Senador Marco Maciel, é porque ninguém tem dúvida de que inúmeras universidades estavam quase falidas. O ProUni, quando entra com essas vagas abertas, acaba contribuindo para que eles possam pagar as dívidas junto à União, fortalecendo essas universidades e ampliando novos *campi* dessas mesmas entidades. Por isso, na conclusão, quero dizer que será muito triste, mas muito triste mesmo, se o Supremo Tribunal Federal vier a decidir contra o ProUni.

Tenho aqui documentos também do Tales de Castro, vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE. Ele relata, em seu *site*, a importância da educação e valoriza o ProUni como instrumento fundamental para a formação da nossa juventude.

Como o meu tempo terminou, e eu havia me comprometido, já na semana passada, de manter os vinte minutos, agradeço a V. Ex^a e peço que considere, na íntegra, o meu pronunciamento que fala da juventude brasileira e dá também uma visão da situação da juventude em nível internacional, nos cinco continentes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ASSINADA A LEI ÁUREA

O Brasil está livre do trabalho escravo. Na tarde de ontem, a Princesa Isabel sancionou a lei que pôs fim a mais de 300 anos de escravidão. Conforme o senador Sousa Dantas, havia no país 600 mil escravos. Levantamento do Império mostra que, no ano passado, eram mais de 700 mil. A Lei João Alfredo, mais chamada de Lei Áurea, foi aprovada em tempo recorde na Câmara dos Deputados e no Senado, apesar dos protestos dos poucos parlamentares contrários à abolição. Calcula-se que cerca de 5 mil pessoas se concentraram diante do

Paço da Cidade, para acompanhar a solenidade de assinatura. O povo irrompeu em aplausos quando o deputado Joaquim Nabuco, de uma sacada, comunicou que não havia mais escravos no Brasil. Em uma das janelas, Dona Isabel foi aclamada pelos manifestantes.

O Imperador Dom Pedro 2º, que se encontra gravemente enfermo em Milão, na Itália, onde se submete a tratamento de saúde, ainda não sabe da sanção da lei. Por meio do telégrafo, a notícia já chegou à várias províncias do País e nações americanas e européias. **Pág. 3**

Leis que antecederam a abolição nem sempre provocaram resultados práticos

Em 1845, surgiu a lei que previa sanções contra o tráfico de escravos. Em 1871, foi adotada a Lei do Ventre Livre, que dava liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir da sua edição, mas os mantey na tutela dos seus senhores até os 21 anos. E em 1885 garantiu-se liberdade aos que completassem 60

anos, com a obrigação de prestar serviços, a título de indenização ao senhor, por três anos. Essas medidas, porém, não trouxeram os resultados esperados, pois a contrapartida geralmente exigida inviabilizava seu cumprimento ou a lei era simplesmente desrespeitada.

Pág. 2

Câmara dos Deputados votou o projeto em dois dias

O Projeto de Lei nº 1 foi aprovado em apenas dois dias pela Câmara dos Deputados. A decisão em tempo recorde só foi possível graças ao esforço da bancada antiescravagista – liderada pelo pernambucano Joaquim Nabuco – e à ajuda do presidente da Casa, deputado Barão de Lucena. “Precisamos apressar a passagem do projeto, de modo que a libertação seja imediata”, defendeu Nabuco aos colegas. **Pág. 4**

No Senado, apenas dois senadores se manifestaram contra

Ontem, domingo, o Senado do Império aprovou a proposta que extinguiu o trabalho escravo no Brasil. Dois senadores se manifestaram contra a iniciativa: o Barão de Cotegipe – advertindo que no futuro haverá grave perturbação da ordem no Brasil – e Paulino de Sousa. Defendendo a proposta, Sousa Dantas disse que a abolição constitui o maior acontecimento da história do Brasil e tomará a Nação mais próspera. **Pág. 5**

Campanha envolveu monarquistas e republicanos

O abolicionista Joaquim Nabuco relata que o movimento pelo fim do trabalho servil no país concentrou-se inicialmente em clubes, lojas maçônicas, associações, cafés e jornais, e só aos poucos estendeu-se à população. Nesse período, que durou de 1879 a 1884, diz ele, “os abolicionistas combateram sós, entregues aos seus próprios recursos”. Só mais tarde, discursos nas tribunas, artigos e poemas nos jornais ajudaram a pressionar o Império para que fosse extinta a escravidão. Os republicanos, praticamente todos eles, eram abolicionistas, mas nem todo defensor do fim do trabalho escravo preferia a República.

Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa e Castro Alves são grandes nomes do abolicionismo, que contou também com negros ilustres, como André Rebouças, José do Patrocínio, Luís Gama e Tobias Barreto. Luís Gama chegou a ser vendido, aos dez anos, como escravo, e se transformou em símbolo do movimento em São Paulo. **Pág. 6**

Escravidão foi abolida no Ceará quatro anos atrás

No Ceará a escravidão acabou há quatro anos. A iniciativa reforçou o sentimento abolicionista em províncias como Amazonas, Pernambuco, Bahia, Goiás, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Foi Mossoró, em 1883, a primeira cidade a pôr fim ao trabalho servil. **Pág. 8**

Primeiros registros da resistência negra são de 1575

Os primeiros relatos de resistência à escravidão são de 1575, quando o Império recebeu, da Bahia, notícias de negros fugitivos. Inicialmente, eles se refugiavam em mocambos, espécie de acampamento. As comunidades de fugitivos

passaram, depois, a ser chamadas de quilombos; o mais conhecido deles foi o dos Palmares, que pôde ter abrigado mais de 20 mil pessoas em 1670. A resistência foi um dos fatores que levaram à abolição da escravatura. **Pág. 7**

Uma primeira tentativa de proibir o tráfico de negros

Com poucos efeitos práticos, a Lei Eusébio de Queiroz, a do Ventre Livre e a dos Sexagenários antecederam a Lei Áurea

Em 7 de novembro de 1831, a Câmara dos Deputados promulgou uma lei que proibia o tráfico de escravos africanos. O texto, resultado de acordo do Brasil com a Inglaterra, estabelecia que todos os escravos que entrassem no território ou portos do Brasil vindos de fora ficariam livres. Porém, o último desembarque de escravos africanos no país só ocorreria em 1855, no litoral de Pernambuco.

Os 14 anos entre a intenção e a realidade foram a sobrevida daquilo que José Bonifácio de Andrada e Silva chamou de "cancro mortal que ameaçava os fundamentos da nação". O ato de 1831 foi um primeiro passo, mas ineficaz. A turbulência política em várias províncias impediu que o governo central fizesse cumprir a lei durante as duas décadas seguintes.

Só com a pressão política e militar inglesa o cenário se modificou. Em 1845, o Parlamento em Londres aprovou lei (o Bill Aberdeen) que dava à Marinha inglesa o direito de aprisionar navios negreiros, mes-

mo em águas territoriais brasileiras, e julgar seus comandantes.

O governo brasileiro não resistiu à pressão e o ministro da Justiça de Dom Pedro 2º, Eusébio de Queiroz, enviou projeto ao Parlamento que determinava a apreensão de navios que traficassem escravos. A Lei nº 581, de 4/9/1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, considerava criminosos o dono do navio, o capitão e seus subordinados, além do pessoal em terra que participasse do comércio ilegal.

Para burlar a lei, fazendeiros incentivaram o tráfico interno, tirando escravos de áreas em que a agricultura decaía, como os engenhos de açúcar do Nordeste, para as lavouras de café no Centro-Sul. Mas foi aprovado, em 1854, a Lei Nabuco de Araújo (ministro da Justiça), que previa sanções para as autoridades que encobrissem o contrabando de escravos.

Com o fim do tráfico, progressivamente os imigrantes europeus começaram a substituir a mão-de-obra servil.

Ordem do dia de hoje, segunda-feira, 14 de maio de 1888, às 11h

Terceira dita da proposta da Câmara dos Deputados n. 42, de 1887, aprovando a pensão de 1\$4000 diários aos menores irmãos do 2º sargento do Corpo Militar da Polícia da Corte Antonio Nery de Oliveira Araújo, para que votou-se dispensa de interstício.

Segunda dita do projeto do Senado letra S de 1887 determinando que a disposição do parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto nº 3.300, de 9 de outubro, não é aplicável ao ministro do Supremo Tribunal de Justiça que exercesse já semelhante cargo e tivesse mais de 72 anos de idade.

Lei dos Sexagenários foi fruto de acordo político

Muita negociação política entre liberais e conservadores foi necessária para que a Câmara dos Deputados aprovasse outro projeto antiescravagista enviado pelo governo imperial à Assembléia Geral. Sancionada pelo Imperador Dom Pedro 2º com o nº 3.270, em 28 de setembro de 1885, a Lei dos Sexagenários também ficou conhecida como Saraiva-Cotegipe, em referência aos dois chefes do gabinete ministerial do Império, o liberal conselheiro Saraiva e o conservador (e mulato) Barão de Cotegipe, que deram apoio à medida.

Na verdade, a iniciativa é do ano anterior, 1844, proposta pelo senador Sousa Dantas, então chefe de gabinete. Muito mais abrangente, ao fixar os 60 anos como idade limite para

o escravo, não prevendo qualquer tipo de indenização aos proprietários, o projeto foi violentamente torpedeado pelos escravocratas no Parlamento, a ponto de causar a queda do gabinete e a dissolução da Assembléia Geral.

A lei sancionada no ano seguinte continha diversas normas para regular a extinção gradual do elemento servil. Eram libertados os escravos que completassem 60 anos, com a obrigação de prestar serviços, a título de indenização ao senhor, pelo prazo de três anos. O maior de 65 anos ficava liberado de tais trabalhos.

A crítica dos abolicionistas à lei era aos limitados efeitos práticos, pois os poucos que chegavam a essa idade já não tinham condições de garantir seu sustento.

FESTEJOS POPULARES COMEMORATIVOS DA ABOLIÇÃO

DERBY - CLUB

SEXTA-FEIRA - 13 DE MAIO

Expediente

Esta edição especial reproduz os principais episódios relacionados à abolição da escravatura no Brasil. O formato adotado simula o que poderia ser uma edição do *Jornal do Senado* publicada em 14 de maio de 1888, dia seguinte ao da assinatura da Lei Áurea. Naquele período, o Senado não possuía nenhuma publicação jornalística. Os textos foram elaborados com base nos Anais do Senado e da Câmara dos Deputados, jornais e revistas da época e livros de estudiosos do movimento abolicionista.

Créditos das fotos:
Pág. 1: Museu Histórico Nacional; Rugendas/Fund. Joaquim Nabuco
Pág. 2: Rugendas/Fund. Joaquim Nabuco
Pág. 3: Museu Imperial; Reprodução/Ceraldo Magela
Pág. 4: Cedi/Câmara dos Deputados
Pág. 5: Flickr; Arquivo Senado Federal; Reproduções/Arquivo Fotográfico JS

Dom Pedro 2º defendeu a Lei do Ventre Livre

Nasceu da vontade de Dom Pedro 2º o projeto da Lei do Ventre Livre, elaborado pelo gabinete conservador do Visconde do Rio Branco em 27 de maio de 1871. Em sua Fala do Trono, dias antes, na abertura do ano legislativo, o Imperador antecipara que "considerações da maior importância aconselham que a reformada legislação sobre o estado servil não continue a ser uma aspiração nacional indefinida e incerta".

Por vários meses, deputados dos partidos Conservador e Liberal discutiram a proposta. Quatro meses depois, em 28 de setembro, transformou-se na Lei nº 2.040, assinada por Dona Isabel. Os defensores dessa lei afirmavam que ela, juntamente com a proibição do tráfico negreiro, assegurava a extinção gradual da escravidão. Já os defensores de escravos acusa-

vam o governo de querer provocar uma crise econômica.

As controvérsias foram desproporcionais aos seus efeitos práticos. A lei deu liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data, mas os manteve sob a tutela dos seus senhores até os 21 anos.

Segundo essa norma, os filhos menores ficariam "em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães", os quais deveriam criá-los até os 8 anos. Nessa idade, o senhor optava entre receber do Estado indenização de 600 mil réis ou de utilizar-se dos serviços do menor até 21 anos.

— A verdade é que a lei, ao libertar os bebês, estabeleceu ao mesmo tempo que até os 21 anos eles permaneceriam em poder do senhor. Na prática, até essa data, continuavam escravos — analisou Joaquim Nabuco.

Fig. 6: Fund. Joaquim Nabuco; BL; Reproduções/Arquivo Fotográfico JS
Fig. 7: Rugendas/Fund. Joaquim Nabuco
Fig. 8: Rugendas/Fund. Joaquim Nabuco; Christiano Jr.
Jornal do Senado Federal
Traça dos Três Poderes – Ed.
Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)
www.senado.gov.br/jornal
jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211
Fax (61) 3311-3137

Diretor do Jornal do Senado:
Ravi Emerich
Edição: Eduardo Leão
Coordenação de texto: José do Carmo Andrade
Redação: Janaína Araújo, Paula Azeiteiro, Sylvio Guedes, José do Carmo Andrade
Pesquisa histórica: José do Carmo Andrade e Eliana Lucena
Diagramação: Bruno Bazilio, Henrique Eduardo Lima de Araújo, Iracema F. da Silva e Sérgio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho e Adolfo do Amaral Almeida
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Costa Lima
Arquivo Fotográfico: Ana Volpe, Joaquim Nabuco, Ceraldo Magela

Princesa Isabel assina a Lei Áurea

Texto possui apenas dois artigos e já está em vigor tanto na Corte como nas províncias

Desde a tarde de ontem, dia 13, está extinto em todo o Brasil o trabalho escravo, prática das mais cruéis e condenáveis que foi permitida legalmente no país por mais de 300 anos. Menos de três horas depois da aprovação do projeto pelo Senado do Império, a Princesa Regente Dona Isabel, com uma pena de ouro ofertada pelo povo, sancionava em solenidade no Paço da Cidade a já chamada Lei Áurea.

É opinião generalizada que a Pátria se tornou realmente livre com o ato que retirou o Brasil da condição de única nação do Ocidente que ainda explorava o elemento servil. Estima-se que mais de 600 mil negros foram beneficiados pela lei.

Poucas vezes nos seus 62 anos de funcionamento a Assembléia Geral produziu uma lei com extraordinária rapidez como a que acaba de emancipar os escravos. Foram só seis dias de tramitação da mensagem, não obstante a tentativa dos parlamentares antibolicionistas de imporem obstáculos à adoção de urgência para a matéria. Nos debates na Câmara e

no Senado se enfrentaram, quer defendendo, quer atacando o projeto, alguns dos maiores tribunos do país.

Sorriso e lágrimas

A fisionomia da Princesa Regente, sempre expressando contentamento pelo ato que acabava de assinar, às vezes dava ares de preocupação, em virtude da gravidade do estado de saúde de seu augusto pai, que está em tratamento na cidade italiana de Milão,

sob os cuidados de três dos melhores médicos europeus.

Confiante em que o Senado aprovaria a proposta nesse domingo, Dona Isabel, que se encontrava em Petrópolis, dirigiu-se de trem de ferro logo após o meio-dia para o Rio de Janeiro. Acompanhada de seu esposo, o Conde d'Eu, e dos ministros do Império, Costa Pereira, o de Agricultura, Rodrigo Silva, Sua Alteza chegou ao Paço por volta das 14 horas, recebendo demorados aplausos do público.

Coube a uma comissão de senadores, tendo à frente Sousa Dantas, entregar à Princesa Regente o autógrafo do projeto, cujo tex-

to foi transformado numa verdadeira peça de arte pelo conhecido calígrafo Leopoldo Heck. Na oportunidade, Dantas felicitou Dona Isabel "por caber-lhe a glória de assinar a lei que apaga dos nossos códigos a nefanda mácula da escravidão, como já lhe coube a de confirmar o decreto que não permitiu nascerem mais cativos no Império (a Lei do Ventre Livre)".

Falando em seguida, sem conter as lágrimas, Dona Isabel declarou:

"Seria o dia de hoje um dos mais belos de minha vida, se não fosse saber estar meu pai enfermo. Deus permitirá que ele nos volte para tornar-se, como sempre, útil à nossa Pátria.

Participaram da cerimônia, na Sala do Trono, senadores, deputados, ministros, magistrados, embaixadores e outras personalidades, além de gente do povo que, em verdadeiro delírio, invadiu o palácio. Em frente ao edifício,

na Praça Dom Pedro 2º, cerca de 5 mil pessoas se aglomeravam. A multidão irrompeu em ruidosas aclamações quando o deputado Joaquim Nabuco, de uma sacada do Paço,

comunicou ao povo que não havia mais escravos no Brasil. Chamada pelos cidadãos que se concentravam diante do palácio, Dona Isabel surgiu na alta tribuna, tendo, mais uma vez, aclamada pelos manifestantes.

Dom Pedro 2º ainda não foi informado

O Imperador Dom Pedro 2º, que se encontra em Milão, na Itália, onde se submete a tratamento de saúde, ainda não pôde ser informado da lei que baniu de nosso país o regime de escravidão. Transcrevemos, a respeito, os seguintes telegramas:

Milão, 12 – O estado de S.M. o Imperador apresenta uma pequena melhora. Os fenômenos cerebrais cessaram após delírio intenso. Agora está em plena integridade de suas faculdades mentais. Atribui-se esse resultado à aplicação de gelo na cabeça e às injeções hipodérmicas de cafeína, receitas pelo Dr. Semmola. É esperado o dr. Charcot.

Milão, 13 – O estado de S.M. o Imperador apresenta progressivas melhoras, conforme o boletim dos médicos assistentes. Os Drs. Charcot, Semmola, e Giovani declaram em boletim que a febre tem declinado quase totalmente e que o estado nervoso do augusto enfermo é calmo.

Bandas animam festejo nas ruas

Concebida para abolir de forma imediata e incondicional o elemento servil no País, a mais importante e mais humana norma legal já adotada pelo Brasil, e que recebeu o número 3.353, contém apenas dois dispositivos:

"Artigo 1º É declarada extinta a escravidão no Brasil.

"Artigo 2º Revogam-se as disposições em contrário".

Assim que a Câmara recebeu o texto – na terça-feira dia 8 – das mãos do ministro Rodrigo Silva, o deputado Joaquim Nabuco, lançando mão de recurso regimental, solicitou ao presidente daquela Casa, deputado Henrique Pereira de Lucena, a designação imediata da comissão especial que daria o parecer transformando a mensagem em projeto. Sob os protestos do deputado conservador Andrade Figueira, o parecer foi acolhido pela Câmara no mesmo dia 8, seguindo-se, nos dias 9 e 10, a discussão e aprovação.

Da mesma forma agiu o Senado, nomeando em 11 de maio a comissão especial, cujo parecer foi votado no mesmo dia. Ontem, dia 13, ocorreu a aprovação final, mediante votação simbólica. Pessoas que se encontravam nas galerias jogaram flores no Plenário. Apenas dois senadores se manifestaram contrários à matéria: o Barão de Cotegipe e Paulino de Sousa. Quando o Senado concluía a deliberação sobre a proposta, chegava ao Plenário a notícia de que alguns fazendeiros

fluminenses já estavam libertando seus escravos.

Soar de sinos

Em razão da grande concentração de pessoas na praça, só com muita dificuldade as carruagens que levavam a comissão de senadores e o presidente do Ministério, senador João Alfredo, conseguiram chegar às portas do Paço, sob aplausos dos manifestantes. Na ocasião, soaram os sinos das igrejas do Rio, três delas situadas perto do palácio: as de São José, de Nossa Senhora do Carmo e da Capela Imperial.

Depois de sancionada a lei, intensificaram-se os festejos e passeatas pelas ruas do Rio de Janeiro, em meio a bandas de música e espocar de foguetes. Ao entrar na Rua do Ouvidor, após deixar o Paço, o veterano abolicionista Sousa Dantas foi carregado nos braços do povo.

Pena será exposta

A pena de ouro com que a Princesa Regente assinou o decreto da abolição da escravatura ficará exposta a partir do dia 21 de maio no salão do jornal *O Paiz*. A pena, que tem no dorso 43 brilhantes, traz a seguinte inscrição: "A D. Isabel, a redentora, o povo agradecido", e tem no lado oposto o número e a data da Lei Áurea.

A campanha de subscrição popular iniciada por aquele diário logo recebeu a adesão da *Revista Ilustrada*.

Abolição repercutiu nas províncias e no estrangeiro

O milagre da ciência e da técnica neste final do século 19, de que é exemplo o telégrafo, com a ajuda dos cabos submarinos, fez com que a notícia da abolição chegasse rapidamente à maioria das províncias brasileiras e à grande parte das nações americanas e européias.

Habitantes de São Paulo, Santos, Campinas, Salvador, Recife, Vitória, Belém, Ouro Preto, Fortaleza e outras cidades saíram às ruas em procissões cívicas, não faltando bandos de música e fogos. À noite, edifícios públicos e particulares da capital paulista foram iluminados.

Das capitais das províncias e do exterior chegam a toda hora ao Rio telegramas de congratulações. Em Buenos Aires, foi decretado feriado a próxima quinta-feira, para grande festejo cívico em honra do Brasil livre. O Senado argentino e a corporação acadêmica telegrafaram a Dona Isabel, felicitando-a.

Câmara discute e vota fim da escravidão em dois dias

Aprovação do projeto em tempo recorde só foi possível graças ao esforço da bancada antiescravagista, com apoio do presidente da Casa

A Princesa Imperial Regente Isabel enviara à Assembléia Geral, na terça-feira 8 de maio de 1888, a proposta determinando o fim da escravidão no País. Dois dias depois, o projeto já estava aprovado em segundo turno, e seguia para o Senado.

A aprovação se deu em tempo recorde, graças ao esforço da bancada antiescravagista – liderada pelo pernambucano Joaquim Nabuco – e com a ajuda do presidente da Casa, Henrique Pereira de Lucena, o Barão de Lucena (PE). O ministro da Agricultura, deputado Rodrigo Augusto da Silva, que foi o portador da mensagem, leu o sucinto texto de apenas dois artigos.

Urgência

Terminada a leitura, o Plenário irrompeu em ruidosas manifestações, seguiu

do pelas galerias. Joaquim Nabuco era um dos mais emocionados.

– A escravidão ocupa o nosso território, oprime a consciência nacional e é pior do que o estrangeiro pisando no território da Pátria. Precisamos apressar a passagem do projeto, de modo que a libertação seja imediata – propôs Nabuco, sugerindo a criação

de uma comissão especial e a dispensa de todos os prazos e interstícios para que a lei pudesse ser votada pela Câmara no dia seguinte. Andrade Figueira, deputado pelo Rio de Janeiro e líder da bancada antiabolição, protestou, sem sucesso, contra a tentativa de acelerar a tramitação.

– Qualquer que sejam as impaciências para converter em lei a proposta do governo, acho que é preciso colocar acima de tudo a legalidade dos atos do Parla-

mento – esbravejou o representante dos fazendeiros fluminenses, acusando os abolicionistas de rasgar o Regimento da Câmara.

O Barão de Lucena submeteu à votação o requerimento, aprovado pelo Plenário da Câmara, por ampla maioria. Dispensados diversos prazos e exigências regimentais, menos de três horas após a leitura do projeto a comissão especial criada para analisar o assunto já apresentava parecer favorável em Plenário. Na quinta-feira, dia 10, com 83 votos favoráveis e apenas 9 contrários, o projeto recebeu aprovação final dos deputados.

16:000\$000

LOTÉRIAS DE S. PAULO

1ª DA 133ª

EXTRACÇÃO

AMANHÃ AMANHÃ

IMPRETERIVELMENTE.

No século 16 já havia escravos no Brasil

Há quem diga que os primeiros negros foram trazidos ao Brasil entre os anos de 1516 e 1526, mas somente com o desenvolvimento do cultivo da cana no Nordeste cresceu significativamente a demanda por negros escravos. É difícil avaliar com precisão o volume do tráfico externo para o Brasil durante os três séculos e meio de duração do trabalho escravo. A maioria dos estudiosos estima a vinda de aproximadamente 3,5 milhões.

Os escravos trazidos ao Brasil pertenciam a dois grupos de língua e cultura distintas: o dos sudaneses, encontrados nas regiões mais ao norte do litoral africano, e os bantos, nas áreas ao sul do Equador.

Figueira acusa governo de ceder a "apopléticos"

O deputado Andrade Figueira, da Província do Rio de Janeiro, apontou a "intervenção dos poderes públicos na solução de um assunto eminentemente social", ao acusar o governo imperial de ceder às pressões da imprensa e dos "apopléticos" da abolição ao enviar o projeto de lei.

Entre poucos aplausos e seguidos gritos de "não apoiado", Andrade Figueira reverberou o sentimento da bancada de proprietários rurais de seu estado.

— Que necessidade tão urgente é esta quando o problema tem sua solução natural nas leis de 1871 [Ventre Livre] e 1885 [Sexagenários]? Com a sua intervenção, os poderes públicos não fizeram mais do que comprometer a marcha do problema, produzindo uma agitação estéril, promessas enganadoras, pesares dolorosos — acusou o deputado, em referência à expectativa de emancipação de escravos criada pelas leis anteriores. Para Figueira, a estratégia governamental de emancipação gradual enganou os proprietários.

Rodrigo Silva: toda a sociedade quer a abolição

O portador do projeto de lei que acabou com a escravidão no Brasil, deputado e ministro da Agricultura Rodrigo Silva, reagiu da tribuna às críticas de Andrade Figueira à decisão do governo imperial de apresentar a proposta. Segundo o ministro, em todas as democracias o poder público tem o dever de interferir na solução de problemas sociais como o do elemento servil.

— Não havia um só órgão respeitável, desses que formam o sentimento de um povo e a opinião de uma nação, que não estivesse empenhado nesta cruzada. Se observamos esta agitação pacifista por toda a parte, poderíamos, aceitando o poder, cruzar os braços e deixar que a revolução decretasse a libertação dos escravos? — questionou o deputado.

Rodrigo Silva citou a defesa da abolição pela Igreja, academias, tribunais e famílias. Até mesmo, disse, "os próprios interessados na manutenção da propriedade escrava davam dia-riamente exemplos os mais admiráveis de abnegação, libertando os seus escravos incondicionalmente".

Uma pequena, mas crucial, emenda de redação

Graças ao zelo legislativo e à experiência de ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) do deputado baiano Barão de Araújo Góes, o projeto de lei que acaba com a escravidão pôde entrar em vigor imediatamente após ser sancionado pela Princesa Isabel. Araújo Góes conseguiu apoio do Plenário para inserir pequena e crucial emenda de redação ao Artigo 1º do texto original. Onde se lia "é declara-

da extinta a escravidão no Brasil", o deputado acrescentou "desde a data desta lei". O deputado contestou as acusações de que a alteração seria "inútil".

— É uma necessidade indeclinável em face da legislação, porque a lei não pode vigorar na Corte senão oito dias e nas províncias senão três meses depois de publicada. É necessário que o prazo que se exige para a Corte seja o mesmo para todo o Império.

Projeto é ameaça à ordem pública, diz Alfredo Chaves

Um dos nove deputados que votaram contra a extinção da escravatura, Alfredo Chaves dirigiu seus ataques ao ministro Rodrigo Silva, que para ele apresentou o projeto "sem nenhuma razão de estado", cedendo a pressões e ignorando os direitos dos proprietários rurais.

— O projeto é uma ameaça iminente à ordem pública, porque não se tomaram precauções para garantir a sociedade contra essa classe de cidadãos novos que a ela são atirados, sem os meios,

sequer, de proverem a sua subsistência — disse o deputado escravagista, em referência ao número de 600 mil escravos que ainda existiam no país.

Para o deputado, o governo imperial caiu em contradição ao apresentar o projeto apenas três anos depois da Lei do Ventre Livre, que fixava critérios de reparação aos senhores de escravos, além de estabelecer as condições em que o fim completo do regime servil se daria no país.

O Gabinete Dantas, que esteve no poder de 6 de junho 1884 a 5 de maio de 1885, e levantamento realizado em 1887 forneceram dados estatísticos sobre a população escrava no Brasil nos últimos anos:

1873:
1.541.348 escravos

1883:
1.211.946 escravos

1887:
723.419 escravos

A classificação, por idade, dos 723.419 escravos matriculados no levantamento de 1887 é a seguinte:

Menores de 30 anos:
195.726 escravos

De 30 a 40 anos:
336.174 escravos

De 40 a 50 anos:
122.097 escravos

De 50 a 55 anos:
40.600 escravos

De 55 a 60 anos:
28.822 escravos

BACHAREL DUPONCHEL

LECCIONA

todas as matérias do curso preparatório.

Cartas no escriptorio desta redacção

RESIDENCIA EM NITERHOY

93 RUA NOVA 93

O domingo da vitória no Senado

Proposta foi aprovada ontem, em sessão extraordinária, sem dificuldade

As atenções da Corte se voltaram, no sábado e no domingo, 13 de maio, para o Senado do Império, onde se processava a discussão final do Projeto de Lei nº 1 da Câmara dos Deputados, que baniu de forma imediata e incondicional a escravidão no território brasileiro. A proposta foi aprovada sem dificuldades pela Casa. Apenas dois senadores, os conservadores, João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe (BA), e Paulino de Sousa (RJ), o Segundo Visconde do Uruguai (RJ), se posicionaram contra a iniciativa.

Logo após a leitura da proposta na sessão do último dia 11, pelo 1º vice-presidente do Senado, Antônio Cândido da Cruz Machado, que exercia a Presidência da Casa, o líder do liberalismo abolicionista, senador Manuel Pinto de Sousa Dantas (BA), solicitou que fosse nomeada a comissão

especial de cinco membros destinada a dar o parecer sobre o projeto.

A solicitação foi acolhida sem debate e Cruz Machado nomeou para compor o colegiado os senadores Sousa Dantas, Affonso Celso (pai), o Visconde de Ouro Preto (MG), Jerônimo José Teixeira Júnior (RJ), José Antônio Correia da Câmara (RS) e Alfredo Eschagnolle Taunay (SC).

A comissão apresentou imediatamente o parecer, destacando que a proposta continha "providência urgente, por inspirar-se nos mais justos e imperiosos intuitos" e satisfazia "a mais e mais veemente aspiração nacional".

Aprovação

No sábado dia 12, durante a segunda discussão, Cotegipe fez longo pronunciamento contrário à proposta, que foi aprovada domingo, dia 13, em sessão extraordinária.

Na direção dos trabalhos da Casa, o senador Cruz Machado designou a comissão que levaria o projeto ao Paço e que foi composta pelos membros da comissão que ofereceu o parecer e ainda por outros nove senadores.

O senador e presidente do Conselho de Ministros João Alfredo (PE) comunicou, então, ao Plenário da Casa que Sua Alteza a Princesa Regente receberia às 3 horas da tarde, no Paço da Cidade, a comissão de senadores que levaria o decreto da Assembléia Geral declarando extinta a escravidão no Brasil.

"A lei reconhece como propriedade e matéria tributável o escravo"

"A verdade é que vai haver uma perturbação enorme no País durante muitos anos, o que não verei talvez, mas aqueles a quem Deus conceder mais vida, ou que forem mais moços, presenciarão." A

previsão sombria foi feita pelo senador Barão de Cotegipe, ao desferir críticas ao projeto da abolição.

Para o senador, "ninguém acreditará no futuro que se realizasse com tanta precipitação e tão poucos escrúpulos a transformação que vai aparecer".

A principal crítica de Cotegipe se referia ao fato de que a proposta não previa indenização aos proprietários de escravos.

Afirmando que a propriedade sobre o escravo era uma criação do direito, ele enfatizou que "a Constituição, a lei civil, as leis eleitorais, as leis de fazenda, os impostos etc., tudo reconhece como propriedade e matéria tributável o escravo, assim como a terra".

Com a abolição, segundo Cotegipe, estaria se decretando que no país "não há propriedade, que tudo pode ser destruído por meio de uma lei sem atenção nem a direitos adquiridos nem a inconvenientes futuros".

Entendo que grandes males vão surgir dessa medida, que convém que sejam, o quanto antes, tomadas providências em benefício não só da lavoura, como também dos que vão ser libertados.

"Medida arriscadíssima para a ordem social e econômica da Nação"

Repetindo argumentos do Barão de Cotegipe e do deputado Andrade Figueira contra a abolição, o senador Paulino de Sousa (RJ) afirmou que a proposta era "inconstitucional, antieconômica e desumana", porque deixaria "expostos à miséria e à morte os inválidos, os enfermos, os velhos, os órfãos e crianças abandonadas da raça que quer proteger".

Apontando o projeto da abolição como algo "arriscadíssimo para a ordem social e econômica da Nação", o senador criticou também o "trânsito pressuroso" da matéria na Casa. Na sua avaliação, o elemento servil era o "único trabalho organizado em quase todo o País,

que não podia ser tão rápida e subitamente suprimido”.

Paulino disse que, para a emancipação dos escravos das colônias francesas, a partir de 1848, foi observado um prazo de

dois meses, contados da promulgação do ato, e garantido fundo para indenização aos proprietários.

– Devo dizer que iludem-se ou querem iludir-se os que acreditam remover uma grande dificuldade com esta lei da abolição do elemento servil; pelo contrário, é agora que recrescem, com a desorganização do trabalho e com a entrada de 700 mil indivíduos não preparados pela educação e pelos hábitos da liberdade anterior para a vida civil, as contingências previstas para a ordem econômica e social.

“Não há perigo algum. Esta lei vale por uma nova Constituição”

Contestando os senadores Paulino e Cotegepe, o senador Sousa Dantas (BA) afirmou da tribuna que a abolição não marcará no Brasil “uma época de miséria,

de sofrimentos e de penúria”.

Dantas manifestou a convicção de que “o desaparecimento de 600 mil criaturas escravas”, em vez de produzir “a nossa ruína”, tornará o Brasil mais próspero, graças ao trabalho livre.

– Não há, portanto, perigo algum, e até onde a minha voz, a minha responsabilidade, a confiança que eu possa inspirar aos meus concidadãos, até onde a minha experiência dos negócios, o meu estudo de todos os dias me puderem dar alguma autoridade, eu direi desta cadeira a todo o Brasil que nós, hoje, vamos constituir uma nova Pátria, que esta lei vale por uma nova Constituição – sustentou.

Sousa Dantas declarou ainda que a votação proposta representava o maior acontecimento da história do País, e, ao concluir, recitou estes três pequenos versos do século 13:

*“O’ libertad!
Luz del dia!
Tu me guia”.*

Acordo quase unânime garante “força moral e prestígio” à decisão

Em resposta aos argumentos de que a abolição deverá acarretar transtornos, o senador Manuel Francisco Correia (PR) afirmou que “não se extirpa do organismo social um cancro secular sem que perturbações se operem”.

Mas o senador conservador disse acreditar na “cicatriz de uma ferida” que nunca mais será aberta, possibilitando então a “prosperidade da Pátria”.

– É grande fortuna para o Império que a lei possa ser promulgada, revestida de força moral e do prestígio que lhe dá o acordo refletido e quase unânime de ambas as parcialidades políticas – finalizou.

PROGRAMMA
DAS
GRANDES REGATAS
NA
Enseada de
Botafogo
EM HOMENAGEM Á
ABOLIÇÃO

Sabbado 19 de maio de 1888

ÀS 1 1/2 DA TARDE EM PONTO

Uma luta social, política e econômica

Campanha pelo fim da escravidão no país envolveu monarquistas e republicanos

A abolição da escravatura foi um processo secular resultante de mobilizações sociais – inclusive dos próprios negros –, morais, políticas e econômicas. Da assinatura da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico negreiro, já se passaram 38 anos de intensa campanha abolicionista que se finda agora com a Lei Áurea.

Com exemplos europeus de abolição da mão-de-obra escrava, por um bom tempo, o processo da crítica abolicionista no Brasil concentrou-se em espaços como clubes, lojas maçônicas, associações, cafés e jornais e, aos poucos, estendeu-se à população.

Essa foi, segundo o abolicionista Joaquim Nabuco, a primeira fase do movimento pelo fim da escravidão, entre 1879 a 1884, quando “os abolicionistas combateram sós, entregues aos seus próprios recursos”.

Mais tarde, discursos nas tribunas, artigos e poemas em jornais brasileiros e estrangeiros e a forte pressão sobre o Império fizeram ruir de vez a escravidão.

No geral, todos os republicanos mostravam-se abolicionistas, mas nem todos os que lutaram pela libertação dos escravos preferem a República. Monarquistas como André Rebouças e Joaquim Nabuco têm sido incansáveis nessa luta pelo fim da escravidão. Muitos outros são defensores ferrenhos da mesma causa, entre eles Ruy Barbosa, José do Patrocínio e Tobias Barreto. Já falecidos, Luís Gama e Castro Alves também não podem ser esquecidos nessa batalha.

Mesmo os republicanos tiveram maneiras diferentes de pensar a abolição. O Congresso exprimiu por um bom tempo o pensar dos paulistas que não adotavam a solução geral e totalmente libertadora.

A proposta era que o problema fosse resolvido gradualmente, conforme o interesse de cada província, aceitando o princípio da indenização, reconhecendo o que alguns chamam de “o direito do homem sobre o homem”.

Mas a forte pressão social e moral e a redução do interesse econômico pelo negro, que com o tempo passou a apresentar custo maior que a mão-de-obra livre competitiva, culminaram com a aceitação dos parlamentares pela abolição total dos ainda escravos.

Um pouco antes da proibição do tráfico negreiro, o preço do escravo já subia no mercado com a previsão de que não seriam mais trazidos negros para o Brasil.

Essa alta manteve-se até 1880 em especial pela forte demanda da lavoura cafeeira. Agora, quando se assina a Lei Áurea, boa parte da mão-de-obra escrava já foi substituída.

Grandes defensores da abolição

Joaquim Nabuco

Diplomata, historiador, jurista, jornalista e político, Joaquim Nabuco foi o maior porta-voz do abolicionismo parlamentar. Sua campanha antiescravocrata na Câmara dos Deputados começou em 1878. Fundou a Sociedade Antiescravidão Brasileira, o que mostra sua luta veemente pelo fim do trabalho servil. Ele apresentou projeto de lei em 1880 propondo o fim da escravidão a partir de 1890, com indenização dos proprietários, o que provocou choque com os

mais radicais, que sempre exigiam a abolição imediata e sem que houvesse qualquer paga aos senhores de escravos. Três anos mais tarde, em Londres, o maçom Joaquim Nabuco escreveu *O Abolicionismo*, em que defende a abolição legalista, imediata e não mais com indenizações.

Ruy Barbosa

Escolhido para redigir o Projeto Dan-
tás, precursor da Lei dos Sexagenários em 1885, tornando livre todos os escravos com idade igual ou superior a 65 anos, Ruy Barbosa também destaca-se entre os defensores do abolicionismo.

Seu texto não foi aprovado pela Câmara porque propunha a liberdade dos escravos a partir dos 60 anos, sem que houvesse indenização aos proprietários, o que causou grande revolta dos senhores. Foi aprovada então a Lei Saraiva-

Cotegipe, muito menos abrangente.

Iniciou sua carreira política como deputado na Bahia em 1878. Desde os tempos de estudante participou ativamente nas campanhas de combate à escravidão e o faz por meio das associações abolicionistas, da imprensa e da tribuna.

Castro Alves

O “Poeta dos Escravos e da Liberdade” fez de seus versos palavras fortes na luta pela abolição da escravatura. Nascido em Muritiba (BA), em 1847, Antônio Frederico de Castro Alves morreu aos 24 anos, muito antes da assinatura da Lei Áurea.

Em 1868, em um gesto de coragem, fez a apresentação pública, em uma comemoração cívica onde estavam diversos senhores de escravos, do poema *Tragédia no mar*, que depois passou a ser chamado

de *O navio negro*.

A obra é uma crítica feroz do republicano Castro Alves aos maus-tratos a que eram submetidos os negros, desde sua captura até a sua utilização desumana nos latifúndios. Um clássico, o poema foi escrito quando ele tinha apenas 21 anos.

Abolicionistas negros

José do Patrocínio

Entre os abolicionistas negros, José do Patrocínio foi incansável até os segundos que antecederam a assinatura da Lei Áurea. Para o jornalista, filho de mãe escrava e de um vigário, “a propriedade escrava é um roubo duplo”.

Natural do Rio de Janeiro, tornou-se muito cedo um articulista famoso. Depois de conhecer a Princesa Isabel, fundou o jornal *A Gazeta da Tarde* e passou a ser chamado de O Tigre da Abolição. Ao lado de André Rebouças, criou em 1883 a Confederação Abolicionista.

André Rebouças

Filho de um advogado mulato autodidata e da filha de um comerciante, o engenheiro baiano André Rebouças engajou-se no movimento abolicionista ao lado de defensores da causa como Joaquim Nabuco.

Monarquista, muito ligado ao Imperador Dom Pedro 2º, a partir de 1872 dedicou-se integralmente à abolição da escravatura, ajudando a criar a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Confederação Abolicionista. Publicou diversos artigos em jornais contra o trabalho servil, propondo sempre a conciliação entre as classes.

Luís Gama

O advogado e jornalista Luís Gonzaga Pinto da Gama era filho de um fidalgo português e da africana Luísa Maheu, de Nagô, que diversas vezes foi preso por estar envolvida com insurreições de escravos.

Nascido em 1830, Luís Gama teria sido vendido como escravo, de forma ilegal, pelo seu pai, aos 1º anos. Foi um símbolo do movimento pela abolição em São Paulo, tendo sido responsável pela libertação de mais de mil escravos cativos. Morreu em 1882, seis anos antes da assinatura da Lei Áurea.

Tobias Barreto

Um dos principais nomes do condoreirismo, escola literária da poesia brasileira marcada pela temática social e defesa de idéias igualitárias, Tobias Barreto, assim como Castro Alves, fez de alguns de seus temas armas para o combate à escravidão.

Além de poeta, Tobias Barreto é filósofo, crítico e jornalista. Sergipano, ele se declara o “mestiço de Sêrpe”. Em 1868, publicou o poema *A Escravidão*. De 1871 a 1881, viveu em Escada, em Pernambuco, cidade que teve de deixar após ter alforriado todos os escravos que pertenciam a seu sogro.

Resistência começou no século XVI

**Primeiros registros de escravos
fugitivos são de 1575, na Bahia**

Os africanos escravizados no Brasil não demoraram muito para dar início aos movimentos de fuga e formação de acampamentos armados que, além de servirem de moradias, eram principalmente centros de resistência e contribuíram para o fim do trabalho escravo no país.

Ainda no século 16, por volta de 1575, o Império já recebia notícias da movimentação de escravos fugitivos na Bahia.

Inicialmente eles se reuniram no que se chamou de mocambo, espécie de acampamento militar e moradia dos negros de língua bantu da África Central e Centro-Occidental.

Em 1588 foi publicado regimento que estabelecia "punição exemplar" para os fugitivos. Nos quase quatro séculos de escravi-

dão no Brasil, houve grande enfrentamento de tropas do governo e perseguições determinadas pelos senhores dos escravos, que contavam com o trabalho dos capitães-do-mato.

As capitanias de Sergipe e da Bahia foram tomadas por mocambos no início do século 17. Na Paraíba, em 1691, se formou o Quilombo do Cumbe, combatido em 1731.

No Rio de Janeiro, os primeiros registros são de 1625. No século seguinte, os mocambos surgiram em Cabo Frio, Campos dos Goitacazes e Saquarema.

O século 18 foi de expansão dos grupos negros, quando a denominação mocambo foi substituída por quilombo. No Maranhão, as tropas atacaram grupos que se reuniam entre os rios Gurupi e Turiaçu no início dos anos 1700.

Nas capitanias do Rio Negro e do Grão-Pará, as comunidades negras também recriavam militares desarmados e índios. Há registros de fugitivos em outras regiões da Floresta Amazônica, assim como nas capitanias do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Na segunda metade do século 18, as denúncias contra os quilombos surgem no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso e Goiás.

Muitos desses grupos foram desenvolvendo ao longo dos anos relações com as comunidades locais. A própria Princesa Isabel, às vésperas de assinar a Lei Áurea, já havia acolhido e hospedado mais de mil fugitivos.

População de Palmares pode ter ultrapassado 20 mil pessoas

As maiores comunidades de fugitivos de toda a América concentraram-se na região açucareira de Pernambuco e de Alagoas. Vários núcleos de povoamento de negros fugitivos formaram o Quilombo dos Palmares, que pode ter abrigado mais de 20 mil pessoas por volta de 1670. Os registros indicam sua fundação em 1597.

Localizado na serra da Barriga, Zona da Mata alagoana, o quilombo resistiu por mais de um século a fortes combates de tropas do governo colonial.

As invasões holandesas no Brasil, entre 1624 e 1654, interferiram na rotina dos engenhos e, com isso, ajudaram a fuga dos negros e a formação dos núcleos de

povoamento do quilombo, sendo Macaco, Subupira, Zumbi e Tabocas os principais.

Mas a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro fez aumentar a necessidade de mão-de-obra para os engenhos e, por isso, os proprietários de terras e o governo colonial deram início a numerosas caçadas e ataques a Palmares para recapturar os fugitivos.

Os líderes negros de maior representatividade foram Ganga Zumba e seu sobrinho Zumbi, que acabou assassinado. Foram mais de 18 as expedições realizadas até que se conseguisse acabar definitivamente com o Quilombo de Palmares, por volta de 1710.

Outra forte ação negra aconteceu na Revolta dos Malês, de 25 a 27 de janeiro de 1835, quando centenas de escravos africanos adeptos do Islã lutaram nas ruas de Salvador contra tropas de cavalaria e milícias.

Os malês queriam o fim do catolicismo, que lhes era imposto, assassinar os brancos e confiscar seus bens e o direito de praticar o islamismo.

O governo conseguiu impedir os ataques aos quartéis de Salvador. Nos confrontos ocorridos, morreram sete integrantes das tropas oficiais e 70 negros. Outros 281 foram presos.

Navios negreiros, navios de horrores

No poema *O navio negreiro*, Castro Alves relata os horrores que sofriam homens, mulheres e crianças nos navios que os transportavam da África para o Brasil. Arrancados da terra natal, eram submetidos a toda sorte de doenças, maus-tratos, fome e frio na travessia do Atlântico.

O quadro é também descrito, em 1813, por Dom João VI, que, no alvará de 24 de novembro daquele ano, determina a adoção de “humanitárias provi-

dências” contra “o tratamento duro e inhumano que, no trânsito dos portos africanos para os do Brasil, sofrem os negros, chegando a tal extremo a barbaridade e sordida avaréza de muitos dos mestres das embarcações que os conduzem (...)”

Segundo o alvará, esses mestres, “seduzidos pela fatal ambição de adquirir fretes, e de fazer maiores ganhos, sobrecarregam os navios, admitindo nelles muito maior numero de negros do que podem

convenientemente conter; faltando-lhes com alimentos necessarios para a subsistencia delles, não só na quantidade, mas até na qualidade, por lhes fornecerem generos avariados e corruptos, que podem haver mais em conta; resultando de hum tão abominavel trafico, que se não pode encarar sem horror e indignação manifestarem se enfermidades; que, por falta de curativo e conveniente tratamento, não tardão a fazerem-se epidemicas e mortais”.

Alvará determinou

“espaço aos cativos para se moverem e respirar”

Para minimizar a situação cruel a que eram submetidos os negros a bordo dos navios negreiros, alvará de 24 de novembro de 1813, de Dom João VI, determinava uma série de condutas.

Entre as providências, estava a limitação do número de negros transportados, “dando-se aos cativos espaço para se moverem e respirar”. Também deveria ter um tiro de carga para fiscalizar a lotação e a propriedade dos escravos. As

caravelas que saíam para o Brasil carregavam, em média, de 500 a 700 negros.

Todos os navios negreiros precisavam ter um “cirurgião-perito” e uma enfermaria aparelhada. A mortalidade dos escravos não poderia passar de 3%, mas o percentual chegava a 10%, em média.

Além disso, deveria haver fiscalização sanitária da tripulação e dos escravos, para evitar a transmissão de moléstias, assim como dos alimentos,

que precisavam oferecer variedade e qualidade.

Os navios, conforme o alvará, teriam de apresentar condições de salubridade, asseio e ventilação, o que, pelo número excessivo de escravos a bordo, não ocorria.

Ceará acabou com a escravidão há 4 anos

Medida repercutiu intensamente na Corte e estimulou o abolicionismo em outras províncias

Nas duas últimas décadas, a idéia de libertação dos escravos foi aos poucos se irradiando para o interior do Brasil, motivando vários segmentos da sociedade, desde simples jangadeiros e donos de barcas no Nordeste, que se recusavam a participar do transporte de cativos, a jornalistas, poetas, escritores e políticos que abraçaram a causa com entusiasmo. Na Província cearense, o fim da escravidão foi proclamado há quatro anos. O Ceará assumiu, no dia 25 de março de 1884, a responsabilidade histórica de proclamar a extinção do trabalho escravo em todo o seu território. A iniciativa pioneira repercutiu intensamente na Corte e nas províncias, reforçando os movimentos que já começavam a tomar corpo em outras partes do país, como Amazonas, Bahia e Paraíba.

A grande festa da abolição no Ceará reuniu a população da capital, na Praça Castro Carreira. Canhões da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção reboaram e os sinos repi-

caram. Um grande desfile atravessou a cidade antiga, desde a Rua 1º de Março até o passeio público.

Victor Hugo

Em meio às manifestações, o presidente da Província, Sátiro de Oliveira Dias, declarou em tom solene: "Para a glória imortal do povo cearense e em nome e pela vontade desse mesmo povo, proclamo ao país e ao mundo que a província do Ceará não possui mais escravos".

O abolicionista José do Patrocínio, que se encontrava em Paris dias antes do banimento da escravidão no Ceará, enviou carta ao escritor Victor Hugo comunicando que uma província brasileira estava prestes a ser considerada liberta do cativeiro. Ele pedia ao poeta uma palavra de animação, um conselho, que servisse de encorajamento ao Imperador Dom Pedro 2º, no sentido de engajar-se na campanha pela abolição.

O grande pensador francês, na resposta a Patrocínio, considerou "grande novidade" o gesto dos cearenses e reforçou que com a iniciativa libertadora "a

barbárie recua e a civilização avança".

Embora a luta final tenha se dado na cidade de Fortaleza, foi no interior da província, na pequena vila de Aracape, que logo depois se chamaria Redenção, que a Sociedade Cearense Libertadora liderou a primeira grande campanha pela abolição.

Os jangadeiros também tiveram papel decisivo no processo cearense de abolição da escravatura. Em 27 de janeiro de 1881, tendo à frente Francisco José do Nascimento, conhecido como "Dragão do Mar", os jangadeiros firmaram sua posição: "No porto do Ceará não se embarcam mais escravos!". Com esta atitude, eles conseguiram de fato abolir o tráfico de escravos na província.

Assim como ocorria no Ceará, a luta pela abolição agregou não apenas figuras de expressão nas províncias e na Corte. Militares recusavam-se a perseguir escravos fugidos; mascates ajudavam na distribuição dos panfletos a favor da abolição; ferroviários escondiam negros nos trens ajudando-os nas fugas.

Reparação aos ex-escravos precisa ser discutida

Não faltaram discursos de abolicionistas como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Luís Gama e Ruy Barbosa defendendo a necessidade de oferecer oportunidades para integrar os ex-escravos à sociedade. A grande dívida para com os escravos libertos deve ser saldada, para que se possa construir uma sociedade justa e igualitária.

Neste momento em que o Brasil comemora a assinatura da Lei Áurea, alguns abolicionistas colocam em foco a preocupação diante do quadro ainda nebuloso que envolve as consequências de um processo que

era inevitável diante de séculos de domínio sobre as populações negras, e que não foram contempladas com nenhum tipo de compensação.

Em razão disso, é lícito prever que a pauta de debates do Parlamento, neste final do século 19, deverá incluir propostas visando contemplar, de alguma forma, os ex-escravos e seus descendentes. É possível até que essa discussão não tenha fim na próxima década e termine se estendendo pelo século 20, mas deve-se ter em vista que a reparação que precisa ser

atribuída aos ex-escravos e sua gente não se confunde com qualquer tipo de vida, por representar, também, um legítimo direito.

Ao longo da luta pela abolição foram discutidas propostas nesse sentido, como a criação de colônias agrícolas para os libertos, a desapropriação de terras não exploradas e o desenvolvimento da agricultura. É mister que se estudem ainda outras formas de reparação, como oportunidade de emprego na cidade e acesso à educação, conferindo dignidade ao indivíduo.

Mossoró se destaca como cidade pioneira

A força do movimento abolicionista logo atingiu Mossoró, que abraçou a causa com entusiasmo – especialmente a Loja Maçônica 24 de Junho. A cidade comemorou em grande evento, no dia 30 de setembro de 1883, o fim da escravidão. Naquela ocasião, o líder da Sociedade Libertadora Mossoroense, Joaquim Bezerra da Costa Mendes, fez uma declaração histórica.

– Mossoró está livre: aqui não há mais escravos!.

O exemplo dessa cidade passou a ser seguido por comunidades do interior da Província do Rio Grande do Norte. Açú libertou seus escravos em 24 de junho de 1885; depois Carnaúba, em 3º de março de 1887; e, logo a seguir, Triunfo, em 25 de maio de 1887. Natal não possuía mais escravos no

início deste ano.

No Piauí, em 1870, o jornalista David Moreira Caldas iniciou ardorosa campanha abolicionista pela imprensa, fundando o jornal *Oitenta e Nove*, que em sua primeira edição, de 1º de fevereiro de 1873, “profetizou” a proclamação da república brasileira no centenário da Revolução Francesa, no próximo ano, ou seja, em 1889.

Movimento abolicionista se espalhou pelas províncias

A Sociedade Emancipadora Amazonense, fundada em 1870, cumpriu papel decisivo na campanha libertadora na Província do Amazonas. A 24 de abril de 1884, a Assembleia Provincial autorizou o governo a despendar 300 contos com alforrias. A 24 de maio foi reconhecido oficialmente que Manaus não tinha mais escravos.

Em Pernambuco, a luta contou com os nomes de José Mariano, João Ramos, Gomes de Matos e outros que criaram o Clube do Cupim. O movimento conseguiu minar a força dos escravocratas. As barcas pernambucanas também apoiaram a fuga de escravos.

Na Província da Bahia, o movimento ganhou a adesão da imprensa de Salvador, que decidiu não mais publicar anúncios de fuga, compra e venda de escravos. Pessoas simples, como Manoel Roque, negro e operário, e personalidades, como Castro Alves, deram grande força ao movimento que começou a se articu-

lar em 1870.

Em Goiás, o movimento chegou a causar conflitos, mas nos meses que antecederam a assinatura da Lei Áurea a escravidão estava quase extinta em toda a província. No Rio de Janeiro, houve embates violentos, em especial em áreas onde a lavoura cafeeira se expandiu. A mobilização cresceu em meados de 1870. Nesse ano, um grupo de parlamentares lançou campanha pela abolição da escravatura. No final de 1887, já ocorriam alforrias espontâneas em toda a província.

Em São Paulo, diversas cidades libertaram seus escravos no ano passado. Em São Carlos, o fim do cativo foi proclamado em dezembro. No Rio Grande do Sul, o movimento comemorou a libertação da capital em 1884. Com um número menor de escravos, em relação às demais províncias, o Paraná também se engajou na luta, e antes da lei, cidades como Porto de Cima já estavam livres da escravidão.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, hoje eu falo a vocês, meus colegas de Parlamento, sobre uma parcela muito importante da nossa população, a juventude.

Com os acontecimentos envolvendo os aposentados do nosso país e minha agenda um tanto apertada, não pude me manifestar antes mas, quero me reportar ao dia 24 de abril, Dia Internacional do Jovem Trabalhador.

Quero, na verdade, abrir um pouco o foco, falando sobre o contexto geral que envolve a juventude.

No final do ano passado aconteceu, em Brasília, a 7ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, organizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) em parceria com o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Naquele encontro a grande preocupação foi definir estratégias para que medidas políticas nas áreas sócio-educativas e convivência familiar sejam implementadas.

O foco da Conferência foi “Concretizar Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: Um Investimento Obrigatório”

Segundo a presidente do Conanda e subsecretária da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da SEDH, Carmen Oliveira, esta Conferência difere das outras por ter caráter deliberativo e não indicativo. Aquilo que foi decidido comporá ações que o governo, Conanda e sociedade civil terão que colocar em prática.

Fato interessante foi que a Conferência contou com um número maior de delegados adolescentes (chegando à cerca de 25% do total das delegações).

Isso é muito bom, pois trazer os jovens para o debate é perguntar diretamente às pessoas interessadas, aquilo que pode e deve ser feito em benefício das mesmas.

Ao falar sobre os jovens, não podemos deixar de lembrar do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O **Correio Braziliense** realizou, em meados do ano passado, uma série de reportagens que diziam respeito ao Estatuto.

Começaram chamando a atenção para os direitos constantes da lei, entre eles: que todas as crianças e adolescentes devem ser tratados com dignidade e tem direito a viver com a família em uma relação de respeito e compreensão.

Tem direito também à oferta e qualidade de ensino e da mesma forma no que diz respeito ao sistema de saúde. O lazer, o esporte e a cultura também devem

estar ao alcance de todos, independente da renda dos pais ou do endereço onde moram.

Bem, nessa série de reportagens, foi apurado, e não é surpresa para nós, que a realidade é bem diferente do que deveria ser.

As crianças estão expostas à violência e grande parte delas não tem acesso a quase nada.

Na capital do nosso país, as distorções são visíveis, os indicadores de qualidade de vida assustam. A primeira reportagem mostrou a diferença entre duas regiões administrativas do Distrito Federal.

No lago sul, cada Km² é ocupado por 153 habitantes enquanto que o número de moradores por Km² em Taguatinga, é de 2 mil.

Em termos de violência, Planaltina, outra região, sofreu, em 2006, com 65 homicídios, em Samambaia foram 33 assassinatos, no Guará foram nove homicídios.

Essas três cidades tem praticamente o mesmo número de habitantes, mas a realidade que cada uma vive difere das outras.

O especialista em violência e maus-tratos a criança e ao adolescente, Julio Jacobo Waiselfiz, explicou ao jornal que, *“em muitos aspectos a violência está ligada à baixa distribuição de renda e a miséria que muitas vezes mostram a cara do lugar”*

Em outro momento, o jornal abordou os aspectos que dizem respeito à aplicação do ECA e às medidas punitivas e sócio-educativas para reintegração dos jovens na sociedade.

Ficou bem evidenciado que as delegacias para jovens infratores que atuam no Distrito Federal, por exemplo, e no resto do Brasil deve ser a mesma coisa, não são nada diferentes da Papuda, o presídio onde ficam os presos com mais idade.

As condições da maioria desses centros são precárias, as celas são pequenas, sobrecarregadas e não tem condições adequadas de higiene. Infelizmente, muitas vezes são os próprios infratores que causam danos ao local, mas fato é que a ressocialização, que consta como obrigatória na Lei, não acontece.

Os jovens não contam com medidas que os auxiliem a retornar para a sociedade em melhores condições emocionais do que ingressaram nos centros de detenção. Afirmando que só saem uma vez para pegar sol, para comer e depois voltam para a cela.

Nessas condições não tem jeito do jovem ser socializado. Fugindo do que consta do ECA a tendência é de que os jovens se tornem mais violentos e voltem a cometer infrações.

A advogada do Centro de Defesa do Direito da Infância (CEDECA), Clímene Quirido, comentou que “

...os regimes de internação, liberdade assistida e semi liberdade hoje não tem muito de sócio-educativo”

As punições continuam sendo aplicadas e ainda são o meio utilizado como “tratamento corretivo” aos jovens infratores.

O fato é que, segundo o ECA, antes de adotar medidas severas, os jovens deveriam receber advertência, ou ainda fazer a reparação de danos ou prestar serviços.

Sr. Presidente, nós precisamos recuperar os nossos jovens. É como diz a poesia de Luciano Ribeiro que consta do site Juventude Rural:

Eu não quero apenas estar aqui
E viver cada dia sem me exaurir
Quero ter forças para sempre seguir
Sempre lutar, nunca desistir

Eu sou jovem, tenho que agir
Revoltar-me, mas também evoluir
E em tempo que está por vir
Não deixar o passado se repetir

Quero mudanças, irei proferir
E quem não quiser me ouvir
Desculpe-me: falarei o que sentir

Vamos viver um novo tempo, um novo
existir ...

Dizem que somos Estrelinhas, não importa, o que realmente queremos é o brilho da transformação!

Existem projetos muito bons que vem sendo implementados pelo Governo e que são voltados para a juventude, um deles é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

Consta do site do Ministério da Justiça que, “entre os principais eixos do Pronasci destacam-se, a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

Além dos profissionais de segurança pública, o Pronasci tem também como público-alvo jovens de 15 a 29 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional; e ainda os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar.

Para o desenvolvimento do Programa, o governo federal investirá R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012”

Esse programa, Senhoras e Senhores Senadores, une iniciativas da área de segurança com políticas sociais, e voltando seu foco para a juventude, cumpre um importante papel pois ao apostar nos jovens estamos gerando chances de termos um novo futuro para nosso país.

Uma das ações do PRONASCI é viabilizar a construção de 187 novos presídios e unidades correccionais onde os jovens infratores serão abrigados.

O interessante é que nessas instituições haverá escolas, laboratórios de informática, cursos de capacitação profissional e fábricas com o intuito de garantir emprego aos detentos.

Essa é uma forma de separar os jovens e não deixá-los em convívio com outros infratores mais velhos em cárceres comuns, mudando o cenário de suas vidas, fazendo com que deixem de ser reféns das consideradas “escolas de bandidagem”

O objetivo é recuperar os jovens, principalmente, aqueles da periferia, que não tem oportunidade de estudar e encontrar emprego, dando a eles um rumo positivo, com possibilidades de saída da criminalidade.

O PRONASCI foi implementado, de início, em 50 municípios que apresentavam grande índices de violência, mas até o final do mandato do Governo Lula, ele será ampliado para todo o Brasil.

Precisamos refletir também sobre o que disse o diretor-executivo da ONG Viva Rio, em entrevista concedida ao jornal **O Globo** : “*O programa é importante e tem o foco correto. Mas, para ter impacto ele precisa entrar no sistema educacional brasileiro. Os jovens precisam ser assimilados pelas escolas públicas depois que deixam as unidades. Quando retornam ao sistema educacional, com mais ou menos 19 ou 20 anos, acabam encontrando dificuldades, pois não existe uma metodologia própria para lidar com essas pessoas*”

Senhor Presidente,

O Ministério da Justiça apresentou dados que fazem parte da versão final do PRONASCI, que mostram que a cada hora, pelo menos sete jovens entre 18 e 29 anos ingressam no sistema prisional brasileiro.

Senhores, isso acontece a cada hora do nosso dia. Eu fico espantado diante de números dessa ordem.

O percentual de jovens que entram na prisão é 58% (68,4 mil por ano) maior do que os que saem (43,2 mil por ano).

A Secretaria Geral da Presidência da República, diz que, dos 50,5 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, 4,5 milhões são considerados “em estado de risco”.

E vocês sabem porquê? Entre as principais razões estão o fato de que eles não tem o ensino fundamental e estão fora das escolas e desempregados.

O índice de analfabetismo entre os jovens que estão na prisão é de 15%, são 36 mil jovens.

Programas do tipo do PRONASCI são fundamentais para que possamos dar uma injeção de ânimo para aqueles que estão sem perspectiva de futuro.

Aliás, eles não tem um presente, porque o momento deles é tão amargo que mais parece um pesadelo e não uma vida de fato, com dignidade, com possibilidades reais de construir sua identidade.

O Governo está preocupado com essa situação e aponta a consolidação desse Programa para 2010. Da mesma forma está buscando a inclusão dos jovens em programas oficiais.

Nós temos entre vários exemplos, o PROINFO, que coloca a tecnologia ao alcance de todas as escolas públicas; o Projovem, Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária.

Esse programa “é componente estratégico da Política Nacional de Juventude, do Governo Federal. Foi implantado em 2005,...

E seus destinatários são jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho.

Aos participantes, o ProJovem oferece oportunidades de elevação da escolaridade; de qualificação profissional; e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público”

Temos que mencionar também que várias Instituições estão engajadas em criar programas voltados para a juventude, tentando dar ao jovem condições de desenvolver seu potencial.

É assim com o projeto *Um mundo Melhor* que vem sendo desenvolvido pelo Fundo Nacional das Nações Unidas (UNICEF) em parceria com a BT Global Services, uma empresa que trabalha com soluções para as telecomunicações.

Esse programa, lançado em 08 de abril, em uma escola de São Paulo, poderá beneficiar 10 mil adolescentes de baixa renda, que moram em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza.

Trata-se de um programa que busca a inclusão através do treinamento desses jovens para que saibam utilizar ferramentas de comunicação como a internet, o rádio, a fotografia e o vídeo.

Sabendo usá-las, os estudantes poderão, por exemplo, criar e divulgar campanhas visando melhorias na educação, para suas escolas e também comunidades, com políticas públicas que as beneficiem.

As escolas que irão participar do programa vão receber computadores, câmeras digitais, e outros equipamentos importantes para a implementação dos trabalhos. Eles terão também um site exclusivo para falar das vivências que estão experimentando com o projeto.

O Sr. Luis Alvarez que é presidente da BT para Europa, Oriente Médio, África e América Latina, disse

que se trata de um projeto global, que começou em 2007, com 18 mil estudantes de 27 escolas da África do Sul, e foi um grande sucesso.

Suas palavras foram: “*Esperamos a mesma coisa no Brasil. Esperamos que a transformação que a tecnologia proporciona seja uma grande oportunidade para os jovens e as comunidades onde eles vivem.*”

A representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier disse: “*Temos objetivos específicos e o fundamental desse projeto é desenvolver conhecimento, boas práticas e segredos de sucessos, construindo em conjunto um banco de metodologias para que isso seja colocado à disposição de outras escolas e comunidades. Nossa proposta é também ter um impacto nas políticas públicas de educação no Brasil*”

Um dos objetivos do Milênio, meus nobres colegas, é “alcançar o ensino primário universal” A taxa de frequência líquida na educação primária, que considera apenas crianças de 7 a 10 anos foi de 78% em 1992, quase 90% em 2002 e o objetivo é alcançar 100% até 2015, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/PNAD).

Não está incluída nesta estatística a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Aliás, e se falarmos na realidade de quem mora no campo? Eles tem uma experiência muito diversa de quem vive na cidade.

E aí enfatizo a importância de valorizarmos o campo, o desenvolvimento sustentável, a agropecuária, as comunidades ribeirinhas, os sem-teto, os sem-terra.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do MEC nos mostram que das 2,2, milhões de pessoas, entre 15 e 17 anos, que residem no campo, 34% não frequentam a escola.

Também segundo o levantamento, 29,8% dos adultos são analfabetos. Em relação às crianças entre 10 e 14 anos, 23% estão na série adequada à sua idade. Na cidade o registrado são 47%.

Precisamos alterar a realidade da população rural.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministério da Educação, olha de forma atenta para a educação em nosso país, ele pensa as mudanças que precisam ser feitas.

Esse programa é uma série inédita de medidas objetivas de intervenção no sistema educacional brasileiro, com previsão do aporte necessário de recursos e da cobrança de resultados.

O ProUni, outro importante programa do governo federal, “cria diversas universidades federais e novos campi, amplia de forma muito significativa o número de

vagas na educação superior, interioriza a educação pública e gratuita e combate as desigualdades regionais”

O Governo afirma que “Todas estas ações vão ao encontro das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a presença, até 2010, de pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, hoje restrita a 12%”

Muitos jovens também estão engajados na luta pela educação ao alcance de todos.

Conforme consta do site do PT “O movimento estudantil no ano passado pautou boa parte de seus debates pelo Plano de Reestruturação e Ampliação das Universidades Federais apresentado pelo governo federal.

O Reuni colocou uma nova perspectiva para as universidades brasileiras, debatendo o acesso ao ensino superior e a necessidade que existe de ampliar as estruturas nas instituições federais”

Tales de Castro, vice-Presidente da União Nacional de Estudantes (UNE) relata em um artigo ao site Juventude do PT que “...*Se faz urgente o nosso debate sobre educação popular. Uma educação que além de garantir o acesso e a permanência nas universidades, possa desconstruir alguns conceitos presentes em nossa formação. Educação popular é a democratização da universidade em todos os níveis, principalmente na participação massiva e igualitária da comunidade universitária na definição dos rumos que a universidade deve tomar. E, mais do que isso, educação popular é fazer com que todo conhecimento produzido na universidade, seja produzido de forma a estabelecer diálogo com as demandas sociais presentes na contradição da nossa sociedade.*”

É, Sr. Presidente, os jovens estão se mobilizando. A Secretaria Nacional de Juventude do PT, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT e a Secretaria Nacional de Formação Política realizaram entre os dias 18 a 21 de abril o I Seminário de Mulheres Jovens do PT, em parceria com a Fundação Perseu Abramo e a Fundação Friedrich Ebert, em São Paulo.

Entre os eixos do Seminário estava o “reconhecimento da mulher jovem como sujeito político”

Fico satisfeito ao ver a juventude fazendo esse movimento positivo no sentido de tomar frente no cenário social do nosso país.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito importante destacar a 1ª Conferência Nacional de Juventude, que foi lançada em 5 de setembro de 2007 pelo Presidente Lula. Ela aconteceu em etapas, primeiro em nível municipal, depois estadual e entre 27 e 30 de abril, ela foi levada a termo em nível nacional, em Brasília.

Tratou-se de um espaço onde o poder público e a sociedade conversaram sobre questões que dizem

respeito aos desafios impostos ao segmento juvenil e as propostas do Governo para responder as suas necessidades.

O Brasil conta hoje com mais ou menos 50 milhões de jovens. Na Conferência participaram especialistas no tema e vários jovens. O evento contou com a participação de praticamente todos os Órgãos do Governo. O Presidente Lula também se fez presente.

O caderno de propostas da 1ª Conferência Nacional da Juventude foi resumido em 69 resoluções e, entre estas, 22 foram eleitas prioritárias e serão um marco para políticas públicas.

A proposta mais votada defende o reconhecimento e a aplicação pelo Poder Público das resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune).

Alguns jovens do Rio Grande do Sul estiveram em meu Gabinete falando das reivindicações mais importantes e urgentes para a juventude.

A educação e o trabalho foram as demandas centrais, seguidas, entre outras, pela cultura, sexualidade e saúde, participação política e meio ambiente.

O Rio Grande do Sul focou sua pauta principalmente no trabalho.

A redução da carga horária também foi levantada como proposta prioritária para eles. Eles lembraram a campanha nacional das centrais sindicais e confederações de trabalhadores pela aprovação da PEC 393/01 que construímos em parceria com o senador Inácio Arruda, de redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas sem redução salarial. Campanha esta que tem o apoio oficial da CNBB.

Eu admiro os jovens e acredito na força deles, eles estão pontuando suas demandas.

Nós temos, de fato, Senhoras e Senhores Senadores, essa questão difícil de enfrentar, a do desemprego, que entre os jovens é ainda mais grave. Se pegarmos dados do IBGE de 1989 a 1998, veremos que em 1989, havia 1 milhão de jovens desempregados. Em 1998, esse número pulou para 3,3 milhões. O desemprego juvenil cresceu três vezes mais que o aumento do desemprego da população em geral. O índice de aumento foi de 194,8%.

Em 2006, a BBC Brasil informava que mundialmente, entre os jovens, de 15 a 24 anos, havia 88,2 milhões de desempregados, isto é, 47,4% do total.

A Organização Internacional do Trabalho apresentou, naquela ocasião, um relatório sobre a questão do desemprego no mundo e os números mostraram que a população entre 15 e 24 anos registra o maior índice de desemprego.

Eles salientaram que em relação as pessoas com mais idade, os jovens corriam três vezes mais risco de enfrentar o desemprego.

E arranjar um emprego continua sendo uma batalha difícil para os nossos jovens porque existe ainda o problema da escassez de mão de obra qualificada.

Lembram que noutro dia eu falava nesta Tribuna sobre isto e que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) havia registrado em 2007, um déficit de 193 mil vagas de pessoal qualificado?

Pois é, meus caros, temos uma proposta muito importante para dar educação profissional aos nossos jovens, preparando-os para o mercado de trabalho.

Eu falo do FUNDEP, a PEC 24/2005, que é uma fonte segura de financiamento, não somente para manutenção das escolas profissionalizantes, mas, principalmente, para sua expansão e desenvolvimento.

Sr. Presidente, nós temos diante de nós um quadro de violência, de desemprego e de dificuldades de acesso à educação que atingem em cheio a juventude brasileira.

A violência, como falei no início deste pronunciamento é um dos problemas graves que temos que enfrentar. Nós falamos do quanto os jovens da periferia são atingidos por ele.

Agora, não pensem que a violência está apenas rondando esses jovens. Nós temos sido pegos de surpresa diante de vários atos violentos praticados por jovens de classe média.

Temos o exemplo daqueles que atearam fogo no índio Galdino que dormia numa parada de ônibus.

No ano passado, em Brasília, um grupo de jovens começou a aterrorizar trabalhadores de restaurantes e de bares, que ao se dirigirem para os pontos de ônibus eram alvejados com ovos. E dizem que descarregar extintor de incêndio nos outros também era uma prática comum.

Que tipo de diversão mórbida é essa? O que é que está acontecendo com os nossos jovens?

E a empregada doméstica, Sirley Carvalho, que foi espancada com socos e pontapés por cinco jovens da classe média também em uma parada de ônibus?

Li uma ponderação do escritor Roberto Crema que me tocou muito. Ele diz: *"Espiritualidade é uma consciência não-dual, uma consciência de participação da parte no Todo, que na essência é o amor e que na prática é a solidariedade."*

Eu pergunto: em sua consciência... você colocaria fogo no seu próprio corpo?

Se você se sente não-separado do outro... você jogaria fogo em alguém que está dormindo num banco?"

Bem, acho que precisamos fazer uma grande reflexão sobre a nossa relação enquanto seres humanos, sobre a educação em nosso país, e não somente

a educação formal, mas a educação espiritual, sobre o suporte familiar das nossas crianças e adolescentes, sobre a triste realidade das drogas na vida dessas pessoas.

Creio, como Cora Coralina disse: *"Acredito nos jovens à procura de caminhos novos abrindo espaços largos na vida"*

Faço questão de enfatizar a importância que a educação tem na vida de alguém. Ela começa no seio familiar, quando uma criança deve se sentir amada, acolhida, parte integrante de uma família.

Famílias que vivem uma realidade de extrema miséria, certamente tem mais dificuldades de oferecer uma ambiente dessa natureza para seus filhos o que não significa que muitas famílias não enfrentem a pobreza unidas e consigam fazer do amor o sustentáculo de sua sobrevivência.

Frisei outro dia, a importância de se estender o ensino a toda população brasileira, aos mais velhos também, a fim de que a cara da família brasileira possa ser modificada e a reestruturação comece da base. Pais e avós que estudam são um excelente exemplo para os jovens.

É importante também que os pais ensinem seus filhos sobre princípios básicos de educação, como respeito às diferenças, solidariedade, diálogo familiar franco e aberto, dificuldades impostas pela conjuntura, força de vontade e coragem para realizar a superação.

O ambiente familiar é muito importante, mas é lógico que as escolas tem papel fundamental no desenho que vai ser formado em cada personalidade de cada criança que lhes é confiada.

Educar no sentido de informar, de incluir, de conscientizar, de fortalecer o hábito da leitura, pode dar as nossas crianças um norte para suas vidas, uma base sólida para seu agir.

Infelizmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as famílias e as escolas tem um grande adversário que traz dores muito profundas pra dentro de casa e da escola também. Ele consegue se sobrepor à dedicação que muitos pais tem para com seus filhos desde a mais tenra idade.

Esse adversário é cruel, é astuto, e muitas vezes letal. Ele é conhecido por muitos nomes; maconha, cocaína, LSD, êxtase e por aí vai Mas, ele pode e deve ser enfrentado. Ele exige ações conjuntas para ser derrubado e não há como se omitir nesta guerra.

Não adianta Senhoras e Senhores Senadores, o melhor caminho que temos a percorrer é dar estudo aos nossos jovens, é dar emprego a eles, é oferecer portas que se abram o mais rápido possível para a

garantia de uma vida promissora, que seja atraente aos seus olhos, mas de forma saudável e não que os derrube como a droga faz.

Para você que é jovem e que está me escutando neste momento eu repito as palavras de um escritor que talvez você conheça. É Fernando Pessoa.

Talvez as palavras soem um pouco pomposas para o seu gosto, mas pense bem naquilo que está na alma da mensagem.

Ele diz: *“Para ser grande, sê inteiro: Nada te exagere ou exclui. Sê todo em cada coisa. Põe o quanto és no mínimo que fazes, assim como, em cada lago a lua toda brilha por que alta vive”*

Eu insisto com você: Seja inteiro em tudo que fizer, coloque o melhor de si junto a sua família, aos seus amigos, no seu trabalho, nos seus estudos, com a pessoa que você gosta. Seja sempre aquilo que existe de melhor em você.

Você pode dar o melhor de si, isso só fará bem a você e aos outros, afinal somos mesmo parte de um grande Todo!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. V. Ex^a será atendido regimentalmente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 573, DE 2008

Nos termos do Art. 222 do RIsf, requeiro Voto de Aplauso aos veículos de comunicação do Senado Federal – TV, Rádio e Jornal – pelas belas matérias relacionadas aos 120 anos da assinatura da Lei Áurea.

Justificação

O **Jornal Senado** veiculou no dia 14 de maio de 1888, a matéria sobre a assinatura da Lei Áurea. A reportagem demonstrou a importância que este veículo de comunicação possui, sobretudo no decorrer de mais de um século. A matéria nos remete também a uma reflexão crítica sobre a verdadeira abolição, ou melhor, sobre o início de uma abolição que até o momento não foi finalizada.

A TV Senado apresentou documentário especial sobre escravidão no Brasil, o documentário chamado “A chama da liberdade”, fez uma avaliação histórica sobre a questão racial no Brasil. O especial abordou assuntos relativos às leis que regeram o período de escravatura no país. O Senado aparece como instrumento legislativo na decisão de libertar negros e mulatos da prática escravista.

Os veículos de comunicação do Senado Federal representam o fortalecimento do direito constitucional

à informação e, sobretudo, primam pelo exercício da cidadania, apresentando os embates ocorridos sobre a política no Congresso Nacional.

Pelos motivos expostos, é que me sinto no dever de apresentar este requerimento pelo belo trabalho de comunicação desempenhado pelo Senado Federal e aplaudir o seu corpo de funcionários que realizam esse ofício com excelente qualidade e técnica.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Paulo Paim**, Senador **Papaléo Paes**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 574, DE 2008

Senhor Presidente,

Tendo sido designado pelo Excelentíssimo Sr. Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 193 de 2008, para participar de diligências nos dias 14 a 16 do corrente mês, no Estado de Mato Grosso, em visita aos Municípios de Alta Floresta e Sinop, para verificar **in loco**, o risco ambiental em que vivem os 36 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, em seu mapa do “desmatamento”. Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Gilberto Goellner**.

REQUERIMENTO Nº 575, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, inc. II alínea c, do Regimento Interno, seja considerada como missão política minha ausência dos trabalhos da Casa no dia 15 de maio, quando na qualidade de Presidente da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193/2008, estarei participando de diligências, no Estado de Mato Grosso, em visitas aos Municípios de Cuiabá, Alta Floresta e Sinop.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Jayme Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 576, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do engenheiro-agrônomo Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes, cientista pioneiro em pesquisas sobre a seringueira da Amazônia.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em Manaus, no dia 25 de abril de 2008, do engenheiro-agrônomo Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes, cientista pioneiro em pesquisas sobre a seringueira da Amazônia.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do Dr. Vicente e à Direção da Embrapa Amazônia Ocidental, da qual foi pesquisador.

Justificação

O engenheiro-agrônomo Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes, falecido no dia 25 de abril último, foi um dos cientistas pioneiros na pesquisa da seringueira da Amazônia. Ele dedicou-se ao controle do chamado mal-das-folhas, principal praga da seringueira, além de ter se dedicado à produção de clones resistentes, que tornou viável a heveicultura na região. O Dr. Vicente deixa esposa, quatro filhos e quatro netos. Entre os filhos, uma, Larissa, é engenheira-agrônoma e, como o pai, dedica-se à área de fisiologia vegetal.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 577, DE 2008

Requer Voto de Aplauso, pelo transcurso do 35º aniversário de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e dos seus 33 anos de atuação na Amazônia, pela Embrapa Amazônia Ocidental.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, pelo transcurso do seu 35º aniversário de criação e pelos seus 33 anos de atuação na Amazônia, pela Embrapa Amazônia Ocidental.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Diretor-Presidente da homenagem, Dr. Sílvio Crestana, e ainda da Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Ocidental, Dra. Maria do Rosário Lobato Rodrigues.

Justificação

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA comemorou no último dia 6 de maio de 2008, seu 35º aniversário de criação. Nesse curto período de existência, a empresa é detentora de notável acervo de realizações, podendo ser proclamada como uma das mais notáveis iniciativas do Governo da República. Ela é, sem dúvida, a grande responsável pelo êxito do agronegócio no Brasil. Na retaguarda, suas pesquisas, em diferentes áreas, contribuíram para o aumento da produtividade agrícola e a excelência da pecuária no Brasil.

No meu estado e na Amazônia, a empresa registra 33 anos de bons serviços prestados ao setor.

Ali atua a Embrapa Amazônia Ocidental, integrando a rede de centros de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Nesses 33 anos, dedicou-se a ações destinadas a viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade, na busca de melhor qualidade do meio ambiente.

Atualmente, a unidade possui 267 empregados, dos quais 59 são pesquisadores (27 com nível de mestrado e 32 com nível de doutorado), 17 analistas com curso superior completo e/ou com mestrado e 191 assistentes de pesquisa (administrativo, técnicos de laboratórios, técnicos agrícolas, operadores de máquinas e veículos, operários rurais, entre outros).

Para fortalecer as suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, a Embrapa Amazônia Ocidental estabelece parcerias com instituições governamentais, universidades brasileiras e internacionais, empresas públicas e privadas, organizações não governamentais e com os produtores, com objetivo de complementar as competências em projetos multidisciplinares:

Infra-Estrutura e Ações de Pesquisa – a sede da Embrapa Amazônia Ocidental está localizada na Rodovia AM-10, km 29, zona rural, em Manaus/AM. Também possui 5 campos experimentais onde são desenvolvidas pesquisas com alternativas sustentáveis de uso da terra como fruticultura tropical, piscicultura, silvicultura e agro-silvicultura, cultivos anuais, horticultura, cultivos agroindustriais, plantas medicinais, manejo florestal, entre outros.

Treinamento e Capacitação de Agentes Técnicos e Produtores – anualmente, a Embrapa Amazônia Ocidental por meio de ações de difusão e transferência de conhecimentos e tecnologias (dias de campo, cursos, palestras, eventos técnicos, etc.), promove a capacitação de agentes técnicos e de produtores, vi-

sando ao aperfeiçoamento das atividades produtivas no meio rural. Em 2007, a Unidade ofereceu 795 horas de cursos diversos, 18 dias de campo para transferência de tecnologias, 89 horas de palestras técnicas e implantou e avaliou 47 Unidades de Observação e Demonstrativas, entre outros eventos.

Principais Resultados de Pesquisa e de Transferência de Tecnologias – a unidade lançou e recomendou, ao longo do tempo de sua existência no Amazonas, como resultado de suas pesquisas, 4 cultivares de mandioca, 1 de macaxeira, 12 cultivares clonais de guaraná, 8 cultivares de banana, 4 cultivares de arroz e 3 de milho para várzea. Encontra-se em processo de organização de registro para lançamento mais 4 cultivares de guaraná e 1 cultivar de banana que será lançada nacionalmente em outubro de 2008, cujo processo de proteção já foi aprovado pelo Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária. Também esta previsto até o final de 2008 o lançamento de 5 cultivares de cupuaçu.

Nos últimos 3 anos (2005, 2006 e 2007) apresentou 13 metodologias científicas e recomendou 9 práticas/processos agropecuários. Nos últimos 3 anos, a Unidade ofereceu ainda: 2.114 horas de cursos e 214 horas de palestras para os públicos afins.

Por tudo isso e pelos notórios serviços à melhoria da agricultura e da pecuária, a Embrapa e a Embrapa Amazônia Ocidental são merecedoras do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº578, DE 2008

Pelo falecimento da pesquisadora brasileira Edith Susana Elisabeth Fanta e pela grande contribuição que ofereceu às pesquisas antárticas, requeiro, nos termos do art. 218, combinado com o art. 220 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências à sua família.

Justificação

A Comunidade Científica Antártica brasileira e internacional está de luto, entristecidos com o falecimento da Dr^a Edith Fanta, bióloga, professora associada da Universidade Federal do Paraná, membro do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas, representante do Brasil na área de Ciências da Vida no comitê Permanente de Ciências da Vida do SCAR (**Scientific Committee on Antarctic Research**), Diretora Científica

do **Commission for the Conservation of Marine Living Resources**. Ela desenvolveu seus estudos na área de morfologia, comportamento e fisiologia de peixes e assuntos ambientais. Participou do Programa Antártico Brasileiro desde o seu início, além de outros vários comitês internacionais, inclusive o comitê internacional do Ano Polar Internacional (IPY – **Internacional Polar Year**), sempre defendendo a relevância da ciência antártica brasileira, motivo pelo qual o seu falecimento representa uma grande perda para a comunidade científica brasileira e internacional. Mais que ninguém, vestiu a camisa do Programa Antártico Brasileiro, tendo um papel relevante junto ao Proantar. Na verdade, sua primeira expedição à Antártica ocorreu em 1982, junto aos poloneses que possuem sua estação de pesquisa próxima à Estação Antártica Comandante Ferraz. Ela teve um papel importante na consolidação dos estudos antárticos de ciências da vida no contexto do Proantar.

A Dr^a Edith Fanta era uma das líderes nacionais na ciência antártica, coordenadora de projetos brasileiros do API, desenvolveu pesquisas relacionadas à ecologia e fisiologia de peixes antárticos, contribuindo significativamente para os avanços científicos nesta área, mas também para a conservação dos recursos naturais na região polar sul. Contribuiu de maneira expressiva para a formação de recursos humanos no Brasil, formando diversos mestres e doutores em assuntos antárticos brasileiros.

Durante todos estes anos de serviço à ciência nacional, multiplicou o amor pela ciência antártica entre a comunidade científica brasileira, respeito e relevância daquele continente da América do Sul e em especial ao Brasil. Dedicou sua vida a pesquisa à antártica e à projeção do Brasil internacionalmente.

A Comunidade Científica Antártica, consternada, recebeu com tristeza a notícia de seu falecimento, às 17 horas de ontem, 7 de maio, ironicamente, no dia em que as pesquisas antárticas estavam sendo apresentadas em Seminário especial no Senado Federal, no Auditório do Interlegis. Este Ano Polar Internacional e a pesquisa desenvolvida por sua equipe durante este período, representa o auge de seu esforço ao longo de todos estes anos.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lido vão ao Arquivo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quis Deus V. Ex^a estar aí presidindo, V. Ex^a que é médico; portanto, um general da saúde.

Hoje é o Dia da Enfermeira. Então, lembrar, lembrar, porque, Mozarildo Cavalcanti, atentai bem: não se faz festa, desfile, homenagem à enfermeira. Nunca vejo. Mas, na hora do sofrimento e da dor, todos nós temos nela o alívio, a solidariedade, o amor, a obstinação, a dedicação. Na hora da alegria, ninguém se lembra; nunca vi homenagem, nunca vi desfile, nunca vi medalhas, nunca vi parabéns. Mas, na hora do sofrimento e da dor, o bicho bom é enfermagem e a enfermeira.

Sei que o mundo todo tem, e isso foi inspirado um dia em Florence Nightingale, na guerra da Criméia; o Brasil teve a nossa Ana Néri, e, no meu Piauí, como não poderia passar em branco, o Ceut comemora o Dia do Enfermeiro amanhã. Eu queria parabenizar o seu líder, Professor Márcio Mascarenhas, que é o líder do Coren, da universidade, do Ceut, que comemora o Dia do Enfermeiro.

Não poderíamos deixar de fazer uma homenagem especial que traduz a enfermeira que sobe à tona, esta mulher guerreira, honesta e corajosa de que todos nós temos saudades no Senado: Heloísa Helena.

Heloísa Helena, receba os nossos aplausos do Senado, simbolizando que nós nos orgulhamos.

Nós não precisamos buscar Florence Nightingale na Inglaterra, nem Ana Néri no Rio de Janeiro. Nós temos, na nossa geração, essa mulher guerreira, altiva, que tão bem representa o estoicismo da classe da enfermagem no nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Somo-me a V. Ex^a nas suas homenagens. Nós, como médicos, Senador Mozarildo, Senadora Rosalba, que também estava aqui presente,...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permita-me, acabei de receber... Para você ver como é isso, e V. Ex^a está presidindo. V. Ex^a tem sensibilidade e um coração de reconhecimento. Romeu Tuma está hospitalizado – olha como é imediato –, e a nossa encantadora e ágil secretária trouxe o telefonema dele. Sensibilizado, ele disse que vive este momento: está nos braços da enfermeira, embora eu saiba que ele confia é nos braços das professoras de azul e branco, na professora normalista que é a esposa dele, que ele arrumou para viver por toda a vida.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Estendemos, da Mesa, nossos parabéns a todos os enfermeiros e a todas as enfermeiras do País.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, que fará uso da palavra como orador inscrito, por permuta com o Senador Paulo Duque.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à tribuna nesta tarde para dois registros.

O primeiro, Presidente Senador Papaléo Paes, diz respeito ao falecimento do ex-Deputado e ex-Senador Paulo Alberto Monteiro de Barros, Artur da Távola, pseudônimo que ele usava não somente no exercício das suas atividades intelectuais e culturais, mas de igual forma na atividade política.

Tive oportunidade de conviver durante longo período com Artur da Távola e aprendi, desde cedo, a admirá-lo. Ainda que estivéssemos, às vezes, em campos opostos, como, por exemplo, no plebiscito presidencialismo *versus* parlamentarismo – ele era parlamentarista e eu, presidencialista –, sempre nos entendíamos e apreciei-lhe a cultura, o talento, a inteligência.

Quero ler um pequeno trecho de autoria do jornalista Luiz Paulo Horta, de *O Globo*, a respeito de Artur da Távola, sobretudo do papel que ele teve para uma maior difusão da chamada música erudita. Diz Luiz Paulo Horta:

“Um dos aspectos da atuação cultural de Paulo Alberto foi o seu amor pela música clássica.

Começou como um interesse profundo, transformou-se num hobby, mas, a partir de um determinado momento, ele pôs a serviço da música os seus dons notáveis de comunicador”.

Prossigo lendo mais uma frase do artigo:

“Ele era didático sem vulgarizar, e trazia para o assunto uma soma de paixão e de conhecimento. Por causa dele, muita gente deve ter deixado de achar que a música clássica é uma coisa “erudita”, para eruditos”.

Gostaria de apresentar meus sentimentos de pesar à viúva, D. Miriam, com quem Anna Maria e eu algumas vezes estivemos juntos em eventos sociais; também a toda sua família e às instituições que integrou, não somente o Senado Federal, a Câmara dos

Deputados, mas uma série de outras culturais e cívicas do Estado de seu nascimento, o Rio de Janeiro.

Lamentamos muito o seu falecimento.

Há uma expressão latina que diz: *Eheu! Fugaces labuntur anni*. Ou seja: “Ai de nós, fugazes correm os anos”. O tempo corre muito rápido e, assim, foi rápida a passagem de Artur da Távola entre nós.

O segundo registro, Sr. Presidente, diz respeito à momentosa questão das chamadas medidas provisórias.

Conseguimos, semana passada, na quinta-feira, aprovar uma série de matérias, posto que a pauta do Senado não estava trancada pela existência de medidas provisórias. É importante dizer, Sr. Presidente, que, ao mesmo tempo em que a Câmara e o Senado conseguiram votar praticamente quase todas as medidas provisórias que estavam trancando a pauta, logo a seguir, o Presidente da República já havia baixado quatro outras, o que significa dizer que novamente a pauta do Senado está trancada e, ao mesmo tempo, muito em breve, igualmente vai acontecer na Câmara dos Deputados.

O Senado tem oito medidas provisórias sobre as quais terá que se pronunciar e a Câmara, nove. É importante destacar que, dessas quatro medidas provisórias que baixou o Chefe do Poder Executivo, duas são de abertura de crédito extraordinário. Há uma grande polêmica sobre se o Chefe do Poder Executivo possui tais poderes. Tanto isso é verdade que tramita uma ADIN no Supremo Tribunal Federal; a decisão está prestes a ocorrer e tudo indica que o Supremo tende a não acolher o uso da medida provisória para abertura de crédito extraordinário.

Muitas vezes, ademais o Presidente da República baixa medidas provisórias sem que estejam caracterizados os pressupostos de urgência e relevância.

Qual é a consequência disso? É que tanto a Câmara quanto o Senado não conseguem votar projetos de iniciativa parlamentar, inclusive propostas de emendas constitucionais, e outras de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores, impedindo assim que o Congresso possa ter sua agenda legislativa. O Congresso não possui mais a sua agenda legislativa. Estamos praticamente circunscritos a votar medidas provisórias.

Outro fato que também impede a existência da nossa agenda é que, além das medidas provisórias, os vetos passaram também a ter a sua tramitação sobrestada, porque se adotou com relação aos vetos o mesmo procedimento que se adota com as medidas provisórias, ou seja, trancamento de pauta. Como os

vetos são apreciados em sessão conjunta, isto é, do Congresso Nacional, Câmara e Senado reunidos, isso faz com que tenhamos mais de mil vetos pendentes de apreciação, muitos dos quais de Governos anteriores: 1994, 1995 etc.

Isso tudo nos faz dizer que convém que reexaminemos a questão das medidas provisórias. Pode parecer algo radical o que vou afirmar, mas estou chegando à conclusão de que é a única saída. Devemos aprovar emenda expugnando do texto constitucional o instituto das medidas provisórias. Por quê?

Por vários motivos. O Presidente já tem – e isso não somente na Constituição de 1988, mas também nas anteriores, já havia essa prerrogativa de o Poder Executivo de encaminhar matérias reputadas relevantes em regime de urgência constitucional, limitando a tramitação das matérias em 90 dias, ou seja, 45 dias em cada uma das duas Casas. É, aliás, o que preceitua o § 1º do artigo 64 da Constituição.

Então, isso obviamente já dá ao Presidente poderes – quando isso lhe convier – para mandar projetos com a chamada urgência constitucional.

As medidas provisórias autorizam o Poder Executivo a praticamente legislar sobre todas as matérias. Tenho aqui uma tabela que demonstra que as medidas provisórias têm uma abrangência maior do que os decretos-leis durante a vigência do AI-5, do chamado período revolucionário, que no seu art. 55, dizia:

Art. 55. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte em aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei, sobre as seguintes matérias:

I – segurança nacional;

II – finanças públicas; e

III – criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.

Só esses três pontos. E mais:

§ 1º Publicado o texto, que terá vigência imediata (assim como acontece com a medida provisória), o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emenda; se nesse prazo não houver deliberação, o texto será tido como aprovado.

§ 2º A rejeição do decreto-lei não implicará a nulidade dos atos praticados durante a sua vigência.

Os decretos-leis tinham um universo, como se vê, muito reduzido de matérias que podiam ser objeto de

natureza extraordinária. Já as medidas provisórias, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, têm uma ampla abrangência. Isso significa dizer que o Congresso não tem mais a sua agenda.

Sabemos – e isso não começou agora – que há muito tempo cabe ao Congresso o poder de elaborar leis. E também que a democracia reside praticamente na soberania popular. Os que aqui chegam são eleitos para que possam exercer o papel de parlamentar; deputados federais ou senadores da República, com a incumbência de promover a elaboração de leis, a sua alteração, a sua revogação – e não somente leis ordinárias e complementares, mas também emendas constitucionais. Essa atividade não está sendo exercitada, pela pleora de medidas provisórias que perturbam o andamento das atividades tanto da Câmara – insisto – quanto do Senado Federal.

Verifica-se, sem muita dificuldade, que, além de a medida provisória ser um instrumento que limita muito o papel do Congresso Nacional, temos sido lenientes quando autorizamos que se legisle praticamente sobre todo e qualquer assunto. Algumas são de nenhuma relevância e sem nenhuma urgência. É bom lembrar, como disse há pouco, que a tarefa de elaborar leis é do Congresso Nacional, Poder exercido em nome do povo e que caracteriza haver no País uma verdadeira democracia, posto que representação popular é sinônimo de democracia.

Isso não é algo que se opere apenas no Brasil. Sabemos que, já em 1215, na Inglaterra, no tempo do rei João Sem Terra, ficou estabelecido que não é possível legislar sem ser por meio dos representantes do povo. Inclusive, não se podia aumentar ou criar tributos sem o assentimento do parlamento. Cunhou-se naquela ocasião uma expressão que dizia: “Nenhuma taxaço sem representação”. *No taxation without representation*. Isso vem da Inglaterra desde o Séc. XIII. Está na essência da própria função legislativa.

As medidas provisórias estão contribuindo igualmente para afetar a harmonia e a independência dos Poderes e geram um contencioso com o próprio Executivo. Desse contencioso, há um deslocamento que culmina com a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade, o que em nada está concorrendo para o fortalecimento das instituições, para a governabilidade.

Precisamos gerar nesta Casa uma consciência cívica sobre a importância da instituição e do seu papel como Poder Legislativo, ou seja, como Casa da representação. O Congresso Nacional não tem monopólio da iniciativa de elaborar as leis; em alguns casos, além

do Poder Executivo, o Poder Judiciário possui também a prerrogativa de propor projetos de leis.

Sr. Presidente, se fizermos um levantamento, vamos verificar que há mais de 50 proposições na Ordem do Dia ainda sem apreciação há vários meses, por conta das medidas provisórias. A Ordem do Dia do Senado para a sessão de amanhã contém 81 itens pendentes de apreciação.

Tempos atrás, fiz um levantamento, de julho até dezembro do ano passado, e verifiquei que, em muitos e muitos meses desse período, as sessões deliberativas não o foram, pela existência de medidas provisórias trancando pauta, paralisando a atividade do Senado Federal, produzindo consequências graves no que diz respeito ao interesse público e ao bom andamento das atividades do Congresso Nacional, do processo de elaboração das leis essenciais ao desenvolvimento do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, precisamos rever essa questão de medidas provisórias. Trata-se de instituto importado da Itália, que pratica um regime diferente do nosso. A Itália é, desde o pós-guerra, desde 1946, parlamentarista. E a medida provisória no Parlamento italiano se chama *provvedimenti provvisori con forza di legge*. Depois migrou também para a Espanha, com o título de *decreto-legge*, decreto-lei.

Ocorre que uma coisa é a medida provisória no sistema parlamentarista, outra coisa é a medida provisória no que diz respeito ao sistema presidencialista, produzindo uma paralisia da atividade do Legislativo por conta do trancamento das pautas, o mesmo, como disse, se aplicando por extensão aos vetos que são apostos pelo Poder Executivo.

Sr. Presidente, está na hora de gerarmos uma consciência na Casa para que possamos retirar do texto da Constituição as chamadas medidas provisórias. O País vive plena estabilidade institucional, o Executivo dispõe de meios para legislar em caráter de emergência e, inclusive, em caráter de urgência sem que haja necessidade de se recorrer às famigeradas medidas provisórias.

Concluo, portanto, as minhas palavras, fazendo votos de que possamos pensar a questão das medidas provisórias sob uma nova ótica. Ou seja, no sentido de eliminá-las do contexto da Constituição e criar condições para que tanto Câmara dos Deputados como o Senado Federal possam funcionar correta e adequadamente.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. S. Ex^a, como orador inscrito, terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado que nos assistem neste momento, senhores ouvintes da Rádio Senado, não há dúvida de que o regime democrático pode ter muitas falhas – e realmente tem –, mas, com certeza, não se inventou, até hoje, nenhum regime melhor do que o democrático. Nem a monarquia absolutista, nem a monarquia parlamentarista, nem os governos teocráticos, nenhum deles pode se comparar à democracia.

Mas o fundamento da democracia, que veio lá da Grécia antiga, foi justamente aquele de representar a população, aquele de limitar o poder dos reis nas monarquias parlamentaristas. O Parlamento surgiu exatamente para isso, para que, naquela época, os nobres, aí compreendidos os senhores feudais, os condes, os viscondes, os barões, etc, e o povo em geral, que pagava os impostos aos reis, pudessem, por intermédio desses representantes, opinar sobre como os reis gastavam o dinheiro que eles pagavam. Depois veio a figura do Judiciário, para tirar também das mãos do rei aquela capacidade de também julgar as pessoas.

Então, evoluímos para o modelo moderno, que é justamente o da tripartição dos Poderes. Isto é, o Poder, num país democrático, é exercido por três Poderes: o Poder Executivo, representado, no caso do Brasil, pelo Presidente da República, num sistema presidencialista; o poder representativo do povo, que, no Brasil, é exercido pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal; e o Poder Judiciário, que não só aplica e interpreta as leis que nós, do Poder Legislativo, aprovamos, e também as que, infelizmente, o Poder Executivo edita, mas também serve para dirimir dúvidas quanto às matérias legais, para aplicar as penalidades previstas nas leis e nunca, para, evidentemente, nenhum dos três Poderes ter o direito de exercer a tarefa que a outro é atribuída pela Constituição.

Nós, do Senado e da Câmara dos Deputados, que compomos o Poder Legislativo, não temos o direito de executar obras, de fazer PACs, de fazer tantas outras coisas que o Poder Executivo faz, como não temos o direito também de aplicar a justiça. Nós fazemos as leis, modificamos as leis, atualizamos as leis de acordo com o clamor popular.

Preocupa-me muito, Senador Arthur Virgílio, Senador Mão Santa, a posição atual do Presidente Lula. Vou ler a introdução de um artigo publicado no jornal **O Globo** de ontem, do jornalista Merval Pereira, intitulado “Lula ‘se acha’”:

São Tomás de Aquino considerava a soberba a raiz de todos os pecados. Na política, ela leva à arrogância e ao abuso do poder, é o contrário do espírito democrático. O Presidente Lula, do alto de uma crescente arrogância alimentada pelos recordes de popularidade, está “se achando”, como dizem os mais jovens: se acha em condições de dar palpite sobre tudo, de decretar quem merece perdão e quem merece críticas, e, sobretudo e mais perigoso, se acha com poderes para escarnecer da legislação vigente no país. Na sexta-feira, em Salvador, chegou a dizer um palavrão em público – e não é a primeira vez – criticando a lei eleitoral que dificulta suas viagens pelo país. Em verdadeiros comícios políticos para lançamentos de obras do PAC, ele finge ensinar ao povo como deve se comportar para não ferir a lei eleitoral.

Também outro artigo importante, publicado na revista *Época*, também datada de ontem, da jornalista Ruth de Aquino, sob o título “O risco do culto à personalidade”. Diz o texto:

Nunca deu certo a idolatria. O Brasil vive hoje uma polarização. Quem ousa criticar Lula é chamado de “pig” (partido da imprensa golpista), de tucano e direitista reacionário. Quem dá algum crédito aos acertos do presidente é acusado de não enxergar um palmo à frente do nariz. Todo mundo perde nessa disputa de patrulhas. Amizades azedam. O raciocínio se embota, o debate emburrece. Mas a maior vítima do personalismo de Lula acabará sendo ele próprio.

Antes, porém, o povo.

Não vou ler a matéria toda.

Senador Arthur Virgílio, vou já lhe conceder o aparte, com muito prazer. Antes, porém, quero ler mais algumas “pérolas” (entre aspas), porque, para mim, são verdadeiros pecados mortais que estão sendo cometidos pelo Presidente Lula contra a democracia, de que ele se gaba tanto de ter lutado para construir.

Matéria do jornal **O Estado de S.Paulo** do dia 10 de maio, com o título “Lula critica ‘dificuldades’ que

TCU impõe a obras”, diz o seguinte: “Na Bahia, presidente diz que o órgão ‘quase que governa o País’ e que ‘no Brasil se parte do pressuposto de que todo mundo é ladrão’”.

Ele estava reclamando porque o TCU, obviamente, está acompanhando de perto as obras do PAC, como tantas outras obras que o TCU acompanha.

Algum tempo antes, o Presidente Lula, na época da reforma do Judiciário – e foi publicado na revista **Veja** de 30 de abril de 2003 –, num discurso fora de tom, como já é praxe, Senador Geraldo Mesquita, propôs abrir a “caixa-preta” do Judiciário. O Presidente da República, o Chefe do Poder Executivo, referindo-se ao Poder mais importante que temos, que é o Judiciário, fala desse jeito. Fala do TCU, fala do Poder Judiciário, de maneira recorrente.

Recentemente, o Ministro Marco Aurélio ousou dar sua opinião sobre os comportamentos do Presidente Lula nessa questão. Com o título “Lula diz que o Judiciário não deve meter o nariz no Executivo e alfineta Mello”, a matéria diz o seguinte:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem à noite o Judiciário e alfinetou o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Marco Aurélio Mello, por questionar o programa Territórios da Cidadania, lançado nesta semana. Mello afirmou que o lançamento do programa num ano eleitoral poderia ser contestado judicialmente.

Antes de prosseguir, quero ouvir o Senador Arthur Virgílio e, depois, o Senador Mário Couto.

Antes de ouvir o Senador Arthur Virgílio e, depois, o Senador Mário Couto, é preciso lembrar que ele já atacou o TCU, atacou o Judiciário e também atacou o Legislativo recentemente. Antigamente, ele dizia que a Câmara tinha trezentos picaretas; agora, quando não estava sendo aprovado o Orçamento, porque foi mal encaminhado pelo Governo e mal conduzido pelo Governo, ele disse que ficava abismado de ver que só ele queria trabalhar e que o Congresso não trabalhava.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mozarildo, de fato, o Presidente Lula precisaria fazer um uso melhor do seu capital de popularidade. Essa popularidade é devida a dois fatores, basicamente: aos programas de compensação social, que ele herdou do Governo passado, unificou no Bolsa-Família e ampliou na base, atendendo mais pessoas, e se deve, claro, além disso, ao bom momento da economia brasileira. Este bom momento foi construído também a partir de

Itamar Franco, passando pelos oito anos de reformas e de estabilidade econômica de Fernando Henrique e pela boa gestão econômico-financeira do Governo dele no primeiro mandato. Neste segundo mandato, eu diria que o próprio grau de investimento pela Standard & Poor's já veio numa hora em que há uma certa deterioração do quadro externo na economia, déficit externo de volta. Há o fantasma dos gastos públicos sempre muito acima do crescimento do Produto Interno Bruto, o que torna insustentável o quadro ao longo do tempo. Mas veio. Veio como veio o do Peru. O Peru mereceu de uma das três principais agências o grau de investimento. O Brasil mereceu de uma das três principais agências; as outras duas se manifestarão quando entenderem que o Brasil está cuidando melhor dos seus gastos públicos e quando o Brasil demonstrar, de novo, preocupação com reformas estruturais. Esse é o fato. E grau de investimento é uma coisa que vai e que vem. Se, de repente, se descontrolar a situação econômica, o grau de investimento é retirado pela própria Standard & Poor's. Muito bem. O Presidente, então, acumula um bom capital político graças ao seu passado, graças à sua militância: ele milita esses votos o dia inteiro como se estivesse eternamente em campanha – onde ele menos fica é no seu gabinete, em Brasília. Com isso, ele se acha no direito – em todos que praticam corrupção no Governo dele, ele passa a mão na cabeça – de sair anistiando, como fez com Severino Cavalcanti, anistiando todo mundo que caiu em desgraça perante à opinião pública. Ele se acha no direito de dizer que estava havendo precipitação no episódio desse casal Nardoni e Carolina Jatobá – que, não tenho dúvida alguma, praticou o mais abjeto dos crimes que se possa conceber numa mente humana pervertida. Então, o Presidente está, diz muito bem a jornalista Ruth de Aquino – eu estou inclusive pedindo, mais adiante, que a Mesa acolha, nos Anais, o inteiro teor do artigo que ela fez para a revista **Época** desta semana –, brincando com fogo, porque vai consumindo o seu capital político. E, amanhã, porventura havendo uma crise na economia, isso lhe será cobrado muito duramente. E ele terá, então, se esvaído como se fosse numa banca de jogo. Ele está jogando, só que a mesa, em vez de ser de bacará ou de *black jack*, a mesa é ficar dizendo essas coisas sobre tudo e sobre todos, e mais essa arrogância que vemos que é parte inerente deste Governo. É um Governo que precisa, portanto, aterrissar. E agora que nós estamos, inclusive, com o grau de investimento da Standard & Poor's, é preciso oferecer um governo à nação, gestão, programas sérios. Observe o jornal **O Globo**. O jornal **O Globo**, do

Rio de Janeiro, abriu uma sessão na página de política intitulada “O Dia da Morte”. Então, todos os dias lá estão as mortes mais bárbaras. As pessoas nem se chocam mais. É uma mulher que foi queimada não sei onde; a outra foi esquartejada; o outro foi assassinado com oito tiros no rosto, enfim. Falta segurança, falta saúde, falta educação. Os resultados da educação são comparáveis com os da África. É preciso, de fato, humildade, uma humildade que tem faltado. Mas é assim mesmo. Se conselho fosse bom, dizia minha avó Luísa, a gente vendia, a gente não dava. Vamos aguardar o desenvolvimento das coisas para vermos, no final das contas, se tudo vai sempre sorrir assim, ou se, um dia, o Presidente precisará... Porque já esteve muito humilde, quando esteve à beira de receber um *impeachment*, e nós aqui optamos por não ingressar com esse processo de *impeachment* no Senado Federal. Mas já esteve humilde. Quem sabe, qualquer hora, precise voltar a ser humilde, quando porventura os deuses da sorte mostrarem cores diferentes nos céus e no horizonte. Muito obrigado. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu é que agradeço, Senador Arthur Virgílio.

Realmente, acho que não devemos ficar só achando, já que, como diz o jornalista Merval Pereira, o “Lula ‘se acha’”, está se “achando o máximo”, não devemos ficar só achando que ele deva continuar fazendo isso, não; devemos tomar as providências penais cabíveis, porque ele está fazendo uma ação prejudicial à democracia do País, pondo em risco, portanto, a democracia e pondo em risco o que manda a Constituição: a harmonia e a independência dos três Poderes. O que ele está fazendo é ferindo o dispositivo constitucional. Não é dado a ele o direito de fazer isso, não. Temos que analisar juridicamente essa questão, porque o que ele está fazendo é uma quebra da ordem pública ao realmente desrespeitar o Congresso Nacional, ao desrespeitar o Judiciário. Isso é realmente um assunto muito sério, e não devemos apenas esperar que passe a onda popular dele, não!

Antes de passar ao Senador Mário Couto, quero ler mais alguns pontos da imprensa.

No dia 1º de outubro de 2007, no “Radar da Mídia”:

Lula deprecia o Judiciário.

Na primeira entrevista, em três anos, ao The New York Times, o presidente Lula manifestou dúvidas quanto ao envolvimento do ex-ministro e deputado cassado José Dirceu

(PT) com o mensalão: ‘Eu não acredito que haja qualquer evidência de que Dirceu cometeu o crime de que ele está sendo acusado’, foram suas palavras.

Como é possível que, sem qualquer evidência, o STF tenha indiciado Dirceu como supremo comandante da organização criminosa que atuava no Planalto e no PT?

Quer dizer, quem denunciou o Ministro José Dirceu foi o Procurador-Geral da República. O Presidente Lula precisa até ler essas coisas para ver como é o processo. E ele critica o Supremo dessa forma, publicamente.

Mais à frente, outra matéria publicada na Folha Online: “Oposição diz que críticas de Lula ao Judiciário revelam estilo ditatorial do presidente”.

No **O Globo Online** “Lula critica intromissão do Judiciário no Executivo”. Mas que intromissão? Ao defender programas sociais do Governo, Lula disse que seria bom que o Judiciário “metesse o nariz apenas nas coisas dele”, porque o Ministro Marco Aurélio de Mello criticou que esses programas, tanto o PAC quanto os Territórios de Cidadania, poderiam ser questionados na Justiça Eleitoral.

Ora, novamente, no dia 29 de fevereiro “Lula diz que Judiciário não deve meter o nariz no Executivo e alfineta Mello”.

“Lula abre polêmica com Judiciário”, no Zero Hora.com.

“Em discurso, Lula faz novas críticas ao Judiciário”.

“Presidente volta a defender mudança do Judiciário”, quando, na época da reforma, falou sobre a caixa-preta.

E, finalmente, na época da reforma: “Controle externo opõe Lula a Corrêa”.

Quero dizer, Sr. Presidente, que até emitir a sua opinião o Presidente da República deve e pode em certos momentos, mas ele é o Presidente da República. Ele é o Presidente de um Poder e tem que ter para com os outros Poderes o respeito que a Constituição exige. Não pode ficar atacando o Poder Legislativo. À época, ele não era Presidente e disse que havia 300 picaretas. Agora, disse recentemente que só ele queria trabalhar e que os Deputados e Senadores não queriam, porque não aprovavam o Orçamento.

Agora, mais recentemente, porque o Tribunal no Pará, o Tribunal do Júri, cumprindo a lei, absolveu um fazendeiro acusado de mandar matar a irmã Do-

rothy, ele disse que isso mancha a imagem do Brasil no exterior.

E o Ministro Gilmar Mendes criticou ontem a afirmação do Presidente Lula de que a absolvição do fazendeiro mancha a imagem do Brasil no exterior. Ele, inclusive, faz um paralelo ao dizer que, quando se absolveu a polícia de Londres por matar aquele brasileiro lá em Londres, a imagem da Inglaterra não foi manchada. É a lei. O que acontece? Se não queremos que haja possibilidade de um segundo júri, vamos fazer uma lei acabando com possibilidade do segundo júri. A lei existe, e o tribunal do Pará nada mais fez do que utilizá-la.

Se houve manipulação dos jurados, cabe o Ministério Público ir atrás, e não ao Presidente se aproveitar de um fato que está na lei, em que foi cumprida a lei, jogando uma pecha ruim no tribunal do Pará, dizendo que manchou o nome do Brasil.

O Presidente precisa, efetivamente, se inteirar mais do que é ser Presidente da República.

Isso que ele está fazendo, repito, é uma afronta à Constituição.

Ouçó o Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Mozarildo, V. Ex^a faz, na tarde de hoje, um belo pronunciamento. Fez uma coleção de assuntos que o Presidente Lula vem questionando ultimamente. Senador, há uma tática usada pelo Partido dos Trabalhadores há muito, que é a tática da intimidação. Quando se está com uma popularidade crescente, como disse o Senador Arthur Virgílio agora, algumas práticas, como Bolsa-Família, práticas para ver o aspecto social próximo das eleições, enfim, uma série de... E tenho provas de tudo que eu falo, Senador.

Não falo nada aqui nesta Casa sem ter provas. V. Ex^a, então, mostra agora que a popularidade do Presidente, em função dessas questões, que ameaça inclusive o futuro do país, porque estamos viciando uma mão-de-obra jovem... Não se sabe o que mais tarde pode acontecer com essa mão-de-obra. Mas nós não podemos, e ficamos engessados por não poder criticar a fundo esse aspecto, por ele ser social, e vir de encontro àqueles que precisam. E aí o Presidente sabe de tudo isso, Senador. Quando ele emprega o PT, é lógico, com o conhecimento do Presidente, com a tática da intimidação, como fez no caso Palocci, daquele rapaz da Caixa Econômica, como está fazendo agora, no caso do José Aparecido... Quem pode questionar que a Ministra Dilma não sabia disso aí quando ela veio depor na Comissão de Infra-Estrutura, há uma duas semanas? É lógico que a Ministra faltou com a

verdade, Senador, na ansiedade de completar a tática da intimidação, chamando um dossiê de banco de dados. Isso é deprimente. Até que a Ministra se tornou simpática para mim quando começou a mostrar os questionamentos, e eu saí de lá impressionado com ela. Quarenta e oito horas depois, eu vim realmente a conhecer o seu caráter e a me decepcionar com a Ministra. Preocupado como V. Ex^a está eu também estou, além da intimidação, com a força mostrada pelo Presidente nos outros órgãos judiciários e Legislativo. Eu pergunto a V. Ex^a: se nós somos minoria nesta Casa, o Presidente tem a maioria através da troca de favores. Muitos, Senador, não sabem conviver na oposição; muitos se acostumaram com a convivência do troca-troca, a se fortalecer nas suas bases com troca-troca e não sabem conviver sendo oposição. Por isso, no Brasil, raramente se convive com o fato de que o Governo é derrotado numa Casa Legislativa. Agora, neste momento, a Câmara, nem se fala; o Senado tentando reagir, mas com minoria; as imposições das medidas provisórias, Senador, colaboram para aquilo que eu digo quase toda semana naquela tribuna: que devagar, pouco a pouco, se implanta uma ditadura política neste País. Quantas vezes V. Ex^a já viu a Minoria ganhar alguma posição em favor da sociedade aqui nesta Casa? É raridade. O Legislativo está engessado, o Judiciário tentando sobreviver e o Presidente da República mostrando claramente que está conduzindo este País na força: faz o que quer. Parabéns pela sua fala na tarde de hoje. Oxalá, tomara que o Presidente Garibaldi possa ir até o fim do seu mandato tampão pelo menos sem deixar o Presidente da República fazer o que quer desta Casa. Comungo com a sua preocupação e parabenizo V. Ex^a por ter selecionado dados importantes que, às vezes, pelo passar do tempo, nos deixam esquecidos. V. Ex^a foi buscar um por um e mostrar como é grave o quadro político nacional de hoje. Parabéns, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço, Senador Mário Couto.

Antes de conceder um aparte ao Senador Mão Santa, quero dizer que realmente nós temos que nos preocupar com esses sintomas, não é Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Mão Santa? Nós, que somos médicos, nos preocupamos, antes de a doença aparecer, em descobrir quando os sintomas estão presentes. E os sintomas de que se quer implantar neste País uma ditadura pela via pseudodemocrática estão muito evidentes, muito claros...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– É uma propaganda feita pelo Presidente da República, que detém uma absurda maioria de aprovação popular. Mas é bom lembrar que a maioria popular também condenou Jesus Cristo à cruz em favor de Barrabás. Absolveu Barrabás, que era um ladrão, e condenou Jesus. Essas maiorias momentâneas que às vezes não se apercebem desses detalhes podem ser altamente nocivas. E eu me preocupo com este momento de risco para a democracia.

Antes de passar a palavra a V. Ex^a, Senador Mão Santa, eu gostaria de ler rapidamente um trecho do artigo do jornalista Clóvis Rossi, cujo título é “*Conspiracionismo*”, registrado entre aspas por ele.

O Governo, como antecipou o Presidente Lula, vai dizer, até o fim os tempos, que o dossiê sobre os gastos do casal Fernando Henrique Cardoso e Ruth Cardoso não é dossiê, mas banco de dados. [...]”

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– E termina:

Não seria mais honesto que, ao invés deste “conspiracionismo” estúpido, fossem tomadas providências para que funcionários do presente governo não fizessem o que eles dizem que todo mundo faz?

Na verdade, virou moda neste Governo. Se Getúlio Vargas fez alguma coisa errada, então eles podem fazer também; se Itamar Franco fez isso, podem fazer também. Então, quer dizer, para que vieram? Para consertar, para tornar ético o procedimento administrativo ou para repetir os erros do passado?

Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo, aqui lhe deram parabéns pelo seu pronunciamento. Eu quero cumprimentá-lo pela felicidade de todos os dias do seu mandato. Nunca dantes – isso veio lá de Camões; aí o Luiz Inácio diz: nunca antes. Mas eu quero dizer que o seu Estado tem um representante tão ativo e competente e quero lhe advertir do seguinte, só para ser sintético: Mitterrand escreveu um livro no final da vida. Mensagem aos governantes: os governantes – atentai bem, diz ele – devem prestigiar e fortalecer os contrapoderes. Então, é o equilíbrio, não é? Esta é a síntese, quer dizer, eu estou oferecendo ao Luiz Inácio a reflexão do estadista Mitterrand, que representa aquilo que V. Ex^a trouxe: a quebra do absolutismo. Então, estou dando de

mão beijada – ó, Luiz Inácio – a história democrática da França. Mitterrand: os governantes devem fortalecer os contrapoderes. Agora, eu quero dizer a V. Ex^a – serei breve, Geraldo – que fui o primeiro daqui, no mandato, a ir numa missão que o Presidente Sarney me deu, na Venezuela. E eu e dois Deputados Federais, então eu era o comandante da embaixada. Olhe, era um carnaval no centro de convenção. Era um simpósio sobre energia, mas a energia era para favorecer o fortalecimento da força do nosso Chávez. Eu estava lá: faixa, o diabo! E aí, Geraldo Mesquita, eu vi isso. V. Ex^a, quis Deus que estivesse aí, representa a justiça. Eu nunca vi, na história do mundo, um povo vaiar um prédio. Era o prédio do Ministério da Justiça. Papaléo, você vai me entender. Aqui não foi o Niemeyer que fez tudinho? Se eu trouxer os melhores arquitetos do Piauí – que são iguais ao Niemeyer: o Almeida, o Ibiapina, o Rezende, a Sheila –, eles vão fazer um prédio bonito, mas diferente. Isso não é lógico? Eu não tenho a minha técnica cirúrgica? E foi isso. V. Ex^a conhece Caracas? É apenas um prédio diferente. Mas ele educou o povo a parar – o taxista me parou – e vaiar. Eles vão até o prédio. Aí a Justiça toda está desmoralizada. Um menininho vaiou o prédio porque tem uma arquitetura diferente do arquiteto que fez Caracas. Então, eu vi aquilo e me aproximei, Papaléo, e quis entrar no Congresso. Acompanhado por um membro da Embaixada do Brasil. Eu era, vamos dizer, o presidente da comitiva. Os outros eram federais e eu, Senador. Aí parou lá e fui perguntar ao Coronel. Eu me apresentei como Senador do Brasil para entrar no Parlamento. O Coronel veio, deu licença, eu entrei. Aí eu vi. O que ele fez no Parlamento? Era como o nosso, bicameral. Ele juntou os dois e dividiu pela metade. Como teve a simpatia popular... Olha que eu entrei lá! Ele juntou os dois. Vamos dizer: ficaram só uns 260. Aí ficaram 220 do lado dele e uns 40 “Mãos Santa”, “Mários Couto”... Só para dizer, mas não mandam nada! Está desmoralizado. Isso nasceu por inspiração em Fidel, irradiou-se e está aí. Está aqui. E o que eles querem é isto: que este Senado, nós... Atentai bem, Luiz Inácio! Desista, isto é o Brasil. Olhe! Bote as câmeras aí! Vou pedir a essa valorosa televisão...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Os homens cinergrafistas, bacanas, focalizem as caras aqui. Não há nenhum deles! Eles estão atrás dos aloprados para vender os mensalões, as vantagens, as mordomias. Todos nós somos contra. E nós somos o quê? Nós so-

mos o povo do Brasil. Olhem aí as caras! Nós somos a história da redemocratização das forças gloriosas, representadas por Eduardo Gomes, que disse: “o preço da liberdade [democrática] é a eterna vigilância”. Olha aí. Eu peço aos cinegrafistas: focalizem as caras. Não há nenhum; estão todos aí atrás dos mensalões dos aloprados, das facilidades, da porta larga pela qual nomearam 25 mil aloprados neste Governo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex^a.

Eu gostaria, Sr. Presidente Geraldo Mesquita, que V. Ex^a me desse alguns minutos mais para concluir este pronunciamento. Porque realmente é um alerta que eu quero fazer – estou fazendo – à Nação, mas principalmente ao Congresso Nacional, ao Poder Judiciário e ao povo brasileiro de que se está urdindo de maneira muito clara, na figura do Presidente da República, o desmanche da democracia brasileira e a implantação de uma ditadura, por via até do voto, mas de uma ditadura em que só um homem, como disse o jornalista Merval Pereira, se acha o dono da verdade, o dono de tudo.

Eu quero, inclusive, aqui, Senador Geraldo Mesquita, ler um artigo do Ministro Mangabeira Unger, que agora é Ministro dele. O Ministro Mangabeira Unger, em 2003, disse o seguinte:

Mangabeira Unger responde...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Companheiro Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a já falou 30 minutos. Seu discurso é de grande repercussão, de muita importância, mas peço a V. Ex^a que sintetize a conclusão, porque há oradores inscritos e devemos, sempre que possível, cumprir o Regimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Vou pedir a V. Ex^a, inclusive, a transcrição de todo o material, porque não dá para lê-lo. Mas quero ler uma parte da resposta do Sr. Mangabeira Unger, que agora é Ministro do Presidente Lula. Disse ele: “Quem tem caixa-preta é o Poder Executivo”. Prossegue o artigo:

Para Mangabeira, Lula pode ter falado do Judiciário “para não falar das duas caixas-pretas do Executivo”. “Uma é a autonomia do Banco Central, que é para terceirizar a política econômica a um bando de financistas, e a outra é o dinheiro da propaganda oficial, que serve para aliciar a imprensa” [e as massas], diz.

Isso foi dito pelo Ministro Mangabeira Unger, que está agora com ele lá. Peço a transcrição na íntegra do texto.

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Peço também a transcrição de um artigo do Senador Marco Maciel intitulado *Duzentos anos de Judiciário independente*. S. Ex^a lembra que o Poder Judiciário, no Brasil, foi instalado com D. João VI. Portanto, em 2008, completou 200 anos.

Mais do que defender o Poder Legislativo, quero defender o Poder Judiciário, porque, no dia em que não houver Justiça neste País, mesmo que tenhamos restrições a fazer à Justiça, se não houver Justiça e esta ficar na mão de um ditador de plantão... Sabemos o que já aconteceu no passado.

As palavras do jornalista Merval Pereira precisam ser lidas e relidas. O Presidente Lula tem de parar de se achar o dono do Brasil.

E tem de respeitar a Constituição, respeitando a harmonia e a independência dos Três Poderes; dirigindo-se e manifestando-se,...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

–...principalmente quando falar em público, de maneira respeitosa, para que todo mundo, desde as criancinhas até as pessoas – que ele pensa que são ignorantes – do Bolsa-Família, entendam que a democracia exige, acima de tudo, esse respeito pelas opiniões divergentes e, mais do que isso, a coexistência de um Poder Executivo, de um Poder Judiciário e de um Poder Legislativo.

Se o Presidente acha que alguma lei está errada, ele tem o direito de propor iniciativa de lei para mudá-la, e nós a aprovaremos ou não aqui. Aliás, como foi dito aqui, tudo que ele manda para cá é aprovado, quase tudo; não conseguiu aprovar, nesses últimos tempos, só a CPMF, porque nós não deixamos, Senador Geraldo Mesquita.

Então, eu quero encerrar, pedindo a transcrição desse material e deixando este alerta à Nação: cuidado com o Presidente que se acha superior a tudo.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Radar da mídia

SEGUNDA-FEIRA, 1 DE OUTUBRO DE 2007

Lula deprecia o Judiciário

Na primeira entrevista, em três anos, ao *The New York Times*, o presidente Lula manifestou dúvidas quanto ao envolvimento do ex-ministro e deputado cassado José Dirceu (PT) com o *mensalão*: "Eu não acredito que haja qualquer evidência de que Dirceu cometeu o crime de que ele está sendo acusado", foram suas palavras.

Como é possível que, sem qualquer evidência, o STF tenha indiciado Dirceu como o supremo comandante da organização criminoso que atuava no Planalto e no PT?

Por isso o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, reagiu à declaração do presidente afirmando que suas investigações são realizadas a partir de dados concretos, e não de suposições.

Sob o título *O acusador*, Janio de Freitas, em artigo para a **Folha de S. Paulo** (25.set.2007), faz uma análise das declarações de Lula. Para ele o presidente insultou o sistema investigatório e judicial brasileiro, e parece ter esquecido que é com provas obtidas por esse mesmo sistema que seu Ministro da Justiça foi ao Mônaco solicitar a extradição do banqueiro Cacciola.

Será que só no caso dos "40 associados a Lula" o sistema é leviano e inidôneo? Ressalta o articulista:

- "Além de não merecer maior crédito, porque há muito o próprio Lula já esclareceu que seu estoque de credibilidade era fabricado com bravatas e outras enganações, sua entrevista a *The New York Times* é um insulto ao sistema investigatório e judicial brasileiro, portanto ao país mesmo. Bem que mereceria um processo por falta da compostura obrigatória em um presidente. Ou, para estar na moda, digamos que da falta de decoro presidencial.

Ou seja, o Ministério Público no Brasil é incompetente e inconfiável. O procurador-geral da República é incapaz e leviano, porque denunciou sem justificativa o ex-ministro ao Supremo Tribunal Federal. E este tribunal supremo é composto de ministros irresponsáveis, porque decidiram, com base nos elementos insuficientes da denúncia, pelo processo e julgamento de José Dirceu".

Sinopse - Resumo dos Jornais**Sinopses Anteriores****03/02/2004**

- | | |
|--------------------------------|--------------------|
| ✓ <u>Jornal do Brasil</u> | ✓ <u>Correio</u> |
| ✓ <u>Folha de São Paulo</u> | <u>Braziliense</u> |
| ✓ <u>O Estado de São Paulo</u> | ✓ <u>Manchetes</u> |
| ✓ <u>O Globo</u> | ✓ <u>Revistas</u> |

JORNAL DO BRASIL

- Controle externo opõe Lula a Corrêa

- Em mais um capítulo das divergências que marcam o relacionamento entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, ambos manifestaram, ontem, opiniões contraditórias sobre a criação de um órgão de controle externo do Judiciário.

Lula defendeu a criação de um Conselho Nacional de Justiça. Corrêa contratacou invocando o argumento de que tal entidade "não reponde à expectativa da sociedade, que deseja mais presteza e eficiência" da Justiça. O confronto esquentou a cerimônia de abertura do Ano Judiciário. (pág. 1 e A3)

- O governo adotará medidas preventivas destinadas a impedir que a gripe do frango atinja o país. A doença já matou 12 pessoas na Ásia e resultou no sacrifício de milhares de aves. O Ministério da Agricultura programou uma campanha de esclarecimento. Calçados de passageiros desembarcados no país sofrerão limpeza química. (pág. 1 e A)

- Num espaço aéreo infenso a leis, traficantes sobrevoam a Amazônia sem se incomodar com caças da Força Aérea Brasileira (FAB). Sabem que, no máximo, poderão receber tiros de advertência. A Lei de Abate, que permite disparos de destruição, foi aprovada pelo Congresso. Mas espera por regulamentação. (pág. 1 e A4)

- O banco JP Morgan jogou ontem para o alto o risco Brasil, que mede a confiança dos investidores estrangeiros, ao recomendar aos clientes a venda dos títulos da dívida externa. A corrida para se desfazer dos C-Bonds, papéis mais negociados no exterior, foi provocada pelo alerta de técnicos do banco: acham que a manutenção da taxa de juros em 16,5% levará o Brasil a crescer menos do que o previsto. O país seria o mais prejudicado da

América Latina por uma alta dos juros nos EUA.

O risco Brasil subiu 6,5% e o principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo chegou a cair 2%. (pág. 1 e A18)

Lula defende controle externo do Judiciário e critica o sistema penitenciário

- [Comente a matéria](#)
- [Leia os comentários](#)
- [Envie a um amigo](#)
- [Imprimir](#)

Em seu discurso na assinatura do convênio de R\$ 50 milhões entre o governo federal e o governo capixaba para investimentos na área de segurança pública, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez críticas à polícia, ao Judiciário e ao sistema penitenciário. Ao falar sobre a polícia, Lula destacou que o acordo assinado nesta terça-feira - que unifica o comando das forças de segurança no Espírito Santo - obrigará todos a seguir uma política de governo.

"A Polícia Civil, a Polícia Militar, a Aeronáutica, o Exército e a Marinha têm que estar subordinadas a uma só orientação de política de governo. E nenhuma polícia pode fazer o que quer. Não é possível que a gente tenha reinados em função das polícias. Você pode ter polícias separadas. Mas o trabalho tem que ser unificado. E não que os somatórios dos defeitos faça com que o crime organizado, de forma vergonhosa, venha vencendo a polícia nesse país. Isso tem que acabar, porque o povo espera que os governos funcionem", disse Lula.

Em seu discurso, Lula disse ainda que, no dia em que a polícia tiver uma inteligência mais forte que a força bruta, não vão ocorrer mais invasões em favelas, mas operações nas coberturas dos prédios das grandes capitais do país.

O presidente fez ainda uma defesa do controle externo do Judiciário.

"Muitas vezes a Justiça não age como Justiça, cumprindo a Constituição, segundo a qual todos são iguais perante à lei. Muitas vezes, uns são mais iguais do que outros. É o que chamo de Justiça classista. É por isso que nós brigamos pelo controle externo do Judiciário. Não é meter a mão numa decisão do juiz, mas saber como funciona a caixa preta de um poder judiciário que muitas vezes se sente intocável. A sociedade brasileira precisa assumir os espaços que são de direito. Quando mais fiscalizado for, mais chances temos de acertar."

Lula também criticou a falta de controle nas penitenciárias, que permitem visitas a presos sem revista.

"Não é possível que o cidadão, para pegar um avião em qualquer lugar, tenha que passar por um raio x e, ao mesmo tempo, para visitar um preso, na maioria das cadeias brasileiras, você entre sem ter nenhum processo de revista. Como é possível que todos passem pelo raio x e um advogado não queira, quando vai visitar um preso? Nós que estamos livres temos menos privilégios do que aqueles que estão presos", disse o presidente.

Medidas do Sistema Único de Segurança Pública

Ao defender uma política única de Segurança no país, Lula anunciou seis pontos básicos do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

De acordo com o presidente, esses seis pontos formam uma política única de segurança que já vem sendo experimentada no Espírito Santo. Entre os destaques estão uma gestão unificada da informação e do sistema de segurança, com áreas integradas, definidas geograficamente.

A formação e aperfeiçoamento de policiais civis e militares também foram tópicos ressaltados por Lula. A valorização das perícias policiais, com o objetivo de melhorar as investigações, o trabalho de prevenção da violência e da criminalidade e a criação de controle externo ao trabalho da segurança compõem os eixos do Susp.

"Uma ação inteligente vale mais que trinta canhões nas ruas"

Para o presidente, é preciso reforçar o trabalho de inteligência da polícia para combater o crime organizado.

"Temos que trabalhar hoje com a inteligência e muitas vezes uma ação inteligente vale mais que 30 canhões nas ruas de uma cidade", afirmou.

Lula afirmou que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, é um maestro que precisa reger a segurança do país.

"Seu papel é o de um maestro, você não precisa ser especialista em polícia. O seu papel com o Luiz Eduardo (Soares, secretário nacional de Segurança Pública), é reger essa orquestra da segurança pública no Brasil e fazer a equipe tocar harmonicamente para combater o crime organizado."

O presidente disse ainda que as falhas das instituições responsáveis pela segurança do país não podem permitir a livre ação do crime organizado. Lula defendeu a existência de um padrão para o trabalho das entidades.

Lula diz ser possível cumprir todas as promessas de campanha

Lula afirmou que continua na fase 'Lula paz e amor'. No pronunciamento realizado no Palácio Anchieta, sede do governo do Espírito Santo, ele disse acreditar ser possível cumprir todas as promessas de campanha. "Estou numa fase de *Lula paz e amor*. Estou de bem com a vida. Acho que é possível cumprir cada coisa que falei durante as eleições. Umas serão mais fáceis e outras mais difíceis", disse.

Lula pede compreensão para aprovação das reformas

Durante o discurso, o presidente fez um apelo para a aprovação das reformas no Congresso Nacional.

"Quero dizer a todos vocês que tudo começa pelas reformas que vamos fazer. Vamos precisar de compreensão porque todas as vezes que você faz mudanças, tem gente que chora, tem gente que critica e tem gente que gosta. Você já viu algum jogador, mesmo quando faltam dois minutos e ele está jogando mal e é substituído? Ele reclama. Reforma é assim. Ou fazemos as reformas na Previdência Social ou daqui a alguns anos, não é que o funcionalismo vai receber pouco. Os estados não vão ter dinheiro para pagar nem pouco nem muito. Ou fazemos a reforma tributária ou esse país não será competitivo com outros países que não exportam impostos. Alguém vai perder? Vai. Mas é assim a vida. Se Jesus Cristo precisou ser crucificado para salvar a Humanidade, por que cada um de nós não se sacrifica um pouco para salvar esse imenso Brasil que tanto precisa de nós?", afirmou.

"Políticos brasileiros só pensam de quatro em quatro anos"

Em visita nesta terça-feira à Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ser inadmissível que um país com a capacidade tecnológica do Brasil ainda não tenha dado um salto de qualidade. Segundo ele, isso acontece porque os políticos brasileiros só pensam de quatro em quatro anos, quando tem eleição, e nunca se preocuparam em desenvolver um plano de longo prazo para tornar nossos produtos mais competitivos no mercado internacional como forma de trazer mais recursos para o país. Lula disse que os nossos governantes não pensam no Brasil como um conjunto e só iniciam obras que eles podem terminar nos seus respectivos mandatos.

CAIXA PRETA**Presidente do STF se diz "perplexo" com Lula****BRASÍLIA**
(AF)

A afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a existência de "caixa-preta" no Judiciário provocou forte reação entre juízes e abriu uma crise entre os Poderes. O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Marco Aurélio de Mello, disse que Lula prestou desserviço ao país e deixou o Judiciário "perplexo diante do episódio". "As palavras do chefe do Poder Executivo atingem o Judiciário como um todo, desservindo à sociedade brasileira", declarou Marco Aurélio por meio de nota. "A paz social pressupõe o respeito e a harmonia entre os Poderes, prevalecendo as balizas da Constituição Federal", afirmou. Desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Marco Aurélio tem atacado a proposta de reforma da Previdência, particularmente a cobrança da contribuição de servidores inativos. Lula também foi criticado ontem pelos presidentes do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e do TST (Tribunal Superior do Trabalho) e pelos dirigentes de entidades de classe da magistratura. Parte da reação foi em razão de ele ter defendido o controle externo do Judiciário como forma de combate ao crime organizado.

Descortesia - O presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Cláudio Baldino Maciel, disse que Lula foi "descortês" com o Judiciário e que a crítica soou como declaração de campanha política, o que seria "incompatível" com a serenidade que a sociedade espera do presidente da República. "O presidente não está mais em campanha. Ele governa o país e é titular de um Poder. Os Poderes se devem respeito recíproco, tratamento cortês". Ele ponderou que a afirmação seria fruto de uma "inadvertência" de Lula e disse acreditar que ele vá "revê-la publicamente".

O presidente da Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil), Paulo Sérgio Domingues, afirmou que o Judiciário não pode ser responsabilizado pela falência da segurança pública no país. Para Domingues, o combate ao crime organizado depende principalmente de iniciativas dos outros dois Poderes da República. "São todos problemas da alçada do Executivo e do Legislativo, não do Judiciário", declarou. Domingues criticou, por exemplo, a falta de uma política de combate à lavagem de dinheiro, a falência do sistema prisional e a falta de integração entre a União e os Estados.

Harmonia dos Poderes - As críticas dos presidentes do STJ e do TST foram em tom mais moderado. "O Judiciário jamais foi um Poder enclausurado", disse Nilson Naves, do STJ, para quem os julgamentos são realizados em sessões públicas. "O controle externo bate de frente com a cláusula pétrea [norma constitucional intocável] da Independência e harmonia dos Poderes", disse Naves. Francisco Fausto, do TST, também comentou o controle externo, ou seja, a adoção de mecanismo de fiscalização da Justiça. "Esse controle deve ser exercido por um conselho formado por magistrados, um membro do Ministério Público e outro da Ordem dos Advogados do Brasil", afirmou Fausto. O ministro do TST disse temer a interferência do Congresso e do governo no Judiciário.

29/02/2008 - 14h21

Lula diz que Judiciário não deve meter o nariz no Executivo e alfineta Mello

da **Folha Online**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem à noite o Judiciário e alfinetou o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Marco Aurélio Mello, por questionar o programa Territórios da Cidadania, lançado nesta semana. Mello afirmou que o lançamento do programa em ano eleitoral poderia ser contestado judicialmente.

"E de repente alguém fala que se entrarem na Justiça vai analisar. Na verdade, ele deu uma senha para o PSDB e para o DEM", disse Lula durante cerimônia de inauguração de um viaduto em Aracaju (SE).

Lula afirmou ainda que não pode mais governar se não puder lançar programa social em ano de eleição. "Se a teoria dele valer, paramos de governar país. Não posso governar em ano de eleição presidencial e não posso governar no ano que tem eleição municipal. Me pergunto quando é que vamos governar o país?"

O presidente disse que o Judiciário não deveria se intrometer no Executivo. "Seria tão bom se o Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas dele. Iríamos criar a harmonia que está prevista na Constituição para que democracia seja garantida. [...] O governo não se mete no Legislativo e não se mete no Judiciário. Se cada um ficar no seu galho, o Brasil tem chance de ir em frente. Se cada um der palpite [nas coisas do outro], pode conturbar tranquilidade que sociedade espera de nós", afirmou Lula.

Lula insinuou ainda que Mello tinha a pretensão de entrar na vida política. "Quem falou essa sandice [Mello]... Ele quer ser ministro da Suprema Corte ou quer ser político? Se quiser ser político, renuncie lá e se candidate a um cargo para falar as bobagens que quiser na hora que quiser", afirmou Lula.

Na cerimônia, o presidente convocou os parlamentares presentes a fazer cumprir o papel do Legislativo. "Meus companheiros deputados e senadores, eu acho que vocês têm um papel a cumprir. Mais do que apoiar o meu governo e mais do que votar contra os que votam contra, é de fazer valer o Poder Legislativo brasileiro, que faz as leis. O Poder Judiciário interpreta as leis, não faz leis. Então, é preciso que a gente reordene as instituições brasileiras para que elas funcionem cada vez mais, democráticas e cada vez mais harmoniosas."

Oposição

Lula criticou ainda a oposição por questionar na Justiça a ampliação de programas sociais, como o Bolsa Família e o Pronasci (Programa Nacional de Segurança e Cidadania).

Ele afirmou que a oposição pensou que iria derrotar o governo quando acabou com a CPMF, no ano passado. "A oposição, quando derrotou a CPMF, pensou: 'matamos o Lula, matamos o PAC da Saúde', acabamos com o PAC da Saúde'. Eles não sabem que o nordestino que não morre de fome até os cinco anos de idade, não se curva diante da truculência da oposição, seja ela de direita ou de esquerda."

"Sabemos como fazer, sabemos como enfrentar a burocracia, sabemos como articular com a oposição. Quando eu falo de oposição, falo porque fui oposição a minha vida inteira. Eu também era assim: a gente trabalha para evitar que o governo dê certo, a gente fica torcendo contra. É como um jogador de bola que está na reserva, no banco. Ele parece amigo do outro, mas ele está doidinho para o outro se machucar para ele entrar no lugar dele. A oposição fica torcendo para a gente errar", disse o presidente.

Leia mais

- [Lula critica declarações de ministro do Judiciário e parlamentares reagem](#)
- [Oposição diz que críticas de Lula ao Judiciário revelam estilo ditatorial do presidente](#)
- [Lula ironiza oposição por ir ao STF contra política social](#)
- [Oposição indica parlamentares da tropa de choque para integrarem CPI mista](#)
- [PSDB obstrui Orçamento e diz que anexo é um "escândalo"](#)
- [LIVRARIA: Série ensina inglês, espanhol e outras línguas em 15 minutos ao dia](#)

Especial

- [Leia mais sobre crise entre Poderes](#)
- [Leia cobertura completa sobre o segundo mandato do governo Lula](#)

Comentários dos leitores			▼ Oculi
▼ luiz dias (172)	11/05/2008 15h06	RIBEIRAO PRETO / SP	★★★★★ 4 opin av
OLÁ PARTIDOS POLÍTICOS, OLÁ SERVIDORES DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA. CADA SERVIDOR QUE FOR SÉRIO, HONESTO, PEDIRÁ, AO MENOS, PRA DEZ, VINTE, AMIGOS, NÃO VOTAR NO ALCKIMIM. ELE DEIXOU A EDUCAÇÃO, A SAÚDE, A SEGURANÇA, NO PIOR PATAMAR. PIOR SALÁRIO. DESESTIMULADOS. UM MEDICO, UM DIRETOR, UM DELEGADO, GANHANDO SALÁRIO DE FOME. AO PROFESSOR, AO INVESTIGADOR, AO ESCRIVÃO, AO ENFERMEIRO, O SALÁRIO DE FOME. O CORRE CORRE EM DOIS, TRÊS EMPREGOS. FÓRA ALCKIMIM. QUE AGORA VOCÊ BEBA DO PRÓPRIO VENENO. FUNCIONÁRIOS DE SÃO PAULO, SÓ SE VOCÊS FOREM BESTAS DE VOTAR NUM CARA DESSE. SERRA, KASSAB, QUÉRCIA, MENOS RUIM PARA O SERVIDOR.			
▼ Helena Manzione (113)	10/05/2008 20h53	SAO PAULO / SP	★★★★★ 4 opin av
""O PT parece querer devorar aliado", diz Aldo. " Aí vai do aliado. Se for a "noiva rica" até sessão secreta do Senado o PT garante.			
▼ O Carioca (336)	10/05/2008 19h41	LAGO SUL / DF	★★★★★ 6 opin av
Concordo com o Antonio Fouto: "não há nada mais estúpido do que voto nulo".			
Comente esta reportagem		Veja todos os comentários (233)	
Termos e condições			

'Instituições não podem ser subalternas ao gosto daqueles que as comandam', diz Lula

DEMÉTRIO WEBER e LEONÊNCIO NOSSA

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender mudanças no Judiciário. "As instituições existem para servir e não para serem subalternas ao gosto daqueles que as comandam", disse Lula ontem, ao discursar na solenidade de comemoração dos 181 anos do Ministério da Justiça, cuja sede em Brasília passou a se chamar Palácio Raymundo Faoro, em homenagem ao jurista morto em maio.

Lula começou a falar de improviso, mas ao tratar do Judiciário passou a ler o discurso, no qual afirmou que homenagear Faoro significa "que vivemos um tempo de mudança". O presidente prosseguiu: "Significa que estamos reafirmando, em alto e bom som: é preciso recuperar o sentido de justiça para todos. Estou convencido de que trabalhar para democratizar a Justiça e o conjunto das instituições é a melhor forma de preservar a memória de Faoro e a melhor maneira de manter vivos os ideais que orientaram e continuam orientando a luta de todos nós."

Pedidos de mudança no Judiciário têm sido frequentes nos discursos de Lula. Em abril, ele entrou numa polêmica com a magistratura ao defender o controle externo e a abertura da "caixa-preta" da Justiça.

No mês passado, outro pronunciamento do presidente acirrou os ânimos, quando ele declarou que nem Congresso nem Judiciário, mas só Deus o impediria de fazer o Brasil ocupar um lugar de destaque.

Outra frente de atrito entre o Planalto e a Justiça é a reforma da Previdência, cuja proposta enviada pelo governo ao Congresso enfrenta forte resistência dos juizes. Isso porque a idéia do Executivo é estabelecer um regime de aposentadorias idêntico para todos os trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público, acabando com os privilégios dos integrantes do Judiciário - que, ao parar de trabalhar, recebem em média vencimentos muito superiores aos dos demais servidores.

Aceitação - Presente à solenidade, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Sepúlveda Pertence disse que a proposta discutida na Comissão Especial de Reforma da Previdência da Câmara de manter a aposentadoria integral e aumentar o tempo de serviço e a idade mínima para aposentadoria poderá ser mais bem aceita na Justiça: "Alguns setores se aproveitam de uma certa insatisfação social com o funcionamento do Judiciário, que é justa, para tratar essa matéria previdenciária sem atenção aos dados institucionais decisivos para a construção de um Judiciário mais forte."

Pertence, que também preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), preferiu não comentar o discurso de Lula. Sobre a reforma da Previdência, acrescentou: "Há declarações infelizes de alguns setores."

O homenageado Faoro se notabilizou pela luta em defesa da redemocratização no fim dos anos 70, quando presidiu a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Foi, ainda, autor de um livro clássico sobre a formação das elites nacionais - Os Donos do Poder, lançado em 1959.

Lula contou ontem que nos anos 80, quando foi preso por liderar greves no ABC Paulista, chegou a dispensar os serviços do jurista para sair da cadeia: "A causa era pequena, não precisava de um advogado da envergadura do Faoro", disse. Lembrou também ter convidado o jurista para ser seu vice na eleição de 1994 e tê-lo visitado no ano passado, já na condição de presidente eleito.

mpimpr@pr.gov.br

FOLHAONLINE**29/02/2008 - 14h21****Lula diz que Judiciário não deve meter o nariz no Executivo e alfineta Mello**

da Folha Online

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem à noite o Judiciário e alfinetou o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Marco Aurélio Mello, por questionar o programa Territórios da Cidadania, lançado nesta semana. Mello afirmou que o lançamento do programa em ano eleitoral poderia ser contestado judicialmente.

"E de repente alguém fala que se entrarem na Justiça vai analisar. Na verdade, ele deu uma senha para o PSDB e para o DEM", disse Lula durante cerimônia de inauguração de um viaduto em Aracaju (SE).

Lula afirmou ainda que não pode mais governar se não puder lançar programa social em ano de eleição. "Se a teoria dele valer, paramos de governar país. Não posso governar em ano de eleição presidencial e não posso governar no ano que tem eleição municipal. Me pergunto quando é que vamos governar o país?"

O presidente disse que o Judiciário não deveria se intrometer no Executivo. "Seria tão bom se o Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas dele. Iriamos criar a harmonia que está prevista na Constituição para que democracia seja garantida. [...] O governo não se mete no Legislativo e não se mete no Judiciário. Se cada um ficar no seu galho, o Brasil tem chance de ir em frente. Se cada um der palpite [nas coisas do outro], pode conturbar tranquilidade que sociedade espera de nós", afirmou Lula.

Lula insinuou ainda que Mello tinha a pretensão de entrar na vida política. "Quem falou essa sandice [Mello]... Ele quer ser ministro da Suprema Corte ou quer ser político? Se quiser ser político, renuncie lá e se candidate a um cargo para falar as bobagens que quiser na hora que quiser", afirmou Lula.

Na cerimônia, o presidente convocou os parlamentares presentes a fazer cumprir o papel do Legislativo. "Meus companheiros deputados e senadores, eu acho que vocês têm um papel a cumprir. Mais do que apoiar o meu governo e mais do que votar contra os que votam contra, é de fazer valer o Poder Legislativo brasileiro, que faz as leis. O Poder Judiciário interpreta as leis, não faz leis. Então, é preciso que a gente reordene as instituições brasileiras para que elas funcionem cada vez mais, democráticas e cada vez mais harmoniosas."

Oposição

Lula criticou ainda a oposição por questionar na Justiça a ampliação de programas sociais, como o Bolsa Família e o Pronasci (Programa Nacional de Segurança e Cidadania).

Ele afirmou que a oposição pensou que iria derrotar o governo quando acabou com a CPMF, no ano passado. "A oposição, quando derrotou a CPMF, pensou: 'matamos o Lula, matamos o PAC da Saúde', acabamos com o PAC da Saúde'. Eles não sabem que o nordestino que não morre de fome até os cinco anos de idade, não se curva diante da truculência da oposição, seja ela de direita ou de esquerda."

"Sabemos como fazer, sabemos como enfrentar a burocracia, sabemos como articular com a oposição. Quando eu falo de oposição, falo porque fui oposição a minha vida inteira. Eu também era assim: a gente trabalha para evitar que o governo dê certo, a gente fica torcendo contra. É como um jogador de bola que está na reserva, no banco. Ele parece amigo do outro, mas ele está doidinho para o outro se machucar para ele entrar no lugar dele. A oposição fica torcendo para a gente errar", disse o presidente.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377336.shtml>

Links no texto:

Lula critica declarações de ministro do Judiciário e parlamentares reagem
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377310.shtml>

Oposição diz que críticas de Lula ao Judiciário revelam estilo ditatorial do presidente
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377310.shtml>

Lula ironiza oposição por ir ao STF contra política social
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377134.shtml>

Oposição indica parlamentares da tropa de choque para integrarem CPI mista
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377209.shtml>

PSDB obstrui Orçamento e diz que anexo é um "escândalo"
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376730.shtml>

Leia mais sobre crise entre Poderes
<http://search.folha.com.br/search?site=online&q=%22crise+entre+poderes%22&src=redacao>

Leia cobertura completa sobre o segundo mandato do governo Lula
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/2mandato/>

FOLHAONLINE

29/02/2008 - 13h05

Oposição diz que críticas de Lula ao Judiciário revelam estilo ditatorial do presidente

RENATA GIRALDI
GABRIELA GUERREIRO
da Folha Online, em Brasília

Parlamentares de oposição e da base aliada reagiram nesta sexta-feira às declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criticou indiretamente o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Marco Aurélio Mello, que também é presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Para a oposição, Lula revelou seu "estilo ditatorial". Os parlamentares da base governista defenderam o programa Territórios da Cidadania, que deu origem ao embate entre Lula e o presidente do TSE, Marco Aurélio Mello.

As críticas de Lula foram geradas porque o ministro se manifestou sobre o possível caráter eleitoreiro do programa "Territórios da Cidadania", lançado na última segunda-feira por Lula e questionado pela oposição.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), condenou a reação de Lula, que criticou o fato de o DEM e o PSDB terem ingressado com uma Adin (ação direta de inconstitucionalidade) no STF contra o programa "Territórios da Cidadania".

Pela previsão do programa, serão investidos R\$ 11,3 bilhões em 958 municípios de todo país ao longo deste ano --embora ocorram eleições municipais em outubro.

"Isso que ele [Lula] criticou é a última crítica que ele poderia fazer, poderia ter feito outras críticas mais legítimas, essa de recorrer ao Judiciário, o Congresso tem legitimidade para recorrer sempre que se sentir atingido", afirmou Garibaldi.

Em relação à divergência de Lula com o ministro, o peemedebista disse que "esse problema é entre ele [Lula] e o presidente Marco Aurélio Mello".

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), criticou a reação de Lula atribuindo ao estilo de personalidade dele. "O presidente revelou o estilo ditatorial dele. O ministro Marco Aurélio Mello está fazendo o trabalho dele", afirmou.

Porém, o líder do PT na Câmara, Maurício Rands (PE), saiu em defesa de Lula. Segundo ele, o programa não é eleitoreiro, mas necessário. "É inadmissível que alguém possa se colocar contra o programa. Não é eleitoreiro, pois os programas são decididos com antecedência e neste caso atinge áreas que precisam de política social", disse o petista.

Críticas

Em cerimônia realizada ontem em Aracaju (SE), Lula criticou a posição de Marco Aurélio, mesmo sem citar o nome do ministro. "Seria tão bom se o poder Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas deles, o Legislativo apenas nas coisas deles, e o Executivo apenas nas coisas deles. Nós iríamos criar a harmonia estabelecida na Constituição", disse.

Na mesma solenidade, o presidente levantou mais dúvidas sobre a manifestação do ministro. "Vocês, deputados, têm imunidade, e podem perguntar se ele quer ser o ministro da Suprema Corte ou um político. Se quer ser político, que renuncie ao cargo", afirmou.

"O governo também não se mete com o poder Judiciário. Se cada um ficar no seu galho, o Brasil tem chance de ir em frente. Se cada um der palpite na vida do outro, a gente pode conturbar a tranquilidade da sociedade", reiterou Lula.

Recentemente, Marco Aurélio criticou o lançamento de programas sociais em ano eleitoral. Nesta sexta-feira, o ministro, em entrevista à rádio CBN, disse estar "perplexo" com a agressividade do presidente da República.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377310.shtml>

Links no texto:

"Territórios da Cidadania"

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376994.shtml>

Lula critica oposição e nega que programa "Territórios da Cidadania" seja eleitoreiro

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376994.shtml>

Governo ignora municípios e divide verba de programa

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376823.shtml>

Oposição protocola ação no STF contra programa do governo federal

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376457.shtml>

Dilma reage à oposição e diz que governo não pode parar em razão das eleições
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376318.shtml>

Oposição chama programa de Lula de eleitoreiro e ameaça recorrer à Justiça
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u375898.shtml>

Lula diz que Bolsa Família será extinto quando houver diminuição da desigualdade
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u375824.shtml>

Leia cobertura completa sobre o segundo mandato do governo Lula
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/2mandato/>

">ZERO HORA.com

01 de março de 2008 | N° 15526

Governo Federal

Lula abre polêmica com Judiciário

Ao defender programa social que havia sido questionado por ministro do Supremo Tribunal Federal, presidente afirmou que seria bom se cada poder "metesse o nariz apenas em suas coisas"

Bombardeado pela repercussão negativa de seu discurso em Aracaju na quinta-feira à noite, quando sugeriu que "seria tão bom se o Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas dele", o presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou, ontem, que haja crise entre os poderes.

Ao defender os programas sociais do governo, Lula fez uma crítica indireta ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello. O ministro havia afirmado que o lançamento do programa Territórios da Cidadania em ano eleitoral poderia ser contestado judicialmente.

- Ele quer ser um ministro da Suprema Corte ou político? - questionou Lula.

Ao rebater o ataque, Mello lembrou uma polêmica de abril de 2003, quando Lula cobrou a abertura da "caixa-preta" do Poder Judiciário.

- Quando estava na presidência do STF e o presidente Lula estava assumindo, ele disse que iria abrir a caixa-preta do Judiciário. Na época, respondi exigindo respeito. Reitero agora: os poderes devem ser harmônicos e independentes - afirmou Mello.

Para Tarso, presidente e ministro marcaram posições

Ontem, Lula classificou o bate-boca de "palpites" e negou que tenha feito referência a Mello.

- Quando se trata de opinião e palpite, os outros precisam concordar que outros possam dar palpite e opinião diferentes - afirmou.

O recuo de Lula ocorreu após a reação da oposição. Líder do PSDB no Senado, partido que entrou ao lado do DEM com ação no STF contra o Territórios da Cidadania (veja o quadro abaixo), Arthur Virgílio (AM) emitiu nota em que caracteriza o comportamento do presidente como "típico de um demagogo". "Ao tentar negar à oposição o direito de recorrer ao Judiciário e ao criticar esse próprio poder, o presidente deixa à mostra seu desejo de governar sozinho, sem contraponto", diz o texto.

Minimizando o conflito, o ministro da Justiça, Tarso Genro, afirmou que tanto Lula quanto Mello estavam marcando posições. O presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), preferiu não se posicionar em relação à divergência.

- Esse problema é entre ele (Lula) e o presidente Marco Aurélio Mello.

Entenda o caso

- Em 25 de fevereiro, o governo federal lançou o programa Territórios da Cidadania, que reúne 135 ações de desenvolvimento regional, abrangendo 958 municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
- Deverão ser investidos R\$ 11,3 bilhões em ações como construção de estradas e cisternas, obras de saneamento básico, ampliação de programas como Luz para Todos e Bolsa-Família.
- Questionado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello, afirmou que o lançamento de programas sociais em ano eleitoral desequilibra a disputa. O ministro disse também que poderia analisar um eventual pedido dos partidos de oposição contra o programa.
- No último dia 26, DEM e PSDB entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o programa Territórios da Cidadania. Os partidos afirmam que o programa é eleitoreiro e fere princípios constitucionais.
- Na noite de quinta-feira, em Sergipe, Lula fez críticas indiretas a Marco Aurélio. Sem citar nomes, disse que, "se é para falar bobagens, o ministro do STF deveria renunciar para ser político". E afirmou que seria bom se "o Poder Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas dele".
- Ontem, Marco Aurélio reagiu e se disse "perplexo" com as declarações de Lula. O ministro afirmou que o Poder Judiciário não quer provocar a oposição, apenas "apontar irregularidades que possam invadir a Lei Eleitoral".
- Com a polêmica instalada, Lula negou ontem que haja crise entre o Executivo e o Judiciário.

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

"Seria tão bom se o Poder Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas dele, o Legislativo apenas nas coisas dele e o Executivo nas coisas dele."

28 de fevereiro

"Não existe crise entre poderes. Até porque cada poder tem autonomia suficiente e nós aprendemos que a sustentabilidade da democracia está em saber respeitar a autonomia de cada um."

29 de fevereiro

Marco Aurélio Mello, ministro do STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

"Enquanto eu tiver a toga sobre os ombros, cumprirei meu dever de juiz e cumprirei com espontaneidade e com uma coragem ainda maior para tornar prevacente o direito posto. Não vejo qualquer extravasamento por parte do Judiciário e fiquei perplexo com o que foi veiculado pelo presidente e com a agressividade do próprio presidente."

29 de fevereiro

[Dúvidas Frequentes](#) | [Fale conosco](#) | [Anuncie](#) - © 2000-2007 RBS Internet e Inovação - Toc

Ordem no tribunal! Lula faz um discurso fora do tom ao propor a abertura da "caixa-preta" do Judiciário

Lula: quarta referência à ligação do Poder Judiciário com o crime organizado

Poucas vezes se viu um presidente da República desferir um ataque tão duro contra outro poder como Lula ao falar do Judiciário na semana passada. Nas palavras do presidente, ditas de improviso durante solenidade em Vitória, "a Justiça não age, enquanto Justiça, no cumprimento da Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei. Muitas vezes, uns são mais iguais do que outros, e é o que eu chamo de 'Justiça classista'. É uma Justiça que favorece uma classe". Para reforçar seu diagnóstico cáustico acerca dos homens de toga, Lula citou pela segunda vez desde que tomou posse uma frase

atribuída ao cangaceiro Lampião, o bandido que durante quase vinte anos matou e roubou, aterrorizando o sertão: "Neste país, quem tiver 30 contos de réis não vai para a cadeia". Para atualizar a referência histórica nordestina, Lula emendou, dizendo que "ainda, em muitos casos, prevalece exatamente isso". Não ficou clara qual a intenção do presidente ao enfatizar que ricos e pobres recebem tratamentos diferenciados quando acionam a Justiça. Pode ter pretendido dizer que os ricos se dão bem nos tribunais porque têm dinheiro para contratar bons advogados. Ou pode ter querido dizer que alguns juízes estariam mercadejando sentenças em troca de propina e por isso os pobres se prejudicam. Lula não explicou, mas levantou uma inconveniente nuvem de suspeitas. Antes de encerrar o discurso, pediu a abertura da "caixa-preta" do Poder Judiciário e propôs o controle externo do trabalho dos juízes para que a Justiça aja "enquanto Justiça".

A Justiça tem diversos defeitos. Ela é lenta, burocrática, sobrecarregada, detalhista. Permite que um processo banal sobre briga de vizinhos trafegue da comarca interiorana aos tribunais dos Estados e, daí, até os tribunais superiores. Os pobres vão mesmo para a cadeia em processos mal informados, enquanto os ricos protelam sua punição mesmo que sua culpa seja óbvia, porque há brechas na lei que advogados habilidosos (e bem pagos) conseguem explorar. Em seu discurso, Lula repercutiu uma espécie de senso comum, segundo o qual a Justiça tarda e falta. Mas ficou claro que o presidente não leva em conta, como deveria, o ritual do respeito mútuo entre os três poderes da República e que não tem a mais vaga idéia dos reais problemas da Justiça.

Criar "o controle externo do Judiciário", como quer Lula, é uma dessas expressões proferidas a todo instante nos debates da política. Pertence à família das frases fáceis, como "falta vontade política". São sentenças desassistidas de significado específico, mas apresentadas como um remédio para todos os males. Cada um dá a elas a interpretação que bem

entende. Sabe-se que nem Lula nem ninguém fala em tutelar as decisões dos juízes tomadas nos autos, mas o consenso acaba por aqui. Há quem defenda que os tribunais devem sujeitar-se a uma nova forma de inspeção rígida, que analise os gastos e a conduta ética e funcional dos magistrados. Há os que defendem que os sistemas de controle atuais, a corregedoria interna, o Tribunal de Contas e o Ministério Público já bastam. Esse segundo grupo argumenta que o escândalo do juiz Lalau foi descoberto por ação de uma auditoria do TCU e que, nos últimos meses, investigações internas já levaram ao afastamento de um ex-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco e de um ministro do Superior Tribunal de



Justiça, ambos suspeitos de envolvimento em crimes. Ainda que se decidisse criar um órgão para vigiar os juízes, seria preciso definir critérios para selecionar os agentes controladores e, por que não, criar um sistema para fiscalizar os fiscais.

Esse sistema de vigilância sobreposta pode não levar a lugar algum, a não ser a mais despesas e a mais contratações. Além disso, não há uma relação imediata de causa e efeito entre esse tipo de controle e uma Justiça rápida, eficaz e acessível aos pobres, como Lula deseja (ele e o resto dos brasileiros). Juízes despreparados, corruptos e tribunais esbanjadores não alteram a velocidade geral dos processos nem fazem a Justiça mais ou menos acessível ao cidadão. O TRT de São Paulo estava batendo recordes de produtividade na época em que Lalau pilotava seu esquema de corrupção. O que determina a velocidade da Justiça em grande parte são as leis que regem seu funcionamento, em especial os códigos de processo.

Foi o que ficou faltando à análise de Lula. A grande responsabilidade de mudar o panorama cabe aos dois poderes poupados pelo presidente nesse discurso. O que ele dirige, o Executivo, e o Legislativo. Deputados e senadores compartilham boa parte da responsabilidade pelo que se passa nos tribunais. As principais leis que normatizam o Judiciário precisam ser atualizadas. Há dez anos se discute um projeto de reforma do Judiciário, um Estatuto da Magistratura e um novo Código de Processo Penal.

O Código de Processo Penal está em vigor desde 1941 e já tem muitos dispositivos ultrapassados. Um artigo estabelece que o preso precisa estar na presença do juiz em todas as audiências. Em São Paulo, estima-se que um terço do tempo dos policiais seja empregado na escolta de presos entre o presídio e o tribunal. É normal que os políticos errem a mão quando discursam de improviso. Por essa razão, a maioria dos marqueteiros recomenda aos governantes que evitem a linguagem coloquial. Alguns anos atrás, o próprio Lula se referiu ao Congresso Nacional como uma casa que abrigava uns "300 picaretas". Quando ocupava a Presidência, Itamar Franco quis atacar a política de juro de seu próprio governo e propôs a abertura da

"caixa-preta do Banco Central". Itamar dizia aos interlocutores que os juro se guiavam por interesses escusos dos bancos, não da sociedade, e que era necessário acabar com aquilo. O mesmo fez Lula ao falar da abertura da "caixa-preta da Justiça". Ninguém sai ganhando quando o representante de um poder começa a criticar os outros poderes. Essas discussões produzem um ruído que atrapalha a convivência harmônica entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, afirmações como a de Lula conduzem a uma interpretação equivocada de que problemas complexos como as mazelas da Justiça têm soluções simples e um único grupo de culpados, no caso os juízes.

Há setores inteiros que poderiam ser eliminados, como a Justiça Militar, a Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho. Suas funções poderiam ser absorvidas pela Justiça comum. O trabalho desses tribunais também seria dividido de forma mais racional. Atualmente, um juiz estadual julga numa semana um volume de processos que os magistrados da Justiça Militar têm um ano para resolver. O que impede as mudanças é o corporativismo. Como a Justiça funciona mal, o Brasil se tornou um dos países de maior impunidade no mundo. A população já percebeu que a Justiça não funciona – e essa percepção talvez ajude a explicar não apenas o volume da criminalidade pesada, mas também a onda crescente de pequenas infrações, da sujeira jogada no chão às pichações de muros e até mesmo o pagamento de propina ao guarda. De fato, a Justiça precisa de uma reforma de alto a baixo. Mas ela não sai sem a ajuda do Executivo e do Legislativo. Se ninguém se mexe, não adianta colocar a culpa nos juízes.

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping, fluid strokes that form a stylized, somewhat abstract shape.

HOMENAGEM/JUSTIÇA

Em discurso, Lula faz novas críticas ao Judiciário



BRASÍLIA

(AF)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou a homenagem ao jurista Raymundo Faoro ontem no Ministério da Justiça para criticar, ainda que de forma indireta, o Poder Judiciário. Em discurso lido, Lula insinuou que o Judiciário é uma instituição que funciona de forma subalterna "ao gosto daqueles que as comandam". A crítica dá sequência à defesa que o governo faz do controle externo do Judiciário, mas reflete uma postura mais amena do presidente. As declarações anteriores de Lula - de que havia uma "caixa preta" no Judiciário e de que o Judiciário não o impediria de destacar o Brasil - quase resultaram em crises institucionais. "(A homenagem) significa, acima de tudo, que vivemos um tempo de mudança. Significa que estamos reafirmando em alto e bom som: é preciso recuperar o sentido de justiça para todos. É preciso voltar a acreditar que as instituições existem para servir e não para serem subalternas ao gosto daqueles que as comandam", disse Lula. E completou: "Estou convencido de que trabalhar para democratizar a Justiça e o conjunto das instituições é a melhor forma de preservar a memória de Faoro". Após a cerimônia, Pertence avaliou que o discurso de Lula foi "normal". Para ele, o mal-estar entre os Poderes se deve às "declarações infelizes" que são utilizadas para prejudicar o Judiciário na reforma da Previdência. "Há declarações infelizes de setores que se aproveitam de uma certa insatisfação social com o funcionamento do Judiciário, que é justa, para tratar essa matéria previdenciária sem atenção aos dados Institucionais dela, que são decisivos para a construção de um Judiciário forte", disse Pertence, que não quis especificar quais seriam os setores. Histórico - A troca de farpas entre Executivo e Judiciário começou no final de abril, quando Lula disse em Vitória (ES) que é preciso abrir "a caixa preta do Judiciário". "É por isso que nós defendemos há tanto tempo o controle externo do Poder Judiciário. Não é meter a mão na decisão do juiz. É pelo menos saber como funciona a caixa-preta de um Judiciário que muitas vezes se sente intocável", disse Lula na ocasião. As desavenças entre os Poderes se acirraram com o envio ao Congresso da proposta de reforma previdenciária que põe em risco as aposentadorias integrais dos juizes. Ao assumir a presidência do STF, o ministro Maurício Corrêa criticou a proposta, sob aplausos e diante de Lula. Na semana passada, Lula criou um incidente ao afirmar, em discurso improvisado na CNI (Confederação Nacional da Indústria), que nem o Congresso Nacional nem o poder Judiciário conseguirão impedi-lo de colocar o Brasil em posição de destaque.

Lula critica intromissão do Judiciário no Executivo

Plantão | Publicada em 29/02/2008 às 00h47m

Luiza Damé - Enviada especial; José Araújo - Especial para O Globo

ARACAJU - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva atacou o Judiciário no final da noite de quinta, durante discurso de lançamento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Sergipe. Ao defender os programas sociais do governo, Lula disse que seria bom que o Judiciário "metesse o nariz apenas nas coisas dele". Sem citar nomes, o presidente também reagiu a declarações de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que criticaram o lançamento de novos programas sociais em ano eleitoral e o aumento dos benefícios pagos pelo governo.

- É preciso perguntar a quem falou essa sandice, se ele quer ser ministro da Suprema Corte ou político. Se quer ser político, renuncie lá e se candidate a um cargo para falar as bobagens que quiser, a hora que quiser, mas não ficar se metendo nas políticas do governo federal - disse Lula.

O presidente conclamou o parlamentares da base aliada a subirem à tribuna para cobrar esclarecimentos dos membros do Judiciário que vem atacando as políticas sociais do Palácio do Planalto. O ministro Marco Aurélio Mello, por exemplo, condenou o aumento do Bolsa Família em ano eleitoral.

- Não tem um palpite meu no Legislativo. O governo não se mete no Poder Judiciário. Se cada um ficar no seu galho, o Brasil tem chance de ir em frente. Se cada um der palpite na vida do outro, a gente pode conturbar a sociedade - disse.

Lula defendeu o programa Territórios da Cidadania, lançado no início da semana em Brasília. Na quinta-feira, ele também participou de evento do programa, que reúne ações de combate à pobreza no campo, em Quixadá (CE).

- Eu vi o que significa o programa para a vida das pessoas. Ai de repente alguém fala: se entrar na Justiça, eu vou analisar. Ele deu a senha para o DEM e o PSDB - disse Lula, referindo-se à ação da oposição contra o Territórios da Cidadania.

O presidente também criticou o fato de o Supremo, em várias decisões, ter assumido o papel do Legislativo:

- Seria tão bom se o Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas dele, o Legislativo nas coisas dele e o Executivo nas coisas dele. É preciso que a gente reordene as instituições brasileiras para que elas funcionem cada vez mais de forma harmônica.

GOVERNO

Lula critica 'dificuldades' que TCU impõe a obras

Na Bahia, presidente diz que o órgão 'quase que governa o País' e que 'no Brasil se parte do pressuposto de que todo mundo é ladrão'

Thaís Monteiro
ENVIADA ESPECIAL
POJUCA

Ao lançar mais um pacote de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desta vez na Bahia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público pelos entraves que impõem à execução de obras e defendeu a mudança na lei das licitações.

"É preciso mudar. Não pode continuar do jeito que é porque, aqui no Brasil, se parte do pressuposto que todo mundo é ladrão", desabafou o presidente, justificando que, para evitar os desvios, são criadas "dificuldades" — querelas envolvendo muita adverteu.

Segundo Lula, "o TCU, na verdade, quase que governa o País, porque diz que obra que pode, que obra não pode" ser executada. "Ele é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, não é o próprio Congresso", lembrou o chefe do Executivo.

Assim, ele afirmou que, no âmbito das licitações, o Ministério Público tem o poder para embargar as obras. "O Ministério Público tem um papel importante, porém um poder que nos lhe damos. Mas nós precisamos ver o que é bom para este país, e que é que pode facilitar a vida deste país, o que pode permitir que as coisas sejam mais ágeis".

PALAVRÃO

Repetindo o gesto das demais cerimônias a que compareceu, o presidente apelou para que to-

Ministros afirmam que apenas cumprem a lei

... Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) reagiram, ontem, às declarações do presidente Lula em Salvador. "O tribunal cumpre o que determina a legislação. Verifica se as obras estão sendo conduzidas dentro das normas. Não exagera em coisa alguma", disse o ex-senador e ministro Guilherme Palmeira, que integra o tribunal desde 1998. "O TCU cumpre seu papel constitucional. Trabalha pelo respeito às leis e aos cidadãos", afirmou o ministro Aroldo Cedraz, ex-deputado e nomeado para o cargo em 2007.

Guilherme Palmeira afirmou ainda que o órgão sempre busca uma posição equilibrada em relação às obras que fiscaliza. "Nós dialogamos sempre, para não prejudicar obras de interesse público. Mas não podemos permitir que a população seja prejudicada por obras conduzidas fora do que determina a lei. Sempre buscamos encontrar saídas, desde que sejam legais", declarou Palmeira.

Cedraz lembrou que o TCU, órgão auxiliar do Legislativo, é parte de um modelo institucional de freios e contrapesos, sistema no qual o exercício do poder é

repartido entre órgãos independentes de tal forma que um não pode agir sem ser limitado pelos demais. "Todos temos que aprender a conviver dentro de um regime democrático."

Em setembro passado, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve 23 de suas obras incluídas pelo TCU no relatório de obras públicas com indícios de irregularidades graves. A inclusão na lista, que é anual, faz com que as obras tenham seus recursos orçamentários bloqueados por determinação do Congresso. **• SÔNIA REAUMER**

dos estejam atentos e impacientes que as próximas eleições atraiam a atenção para as obras do PAC.

Lula quase falou um palavrão ao elogiar os políticos que elegeram a lei que não bono para eles agora, mas acabou

No terceiro discurso de improviso, elogios ao Congresso

nas eleições. "Tem gente morando na miséria e não querem que a gente vá e que esperemos passar as eleições", afirmou o presidente. E, então, desabafou: "Putam... Como é que pode", ataca-

cou citando que não faz distinção política ao atender às necessidades de um município.

"É preciso que tenhamos gratidão", prosseguiu o presidente, lembrando que "divida que o governador Luciano de São Paulo Mário Alves (morto) deixou para nós recebida do antigo presidente Fernando Henrique Cardoso (PSD) do que repassou a José Serra (PSDB), que governou o Estado hoje".

"Precisamos construir uma nova lógica de gerenciamento, definindo que a disputa eleitoral tem de ser feita de forma civilizada". Lula questionou quando é que se vai ter "juízo e maturidade" para "entender que política não é a arte da desavença, tem de ser do consenso".

Após salientar que "o PAC está ensinando a meter com a máquina administrativa", o presidente se queimou na dificuldade de se pôr em prática decisões tomadas pelo governo e de se iniciar as obras, por questões burocráticas ou por ações do TCU, dos Tribunais de Conta estaduais, das ações do Ministério Público ou de quem perde licitação.

Lula aproveitou o terceiro discurso de improviso do dia, em Salvador, para elogiar o Congresso. Citou o presidente dos EUA, George W. Bush, que disse não conseguir aprovar nada em seu Parlamento, e afirmou que, no Brasil, aprovou 99% do que pretendia. "Só posso ser agradecido ao Congresso." **•**

COLABOROU TIAGO SÊRGIO

O risco do culto à personalidade

NUNCA DEU CERTO A IDOLATRIA. O Brasil vive hoje uma polarização. Quem ousa criticar Lula é chamado de “pig” (partido da imprensa golpista), de tucano e direitista reacionário. Quem dá algum crédito aos acertos do presidente é acusado de não enxergar um palmo à frente do nariz. Todo mundo perde nessa disputa de patrilhas. Amizades azedam. O raciocínio se embota, o debate emburrece. Mas a maior vítima do personalismo de Lula acabará sendo ele próprio.

Ruth de Aquino
é redatora-chefe
de ÉPOCA
raquino@edglobo.com.br

Dorothy: presidente do STF critica declaração de Lula

Para Gilmar, absolvição não mancha imagem do país no exterior

• BELO HORIZONTE. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, criticou a declaração do presidente Lula de que a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ter mandado matar a missionária Dorothy Stang, mancha a imagem do Brasil no exterior. Para o ministro, é preciso parar

com esse tipo de consideração:

— Acompanhamos o episódio Jean Charles, que é mineiro, em Londres, e vimos o resultado das decisões judiciais e das investigações. Alguém acha que a imagem da Inglaterra ficou manchada no mundo por conta desse episódio? Acho que temos que parar com esse tipo de consideração. O resultado da condenação é que atenderia a boa imagem do Brasil? E se, de fato, essa pessoa (o fazendeiro) for inocente? Eu não disponho de dados, talvez o presidente (Lula) disponha.

Segundo o ministro, a toda hora são tomadas decisões judiciais controversas em todo o mundo. Gilmar fez em Belo Horizonte palestra para jornalistas e estudantes que participam do 3º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo. ■

Absolvição no PA não mancha imagem do país, diz Mendes

Presidente do STF cita caso Jean Charles e diz: 'Alguém acha que a imagem da Inglaterra ficou manchada por causa desse episódio?'

PAULO PEIXOTO
DA AGENCIA FOLHA,
EM BELO HORIZONTE

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes, confrontou ontem a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Moura, o Bida, acusado de ser o mandante da morte da freira Dorothy Stang, prejudica a imagem do Brasil. Para o ministro, é preciso "limitar os fatos a eles próprios".

"Eu acho que temos que parar com esse tipo de consideração. Quer dizer: o resultado da condenação é que atenderia a boa imagem do Brasil? E se de fato essa pessoa for inocente? Eu não disponho de dados, talvez o presidente disponha", criticou Gilmar Mendes.

Segundo ele, decisões judiciais controversas existem em todo o mundo "a toda hora". Ele citou o caso do brasileiro Jean Charles de Menezes, morto pela polícia inglesa em Londres. Os policiais não foram a julgamento. "Os senhores viram os resultados das decisões judiciais, das investigações. Alguém acha que a imagem da Inglaterra ficou manchada no mundo por causa desse episódio?", questionou Mendes.

O presidente do STF citou também o caso do desaparecimento de uma menina inglesa em Portugal, com "informações desencontradas", cujo episódio está até hoje sem solução. "Alguém disse que a imagem de Portugal ou da Inglaterra está manchada no mundo por conta disso? Vamos limitar os fatos a eles próprios", afirmou.

Mendes também comentou debates que a absolvição trouxe à tona: o direito a um segundo julgamento ao réu condenado por mais de 20 anos e a sugestão de que o julgamento de Bida deveria ter acontecido em uma outra comarca (o chamado desaforamento), de forma a evitar pressões aos jurados.

"As pessoas só falam de desaforamento por conta do resultado, o que mostra que não é um juízo de todo objetivo. Quando houve o primeiro julgamento, ninguém reclamou quanto ao desaforamento", disse Mendes, referindo-se ao fato de Bida ter sido condenado a 30 anos no primeiro julgamento.

Quanto à questão do segundo julgamento, o presidente do STF afirmou que há muitas discussões e críticas ao modelo de processo do júri e que "há até quem defenda a supressão do júri". Mendes defendeu a discussão, disse acreditar que o assunto está no Congresso, mas

afirmou que é preciso evitar os "impulsos reformistas" quando casos como esse ocorrem.

"O importante é que a gente faça com os passos normais, racionais. Em princípio, devemos receber as decisões com tranquilidade, tanto aquela que nos fascina como aquela que nos contraria. Contra decisão judicial se recorre", disse.

O ministro afirmou não conhecer os autos do caso Dorothy, exceto que se trata de crime de mando, e que, portanto, não poderia emitir "juízo seguro". "É preciso aguardar. O tribunal vai emitir um juízo mais seguro sobre o assunto".

CASO DOROTHY STANG

GILMAR MENDES CRITICA LULA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, criticou ontem a afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, "mancha a imagem do Brasil no exterior". Bida chegou a ser condenado, em janeiro de 2007, a 30 anos de prisão como mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang. Em novo julgamento, na última terça-feira, o fazendeiro foi absolvido pelo

CRÍTICAS A LULA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, criticou ontem a afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, "mancha a imagem do Brasil no exterior." O agricultor, condenado em janeiro do ano passado a 30 anos de prisão como mandante do assassinato da missionária americana Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, foi inocentado das acusações em segundo julgamento pelo Tribunal do Júri de Belém, no Pará.

CLÓVIS ROSSI

"Conspiracionismo"

SÃO PAULO - O governo, como antecipou o presidente Lula, vai dizer, até o fim dos tempos, que o dossiê sobre os gastos do casal Fernando Henrique/Ruth Cardoso não é dossiê, mas banco de dados.

OK. Você pode chamar urubu de meu louro a vida toda, mas urubu continuará sendo urubu, e uma papelada que tem cara de dossiê, foinho de dossiê, jeitos e trejeitos de dossiê continuará sendo dossiê.

Agora descobre-se que o autor final da papelada é José Aparecido Nunes Pires, um petista antigo, funcionário da Casa Civil, à qual foi levado por José Dirceu, notório adepto de conspirações.

A sabedoria convencional manda dizer que José Aparecido ou agiu a mando de alguém graduado ou se precipitou numa conspiração própria, típica do lulo-petismo desde que chegou ao poder. Sempre que há alguma acusação contra funcionários do governo e/ou do partido, a reação do lulo-petismo não é dizer-se inocente, mas contra-atacar acusando os outros.

Típica dessa cultura foi a reação de Lula ao mensalão, ao dizer que "o PT fez o que todo mundo faz". Nenhuma palavra para condenar o que todo mundo faz, que, no caso, é caixa dois, "coisa de bandido", segundo o então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Agora, o problema foram as denúncias (comprovadas) de que funcionários graduados do governo Lula haviam usado cartões corporativos para gastos ou indevidos ou exóticos. Reação inevitável de algum palaciano: vamos demonstrar que eles "fizeram o que todo mundo faz", para o que era preciso montar um dossiê sobre gastos esquisitos do governo anterior.

Não seria mais honesto que, em vez desse "conspiracionismo" estúpido, fossem tomadas providências para que funcionários do presente governo não fizessem o que eles dizem que todo mundo faz?

FREDERICO
VASCONCELOS

A invasão das câmeras

 EQUIPE DE TV chegou à casa de Agostinho dos Santos antes que a família soubesse da morte do cantor, vítima do desastre aéreo no aeroporto de Orly, em Paris, em 1973. Diante da câmera, a filha cantarolou sucessos do pai, antes de a repórter lhe transmitir a notícia e gravar o seu desespero. Um abuso indesculpável.

Anos depois, a televisão estimularia a disputa de audiência no período da tarde com programas do tipo "mundo cão". Repórteres pegavam carona em viaturas policiais e era comum a polícia chutar a porta do barraco e, a câmera de TV, cúmplice, acompanhar a invasão.

Nessa época, os grandes jornais paulistas mantinham certa "asessia": a violência e o crime eram reservados aos chamados jornais populares. Demorou para que a imprensa de São Paulo, ao contrário da carioca, estampasse nas primei-

MERVAL PEREIRA

Lula 'se acha'

• São Tomás de Aquino considerava a soberba a raiz de todos os pecados. Na política, ela leva à arrogância e ao abuso do poder, é o contrário do espírito democrático. O Presidente Lula, do alto de uma crescente arrogância alimentada pelos recordes de popularidade, está "se achando", como dizem os mais jovens: se acha em condições de dar palpites sobre tudo, de decretar quem merece perdão e quem merece críticas, e, sobretudo e mais perigoso, se acha com poderes para escarnecer da legislação em vigor no país. Na sexta-feira, em Salvador, chegou a dizer um palavrão em público - e não é a primeira vez - criticando a lei eleitoral que dificulta suas viagens pelo país. Em verdadeiros comícios políticos para lançamentos de obras do PAC, ele finge ensinar ao povo como deve se comportar para não ferir a lei eleitoral.

Mangabeira Responde: Quem tem caixa-preta é o poder Executivo

24/04/2003 - 13h11

da Redação
em São Paulo

Quem tem caixa-preta é o Poder Executivo. Assim o professor de Direito da faculdade Harvard Roberto Mangabeira, colunista do UOL News, comentou as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Poder Judiciário. Em discurso nesta semana no Espírito Santo, Lula afirmou que seria preciso abrir a caixa-preta do Judiciário. Lula ainda defendeu o controle externo para juízes.

Para Mangabeira, Lula pode ter falado do Judiciário "para não falar das duas caixas-pretas do Executivo". "Uma é a autonomia do Banco Central, que é para terceirizar a política econômica a um bando de financistas, e a outra é o dinheiro da propaganda oficial, que serve para aliciar a imprensa", diz.

"Agora mesmo, eles vão enfiar goela abaixo do país essas reformas antijurídicas e reformas caloteiras da Previdência. Não foi para isso que o Lula foi eleito, não foi para colocar panos quentes. Foi para mudar o país", diz.

Mangabeira ainda diz que Lula pode ter feito críticas ao Judiciário para "inibir o Judiciário no julgamento dos direitos adquiridos, encobrir a falta de uma política séria de Segurança Pública e desculpar a ausência de uma proposta de mudança do Judiciário que de acesso à Justiça à gente simples do país".

O professor acredita que o Brasil tem "uma sacada da frente e uma porta dos fundos". Na sacada, segundo ele, está o presidente, que age às vezes pilhéria, às vezes com choro, reclamando dos sindicatos e da globalização e pedindo comida para os pobres. Na porta dos fundos, saem sacos de ouro, não de comida, para os banqueiros", diz.



[Veja a página de Mangabeira na Universidade Harvard.](#)

SUPREMO

Duzentos anos de Judiciário independente

Marco Maciel
SENADOR E MEMBRO DA ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS

Há pouco mais de seis meses, a então presidente do Supremo Tribunal Federal, a ministra Ellen Gracie, comemorando o segundo centenário do Poder Judiciário independente de nosso país, iniciava a distribuição dos primeiros recursos extraordinários eletrônicos e via o ato “como sinônimo de rompimento com o passado e o início de uma fase de eficiência”. Anotava, também, que desde os tempos coloniais o padre Antônio Vieira já se revoltara contra a ineficiência da prestação jurisdicional.

A propósito, quase 400 anos atrás, em sermão na Capela Real de Portugal, Vieira, o “imperador da língua portuguesa”, como o cognominou Fernando Pessoa, chamava atenção para a circunstância que, na república hebréia — e em muitas outras — os tribunais e os ministros estavam às portas da cidade: “Antigamente estavam os

ministros às portas das cidades; agora estão as cidades às portas dos ministros. (...) Aqueles ministros, ainda quando despachavam mal os requerentes, faziam-lhes três mercês. Poupavam-lhes o tempo, poupavam-lhes o dinheiro, poupavam-lhes as passadas. Os nossos ministros, ainda quando vos despacham bem, fazem-vos os mesmos três danos. O do dinheiro, porque o gastais; o do tempo, porque o perdeis; o das passadas, porque as multiplicais”.

Ao fazer memória da data inaugural do Poder Judiciário independente no Brasil é inevitável reconhecer em rei dom João VI haver ele aqui concebido e executado um projeto de Estado. Também não podemos deixar de gizar a instalação dos cursos jurídicos em Olinda e São Paulo. Nas referidas faculdades, forjou-se a maioria dos estadistas do Império que tanto serviram aos três poderes e às demais instituições do país.

Destaque-se nesse travejamento inicial do Estado brasileiro, entre outras providências indispensáveis, a fundação da Casa de Suplicação do

É inevitável reconhecer em dom João VI aquele que executou um projeto de Estado

Brasil, em 1808, para substituir a Casa de Suplicação de Lisboa, instância final do julgamento dos processos judiciais. É oportuno referir, porém, que mesmo antes da promulgação da Constituição de 1891, o decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, baixado por Deodoro da Fonseca, na ocasião chefe do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil, já estabelecera que o Superior Tribunal de Justiça deveria intitular-se Supremo Tribunal Federal.

Cabe salientar que a divisão tripartite de poderes idealizada por Montesquieu, às vésperas da Revolução Francesa, somente começou a ser plenamente aplicada a partir da decisão *Marbury versus Madison*, em 1803, quando John Marshall era presidente

da Suprema Corte dos Estados Unidos. Por ele foi consagrado o princípio da precedência dela na interpretação constitucional das leis votadas pelo Legislativo e aplicadas pelo Executivo.

Não foi por outra razão que o imperador Dom Pedro II, em julho de 1889, poucos meses antes da proclamação da República, designava Salvador de Mendonça para cumprir missão oficial nos Estados Unidos com a recomendação: “Estudem com todo o cuidado a organização do Supremo Tribunal de Justiça de Washington. Creio que nas funções da Corte Suprema está o segredo do bom funcionamento da Constituição americana. (...) Dêem toda a atenção a este ponto”, conforme assevera Leda Boechat Rodrigues, em seu livro *História do Supremo Tribunal Federal*.

A República atendeu a essa aspiração de Pedro II, ao adotar o modelo americano de controle jurisdicional de constitucionalidade das leis. E viu-se, mais tarde, em nosso evoluir histórico, a ampliação desse controle numa extensão que não é acompanhada por muitos outros países.

Hodiernamente, compete ao STF, de forma precípua, a guarda da Constituição. Entre as suas principais prerrogativas, está a de julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ambas concebidas pelo ministro Gilmar Mendes. E, na área penal, a competência para julgar, na hipótese de infrações penais comuns, o presidente da República, o vice-presidente da República, os membros do Congresso Nacional, os ministros de Estado e o procurador-geral da República, entre outros.

Mais do que fazer memória daquilo que fica do que passou, é oportuno celebrar também o papel que a Justiça brasileira vem oferecendo à preservação da harmonia e do equilíbrio entre os Poderes, além de seu zelo pela guarda da Constituição em seus preceitos fundantes dos valores essenciais que consolidam o autêntico estado democrático de direito, para que as instituições nacionais se enraizem no sentimento cívico do povo brasileiro.



Fiscalização e democracia

José Maurício Nolasco

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

As democracias bem-sucedidas se caracterizam por um salutar equilíbrio entre os poderes, pela manutenção de instâncias fiscalizadoras ágeis e transparentes, e por uma legislação que não fique ao sabor de interesses incompatíveis com o bem comum. Sem estes dados fundamentais, a governabilidade de qualquer Estado se perde, passando a dar espaço a conflitos de forças cegas que, a médio e longo prazo, irão tornar a gestão da coisa pública absolutamente caótica e ineficaz. Neste contexto, os tribunais de Contas exercem papel muito importante, com os seus procedimentos de auditoria, checagem e normatização de contratos.

Um trabalho dessa natureza é hoje uma referência técnica muito importante para o debate político, pois as sociedades desejam algo mais do que simples ideologias ou utopias: querem transparência, equidade e boa aplicação dos recursos públicos.

No Brasil, a fiscalização técnica preventiva feita pelos tribunais de Contas se transformou, com o decorrer dos anos, em um inestimável apoio para os governantes comprometidos com a administração eficaz, a qual está entre as principais exigências do conjunto da sociedade brasileira. Com um corpo técnico em geral diversificado e especializado, esses órgãos hoje estão preparados para verificar, com competência, editais e contratos públicos das mais variadas naturezas: das questões ambientais às de propriedade industrial, passando pela verificação de onde e como o dinheiro do contribuinte está sendo aplicado.

Aristóteles já dizia, com propriedade, que o homem afastado da política, ou seja, o que não se interessa pelas questões relevantes para a polis, das duas uma: ou é um animal ou um deus. O pensador grego tinha em mente a importância absoluta das coisas relativas à

instância pública, as quais deveriam estar à mão de todos os cidadãos, que, assim, poderiam discuti-las e aprimorá-las. Pois bem: tendo essa transparência em vista, mais do que nunca é preciso levar a cada cidadão, a cada contribuinte, a notícia de que o trabalho de um tribunal de Contas volta-se para assegurar o controle da coisa pública em vista da sua finalidade institucional.

Não importa isto dizer que não poderá ser acionado a atuar por pessoa comum, se o resultado objetivado se mostrar claramente consentâneo com o interesse público, como seria o caso de fundada suspeita de morador de certo bairro quanto à lisura de determinada obra pública sob sua observação diária.

Essa face, que constitui a verdadeira essência do poder público, fica infelizmente em geral submersa, oculta em meio a denúncias de toda a sorte. Sendo assim, cabe a nós dar visibilidade ao que é bom, ao que representa um instrumento para o cidadão, na exata medida em que é, na prática, um controle isento dos atos administrativos. E é isto

o que faz um tribunal de Contas: controle legal e soberano, assegurado constitucionalmente, com preservação de isenção relativamente à origem do ato administrativo a ser examinado. Um controle legal e conseqüente, sob outorga do Poder Legislativo. Um controle necessário, tendo em vista que é da natureza da democracia estabelecer, em benefício de todos, mecanismos que defendam o poder público da inserção espúria de in-

Cabe a um tribunal de Contas controle legal e soberano, assegurado constitucionalmente

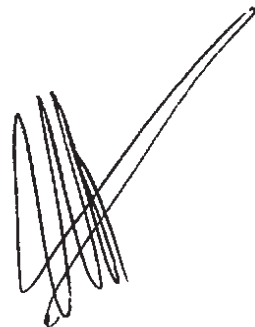
teresses menores, episódicos, compromissados em encontrar brechas de onde vão enfraquecer as instituições políticas legítimas.

Os historiadores registram que os antigos, tanto gregos como ro-

manos, apontavam que a administração do Estado deve ser exercida por diferentes instâncias, as quais serão as defensoras do interesse comum. E nisso tinham razão, pois o Estado não pode, por um lado, ser hipertrofiado com escalões intermináveis de burocratas, e por outro não pode perder de vista o fundamental princípio de subsidiariedade, que se resume ao seguinte: o Estado deve marcar presença nas vezes em que o bem comum e as leis em sua defesa correm o risco de sucumbir.

Assim, não devemos cair em um democratismo utópico sem regulação interna ou externa da coisa pública e nem numa situação em que o Estado aumente os seus tentáculos a esferas que não lhe dizem respeito.

Os tribunais de Contas contribuem, com a sua fiscalização, para manter o equilíbrio entre esses dois extremos em nosso país. Com o seu trabalho discreto, objetivo, ajudam a manter os princípios sem os quais a democracia correria o risco de se transformar num simples slogan.



Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Agradeço, Senador Mozarildo.

Concedo a palavra, de imediato, ao Senador Papaléo, por permuta com o Senador Jayme Campos. S. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geraldo Mesquita, inscreva-me para falar como Líder da Minoria. Eu lhe agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Assim será feito, Senador.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, coerência é, em seu sentido mais rigoroso, a capacidade de manter-se fiel a si mesmo e aos princípios éticos e morais que balizam sua vida.

Podemos ser coerentes e reconhecer no outro, até mesmo no adversário, seus méritos e conquistas. Podemos ser coerentes e, mesmo assim, saber ceder na busca de um entendimento que seja benéfico ao povo brasileiro.

Infelizmente, a prática da coerência é pouco louvada no Brasil, chegando mesmo a ser considerada nociva para o jogo político. Essa é a conclusão a que chegamos ao fazer a retrospectiva do Governo que temos!

O Presidente Lula e seus seguidores esquecem e negam o que sempre pregaram e venderam ao povo brasileiro nas eleições passadas. Para piorar, teimam em atribuir, depois de seis anos de poder, a uma fictícia “herança maldita” os males que não conseguem erradicar.

Não faz muito tempo vivemos um episódio de uma seqüência interminável de contradições: a batalha da renovação da CPMF – em boa hora perdida pelo Governo Lula.

Criada no Governo Fernando Henrique Cardoso, por sugestão do então Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene, que necessitava de verba para a área, a CPMF foi, à época, duramente criticada pelos Parlamentares do PT, que se posicionaram totalmente contrários ao imposto. Quando da prorrogação da contribuição pedida e obtida por FHC, o PT votou contra. Alguns dos ilustres Parlamentares do PT, atualmente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, votaram contra. Na oposição, queriam a revogação da CPMF. No Governo, defenderam com unhas e dentes a contribuição contra a qual vituperavam. Estou falando de coerência.

Antes de ser Governo, Lula veio ao Congresso para barrar a CPMF. Quando candidato, ele e o PT não se cansavam de criticar o imposto CPMF. Depois de eleito, esqueceram as críticas e levantaram a bandeira da Contribuição, sob o argumento de que era imprescindível para que o Governo pudesse continuar os programas sociais, como o Bolsa-Família.

Sr^{as} e Srs. Senadores, para nossa sorte, nos últimos seis anos o Brasil tem navegado em mares de almirante. Ainda bem, para todos nós brasileiros.

Se a política traçada pela equipe de Fernando Henrique Cardoso era – e continua a ser – boa e eficaz, a reforma tributária, nunca alcançada, permanece uma necessidade!

Agora, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se permite dizer coisas – e ainda há pouco citou aqui o Senador Mozarildo Cavalcanti que ele fala e nem sente o que fala – do tipo: “Acho importante que os banqueiros ganhem dinheiro, porque, quando eles perdem, o povo paga”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, lucro de banqueiro não parece tão feio agora quanto parecia quando se era oposição, e o único compromisso era com o discurso, sem qualquer engajamento com a responsabilidade de governar.

Na verdade, com promessas de mudança, o que o atual Governo fez foi consolidar – e isso fez muito bem – a política econômica iniciada com o Plano Real, ainda no Governo Itamar Franco, sob a batuta do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi buscar para pilotar sua política monetária um ex-presidente mundial do BankBoston e recém-eleito Deputado Federal pelo PSDB. Aparentemente, as hostes do Partido do Presidente não dispunham de pessoas capacitadas a convencer o mercado da seriedade da proposta que acabava de ganhar a eleição brasileira.

“Foi para isto que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar”, afirmaria o Presidente Lula logo após sua ascensão ao cargo.

Sr. Presidente, a pergunta que se pode fazer hoje é: o que realmente foi mudado? O Bolsa-Família, pelo fato de ter sido feito como a sistematização e a unificação de programas pré-existentes no Governo Fernando Henrique Cardoso? Parece-nos pouco como mudança!

A taxação das aposentadorias dos servidores públicos, apesar de ter derrotado proposta semelhante no governo anterior? Parece-nos mais uma contradição, que não mudou nada, a não ser onerar os servidores. Depois de impor taxação à aposentadoria dos servidores, o Presidente afirmou diversas vezes que não há déficit na Previdência, apenas uma questão contábil. O fato é que nessa reforma só os funcionários públicos é que pagaram o ônus. Ressalte-se que o novo regime inscrito na Constituição Federal até hoje não teve

regulamentado o funcionamento dos fundos de previdência, o que coloca os servidores em uma espécie de limbo quanto à aposentadoria a que de fato farão jus ao completar o tempo devido de contribuição.

E a recuperação da infra-estrutura do País? Estou falando de incoerência. Essa está ainda pior do que já era e, passados quase seis anos de Governo Lula, tornou-se um entrave importante para o desenvolvimento nacional, em face dos custos elevados que impõe aos nossos produtores.

Ainda estou falando de incoerências.

E o gargalo da geração de energia, Sr. Presidente? Sr^{as} e Srs. Senadores, passaram-se mais de seis anos sem que houvesse qualquer iniciativa deste Governo para mudar o que eles chamavam, antes de 2003, de “caos da energia”. Os riscos de apagão continuam e as hidrelétricas só agora começaram a sair do papel. No período de 2004 a 2006 não houve um megawatt de acréscimo na capacidade instalada no País, somadas todas as formas de geração existentes no Brasil, inclusive a importação de países vizinhos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito tempo para quem queria fazer diferente do que havia sido feito.

E por aí vai um verdadeiro rosário de mudanças não realizadas, um verdadeiro calvário para todos os que querem fazer o País crescer de fato e ver uma nova realidade, uma melhor realidade se enraizar na sociedade brasileira.

Política é a arte de saber construir compromissos para um projeto em favor do Brasil e de seu povo. Coerência é ser fiel aos princípios que nos movem nessa direção. Essa, Sr. Presidente, infelizmente, não parece ser a mola mestra do atual Governo e do PT.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Há expedientes sobre a mesa, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 579, DE 2008

Requer voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Artur da Távola.

Corn fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Senador Artur da Távola, ocorrido no dia 9 de maio, no Rio de Janeiro.

Justificação

Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros, mais conhecido como Artur da Távola, filho de Paulo de

Deus Moretzsohn Monteiro de Barros e de Magdalena Koff Monteiro de Barros, nasceu em 3 de janeiro de 1936. Formou-se em Direito pela PUC do Rio, no ano de 1959. Na universidade, participou ativamente do movimento estudantil. Especialista em educação, pelo Centro Latino-Americano de Formação de Especialistas em Educación, trabalhou em programas educativos da Rádio MEC.

Em 1960, inicia a sua vida parlamentar como deputado constituinte no Estado da Guanabara, pelo PTN, onde fez oposição ao então Governador Carlos Lacerda. Teve os direitos políticos e o mandato cassados no regime militar, exilando-se na Bolívia e no Chile entre 1964 e 1968.

Foi um dos fundadores do PSDB e líder da bancada tucana durante a Assembléia Nacional Constituinte.

Como jornalista, escreveu diversos artigos em sua coluna no jornal **Última Hora, O Globo, O Dia**, entre livros.

Em 1994 foi eleito senador pelo PSDB.

Grande conhecedor da música, apresentou, entre outros, o programa “*Quem tem medo de música clássica*”, na TV Senado.

Távola era conhecido por ter uma personalidade marcante e dizia que “estava permanentemente em obras e que se ajustava a cada desafio da vida”.

é difícil defini-lo por uma única característica. Ele se mostrou, entre nós, um ser de múltiplos predicados. Escritor, poeta, profundo conhecedor da música, em todos os seus segmentos, político, jornalista.

Como escritor, foi brilhante em mais de duas dezenas de livros publicados, além de artigos e crônicas, nos principais jornais do país. Em todos eles, o enfoque principal sempre foi o ser humano. Os seus textos sempre foram o resgate dos sentimentos mais nobres da vida, como o humanismo, a solidariedade, a compaixão, a amizade e, principalmente, o amor. O grande projeto de sua própria existência sempre foi decifrar os mistérios da vida.

À família de Artur da Távola, os nossos mais profundos sentimentos de pesar pela morte deste grande homem público.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Pedro Simon**, Senador **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 580, DE 2008

Requer voto de pesar pelo falecimento do Senador Arthur da Távola, (Paulo Alberto Monteiro de Barros) ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 9 de maio de 2008.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo fale-

cimento ocorrido no Rio de Janeiro, em 9 de maio de 2008, do ex-Senador, escritor e jornalista Paulo Alberto Monteiro de Barros, Arthur da Távola.

Requeiro, ademais, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da esposa, Miriam, e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

Deputado Estadual por dois mandatos, o advogado, formado pela PUC do seu Rio de Janeiro, honrou o Senado ao cumprir mandato em que foi um dos mais atuantes parlamentares, sempre presente, com seus discursos bem elaborados, firmes nas críticas e elegante no texto. Ele foi também, por duas vezes, Deputado Federal, Constituinte de 1988 e Líder da Bancada de um PSDB que ousadamente nascia para renovar a política brasileira.

Após cumprir seu mandato no Senado, não disputou novas eleições e passou a se dedicar à sua mais forte vocação: crônica, poesia, romance, música. Treze livros publicados, e não sei quantos mais, porventura, inéditos.

Nascido em 3 de janeiro de 1936, Arthur da Távola iniciou a vida parlamentar em 1960, elegendo-se Deputado Estadual pelo PTN. Cassado pelo regime militar, morou, entre 1964 e 1968, na Bolívia e no Chile. No regresso à Pátria, passou a usar o pseudônimo Arthur da Távola. E, com ele, ficou conhecido pelas extraordinárias crônicas que eram publicadas na última página do caderno cultural de **O Globo**. Era, então, crítico de TV, mas o que ele escrevia ia muito além, tocando invariavelmente no fundo da alma de quem as lia. À época, ainda não se falava em livros ou literatura de “auto-ajuda”, mas qualquer avaliação concluirá que os escritos de Arthur da Távola eram lições de vida, cheios de ternura e lirismo, sem jamais tocar, nem de longe, no terreno da pieguice. Não! Suas crônicas nem ao menos resvalavam no terreno da chamada “literatice”, de textos ridiculamente sentimental ou feito com palavras vãs. Arthur da Távola tinha outra grande qualidade, a de conhecedor profundo e amante da música erudita. Na TV Senado, seu programa *Quem tem medo de música clássica* vai permanecer para sempre na memória de tantos milhares que admiravam o programa. Num dos últimos programas dessa coletânea, Arthur da Távola estabeleceu paralelo entre o tratamento dado por Gounod, em sua clássica Ave Maria, e a não menos clássica Ave Maria no Morro, de Herivelto Martins, na música popular. Ambas conferem forte entonação à palavra Maria. A forma com que Távola, nesse programa, oferecia as explicações sobre a similitude que via nas duas Ave Maria foram sobretudo didática, de

fácil compreensão pelo público ouvinte. Ali brilhava o cérebro privilegiado de Arthur da Távola. Ali reluzia seu singelo jeito de tratar as palavras.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB, Senador **Alvaro Dias**, Senador **Romero Jucá**.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O Senador Alvaro Dias assina o requerimento de autoria do Senador Arthur Virgílio e o Senado inteiro assinaria, e assina, tais requerimentos, com maior prazer, pela honra, mas com pesar.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio; em seguida, faculto a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, soube da morte de Artur da Távola, de Paulo Alberto Monteiro de Barros, com muita dor, mas sem surpresa.

Esse amigo tão querido, esse companheiro tão firme, esse homem público tão coerente, esse intelectual tão sofisticado, com treze obras publicadas e não sei quantas porventura ainda inéditas, estava gravemente enfermo. Fizera delicada cirurgia de coração – cirurgia esta que o fez receber sofisticado aparelho e que malogrou porque o aparelho falhou. E ele não tinha mais condições físicas de repetir a tentativa. Viveu, então, com qualidade de vida declinante, mais dois anos; menos que três, com certeza.

Portanto, sua morte não foi para mim uma surpresa, foi uma dor.

Gostaria, Sr. Presidente, de expressar um pouco do que sinto pela figura pública e pela figura humana de Artur da Távola. Antes de mais nada, ele era uma síntese muito feliz do intelectual, verdadeiramente merecedor desse nome, com o homem público exitoso, que foi duas vezes Deputado Estadual, no Rio de Janeiro – ele era então o Deputado Estadual Paulo Alberto Monteiro de Barros –; duas vezes Deputado Federal; fundador e líder do PSDB, já Artur da Távola; Senador da República, Líder do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso; Presidente Nacional do meu Partido, o PSDB. Mas a feliz síntese entre alguém que conseguiu ter votos, que se elegeu inúmeras vezes, e era um intelectual irreprochável, alguém que fazia a crítica de arte com enorme sentido construtivo, alguém que escrevia esmerada e talentosamente, alguém que se marcava por ser um cronista de escol, um romancista de peso, um profundo conhecedor de música erudita e de música popular brasileira também.

Eu almoçava com meu filho do meio, o Juliano, Senador Jarbas Vasconcelos, quando soube da notícia do falecimento do Paulo Alberto. E tentei explicar ao meu filho quem era Paulo Alberto Monteiro de Barros, quem era Artur da Távola. E meu filho de 16 anos já sabia muito bem. Ele me disse não perder nenhum dos programas de música clássica que Arthur produzia para a TV Senado; ele que fazia também um programa do mesmo sentido e do mesmo valor para a Rádio Senado.

Artur se esmerava no seu estúdio...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a V. Ex^a um tempinho para concluir.

Artur se esmerava no seu estúdio improvisado, em casa, no seu próprio gabinete de trabalho como Senador, horas a fio, trocando uma frase por outra frase até que o texto estivesse perfeito aos olhos dele. E certamente muito perfeito aos olhos dos que eram seus leitores, como eu era seu leitor e tantos de nós éramos seus leitores.

Artur era uma figura doce, mas essa doçura não o impediu de enfrentar o regime de força, o regime autoritário, o regime militar. Foi pelo regime exilado no Chile e na Bolívia. Artur, portanto, era doce, mas era firme. E a sua firmeza não o fazia uma figura menos simpática do que a mais simpática das figuras humanas com as quais pudéssemos lidar.

Artur da Távola conseguia ser firme, doce, conciliador, coerente. Não era fácil resumir tudo isso numa só pessoa pública, e eu via nele muita bondade pessoal.

Quero deixar um abraço à Miriam, sua companheira, e a todos os seus familiares o meu sentimento mais profundo de pesar.

Artur vai fazer muita falta. Como homem público, a gente já o havia perdido, do ponto de vista das eleições. Ele continuava um militante do meu Partido, alguém que sempre aconselhava, que sempre tinha coisas boas para falar e coisas boas de se ouvir. Mas a figura humana, aquela da conversa interminável, aquela da conversa que sempre revelava o melhor gosto literário, o melhor gosto pelo cinema, o melhor gosto pelo teatro, a última informação sobre a música, esse Artur da Távola faz uma falta imensa.

É dever de todos homenagearmos Artur da Távola, Sr. Presidente. Eu gostaria, portanto, de dizer que algumas pessoas tinham uma legitimidade muito especial. O Governador de São Paulo, José Serra, por exemplo, era realmente muito amigo dele, amigo muito próximo, muito querido. Fez, hoje, um artigo que, eu tenho certeza, foi feito pelas próprias mãos do Serra,

não foi feito por ninguém outro, por nenhum assessor, por nenhum *ghost writer* talentoso, foi feito pelo próprio sentimento do Governador Serra. Conta passagens muito pessoais, passagens muito marcantes na vida de ambos, e eu sei do carinho que um tinha pelo outro, do respeito, do amor fraterno que ligava Serra a Artur da Távola.

Eu peço que esse artigo, publicado hoje no jornal **O Globo**, faça parte do meu discurso, na íntegra.

Ainda, Sr. Presidente, comunico à Casa que estou apresentando requerimento para realização de sessão solene especial, destinada a homenagear a memória do intelectual, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador Artur da Távola, por entender que aqui fazemos, numa segunda-feira, uma improvisada homenagem. Ele merece mais, ele merece todas as homenagens sempre, e merece uma sessão que dê aos seus amigos oportunidade de acorrerem do Brasil para o Senado, para aqui dissecarem o orador brilhante, o intelectual de peso, o amigo leal, o companheiro fraterno, a figura humana doce, o homem de bem, o homem íntegro. Quando vemos todo esse emaranhado de corrupção, de perfídia, de falsidades, vejo como era puro o coração de Artur da Távola.

Portanto, Senador Geraldo Mesquita, como Líder do PSDB, como Senador do PSDB, como militante tucano e como amigo muito fraterno e muito querido de Artur da Távola, juntamente com o Senador Alvaro Dias e com V. Ex^a, firmei requerimento de voto de pesar, assim como estou endereçando à Mesa requerimento de sessão solene especial. Acredito que até lá haverá muito mais serenidade para se falar de uma figura tão abrangente, de uma figura que é tão muitas. Artur da Távola era tão mais de um que conseguia, com muita honestidade, sendo Paulo Alberto, ser chamado de Artur da Távola. Geralmente quem troca de nome não é honesto, quem tem algo para temer. Artur da Távola era uma figura de pureza. Era Paulo Alberto, com muita pureza, e Artur da Távola, com muita integridade.

Na hora da sessão solene especial teremos muito mais serenidade para falar dele, já com a dor mais apascentada e, com toda a certeza, com a capacidade de lembrar das coisas boas e até divertidas que protagonizavam a convivência inesquecível com esse grande amigo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno)

O GLOBO

DATA:12/05/2008

Paulo Alberto

JOSÉ SERRA

Um relato do Márcio Fortes, na última quinta-feira, em São Paulo, me deixou apreensivo: "Visitei o Artur da Távola no fim de semana. Ótima conversa. Mas ele está muito frágil, não vai bem. A Miriam pediu para te dizer que não deixe de ir vê-lo logo."

Planejei visitar o Paulo Alberto (Artur da Távola era o seu pseudônimo como jornalista e escritor, que ele adotou na época da ditadura) na segunda-feira seguinte. Mas a preocupação não me saiu da cabeça.

Na tarde de sexta, em viagem pelo interior de São Paulo, um assessor se aproximou com ar de más notícias. Num âtimo, pressenti do que se tratava.

A partir daí, e até agora, as lembranças misturam tempo, cenários e conversas passadas.

A última vez que estive com ele, no hospital, com sua inteligência e bom humor em dia, ao lado do sofrimento físico.

Em 1963, no Rio de Janeiro, em alguma reunião onde o conheci, adversário do Lacerda, expressando-se com clareza, engraçado e boa-pinta.

No início dos anos noventa, numa salinha da liderança do PSDB na Câmara, depois da sessão do dia, somente os dois, disputando quem conhecia mais as letras de músicas do Orlando Silva.

O Zé Kéti visitando o Paulo na Embaixada da Bolívia, cantando "Diz que eu fui por aí", uma composição que não fora ainda lançada.

Em La Paz, no começo do exílio, pleno inverno, a uns 4 mil metros de altura, compartilhando com ele o quarto do hotel.

Em Santiago do Chile, na sala da sua casa, ouvindo o professor Anísio Teixeira, seu sogro, um dos maiores educadores que já tivemos, contando como estava o Brasil.

No apartamento do senador José Richa, em 1988, planejando a fundação do PSDB.

Vendo-o na TV Senado e ouvindo-o na Rádio Cultura de São Paulo, explicando, analisando e apresentando música clássica.

Quando estudante de Direito, Paulo foi diretor de um jornal da União Metropolitana dos Estudantes, "O Metropolitano", que circulava como encarte dominical do "Diário de Notícias" — e, sem exagero, precursor de um estilo novo na imprensa brasileira ao longo dos anos sessenta.

Em 1963 já era deputado e líder do PTB na Assembleia Legislativa da Guanabara.

Esse foi um ano difícil — inflação alta, inquietação militar, greves, agitação estudantil, governo hesitante — e longo: acabou, de fato, em primeiro de abril de 1964, quando o presidente Goulart foi deposto.

No exílio, Paulo instalou-se com sua família no Chile, onde fez programas de rádio e de TV, com grande sucesso. Lá nasceram dois dos

seus três filhos.

Retornou ao Brasil antes do AI-5, assumindo o jornalismo como atividade principal.

Já no final dos anos setenta, depois da anistia, retomou a atividade política. Foi eleito deputado federal em 1986 e reeleito em 1990.

Deu grandes contribuições à nova Constituição, principalmente em relação à comunicação, à liberdade de opinião e de informação.

Elegeu-se senador em 1994, vindo a ser, para mim, o melhor orador da legislatura, com improvisos que poderiam ser transcritos como textos irretocáveis: entonação agradável, idéias boas, por vezes expostas com veemência, mas sem nenhuma ira, mesmo em relação aos adversários.

Por essência, era um homem sem rancores. E um magnífico analista de pessoas e de seu comportamento, sem qualquer mordacidade.

Lembro-me que o Marcello Cerqueira, seu amigo fraterno, nos idos dos anos sessenta, dizia, divertido: "Paulinho, você é a fígura síntese do IV Centenário da cidade."

O Samuel Wainer me disse, logo no começo do exílio, que achava o Paulo Alberto o político mais promissor da nova geração, e que ele chegaria a presidente da República.

Quando nos conhecemos, eu tinha 21 anos, e passei a tratá-lo como uma espécie de irmão mais velho, não pela diferença de idade, mas de sabedoria. Isto se manteve por todas estas décadas.

Talvez ninguém na vida pública tenha me conhecido tão bem, nos gestos e detalhes e, ao mesmo tempo, me aceitado tão bem.

Por isso mesmo, suas reflexões e opiniões a respeito de rumos que eu deveria tomar em cada fase de minha trajetória, ou como reagir em determinadas situações, sempre foram lúcidas e objetivas, em geral acertadas!

É evidente que a previsão do Samuel exigia uma combinação, digamos assim, de destino e circunstâncias.

Mas o Paulo teve outro problema: em relação à média da política brasileira, ele era equilibrado demais, tinha paciência de menos para cultivar bases eleitorais, avesso a factóides, e

tinha, digamos, excessiva boa-fé nas pessoas — na verdade, como dizia o Marcello, ele tinha a visão do outro, reconhecia *the otherness of the others*, uma expressão de Albert Hirschman, que não sei agora como traduzir.

Num recente jantar com amigos próximos, ao lado da fraqueza física que preocupou a todos, mostrou imensa percepção e acuidade na análise do Brasil.

Como se recordasse o verso de Fernando Pessoa, que ele mesmo costumava citar: "Estou lúcido como se estivesse para morrer."

JOSÉ SERRA é governador de São Paulo.

Senador, em 1994,
foi o melhor
orador da casa,
com discursos
irretocáveis

Era um magnífico
analista de
pessoas, sem
qualquer
mordacidade

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado.

Parabéns pela sentida homenagem, Senador Arthur Virgílio. Perdemos um grande homem público quando se fala de uma certa dimensão, mas que permanecerá vivo na nossa memória eternamente.

Concedo a palavra aos dois subscritores, Senador Pedro Simon e Senador Alvaro Dias, caso desejem justificar o teor o requerimento.

Senador Pedro Simon com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Primeiro, concordo inteiramente com o Senador líder do PSDB com que haja uma sessão especial em homenagem a Artur da Távola. Acho que ele realmente merece.

Falo aqui em uma condição muito especial, Sr. Presidente. Eu tinha uma amizade muito íntima e muito fraterna com o Artur da Távola. Amigos de longa data, ainda do tempo do velho MDB, acompanhei Artur da Távola. Os pais dele, como os meus, vieram do Líbano e, como os meus, foram se radicar no Rio Grande do Sul. Meus pais, em Caxias, e os dele, em Garibaldi e Bento Gonçalves. Dali foram para o Rio e, lá, nasceu Artur da Távola. Carioca, sim, mas também com sentimento do Rio Grande do Sul e um sentimento místico da terra libanesa, de onde seus pais vieram.

Creio que Artur da Távola era uma das pessoas diferentes que podíamos imaginar. Era uma pessoa de uma pureza, de uma bondade, de uma meiguice, de uma grandeza. Eu ficava impressionado com os discursos de Artur da Távola.

O Líder disse que, quando ele escrevia, ele alterava, modificava para que o texto ficasse perfeito. Eu vou além disso. Quando ele falava da tribuna, eu dizia a ele: “Artur, você fala, e o que você fala da tribuna, de improviso, pode-se publicar porque é perfeito. Parece que você redigiu com perfeição aquilo que você fala absolutamente de improviso.”

Eu me lembro de quantas pessoas eu encontrei pelo Rio Grande do Sul que diziam: “Senador, que coisa impressionante. Eu nunca consegui ouvir um texto de música clássica. Achava horrível. Eu não entendia. Depois que aquele Senador do Rio de Janeiro criou aquele programa na TV Senado, “Quem tem medo de música clássica?”, eu hoje sou um apaixonado por música clássica. Os textos em que aparece o que ele explica eu faço questão de comprar porque, depois de ele explicar, eu escuto e parece que sou um profissional, eu entendo tudo, compreendo e vibro com a beleza”.

Eu fico pensando como é que o Artur da Távola conseguiu viver e sobreviver tanto tempo no Rio de Janeiro. Naquela política tão complicada, tão complexa, ele

que era de uma pureza, de uma profundidade, de uma grandeza! Ele que estava num patamar muito acima da imensa maioria da classe política brasileira! Ele era um homem de palavra, era um homem de dignidade, era um homem de ver, em qualquer pessoa, o lado bom.

Sabemos que todos têm o seu lado bom. É que geralmente nós vemos nas pessoas o lado ruim, por menor que ele seja. Mas ele era o contrário. Ele valorizava tudo e todos.

Lembro-me dos conselhos de Artur da Távola; lembro-me da conversa de Artur da Távola. Eu me lembro da análise que ele fazia dos mais variados personagens da política do Rio de Janeiro, seus amigos ou seus adversários. Ele os via, como sempre, como pessoas que fizeram muito pelo Rio de Janeiro.

Artur foi um jovem brilhante e foi cassado; foi cassado pelo pensamento, pois dizia o que sentia. Naquela época, ele era da mocidade empolgada! Estávamos a caminho de um novo Brasil! Foi para o exterior, foi para o Chile; e voltou. Jornalista, homem de rádio, para poder sobreviver, quando retornou, mudou de nome, porque os militares tinham o seu nome marcado, carimbado. De certa forma, o sobrenome de Artur da Távola ele manteve. Suas crônicas, suas poesias, seus programas de rádio. Ele conseguiu vencer ainda mais chegando a esta Casa.

Artur da Távola morreu do coração. Interessante, quando ele, à época do primeiro infarto que teve, analisava: “Olha, Pedro, quando a gente teve um problema que nem eu, a gente passa a viver como que flutuando; é um tempo a mais que a gente sabe que tem e não sabe por quanto tempo tem. Então, deve-se aproveitá-lo”. É o que eu faço. É o que ele fazia.

O programa de televisão que ele tinha, eu faço um apelo à direção da TV Senado – não pode criar de novo, ele morreu –: que repita várias vezes os programas que ele fez. Repita. Porque os seus programas eram como aula. E muito mais pessoas, ainda mais agora que a TV Senado está chegando de forma aberta lá no meu Rio Grande do Sul, todos podem assistir, que se repita; é uma das formas pelas quais, para nós aqui no Senado, ele continuará a fazer um grande papel.

A coerência de Artur da Távola; a dignidade de Artur da Távola; a fidelidade aos seus princípios, às suas idéias dentro do MDB; não aceitou e saiu para criar o PSDB não por vantagens ou por qualquer outra tese, apenas por ele se sentir melhor. Mesmo no seu PSDB, ele tinha o seu debate pelas suas idéias e pelos seus princípios.

O Brasil perdeu Artur da Távola. O Brasil perdeu muito. E, na nossa galeria dos grandes homens, eu acrescento o querido nome de Artur da Távola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Agradeço ao Senador Simon.

Passo, incontinenti, a palavra ao Senador Alvaro Dias, a quem peço que, em seguida, assuma esta Presidência, para que depois, como orador, eu possa fazer uso da palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero, em poucas palavras, manifestar o mais profundo sentimento. A perda de Artur da Távola certamente não pode ser descrita em poucas palavras.

Senador Mão Santa, eu estava imaginando que palavra buscaria para qualificar Artur da Távola e cheguei à conclusão de que a melhor palavra para esta qualificação seria qualidade, qualidade do amigo, do amigo leal, solidário.

Confesso que Artur da Távola foi uma das razões do meu ingresso no PSDB. Com sua capacidade de articulação política, sua habilidade, manteve entendimentos que proporcionaram a minha filiação ao Partido. Ele foi seu Presidente, um dos mais destacados Presidentes, sem dúvida, da história do PSDB.

Qualidade de orador. O Senador Pedro Simon disse muito bem. O discurso de improviso de Artur da Távola era como o discurso escrito. Se o ouvíssemos pelo rádio, teríamos a impressão de estar ele lendo um texto escrito cautelosamente.

No entanto, sua capacidade de articulação verbal, sua capacidade de reflexão rápida lhe permitiam ser um erudito, um grande orador, capaz de dissertar sobre os mais variados assuntos com a mesma qualidade.

Ouvir Artur da Távola era sempre um prazer, pela forma e pelo conteúdo. A forma imbatível de quem sabe escolher as palavras adequadas para exteriorizar o pensamento; o conteúdo, irretocável, em razão do seu preparo intelectual. Um homem que gostava de arte e de música. Isso, por si só, revelava a extraordinária sensibilidade do ser humano Artur da Távola. Por mais que se possa dizer, será muito pouco diante do significado dele. Para nós, seus companheiros, para o Senado Federal, em razão da sua postura sempre digna, para o País, para a arte, para a música, para a cultura, enfim, Artur da Távola foi uma síntese do ser humano desejado para que o mundo se torne melhor.

As minhas homenagens à família, a minha solidariedade neste momento de dor. E, certamente, recolho dos ensinamentos de Artur da Távola orientação para que eu possa caminhar sempre o caminho da correção, da dignidade e da justiça.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 581, DE 2008

Com fundamento no arts. 154, § 5º, e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Sessão Solene Especial destinada a homenagear a memória do intelectual e ex-senador Artur da Távola.

Justificação

Artur da Távola foi escritor, jornalista, advogado, professor e político. Um dos fundadores do PSDB, foi presidente do Partido entre 1995 e 1997, líder da bancada tucana na Assembleia Constituinte, em 1988, e líder do governo Fernando Henrique Cardoso no Senado Federal.

Artur da Távola faleceu no último dia 9 de maio, no Rio de Janeiro. O Brasil perde um grande homem, exemplo de ética, dignidade e competência, comprometido com a democracia e a justiça social.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 582, DE 2007

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do Ex-Senador Paulo Alberto Artur da Távola Moretzsohn Monteiro de Barros, ocorrido no dia 09 de maio, na cidade do Rio de Janeiro.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências:

– a Partido da Social Democracia Brasileira;

– ao Partido da Social Democracia Brasileira;

Sala das Sessões, em 12 de maio de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Agradeço ao Senador Alvaro. Consulto sobre a possibilidade de V. Ex^a assumir a Mesa. (Pausa.)

O Sr. Geraldo Mesquita Jr. deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com grande satisfação que, consultando a lista de oradores inscritos, chamamos para usar da palavra, por permuta com o Senador Paulo Duque, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB, do Estado do Acre.

V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, meu caro amigo, companheiro, irmão mais velho, Senador Mão Santa, que preside esta sessão.

Antes de mais nada, quero registrar que a minha ausência durante toda a semana passada nesta Casa, neste plenário, deveu-se ao fato de ter contraído uma conjuntivite “braba”, como se diz no Acre, e a minha ausência tinha o propósito de preservar os meus companheiros, evitando o contágio, mais do que a minha própria saúde. Feito o registro, eu queria dizer que, antes disso, tive o prazer e o privilégio de acompanhar o Senador Mão Santa, que, com muita gentileza me convidou para participar de um ato público na sua cidade de Parnaíba, no Piauí. E assim o fiz, retribuindo uma visita que o Senador Mão Santa havia feito, no ano passado, ao meu Estado.

Dessa feita, tive oportunidade de rever Teresina – não ia a Teresina há mais de 30 anos – e conhecer Parnaíba. O Senador Mão Santa, que canta em prosa e versos Parnaíba e o Delta do Parnaíba, sempre me dizia que era um lugar muito bonito. Quero dizer aqui que o Senador Mão Santa me enganou. Na verdade, o Delta do Parnaíba não é muito bonito; é lindo, Senador Mão Santa! É uma coisa maravilhosa aquilo ali! V. Ex^a me disse que era bonito, mas não é não. É lindo! É lindo! Fiquei extasiado. O Delta do Parnaíba, por onde passeamos e que eu não conhecia, é uma dádiva da natureza. E fez-me lembrar de outra dádiva que o povo acreano recebeu da natureza de Deus: uma floresta pujante – o rio Purus, o rio Juruá, o rio Envira, o rio Acre e tantos outros pequenos cursos d’água. Temos também nossa dádiva ali. E, andando pelo Delta do Parnaíba, percebi que Deus foi generoso

tanto com Parnaíba, com o Piauí, quanto com o meu querido Estado do Acre.

Quero agradecer, de público, a gentileza de que fui alvo, não só pelo convite do Senador Mão Santa e de Dona Adalgisa, sua esposa, mas também pelo acolhimento de todos com quem convivi por dois, três dias, naquele lugar maravilhoso, de povo simples, acolhedor, trabalhador. Em suma, adorei, Senador Mão Santa. Muito obrigado pela oportunidade que V. Ex^a me concedeu.

Eu queria, na seqüência, lançar aqui uma pergunta, Senador Mário Couto. De quem é a responsabilidade pela educação do povo brasileiro? Creio que, nas nossas cabeças, a resposta vem pronta ou, pelo menos, delineada. Seria, em primeiro lugar, do Governo em suas diversas instâncias. É verdade. Operando a máquina pública, o Governo tem a responsabilidade, eu diria, até constitucional de prover a educação do povo brasileiro, Senador Mão Santa.

Mas eu acho que essa é uma tarefa que vai além do Governo. É uma tarefa de todos nós. E eu, que não sou muito afeito a lançar elogios, vim hoje aqui, Senador Mário Couto, enaltecer a iniciativa de um órgão de imprensa. É por isso que disse há pouco que a responsabilidade, no meu entendimento, com o processo de educação do povo brasileiro vai além da responsabilidade do próprio Governo: ela alcança todos nós.

E a mídia brasileira, a imprensa brasileira, que já cumpre um papel fundamental neste País, o de informar, quando informa com um texto correto, enxuto, também participa desse processo. E mais ainda, Senador Mário Couto, quando ela agrega, quando ela acrescenta mecanismos e se coloca à disposição desse processo, ela faz um gol de placa.

Eu não conheço os proprietários da revista **IstoÉ** não conheço ninguém, não tenho a menor intimidade, Senador Mão Santa, mas eu queria aqui fazer um registro.

Há semanas, acompanho o esforço da revista **IstoÉ** de oferecer aos seus leitores um encarte, Senador Mário Couto, que, na verdade, é uma coletânea de ensinamentos, é uma gramática em fascículos. Achei fantástico isso, a tal ponto de vir aqui, hoje, à tribuna enaltecer essa iniciativa. É lógico que outras iniciativas dessa natureza já se verificaram ou se verificam de parte da mídia brasileira. O jornal **Folha de S.Paulo**, por exemplo, nas suas edições de domingo, oferece a possibilidade de aquisição de obras clássicas da literatura por preço bem acessível, por preço módico. É mais um esforço no processo de se colocarem à disposição da população brasileira instrumentos necessários para que grande parcela do povo brasileiro possa sair do analfabetismo, inclusive, e colocar o pé na estrada do

conhecimento, da educação, completando, na plenitude, sua condição de cidadão brasileiro.

Portanto, aqui, não queria deixar passar esta oportunidade de enaltecer a iniciativa da revista **IstoÉ**, por oferecer aos seus leitores, que acredito serem milhares neste País, uma verdadeira gramática brasileira. O fascículo desta semana trata dos verbos; nas semanas anteriores eram outros aspectos da nossa gramática que estavam sendo oferecidos.

Em suma, uma bela de uma iniciativa.

Abro o **Jornal do Brasil** hoje e deparo-me com uma matéria que me chamou muito a atenção: “Alcoolismo leva a União a gastar R\$33,3 bilhões”. Eu, logo que cheguei a esta Casa, apresentei um projeto tratando da questão da propaganda de bebida alcoólica nas rádios e nas televisões brasileiras. E digo mais uma vez aqui: não sou a palmatória desse assunto nem quero assumir esse papel. É aquela história: quem quiser beber que beba, Senador. Quem tiver responsabilidade para isso que o faça. Mas sempre considerei um absurdo essa prática que, como diz o **Jornal do Brasil**, faz com que o Governo brasileiro despenda mais de R\$33 bilhões no tratamento das pessoas que vão aos hospitais públicos, se tratar de uma maneira em geral, em decorrência da ingestão de bebida alcoólica, ou porque contraiu uma cirrose, ou porque se arrebitou todo em um acidente de veículo – as causas e as razões são muitas e diversas.

Pois bem, cheguei a esta Casa, apresentei um projeto que trata, primeiramente, da questão do teor alcoólico e, em segundo lugar, que proíbe e proíbe o uso das televisões e rádios brasileiras para anúncio de bebida alcoólica, por uma razão linear e muito simples: o Governo – não sou eu quem diz e esses dados eu já vinha colhendo há muito tempo e todos sabem disso – investe uma barbaridade no Sistema Único de Saúde, nos hospitais públicos, para o tratamento de pessoas que, por uma razão ou outra, adquiriram uma moléstia ou se arrebitaram toda em razão da ingestão de bebida alcoólica.

Por outro lado, dizem que o Governo arrecada muito. O imposto que as cervejarias pagam neste País talvez ultrapasse isso aqui. Não sei se ultrapassa, mas acho que é um absurdo persistirmos nessa caminhada. O Senador Mão Santa e a Senadora Rosalba, que são médicos, sabem do que estou falando. É um absurdo. Televisão e rádio neste País são instrumentos públicos cedidos à iniciativa privada a título de concessão pública e, na minha cabeça, Senadora Rosalba, não consigo sustentar a idéia de que um instrumento público, mesmo cedido à iniciativa privada, possa servir para a enxurrada de propaganda... E eu não sou puritano. Como diz o Senador Mão Santa, também tomo minha

cervejinha e não estou aqui pregando o abstinência. Não se trata disso, não.

É como digo, quem quiser beber que beba. Agora, acho um absurdo que um instrumento público possa se prestar ao papel de veículo de uma maciça e massiva campanha publicitária, empurrando garganta abaixo, da juventude brasileira principalmente, a idéia de que beber faz bem, de que beber é salutar, de que tomar uma cerveja é como estar perto da louca, que você se torna um grande atleta, que você se torna um cara cortejado pelas meninas, porque é isso que a propaganda de bebida alcoólica joga principalmente para a juventude brasileira.

Ora, quem quiser fazer propaganda faça fora da rádio e da televisão brasileira. Conseguimos isso com o cigarro. Há anos que não se vê propaganda de cigarro nas rádios e televisões brasileiras. Por que não conseguimos com relação às cervejas e outras bebidas?

Nesse fim de semana, liguei a televisão e estava lá a organização que congrega as grandes marcas de cerveja, praticamente nos dando uma lição de moral, dizendo que é antidemocrático, que não se pode privar as grandes marcas de cerveja de fazerem seu comercial. Podemos sim!. Por que não?!

E aqui confesso a minha tristeza, a minha decepção, a minha vergonha, quando vejo, ao mesmo tempo, a Câmara dos Deputados, por exemplo, retirar o regime de urgência da apreciação de um projeto que está lá, que ainda não me satisfaz, mas reduz de fato, de forma acentuada, horários e oportunidades de veiculação de propaganda de bebida alcoólica na televisão.

A Câmara parece que está cedendo à pressão das cervejarias, porque quando eu apresentei o projeto mandaram alguns recadinhos para mim, insinuações que V. Ex^{as} devem fazer idéia. Eu fiquei estarecido quando, ao mesmo tempo, em horário nobre, as cervejarias, a partir da sua organização nacional, deram uma verdadeira lição de moral, achando-se no direito de se colocar acima do bem e do mal neste País.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com muito prazer, Senadora Rosalba.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Eu gostaria, Senador Geraldo Mesquita, de me associar a essa sua indignação e parabenizá-lo pelo projeto, pela sua luta, porque essa é uma luta da responsabilidade do político que zela pelo futuro do nosso País e pela vida de jovens, homens e mulheres neste País. O senhor falava nos milhões que o Brasil gasta na saúde com a recuperação daqueles que estão em tratamento do alcoolismo, mas também existe um valor, e esse é inestimável, que não conseguimos jamais aquilatar, que é

da vida que é perdida. Quantos jovens, quantos pais, quantas mães? Ontem, no Dia das Mães, quantas mães não choraram a falta do seu filho, que, muitas vezes, saiu para uma brincadeira, para um passeio, e, pela ação na direção do álcool, veio a perder a vida? Então, essa é uma ação de solidariedade, de bem-querer, ao povo brasileiro pela defesa da vida. Nós não estamos em uma campanha contra a ingestão de uma cervejinha, de uma taça de vinho. Não é isso. Nós não queremos que isso seja feito de forma irresponsável. Não estou dizendo que o jovem seja irresponsável, mas que não seja conduzido a começar a ingerir álcool – não só de jovens, mas de qualquer cidadão – de forma que não seja de muita responsabilidade. No Brasil, há o acúmulo de pontos na carteira, acontece isso e aquilo, há uma lei que proíbe a venda de bebida nas estradas, mas só poderíamos realmente evitar acidentes se houvesse uma fiscalização muito mais efetiva nas estradas, se houvesse bafômetros em todos os postos da Polícia Rodoviária, nas entradas e nas saídas das cidades. Só assim realmente poderíamos, em um trabalho educativo persistente e insistente, fazer com que os motoristas, por decisão própria, tivessem consciência de que não podem dirigir após a ingestão de álcool. Aí, sim, poderíamos salvar muitas vidas, e o Governo iria gastar muito menos para recuperar as pessoas, principalmente jovens, que ficam com seqüelas que, às vezes, são para toda a vida. Por isso, quero associar-me a essa sua luta e dizer que temos realmente de implementar ações e projetos para evitar que tantas vidas sejam perdidas e que tantos jovens sofram os efeitos do álcool.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço muito o aparte a V. Ex^a, que, como médica, sabe exatamente as mazelas que temos em nosso País por conta disso.

O projeto que apresentei logo que cheguei a esta Casa está, junto com mais uns vinte, dormindo nas gavetas do Senado Federal. O projeto ao qual me refiro e do qual foi retirada a urgência para tramitação na Câmara dos Deputados é de autoria do próprio Governo Federal. Por que retirar a urgência?

Acho uma contradição o Governo, ao mesmo tempo em que proíbe o uso de bebidas alcoólicas nas estradas e nos bares que ficam às margens das rodovias, fecha os olhos para a questão da propaganda de bebidas alcoólicas na televisão e no rádio. É uma contradição! É uma hipocrisia, inclusive. O das cervejarias venceu até agora. Há quatro ou cinco anos, eles me disseram: “Nós somos fortes e não vamos permitir que isso passe.” Pelo visto, eles têm razão. Continuamos feito baratas tontas no Senado Federal e no Congresso

Nacional para regularmos um assunto que é de saúde pública neste País. Um assunto de saúde pública!

A psicóloga Josenir de Oliveira, especialista da UnB, diz aqui que a influência da propaganda é decisiva na formação do hábito da bebida em adolescentes. Ao contrário do que dizem os representantes das cervejarias. Eles dizem que a propaganda de bebida não induz a um maior consumo, que ela opera apenas na questão da concorrência, uma marca se sobrepondo à outra. Grande balela! Grande balela!

Este é um assunto, Senadora Rosalba, que precisamos tomar nas nossas mãos e resolver. E depois nós falamos que o Governo nos atropela. Nós temos cerca de vinte projetos aqui, apensados uns aos outros, passando de mão em mão, guardados nas gavetas – sai de uma gaveta, vai para outra –, e não tomamos uma decisão. Aí o Governo vem e toma uma decisão. Mandou para a Câmara dos Deputados um projeto, mas parece que, cedendo à pressão do das cervejarias, o que é um absurdo neste País, resolveu tirar o regime de urgência da tramitação do referido projeto. Eu lastimo que isso esteja acontecendo.

Conclamo esta Casa, a partir dos médicos que a compõem, que sabem, melhor do que ninguém, da responsabilidade que tem a massiva propaganda de bebida alcoólica na televisão e nos rádios brasileiros, do efeito que isso ocasiona, do estrago que isso causa no País, que tomemos este assunto nas mãos aqui no Senado Federal.

Senador Mário Couto, conclamo V. Ex^a, que é valente, que um dia desses estava brigando pelos aposentados, a nos ajudar a tomarmos nas mãos essa luta. Essa luta também é importante, é de fundamental importância, porque, além de preservar os nossos velhinhos, preservamos a juventude brasileira desses gaviões que ganham bilhões e bilhões no nosso País à custa do engodo, da enganação, da mistificação, de jogar produtos nocivos à juventude brasileira na televisão e no rádio. Precisamos mostrar que aquilo, ao contrário do que se apresenta nas propagandas, não é algo saudável e bonito.

Portanto, quero aqui conclamar os meus pares, principalmente aqueles que são médicos e sabem da gravidade do que está acontecendo, a tirarmos esses projetos das nossas gavetas. As gavetas do Senado Federal estão entupidas: vinte projetos, pelo menos, tratam dessa questão e estão aí dormitando em nossa Casa.

Senador Mário Couto, faço um apelo a V. Ex^a. Faço um apelo ao Senador Jucá, à Senadora Rosalba, ao Senador Pedro Simon, que tem uma responsabilidade enorme nesta Casa. Vamos trazer esse assunto, Senador Pedro Simon. Nós reclamamos aqui da au-

sência de um debate sobre assuntos de fundamental importância. Se esse assunto não for de fundamental importância em nosso País, não sei mais o que é de fundamental importância, Senador Pedro Simon.

Agradeço ao Presidente da sessão pela tolerância em relação ao tempo e registro esta questão, mais uma vez, da tribuna do Senado Federal e faço votos de que, a partir da luta do Senador Jucá e de todos nós, possamos regular esse assunto com a maior presteza, porque é disso que precisa o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita, a razão e o sentido de eu estar nesta Presidência é garantir o tempo necessário a V. Ex^a, que defende os melhores interesses do nosso Brasil.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, logo após a fala da Senadora Rosalba, usar da palavra pela Liderança do Governo para fazer um comunicado à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos botar ordem nos trabalhos.

Senadora Rosalba, sente-se aí porque nós vamos seguir agora.

V. Ex^a quer falar pela Liderança, não é, Senador Romero Jucá? Mas há um pedido pela Liderança da Minoria que tem prioridade.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu quero falar pela Liderança após a Senadora Rosalba. Eu vou aguardar S. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas na sua frente está o Líder da Minoria...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senadora Rosalba, então.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ..., esse trovão, esse raio, essa luz que surgiu na Minoria, que é o Mário Couto, que, gentilmente, cede sua vez a essa beleza de mulher na política do Brasil que é a Senadora Rosalba Ciarlini.

V. Ex^a, regimentalmente, teria direito a cinco minutos, mas pode ficar à vontade e falar pelo tempo que julgar necessário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será inscrito, agora mesmo, como Líder do PSDB.

Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de passar ao assunto que me traz a esta tribuna, eu gostaria de me associar aos pesares desta Casa pela partida do ilustre brasileiro Artur da Távola.

O Senador Simon falava com o coração sobre o seu grande amigo. Senador Simon, não tive a honra de conhecer Artur da Távola pessoalmente, nem ele me conhecia, mas eu tinha, como milhões e milhões de brasileiros, todos os sábados e domingos, um encontro marcado com Artur da Távola. Ele entrava na nossa casa, com algo que me encantava, a música, que é a linguagem universal, e perguntava “quem tem medo da música clássica?”

Ninguém, ninguém poderia ter medo da música clássica, ainda mais com o professor, com o maestro, com aquele grande homem nos ensinando, aprimorando cada vez mais o gosto pela música.

Desejo, de coração, que ele esteja lá no Céu, ao lado de Deus, encontrando, no canto, na música, as sonatas que tanto nos ensinou neste mundo e que agora, no encontro com seus grandes mestres, com Beethoven, Mozart, Ravel, Liszt, com tantos que fizeram a música clássica em toda a história da Humanidade, possa, mais uma vez, pelas sonatas, pelas valsas, pelos minuetos, pelas partituras, descansar em paz.

Daqui podemos dizer: “Obrigada, Artur da Távola. Você foi um grande brasileiro, orgulho deste País”.

Sr. Presidente, volto novamente a tratar de um assunto referente aos estragos acontecidos não somente no meu Estado, mas na Paraíba, no Ceará, também no seu Estado, em menor proporção, em função das enchentes que atingiram a bacia do Rio Piranhas-Açu, a bacia do Rio Apodi-Mossoró, a bacia do rio Poti e de tantos outros; que atingiram também o Ceará, por meio da bacia do Jaguaribe.

Sr. Presidente, no dia 7 de abril, o Governo Federal fez uma reunião – se eu não estou enganada, foi no dia 7 de abril –, convocando os Governadores dos Estados que estavam sofrendo com o rigor das chuvas, com as enchentes para que apresentassem um relatório ao Ministério da Integração, numa reunião do Governo Federal com vários representantes dos Ministérios, para que fossem tomadas medidas emergenciais. Isso, no começo de abril.

A Governadora do meu Estado esteve aqui. Naquele momento, eram cerca de 46 Municípios já em estado de calamidade. Depois, cresceu o número, e hoje chegamos a mais de 60. A Governadora trouxe, na primeira hora, um levantamento ainda não tão fiel à necessidade, porque ruas, estradas, pontes, ponti-

lhões, enfim, os estragos tinham sido muito grandes na estrutura, principalmente na estrutura da região Mossoró-Apodi, Vale do Açu.

A necessidade, naquele momento, era de R\$98 milhões. Eu lembro que, na primeira hora, antes dessa reunião, logo que ouvimos falar das enchentes acontecendo no nosso Estado, aqui desta tribuna, apartada por vários Senadores, eu dizia que era naquele momento que a medida provisória era necessária, de urgência urgentíssima, para poder chegar o apoio imediato aos nossos Estados e aos nossos Municípios.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, a medida provisória foi editada, e nós comemoramos, apesar de sabermos que nós representantes do Congresso Nacional não podemos ficar tolhidos nas nossas ações por tantas medidas provisórias. Porém, essa era necessária, era importante.

Pois bem, já se passou um mês. E o que me fez ficar estarecida é que, na quinta-feira passada, eu soube, por informações de jornais, que o Governo Federal estava liberando recursos para os Estados e que para o meu Estado do Rio Grande do Norte... A Governadora trouxe aqui a necessidade inicial de R\$98 milhões apenas para recuperar as estruturas físicas e logísticas, sem contar o grande prejuízo da fruticultura, o prejuízo da carcinicultura, o prejuízo da área salineira, o prejuízo da área petrolífera, pois não houve condições de se chegar aos mais de mil poços da nossa região. E o pequeno agricultor da agricultura familiar? E aquele que perdeu tudo? Além de perder as suas plantações, foi como eles me disseram: “as cercas foram ao chão”, “eu tinha um pequeno poço, e esse poço está perdido”.

Então, foram todos esses prejuízos.

Mas o Governo, segundo as notícias, informa que vai liberar R\$20 milhões. Mas vinte milhões?! Minha gente, isso é um absurdo! Isso não dá... Se fosse, com certeza, para uma TV pública, seriam todos os milhões necessários. Vinte milhões para recuperar, para fazer a reconstrução, para fazer com que os nossos Estados, os Estados nordestinos, possam retomar as suas atividades normais... E esses R\$20 milhões ainda vão pelo Governo do Estado, não vão direto aos Municípios. Eu estive no meu Estado nesse final de semana, como faço todos os finais de semana, e me encontrei com vários prefeitos dessas regiões e disse-lhes: “Prefeito, e aí, chegou alguma coisa”? Eles disseram-me: “Nada”!

Eu lembro 1985. Como médica, não tinha nenhum envolvimento político, nem filiada a partido eu era naquela época, mas eu estava na minha cidade quando houve uma grande enchente. Lembro que a Comissão de Defesa Civil Nacional, em poucos dias,

estava presente, chegando com alimentos, chegando com apoio. E na minha cidade, naquela época, o Prefeito Dix-huit Rosado, que também foi Senador, que honrou esta Casa como Senador, recebeu condições de fazer uma tricotomização no rio, porque, com aquela tricotomização, as enchentes que vieram depois já foram de menor gravidade para a cidade, que, naquela época, ficou totalmente alagada. O Senador José Agripino, que era Governador, chegou de imediato, reconstruindo as casas, as estradas.

Agora, mais de um mês se passou, e o Governo Federal, embora nós ouvimos, estamos sabendo por informações aqui e ali da liberação de R\$20 milhões... Vinte milhões, por meio do Governo, para ainda fazer convênio com Municípios! Quando é que isso vai chegar?

É como se dissessem: “Espere aí. Deixe o tempo passar. As chuvas vão parar. A água já está baixando, e o povo começa a se virar como pode”. Não é assim.

Governo foi feito para atender aos necessitados. Governo foi feito para servir e não para ser servido e, nessa hora, tem de servir ao povo mais carente do meu Estado, do Estado da Paraíba, do Estado do Ceará, do Estado de Pernambuco – Senador Jarbas, o seu Estado, com certeza, em alguma região pequena, deve ter sido atingido –, e do Estado do Piauí. O Governo foi feito para atender. Essa, sim, é uma responsabilidade intransferível. E que vá diretamente aos Municípios, porque os prefeitos estão sem poder mais assistir, porque o pouco que têm... Há Municípios que têm uma renda muito pequena, são Municípios pobres. Estão tendo, muitas vezes, que parar alguma outra atividade importante para atender à urgência.

Então, fica aqui, mais uma vez, o apelo. E não vai ser apenas um apelo. Vamos apresentar um requerimento de informações. É necessário que o Governo Federal, por intermédio de seus Ministérios, nos informe os recursos que foram liberados para cada Estado, quanto foi para cada Estado e a que se destina.

Senador Mão Santa, venho debatendo e rebatendo esse assunto, porque não paro de me indignar. Cada vez que vou ao meu Estado, que volto a essas regiões, na hora do sofrimento maior, vejo que as soluções ainda não aconteceram.

Os agricultores, o pequeno, aqueles que plantam arroz em Felipe Guerra; aquele que está isolado em Porto do Mangue, porque a ponte caiu e não pode chegar ao logradouro; os que trabalhavam, os milhares que já estão, inclusive, das grandes empresas plantadoras de banana, de manga, em férias coletivas, com aviso prévio ou que já foram demitidos.

Então, essas medidas têm que ser urgentes. Que cheguem não somente para reestruturar, para recuperar

a malha viária, para recompor as pontes, os pontilhões, mas que venham também, e principalmente, para trazer de volta os empregos. Com tanta chuva, nós não podemos ficar com a seca dos empregos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria agora, para finalizar, de fazer aqui um elogio, um reconhecimento aos que fazem o **Jornal do Senado**, ao seu Diretor, Davi Emerich, ao Editor Eduardo Leão e a toda a equipe pelo brilhante trabalho que hoje chegou às nossas mãos, a edição especial sobre a história da Abolição da Escravatura, sobre o que seria o **Jornal do Senado** se, naquela época, o **Jornal do Senado** já existisse.

Na realidade, formularam uma edição especial pesquisada tanto nos Anais do Senado quanto da Câmara dos Deputados, em livros, nos jornais da época. Trata-se realmente de trabalho brilhante, e dá uma grande contribuição para todos nós, porque um povo só será grande revivendo sua história, revivendo e reverenciando momentos importantes da nossa história que sirvam de exemplo para todos na construção de um Brasil mais forte. E assim foi com a Abolição da Escravatura, o grito da liberdade que ainda ecoa entre nós.

Então, eu gostaria de deixar aqui o reconhecimento e parabenizar todos que estiveram envolvidos nesse trabalho maravilhoso da edição especial do **Jornal do Senado** de hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– E eu aproveitaria para cumprimentar V. Ex^a, porque Mossoró foi uma das primeiras cidades a libertar os escravos; e o Ceará foi o primeiro Estado. Então, nossos cumprimentos.

Também gostaria de me associar e dar ao Presidente Luiz Inácio a minha experiência.

Em 1995, eu governava o Estado do Piauí. Teresina, aí sim, foi acometida de uma grande enchente pelo Rio Parnaíba, que é um rio volumoso. E, de pronto, o Governo de Fernando Henrique Cardoso mandou o Ministro Cícero Lucena, hoje Senador. E ele, de pronto, me entregou US\$5 milhões. E, de pronto, eu, Governador do Estado, e Francisco Gerardo, Prefeito do PSDB, construímos dois bairros com casas para os alagados, hoje chamados Mão Santa e Wall Ferraz.

Agradecemos o pronunciamento de V. Ex^a e vamos intercalar um orador da Liderança e um orador inscrito.

Então, vamos chamar agora uma Liderança, Mário Couto - Mário Couto está cedendo, mas aí já perdeu. O outro é um orador inscrito - Senador Jarbas Vasconcelos como orador inscrito.

V. Ex^a cedeu para um orador inscrito, Senador Mário Couto.

O Mário Couto está muito generoso como Líder da Minoria. Ele foi assim um trovão, um raio e uma luz que surgiu.

Com a palavra, como orador inscrito, o Líder do PMDB que representa o grandioso Estado de Pernambuco.

E V. Ex^a foi um extraordinário Governador e Prefeito da grandiosa Recife. V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente. O sentido e a razão de eu estar nesta Presidência é garantir vozes como a de V. Ex^a em defesa do Brasil.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para saudar mais um importante passo que foi dado para consolidar a estabilidade da nossa economia: a conquista da classificação do grau de investimento para o Brasil.

Trata-se de uma vitória da sociedade brasileira que deve ser comemorada. É uma consequência direta de medidas que vêm sendo tomadas desde meados da década de 1990, com o Plano Real e a Lei de Responsabilidade Fiscal – apenas para me restringir a esses dois conjuntos de medidas para estabilizar a economia, combater a inflação e modernizar a máquina pública.

São méritos, Sr. Presidente, que devem ser creditados aos ex-Presidentes da República Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O mérito do atual Governo, devemos reconhecer, foi ter o bom senso de não embarcar em aventuras, tanto que selecionou um tucano – o então Deputado Federal Henrique Meirelles – para comandar o Banco Central e manteve em postos-chave técnicos que integraram a equipe econômica dos governos anteriores.

Tanto isso é verdade, Sr. Presidente, que em alguns momentos e episódios o então Ministro da Fazenda Antônio Palocci chegava a praticar uma política mais ortodoxa do que a executada pelo Governo Fernando Henrique. Cardoso.

Ao contrário do que afirma o Presidente da República, não existe mágica. Foi o bom senso de uma política econômica consistente e continuada.

O Presidente da República também se equivocou quando disse, no dia último dia 30 de abril, que o grau de investimento concedido significa que o Brasil é “um país sério e mundialmente respeitado”. A seriedade foi construída lá atrás, com o Plano Real, a Lei de Res-

ponsabilidade Fiscal e tantas outras medidas, quando o PT e o Presidente trabalharam e votaram contra.

Sempre é bom lembrar – especialmente nesses tempos de memória seletiva e amnésia oportunista – que o PT foi contra e combateu tanto o Plano Real quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal. Que bom para o nosso País que o PT tenha evoluído, tenha deixado de lado o “quanto pior”, melhor que marcou sua atuação como partido de oposição. Pena que só tenha buscado a “evolução” quando chegou ao poder.

Se o PT tivesse apoiado a estabilidade antes, como fez a maioria esmagadora da sociedade brasileira, quem sabe o Brasil estaria em condições ainda melhores. Talvez hoje nosso país tivesse uma cotação mais alta do que um “BBB Menos”.

Do lado oposto ao PT, a sociedade brasileira vestiu a camisa do combate à corrosão inflacionária, que contaminou todas as áreas da vida do país entre as décadas de 1970 e 1990.

Concordo com a tese de que uma mudança como a que ocorreu no Brasil, a partir do final de 1993, não poderia ser feita sem que alguém pagasse um preço alto. O povo brasileiro pagou esse custo elevadíssimo, mas, por outro lado, nossa sociedade se tornou intolerante com a inflação. Digo isso, Sr. Presidente, na convicção de que muito precisa ser feito, pois o Brasil ainda é uma nação em construção.

O Governo Lula precisa completar o seu dever de casa, para que o país possa realmente firmar as bases da sua estabilidade econômica, reforçando o seu potencial de crescimento e levando o Brasil a um outro patamar.

Esta agenda é conhecida de todos, mas talvez a euforia da popularidade alta tenha deixado o governo com o pecado da soberba. Em todo caso, sempre é bom destacar que o primeiro item dessa agenda é a redução dos gastos correntes do Governo Federal. A atual administração é perdulária. A cada novo recorde na arrecadação federal, mais cresce a sanha de gastar sem controle.

O segundo item, Sr. Presidente, a ser destacado são as reformas institucionais: a tributária, já em andamento, a trabalhista e a conclusão da reforma previdenciária. Nossa estrutura de tributos precisa ser simplificada e a criação de empregos deve ser desonerada.

Apesar dos avanços na política macroeconômica, o Governo Lula já deu sinais de que comunga como o chamado neopeleguismo, distanciando-se das bandeiras históricas que o PT sempre defendeu, desde a sua fundação, em favor da democracia sindical e da modernização das relações trabalhistas.

Só uma reforma trabalhista séria, desarmada de preconceitos, permitirá que o Brasil acabe com o subemprego e com o emprego informal. O sistema que aí está é excludente e ultrapassado.

E o que falar da nossa infra-estrutura precária? O Programa de Aceleração do Crescimento serve como um eficiente palanque eleitoral para o Presidente da República, mas ainda patina na baixa aplicação de recursos por parte do Governo. É por isso que alguns já chamaram de “pactóide.”

Mas não torço, como fazia o PT antigamente, pelo pior. Desejo que o PAC remova os gargalos da infraestrutura nas estradas, nos portos, nos aeroportos, na geração de energia. Como Governador de Pernambuco, nossa equipe adotou esta estratégia e o Estado é hoje um dos principais destinos de investimentos públicos e privados do Brasil.

Aliás, é bom lembrar que o PAC foi criado na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso com o nome de “*Brasil em Ação*”. O programa foi executado durante os oito anos do Governo anterior apresentando resultados significantes. Lamentavelmente, foi paralisado no primeiro Governo Lula, com grandes prejuízos para os projetos em execução. Perdemos um tempo precioso porque o primeiro mandato de Lula foi inexistente.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a outra gigantesca pendência a ser superada pelo Brasil é a educação, que é de baixa qualidade, quer seja no ensino fundamental, quer seja na área da qualificação profissional. Atingimos o objetivo inicial de colocar as crianças e os jovens na escola. O próximo passo é oferecer uma educação de boa qualidade que sirva de diferencial na disputa pelos investimentos internacionais, como ocorre em países como o Japão, a Coreia do Sul e a Irlanda.

Exemplos nacionais bem-sucedidos existem em vários Estados, em diversos Municípios; o que se faz necessário é o Governo Federal unir essas boas experiências e definir uma política nacional bem planejada, com investimentos públicos maciços e a bem-vinda parceria com a iniciativa privada, que já começou a participar desse esforço.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte quando for possível?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Agora, Senadora.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Muito obrigada. Quero parabenizá-lo por seu oportuno pronunciamento. Como sempre, aliás, V. Ex^a tem mostrado essa competência, especialmente no dia de hoje. Tenho acompanhado a questão da infra-estrutura no Brasil, tenho estudado bastante essa matéria e estou extremamente

preocupada com o que está acontecendo no País. No dia 27 de março deste ano, o Tribunal de Contas da União, através do Relatório do Ministro Marcos Vilela, aprovou, por unanimidade daquele Plenário, uma auditoria nos portos do Brasil, por perigo de apagão causado pela ineficiência dos portos. Apenas para resumir e não atrapalhar o pronunciamento de V. Ex^a, a conta é muito simples: as importações e exportações têm crescido em torno de 7%. Portanto, nos próximos cinco anos, precisamos de outro Brasil portuário, para suportar as exportações e as importações, e o investimento em portos continua, nos últimos dez anos, no mesmo patamar: 0,014% do PIB. Isso é preocupante, haja vista que, para se construir um porto é preciso dois anos, no mínimo, para licenciamento ambiental e mais três, com muita eficiência, para construí-lo. Então, levamos cinco anos para construir um porto e precisaremos, daqui cinco anos, de outro Brasil portuário para não termos um apagão nos portos. Mais uma vez parabéns a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Agradeço e incorporo, com alegria, o aparte de V. Ex^a, que tem se destacado em sua atuação parlamentar por sua seriedade e competência.

Senadora Kátia Abreu, eu diria que, quanto à questão da infra-estrutura, foram perdidos os quatro anos do primeiro mandato do Presidente Lula. Não é só a questão dos portos, que V. Ex^a inclusive tem abordado aqui. Os portos estão completamente estrangulados. Para um país que quer exportar e que tem necessidade de fazê-lo, os portos são tímidos e acanhados, seus acessos não existem, como não existem os aeroportos. O recente apagão aéreo continua em menor escala, em menor dimensão, mas continua; e as estradas do Brasil são precárias. O Brasil não tem ferrovias; é um País continental sem ferrovias, sem estradas, com portos insuficientes, com aeroportos degradados. E é um País que quer dar um pulo à frente, um pulo qualitativo. Esse pulo qualitativo fica marcado pela ineficiência do Governo de avançar. A crise da energia pode vir à tona a qualquer hora, a qualquer instante.

Parece-me que o Senador Alvaro Dias quer apartear.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Jarbas Vasconcelos, primeiramente, a exemplo do que fez a Senadora Kátia Abreu, que me antecedeu, quero dizer que é sempre bom ouvi-lo com o conteúdo e com a profundidade com que aborda os problemas nacionais mais urgentes. V. Ex^a diz do PAC aquilo que deve ser dito: o PAC, na verdade – é bom repetir sempre isso –, é a reunião dos projetos e programas já consagrados na LDO e no Orçamento da União, somando-se recursos de estatais, como a Petrobras; mais projetos de futuro

para o País, de longo prazo; e, ainda, projetos até considerados inviáveis por Governos anteriores. Soma-se tudo isso e carimba-se “PAC”, uma sigla para a publicidade. O que é concreto nisso é que é muita trovada para pouca chuva, ou seja, muito barulho para pouca ação e resultado. A execução é lastimável. Basta citar os números deste ano: até agora, apenas 0,07% do que estava anunciado para este ano houve de investimento. Então, é realmente uma obra do *marketing*. É claro que é um espetáculo de ficção, e nós temos é que dizer à população do País o que consideramos de verdade nisso. O Brasil não é um canteiro de obras; ao contrário, os investimentos são escassos, são limitados. O Governo tem que investir muito mais do que vem investindo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Senador Alvaro Dias. Agradeço a V. Ex^a. apenas eu acrescentaria o que V. Ex^a coloca com muita competência: o PAC é um conjunto de projetos velhos, antigos; projetos em andamento; projetos novos, projetos iniciados, pela metade. São poucos para serem concluídos.

Eu diria apenas que além dessa panacéia, dessa pantomima toda do Governo, há a questão eleitoral. É preciso que a Justiça Eleitoral do Brasil, a quem eu devo meu profundo respeito defina as coisas. Não adianta estar punindo um Senador, um Deputado Federal, Governador, Prefeito ou Vereador que esteja antecipando a campanha eleitoral se não pegar primeiro, o Presidente da República. O Presidente da República já foi a Pernambuco, já foi ao Piauí, já foi a Sergipe e, agora, na Bahia. Lá, inclusive, mais uma vez provocou e humilhou uma instituição, um Poder, o Tribunal de Contas da União. Ele tem feito isso.

Se isso não for campanha eleitoral eu não sei, com a experiência de Deputado estadual, de Deputado Federal, prefeito, governador, o que é campanha eleitoral no Brasil.

Ouçõ com muito prazer o nobre Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Jarbas Vasconcelos, são duas considerações extremamente relevantes: a primeira, sobre política econômica, no geral; e o PAC. A comemoração da auto-suficiência brasileira de petróleo, todo mundo se lembra, foi feita como se a realização dessa auto-suficiência – que, por sinal, ainda não se deu – fosse obra do Governo Lula. Todo mundo sabe que, no assunto de petróleo, não há ação de curto prazo; as ações são sempre, compulsoriamente, de longo prazo. É claro que a quase auto-suficiência se deu por conta de um esforço de muitos anos, de muitos governos e, de uma maneira especial, do governo anterior ao atual, o Governo do Presidente

Fernando Henrique. Segundo, o PAC, como acaba de afirmar o Senador Jarbas Vasconcelos, é uma reunião de projetos começados, não começados, iniciados, interrompidos, com financiamento garantido. E ponto. Modelo semelhante ao “Brasil em Ação” do Presidente Fernando Henrique.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Eu me refiro em meu discurso.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Exatamente. Lembrava-me disso aqui o Senador Pedro Simon, inclusive. Para esses projetos havia uma denominação de projeto específico com gerente, encaminhamento, orçamento, plano e cronograma. Isso, agora, é o conceito desse PAC, que está em vigência. O grande produto disso tudo é uma grande propaganda. O conjunto da Oposição não tem nomes catalisadores aparecendo, nomes de políticos que tivessem capacidade agora de aparecer publicamente. O que aparece pelas beiradas são manifestações de políticos do Congresso Nacional, vitimados, primeiro, pela confusão que se instalou dentro do Congresso, desde que a tropa de choque do Governo passou a ganhar, no ambiente do Governo, para aqueles que sustentavam a discussão. O Líder atual do Governo é o Senador Wellington, por exemplo. O Líder anterior do Governo era o Senador Aloizio Mercadante, o qual se notabilizou pela defesa de pontos de vista que discutia normalmente com o Líder Arthur Virgílio, no tempo passado. O Senador Wellington, que é meu amigo, notabilizou-se pela forte defesa que fez no Conselho de Ética de mandatos parlamentares, com ou sem argumentos, mas sempre com um tamanho muito grande. O fato concreto é que o produto é *marketing* e propaganda, propaganda e *marketing* de um homem só, que tem tempo absurdo nos meios de comunicação, que usa esse tempo totalmente e que agora usa, com absoluta falta de cerimônia, os mecanismos da administração pública para fazer campanha política. O que o Presidente Lula tem feito nos Estados é muito mais do que a fiscalização de obras, é a campanha de candidatos do seu Governo, da sua Base, do seu Partido. Nada que nos assuste. Nada que nos preocupe. É claro que isso é um ponto de vista, na medida em que massivo, que junta ocasionalmente muitas intenções, mas não junta tantas decisões assim, porque, na hora em que o debate se instala, a população passa a refletir e, assim, vê os fatos. Venho de uma viagem rápida por países asiáticos – e V. Ex^a foi antes de mim. O ritmo do dinamismo econômico desses países é um. O ritmo do dinamismo econômico de um país como o Brasil é outro completamente diferente. Estradas são feitas em dois anos. Grandes estradas! Pontes grandiosas são realizadas em ano em meio! Eu citei para a Ministra Dilma aqui

o exemplo da BR-171, que o Senador Jarbas Vasconcelos, como político e Governador, defende há muitos anos. O Governo Fernando Henrique deixou lá o projeto. Durante quatro anos, o Governo Federal fez cinco concorrências e anulou as cinco. E essa anulação se deu porque havia uma óbvia tentativa de manipulação dessas concorrências. No Governo atual, foi instalada a nova operação com as Forças Armadas e com o batalhão de engenharia de maneira especial. O projeto e a sua execução andam a ritmo lento, como verificou, há cerca de dois ou três meses, o Senador Arthur Virgílio, que saiu de Pernambuco para a Paraíba, em um casamento de uma filha de Senador paraibano, nosso companheiro de Partido. Enfim, não tem nada do que se está dizendo aí. E essa sua denúncia última é muito grave. Pena que este País é anestesiado e não tem a compreensão exata dela. Mas, com a sua objetiva sensibilidade, ela toma destaque, que é essa de falta de consistência no pronunciamento, em geral, da Justiça Eleitoral. Está certo punir quem sai da lei eleitoral, aqui e ali – e muitos saem; está certo fazer cumprir a lei eleitoral. Mas quem menos cumpre a lei eleitoral é o Presidente da República e o seu Governo. E em torno disso, nenhuma manifestação; nenhuma, absolutamente nenhuma, ação concreta para evitar que isso continue. Vamos reagir, por ora, com os meios que temos, que são esses modestos meios parlamentares. Mas, no momento oportuno, vamos dizer isso, porque a população vai entender que não basta dar Bolsa-Família ao povo e fazer, de outro lado, a alegria dos banqueiros. É preciso melhorar o País, com infra-estrutura, que não tem; com estradas, que não são construídas; com ferrovias, que não saem do papel; com portos, que não são modernizados. O ritmo do Brasil é um ritmo completamente lento. Eu fico indignado, fico surpreendido com muita gente que defende este Governo e não tem o mínimo de tranqüilidade para confessar isso. Uma coisa são as palavras que avançam quilômetros e quilômetros; outra coisa são os fatos que não avançam nada ou não avançam quase nada, a não ser na garganta de um ou de outro mais alegre, que quer adular o Presidente, e do próprio Presidente, que quer, por muitas razões, continuar a falar para o povo, como vem falando, numa profusão de campanha eleitoral. Eu quero lhe dizer que, hoje e sempre, a palavra de V. Ex^a é pautada pela firmeza, pela objetividade e pela consciência de prioridade. Parabenizo-o pelo seu pronunciamento de hoje.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Agradeço, Senador Sérgio Guerra. V. Ex^a, com a sua lucidez e a sua competência, evidencia, mais uma vez, toda essa engrenagem do Governo, que, a rigor, funciona pela publicidade e pelas andanças de um Pre-

sidente da República que sabe se comunicar, e sabe melhor que qualquer outra pessoa.

A questão da Justiça Eleitoral é séria e grave. Não adianta a Justiça Eleitoral estar multando pré-candidatos em qualquer lugar do Brasil, nos 27 Estados da Federação, sem que antes enquadre o Presidente da República. O Presidente da República vai utilizar – já utilizou – o PAC, que se transformou num grande palanque eleitoral. Ele vai continuar nesta semana, na outra, desafiando a Justiça Eleitoral, investindo contra seus membros, investindo contra a Justiça, investindo contra o Tribunal de Contas da União, como fez em Salvador neste final de semana, no sentido de desmoralizar as instituições.

Ouçõ, pela ordem, o nobre Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a se referiu à tão propagada autonomia em matéria de petróleo, alardeada no ano passado...

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Foi o nosso Senador Sérgio Guerra que chamou atenção para isso. Através da publicidade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a havia dito “a quase autonomia”, enfim. Na verdade, nunca houve nem “a quase autonomia”. O Brasil produz um tipo de petróleo que não lhe serve; exporta esse petróleo e importa massivamente o tipo de petróleo que lhe é adequado. Por outro lado, o que chamaram eles de auto-suficiência foi que, em algum momento, as duas linhas se cruzaram. O Brasil estava demandando igual ao que estava exportando. Então houve, por um momento, um equilíbrio meramente contábil, meramente estatístico. Percebemos, então, que isso se devia à baixa intensidade do crescimento econômico brasileiro. Na medida em que o Brasil passou a crescer um pouco mais, inclusive, essa conta se desequilibrou. Esse é o fato. As precipitações são terríveis. Uma campanha publicitária brutal, que mereceria uma ação popular para se reaver esse dinheiro público malbaratado. A ilusão, que é algo ruim. Mais recentemente, o Presidente da ANP – não vejo que seja uma pessoa de má-fé – já anunciou algo que gerou especulação na Bolsa, com gente que ganhou e gente que perdeu dinheiro. Mais recentemente ainda, na minha cidade de Manaus, o Presidente Lula vai e declara que vai ajudar a empresa Gradiente. E isso fez com que as ações da empresa pulassem na Bolsa de Valores de R\$2,80 para R\$3,50 – 25% de aumento na última hora do pregão. Vamos supor a absoluta boa-fé do Presidente – e eu quero acreditar nela. Se ele disse a alguém “vou dar um novo discurso e vou fazer uma menção de que vou salvar a Gradiente”, um espertalhão ao lado dele ali pega o

telefone, liga para um corretor amigo, encomenda um monte de ações e fatura uma fábula naquele momento. Tratam com muita leviandade essas questões. O Brasil nunca esteve nem perto de ser auto-suficiente em petróleo. E, por outro lado, a notícia boa é vermos a conta desequilibrada em razão de um crescimento maior, crescimento que já está, de certa forma, ameaçado, outra vez, pela imprevidência em relação aos gastos públicos, que crescem desbragadamente neste Governo, pela ausência de vontade de promover reformas estruturais. Estão dormindo nos louros de algo que o Peru alcançou antes da gente que é o tal grau de investimento de uma das agências. São três principais. Uma das agências. O Peru também, uma só. Algo que vai e que volta e que, amanhã, podem perder. É apenas essa a contribuição que eu queria dar ao pronunciamento de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio.

O objetivo foi exatamente chamar a atenção, tanto é que louvei o atual Presidente e também os anteriores, Fernando Henrique e Itamar. Lula por não ter feito besteira, por não ter aplicado a política econômica que pregava o PT, senão a vaca teria ido para o brejo. Quero enaltecer isso e dizer que esse foi um processo. Isso não caiu do céu. Foram os governos anteriores que sedimentaram esse caminho para que o Brasil o tivesse conquistado, contra Lula e contra o PT, que votaram contra o Plano Real e contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tivessem admitido todos esses avanços na área da estabilidade econômica, talvez o Brasil pudesse ter dado um passo muito mais importante do que o que deu neste primeiro semestre de 2008.

Ouçõ, com muita honra, o nobre Senador e amigo José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Jarbas, V. Ex^a costuma fazer pronunciamentos em momentos certos, oportunos. E hoje, numa segunda-feira, dia de quórum baixo, V. Ex^a pronuncia um discurso que precisa ser impresso e ser distribuído, porque é a recuperação, com muita precisão, com muito pragmatismo, com muita moderação, do quadro que nós estamos vivendo. Eu queria concordar inteiramente com V. Ex^a quando disse que o Governo Lula tem um mérito que nós todos temos que reconhecer: é ter adotado a postura de uma política de responsabilidade fiscal. Ele teve coragem de adotar superávits primários responsáveis, de gastar aquilo que, no começo, podia gastar, e de estabelecer duas premissas básicas para nortear a sua política econômica, a de metas inflacionárias e a de câmbio flutuante. Eu queria fazer um adendo só ao pronunciamento de V. Ex^a. Senador Jarbas, nós somos,

hoje, prisioneiros, reféns do preço das *commodities*. Se as *commodities* baixarem de preço, se a China baixar o nível de atividade, se o mundo empobrecer, se o mundo diminuir a escalada de crescimento o Brasil que Lula construiu naufraga, porque nós estamos prisioneiros do preço do minério de ferro, do preço da soja, do preço do milho, das *commodities* em geral, das minerais e das agrícolas. O que está acontecendo hoje, Senador Jarbas Vasconcelos, no Rio de Janeiro? O lançamento de um programa, no BNDES, de incentivo às exportações. Por quê? Por conta de um fato que o Governo não soube administrar. O Governo administra a mais alta taxa de juros do mundo e administra uma política paralela de câmbio flutuante. O dólar, hoje, está 1.65. O que aconteceu em função do dólar 1.65? Nunca se remeteu tanto lucro para o exterior como agora. Por quê? Claro, as empresas que estão ganhando reais, quando trocam por dólar, transformam isso em uma montanha de dólar, e mandam embora. Pressão por dólar. A balança comercial como é que anda? Em queda, em queda livre, porque se está importando muito, deprimindo a indústria nacional, principalmente a pequena indústria nacional, e se exportando cada vez menos, porque o custo interno é em real, o que vale pouco dólar, e o faturamento em dólar é pequeno. Então, estamos entrando em uma perigosa armadilha que nos deixa na dependência exclusiva do preço das *commodities*. Do contrário, o modelo pode naufragar, lamentavelmente. Aí, o Presidente vai ao BNDES para lançar um pacote de incentivo às exportações, quando, na verdade, o que ele deveria fazer é o que V. Ex^a coloca, é conter gasto público. Isso, sim, esse que é o remédio real, efetivo para que possamos controlar, de verdade, a economia. Essa é a panacéia, essa, sim; controlar gasto público é a panacéia. Aí, é remédio para todos os males. Agora, para não ficar aqui batendo, batendo, sujeito a incompreensões, a interpretações duvidosas, vamos continuar batendo firme aqui e mostrando, antes que seja tarde. Cadê a eficiência do Governo na saúde, Senador Jarbas Vasconcelos? Vinte e nove por cento dos brasileiros consultados disseram que o maior problema do Brasil, mais do que desemprego e segurança, é a saúde. A educação do Brasil vai muito mal; a infra-estrutura vai péssima. Tudo por conta de quê? Gasto público de má qualidade. E agora estamos prisioneiros do preço das *commodities* no plano internacional. Quero, com isso, dar uma contribuição modesta ao raciocínio que V. Ex^a construiu aqui, falando a verdade para que o Brasil nos ouça sobre o mar de rosas aparente em que estamos vivendo, que não tem nada de mar de rosas. É um mar perigoso sobre o qual temos que nos manifestar e alertar como muito bem faz V. Ex^a, a quem cumprimento pelo belo discurso que pronuncia.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– O aparte de V. Ex^a enriquece o nosso trabalho, nos incentiva a aprofundar essa questão. V. Ex^a coloca com muita competência que, no Brasil, para assegurar o que conquistou – que não é uma conquista deste Governo, aconteceu neste Governo, mas passou por um processo que veio lá de trás, no qual eles, o PT e o Presidente da República, sempre votaram contra e combateram – o Governo é perdulário, gasta e gasta muito, e que deve promover reformas. Acrescentaria apenas algo à questão das reformas. Se o Presidente da República não avançar, não permitir que sua Base de Apoio avance com as reformas institucionais, promova a reforma tributária, avance com a reforma trabalhista, complemente a reforma da Previdência, não iremos para canto algum, Sr. Presidente.

Para concluir, Sr. Presidente, dizendo da minha a alegria por tê-lo como Presidente e agradecendo-lhe a benevolência, que permitiu a este orador fazer o discurso que está fazendo e ouvir tantos companheiros em seus apartes.

Mas Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a conquista do grau de investimento se deve, portanto, a um conjunto de medidas que pode ser reduzido a apenas quatro palavras: continuidade de políticas públicas. Como gestor público, depois de passar pela Prefeitura da cidade do Recife e pelo Governo de Pernambuco, tenho a exata consciência da importância de preservar o que deu certo e aperfeiçoar o que for necessário.

A população brasileira está cada vez mais consciente de que o sucesso de projetos e programas eficientes não depende deste ou daquele governante, deste ou daquele partido. São políticas de Estado, são conquistas e patrimônios inalienáveis da sociedade.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Senador Jarbas Vasconcelos, a razão e o sentido de estar aqui nesta segunda-feira na Presidência é para garantir vozes como a de V. Ex^a que já fizeram muito pelo Brasil. V. Ex^a foi do PMDB autêntico, que redemocratizou este País.

Senador Arthur Virgílio e Senador Geraldo Mesquita, adentra o recinto o nosso Presidente de fato e de direito. Vi, sexta-feira, Pedro Simon, que é o símbolo deste Senado, dizer que comparava a minha figura a de Lutero, que reformou. Mas a nossa teoria: a abertura deste Senado da República às segundas e às sextas-feiras. Mas queria dividir isso, porque não fui só eu não. Ô Arthur Virgílio, V. Ex^a se lembra quando aqui começamos fazer este Senado funcionar, pois, em 183 anos, não funcionava às segundas e às sextas?

Era liderado por Efraim Morais, Antero Barros, Arthur Virgílio, Mão Santa e Paulo Paim, que era vice e temia qualquer represália do seu Partido.

Então, aqui nasceu a idéia de fazer funcionar os debates às segundas e às sextas-feiras.

Senador Jarbas Vasconcelos, estava ouvindo V. Ex^a atentamente e queria dar o testemunho de que eu, no PMDB, não votei em Fernando Henrique Cardoso. A primeira vez, votei em Quéricia, candidato do PMDB; a segunda vez, por vizinhança, votei em Ciro Gomes. Mas, quero dizer que a equipe de FHC tinha um dos maiores valores da história democrática que acho e entendo – fui prefeito na época, como V. Ex^a, e Governador de Estado –: Pedro Malan, a quem o País deve a clarividência de levá-lo a atingir a responsabilidade fiscal, aliado a Pedro Parente e, todo mundo sabe, o Murilo Portugal. Eles reordenaram a economia do País.

E agora é uma grande satisfação ver como tudo mudou e tudo melhorou: o nosso presidente presidindo o Senado da República às segundas-feiras. Isso, em 183 anos, não ocorria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Líder da Minoria, Mário Couto. Mas estou pressentindo que o Senador Arthur Virgílio quer usar a palavra pela ordem. Então, peço a compreensão do Senador Mário Couto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não. São dois minutos, Sr. Presidente.

É para fazer uma comunicação que julgo grave e oportuna à Casa. Fui procurado por um amigo de longa data que atua neste momento no mercado de bolsa de mercadorias. Ele me fez um rápido relato de leilão que está sendo programado para se realizar às 9 horas de amanhã, nas Bolsas de Mercadorias do Brasil, de aproximadamente 80 mil toneladas de arroz do estoque regulador do Governo. Trata-se de medida de natureza econômica que visa a dar equilíbrio ao mercado interno de arroz, tendo em vista a sua elevação de preço que ameaça sair de controle e, de certa forma, contribuir para a elevação dos índices inflacionários que a todos nos preocupa.

Na semana passada, saiu o edital, e ele obedeceu aos critérios e normas de leilões públicos, da mesma forma que ocorria em ocasiões anteriores.

Para surpresa do mercado, na última sexta-feira saiu um comunicado estabelecendo que os participantes do leilão seriam restritos. Haveria exclusividade para as indústrias de beneficiamento de arroz em

atividade e devidamente cadastradas perante a Bolsa por meio da qual pretendem realizar a operação.

Essa medida – é voz corrente no mercado – prejudica todos os demais segmentos envolvidos nessas operações das bolsas de mercadorias. Estão fora, por exemplo, os cerealistas, os atacadistas, as indústrias de alimentos, as cooperativas, todo mundo, enfim, que não tem como atividade principal o beneficiamento do arroz.

Ficou claro, no meu entendimento, que o leilão está direcionado para uns poucos que atendam a esses pré-requisitos estabelecidos.

Em função disso, solicito ao Ministro da Agricultura, que reputo um homem de bem, o Ministro Reinhold Stephanes, que tome as medidas devidas para suspender temporariamente esse leilão. Isso tudo está me cheirando a negociata. Não é meu assunto. Não entendo de setor primário, mas sou obrigado a entender de negociata porque vivo denunciando as que ocorrem neste País.

Então, o Ministro Stephanes deveria, imediatamente, suspender esse leilão para evitar mais um deboche em relação à coisa pública no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabei de ouvir, Senador Geraldo Mesquita, o pronunciamento do Senador Jarbas Vasconcelos, orador que me antecedeu.

A Oposição não tem sido omissa em aqui denunciar os gastos do Presidente Lula. Vejo, todas as semanas, os Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Arthur Virgílio e tantos outros da Oposição subirem a esta tribuna para denunciar a falta de infra-estrutura no País, como acabou de fazer o Senador Jarbas Vasconcelos, com muita propriedade, com sua inteligência singular.

Também tenho assistido a muitos e muitos pronunciamentos de Senadores. Inclusive eu os tenho feito e mostrado à Nação os gastos supérfluos do Presidente da República. Lembro-me de que, num desses momentos, vi o Senador Arthur Virgílio questionando a existência de uma possível centopéia no Palácio do Governo, em função da compra de tantos sapatos e meias.

A Oposição tem denunciado constantemente a ponto de aqui, Sr. Presidente, ser instalada a CPI dos Cartões Corporativos. Qual é a finalidade dessa CPI? Exatamente, em função de tantas denúncias dos gastos da Presidência da República com cartões corporativos, os Senadores da Oposição, na sua maioria, convocaram os Senadores para, por meio de comissão parlamentar de inquérito, apurar os gastos excessivos do Governo, depois que vieram à tona os gastos do Ministério dos Esportes, da Pesca, etc., ocasionando o pedido de demissão de uma Ministra do Governo por não ter como se defender desses gastos.

A CPI foi formada. E muitos Senadores já questionavam que seria muito difícil para a Nação sabermos, na verdade, o conteúdo desses gastos. Por quê? Porque, Senador Alvaro Dias, as informações tinham que vir do próprio Governo, e, com certeza, o Governo não iria informar aos Senadores da CPI; não iria!

Estou falando isso para mostrar à Nação que a Oposição está alerta, mas que a Oposição tem dificuldades, em função do paternalismo do Governo, em função daquilo que eu sempre chamo, aqui desta tribuna, de uma ditadura política.

Assim aconteceu, Senador Alvaro: de repente, a imprensa noticia um dossiê com o objetivo específico de intimidar a CPI dos Cartões Corporativos, os seus Senadores e enterrar, de uma vez por todas, aquela CPI.

O Governo se defende dizendo que não é dossiê. Que não é dossiê! Vem a Ministra Dilma à televisão falar a toda a Nação e dizer que é um banco de dados.

Repito: estou falando isso para mostrar à sociedade brasileira como o Governo Lula impõe as suas vontades ao Legislativo; impõe por meio de uma maioria que – repito: não digo na sua totalidade; há exceções – vive a troca de favores, a troca de cargos públicos. Não conseguem viver com independência, não conseguem defender a sociedade brasileira porque dependem de favores.

Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Alvaro.

Aí se consegue, por meio de uma comissão do Senado, a Comissão de Infra-Estrutura, depois de muitos e muitos questionamentos, trazer a Ministra a esta Casa, isso porque não se conseguiu trazer a Ministra pela CPI. Vários requerimentos foram derrubados na CPI em que o Governo tem maioria e em que externaliza a sua vontade: “Não pode ir lá!”.

Depois que se viu encurralada e que não teria mais condições de negar a sua vinda aqui, a Ministra resolveu vir. “Vamos falar de tudo!”.

Confesso, Senador, que depois de 48 horas daquela reunião na Comissão de Infra-Estrutura, fui a minha casa questionando comigo mesmo. A Ministra, braço direito do Presidente da República, candidata à Presidência da República, mentiu. Ela mentiu, Senador Geraldo Mesquita. Quando questionada pelo Senador Arthur Virgílio, quando questionada por mim, ela não disse que tinha o dossiê. Ela mentiu. Disse que não era da Casa Civil. Mentiu. Que confiança poderemos ter, daqui para frente, nessa senhora? Disse ela que mentia pela força de uma pressão da ditadura. E aí tudo bem, Senador! Mas não disse ela que mentia numa democracia.

Assim é que age o Governo. É preciso que a sociedade tenha claro que o Governo age de uma maneira que se viu há muito tempo e que o próprio Presidente da República combateu. Pasmem, senhoras e senhores! Acho que o Presidente Lula esqueceu seus princípios! Acho que o Presidente Lula não percebe mais o que é a palavra “democracia”! Acho que o Presidente Lula, que tanto pregou respeito pelo Legislativo, esqueceu que a democracia parte daqui, que aqui está o exemplo da democracia, que aqui está o exercício da democracia! E nós – diz o Presidente – não podemos mais apurar absolutamente nada.

E qual é a tática usada? É a tática da intimidação: “Ah, vocês estão dizendo que o Governo Lula gasta muito! Então, vou intimidar. Vou buscar coisas para intimidar, para que esta CPI seja arquivada, para que a Oposição tenha receio de prolongar a sua procura e para mostrar para o povo brasileiro quanto se gasta mal neste País”. E seria até bom, seria bom para o Governo tomar a consciência devida dos gastos supérfluos, seria bom que o Governo tomasse a noção de que, se ele economizasse esses gastos, Senador Cristovam, daria para cobrir os gastos que íamos ter com os aposentados deste Brasil, já que diz o Governo que não tem dinheiro, que a Previdência é deficitária. E há quanto tempo escuto isso, Senador Cristovam! Mas, com certeza, se tivéssemos uma fiscalização adequada neste País para combater os gastos da Presidência da República, os gastos da Presidência da República em coisas desnecessárias, para evitar a corrupção que custa para o País US\$3,5 bilhões – bilhões de dólares – por ano.

Aí daria, Senador Mão Santa, para cobrir o que queremos – e o que queremos é tão pouco – para os aposentados deste País! E aí, Senador Alvaro, tinham de usar de todos os artifícios para intimidar a todos; tinha que chegar à mão de alguém esse dossiê, para

avisar a alguém que pertencesse à CPI, para que esse alguém pudesse dizer à Oposição que o Governo estava intimidando a Oposição.

Olhem, brasileiros e brasileiras, como o Governo Lula é! Aliás, todo o Brasil sabe que o PT sempre usou – sempre, Senador Alvaro – esse tipo de tarefa, de confecção de dossiê para intimidar. Esse não é o primeiro dossiê. Vejam o que aconteceu no Governo de São Paulo com o nosso Serra. E agora essa moda foi lançada neste Senado.

Presidente Garibaldi, precisamos não deixar que isso vire moda!

Sei de muitos Senadores que não gostam de CPI, que não são favoráveis à CPI ou ao número excessivo de CPI, mas ela é o instrumento que temos para fiscalizar o Governo, Presidente. Não podemos deixar de ter esse instrumento nesta Casa. Não podemos deixar, em hipótese alguma, que o Governo intimide esta Casa, e que as CPIs desta Casa sejam arquivadas por intimidação da Presidência da República.

O fato de que a Ministra mentiu está comprovado! O fato de que era dossiê está comprovado! O fato de que houve uma intimidação aqui, para o Senado, está comprovado! Esses fatos estão comprovados!

E, agora, Presidente, temos que tomar as providências.

Senador Alvaro Dias tem a palavra.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mário Couto, o meu aparte de hoje não tem por objetivo abordar o tema que V. Ex^a, com brilhantismo, expõe da tribuna. Quero apenas cumprimentá-lo pela ascensão ao cargo de Líder da Minoria. É uma função importante, que só pode ser exercida com competência e eficácia, com o preparo e a coragem de V. Ex^a. Em nome do Pará, em nome de todos os brasileiros, certamente, V. Ex^a cumprirá essa missão. É preciso dizer sempre que infeliz é o país que não tem uma oposição responsável. Eu vou além: infeliz são o governo e o presidente da República que não têm uma oposição corajosa para denunciar eventuais falcaturas no seio do governo. Creio que o Presidente da República, bem-intencionado, deve agradecer à Oposição quando ela denuncia, quando ela investiga, quando ela procura fiscalizar, criticar, apontar as mazelas existentes no seu Governo. Um presidente de boa-fé, que tem boa intenção, gosta da oposição. Quem não gosta da oposição é quem tem o espírito ditatorial, a arrogância e a prepotência própria dos déspotas. Um Presidente da República como o Presidente Lula deve agradecer quando um opositor, com vigor, com contundên-

cia, com afirmação, aponta os erros do seu Governo. É nessa linha, certamente, que V. Ex^a se conduzirá na frente da Liderança da Minoria nesta Casa. Quero cumprimentá-lo e me colocar a sua disposição para os trabalhos que V. Ex^a liderará como nosso Líder da Minoria nesta Casa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador Alvaro.

Senador Mão Santa tem a palavra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, atentai bem! Esse negócio aí, a Ministra saiu-se mal mesmo. Isso é propaganda. A Ministra se saiu mal. Ela aproveitou-se ali da boa educação, da *finesse* desse extraordinário homem público que é o José Agripino. Se o Senador José Agripino quisesse falar em seqüestro, assalto à mão armada... Mas o José Agripino é uma figura educada, fina, que enriquece o Rio Grande do Norte, o Nordeste, o Parlamento e a democracia. Mas a Ministra é tão fraca! Ô, Garibaldi. “Monitorado”: qualquer estudante do Mobral do Rio Grande do Norte, do Piauí, sabe dizer. Ela passou cinco minutos para dizer a palavra “monitorado”. Aí perdeu-se no vôo da galinha e da águia. Quando eu falei em galinha, quase caiu o mundo. E ela perdeu-se ali, mostrando que o seu vôo é de galinha, é vôo curto, de acordo com o livro de Leonardo Boff, que está ali. E a mentira? A mentira... Esse negócio de PAC. A ignorância é audaciosa. Eu era menino e vi o Juscelino com as metas: 30 metas e depois a meta-síntese. Eu vi o período revolucionário, com o primeiro PND, o segundo PND, João Paulo dos Reis Velloso. Quem não viu Fernando Henrique em Ação Brasil: mãos à obra? E assim vai. O próprio Luiz Inácio, no primeiro Governo: a PPP. Onde estão as PPPs, Parcerias Público-Privadas? Nada. Só cacarejamento. Depois, surgiu esse PAC, que, a bem da verdade, é propaganda de aloprados cacarejadores. Tudo mentira! Está tudo parado. Não existe. Agora, eu queria o lado bom: cumprimentá-lo. V. Ex^a surgiu aí, Líder da Minoria. Ô, Garibaldi, atentai bem! V. Ex^a tem um bocado de ano de Senado. Este Senado tem 183 anos. Rui Barbosa, 32 anos. Olha, esse moço surgiu aí. Foi como um trovão, um raio, uma luz, uma explosão! Já é Líder da Minoria, que, na realidade, é a grandeza da esperança do povo do Brasil, dos aposentados sacrificados, das escolas sucateadas, das mães cujos filhos morrem de dengue. V. Ex^a, em pouco tempo, se firmou e se consolidou como um líder de perspectiva invejável não só no Pará, mas em todo o Brasil. Olhe, há uma expectativa muito grande

e uma esperança no aprimoramento da democracia, porque a democracia tem que ter oposição, e V. Ex^a é esse grandioso Líder da Oposição.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Já vou descer, Sr. Presidente. Quero só alertar os nossos grandes Líderes do PSDB e do DEM, que estão ali juntinhos, e dizer a V. Ex^{as}, Senador José Agripino e Senador Arthur Virgílio, que a Oposição tem a obrigação e o dever, neste momento, de mostrar à Nação brasileira que não se intimidou e não vai se intimidar com as ações do Governo. E é obrigação nossa, Senadores, trazer aqui, de qualquer forma, Senador José Agripino, de qualquer maneira, esse José Aparecido. Nós temos que trazê-lo, através da CPI ou através da CCJ ou através de qualquer outra comissão, para mostrar à Nação brasileira que esta Oposição é uma Oposição ética, mas que luta pelos interesses da Nação e não se intimida com dossiê, não se intimida em apurar fatos que a sociedade precisa saber e que não se vai intimidar, Sr. Presidente, de forma alguma, com a imposição do Presidente da República e de seus Ministros, quando diz que o Senado, Senador Garibaldi, é irresponsável em aprovar um projeto dos aposentados. Olhe onde chegamos, Presidente! Olhe onde chegamos, Presidente! O Ministro do Planejamento ir à imprensa e dizer que o Senado é irresponsável, porque aprovou um projeto de reajuste aos aposentados brasileiros? Um Ministro de Estado chamando de irresponsável o Senado nacional? Teria até que receber um documento de V. Ex^a, pedindo a ele que tivesse respeito a esta Casa.

Não vamos nos intimidar! Sei que não é mais nossa obrigação, porque o projeto agora está na Câmara, mas haveremos de seguir etapa por etapa desse projeto. V. Ex^a tem-nos ajudado e vai continuar nos ajudando. Esta semana temos que ir à presença do Presidente da Câmara, e não vamos aceitar que os Deputados Federais mandem arquivar esse projeto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou interrompê-lo, Senador, para dizer que, agora mesmo, tentei um contato com o Presidente da Câmara em função dessa audiência, mas S. Ex^a está no Supremo Tribunal Federal. Então, assim que S. Ex^a regressar iremos ao Presidente Chinaglia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já esperamos tanto! Já esperamos cinco anos! Vamos esperar mais um dia, mas não vamos aceitar, vamos aqui dar nome por nome daqueles que votarem contra esse projeto, daqueles que mostrarem a sua intenção em massacrar os aposentados deste País.

Não vamos sossegar enquanto os aposentados deste País não tiverem os seus direitos sustentados. E temos a obrigação, Sr. Presidente, como Senadores, olhar para a situação de cada homem e de cada mulher que lutaram por este País, que deram todo o seu suor por esta Nação, que criaram os seus filhos com tanta dignidade.

Esses homens e essas mulheres não podem ser usados, desprezados como copos descartáveis. Usou, não presta mais, joga fora. É a Nação, é o homem brasileiro, é a mulher brasileira! Haveremos de dedicar toda a nossa atenção, todo o nosso suor aos aposentados e aposentadas brasileiros.

Depois que V. Ex^a marcar essa audiência, voltaremos a esta tribuna com a palavra. Mas podem ter certeza, aposentados e aposentadas deste País, não nos curvaremos à imposição do Senhor Presidente da República, que acha que os aposentados não são seres humanos, que acha que os aposentados nada fizeram por este País, e, por isso, são abandonados, desprezados, estão sofrendo à míngua. Sequer um plano de saúde têm! Salários abaixo do salário mínimo! Muitos que escrevem para mim mostram quanto ganham. Pasmem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros, temos aposentados ganhando R\$180,00, R\$150,00, R\$120,00!

Sr. Presidente, eu sei que tenho o apoio de V. Ex^a e desço desta tribuna na certeza de que amanhã estaremos frente a frente com o Presidente da Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a pede a palavra pela ordem?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Havia solicitado a palavra pela Liderança já há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem razão. V. Ex^a pediu a palavra pela Liderança, mas estamos fazendo aquele rodízio.

O Senador Mário Couto falou como Líder da Minoria, e agora estou anunciando o Senador Arthur Virgílio para saber se ele quer falar como orador inscrito, porque ele está inscrito e é o orador agora, de qualquer maneira: ou como orador inscrito, ou como líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Está jogando dominó nas duas cabeças.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tanto faz dar na cabeça, como na cabeça dar: só vai dar Arthur Virgílio.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio cede rapidamente para fazer uma observação. Eu iria fazer um discurso, Sr. Presidente, a respeito do Senador Artur da Távola, mas estou assinando o requerimento, proposto pelo Senador Artur Virgílio, de uma sessão especial em homenagem ao Senador Artur da Távola, que faleceu neste final de semana, deixando de luto o País, o Senado e o Rio Janeiro, a Miriam, sua esposa, seus filhos, Leonardo, André e Eduardo e todos os seus amigos. Eu me coloco entre os amigos e admiradores do Senador Artur da Távola, até porque fui o seu primeiro Vice-Líder quando ele foi Líder do Governo Fernando Henrique, e tive a felicidade de, trabalhando com ele, aprender muito com a figura generosa, a figura competente, a figura carismática, a figura comprometida com este País, uma figura do bem.

Portanto, em vez de fazer o discurso na tarde de hoje, quero apenas abraçar a família, registrar o pesar de todos nós e dizer que falarei na sessão convocada especialmente para esse fim, porque o Senador Artur da Távola merece toda nossa homenagem.

Quero aproveitar também a oportunidade, Sr. Presidente, para registrar – já tive a condição de dizer à imprensa, mas quero dizer de público – que, amanhã, na reunião da CPMI dos Cartões Corporativos, a Base do Governo apoiará a convocação do Sr. José Aparecido e do assessor André, do Senado Federal, exatamente para que se possamos inquiri-los e chegar a um entendimento sobre o que efetivamente ocorreu.

O Governo não teme o depoimento de ninguém, o Governo quer todos os fatos esclarecidos, e, portanto, a posição do Governo é muito clara: apoiar a convocação para que a CPMI possa trabalhar e averiguar todas essas questões.

Feito este registro, agradeço ao Senador Arthur Virgílio a gentileza de fazer a permuta para que eu pudesse fazer estas colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero me associar às palavras do Senador Romero Jucá no que toca ao Senador Artur da Távola, pelo seu brilhantismo, pela maneira como ele atuou nesta Casa.

Mas não apenas pelo que ele foi como Senador, mas pelo que foi com jornalista, como compositor, pelo que representou para o Brasil, quero me associar e dizer que, atendendo ao requerimento do Senador Arthur Virgílio, que farei questão de assinar logo após a assinatura dos Líderes, vamos providenciar a sessão especial.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a falará como orador inscrito e terá vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trato, nesses vinte minutos, de alguns assuntos. O primeiro diz respeito à declaração recente do ilustre General do Exército Brasileiro Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, ex-Presidente do Clube Militar.

Com a autoridade de quem já foi Comandante Militar da Amazônia, portanto conhecedor dos problemas da região, o ilustre brasileiro denuncia o que ele chama de *“grave atentado à soberania brasileira, que tem o apoio ostensivo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a omissão criminosa de todo o seu Governo.”*

O General refere-se à *Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas*, aprovada pela ONU em setembro do ano passado e no momento no Congresso Nacional no aguardo de aprovação, para o que teria o apoio do Presidente Lula. Segundo o Militar, hoje na reserva, a Declaração, se vier a ser acolhida pelo Legislativo – e o Presidente da República apóia a tese –, significaria uma verdadeira “balcanização” da Amazônia.

Balcanização foi o termo cunhado pelos socialistas alemães do século XIX, para criticar a ação do czar da Rússia nos Bálcãs, quando este apoiou a constituição de uma pluralidade de unidades políticas pequenas, separadas e hostis, como poderia vir a ocorrer com a Amazônia. Passou a significar um modelo estabelecido por uma potência diretora em uma determinada zona, para que esta pudesse influenciar decisivamente em divisões internas para reinar. A expressão foi retomada em 1918, para qualificar o modelo de divisão estadual consagrado pelo tratado de Brest-Litovsk. Voltou a ser usada para definir a divisão estadual africana posterior à descolonização. Uma variante da “balcanização” é a chamada “libanização”, expressão usada nos anos oitenta qualificando a divisão de um Estado em muitas facções armadas hostis.

Pela importância do assunto e levando em consideração que a matéria tramita no Congresso, estou anexando a este pronunciamento a íntegra da nota do General-de-Exército Luiz Gonzaga Lessa, para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Sobre isso, Sr. Presidente, tenho ainda duas coisas a dizer. Uma delas é que me coloco em acordo com o que disse o General Augusto Heleno, Comandante Militar da Amazônia. Isso causou em setores da opinião pública uma certa confusão. Entendo que o General tem razão no substantivo do que disse, tanto que aqui estou a endossar a opinião de um militar da reserva. Essa é a diferença fundamental. Eu não poderia aceitar a opinião pública e política de um militar da ativa, até porque a democracia brasileira não deve coexistir com a manifestação pública ostensiva de militares da ativa.

Amanhã um militar diz: “Lula tem direito ao terceiro mandato”. Aí vem outro e diz: “Não, quero interromper este mandato dele”. O Brasil superou definitivamente essa etapa e a Constituição é que limita e determina o que deva ser a atuação dos militares, que é importante no concerto da vida pública do País.

Mas está coberto de razão o General Schroeder, como está coberto de razão, no substantivo, o General Heleno. Daí eu estar de acordo com o que diz um e outro, mas registrando, sem restrições, a opinião daquele que está como um cidadão qualquer, civil, desarmado, fora da caserna.

Em segundo lugar, digo que a demarcação feita no Governo Collor foi correta. Ela satisfaz plenamente às necessidades do povo Yanomami habitante de Roraima. A demarcação intentada e posta em prática pelo Governo atual sequer agrada à totalidade dos índios que existem em Roraima. Esta é a verdade. Não estou aqui pegando clichês, como o desordeiro que está preso. E, se é desordeiro, tem de estar preso mesmo o Prefeito que não contribui em nada para que o quadro lá serene.

Mas o fato é que a demarcação contínua de terras tão extensas para serem destinadas a índios que já estão aculturados, que já estão vivendo junto com os membros da chamada sociedade envolvente, isso prejudicando culturas ligadas ao agronegócio, agitando e tumultuando o quadro político local, não vejo, sinceramente que haja razão, que haja justiça ou justiça nisso.

Por isso, estou preocupado com o quadro de Roraima, entendendo que é essencial que nós estabeleçamos um tripé quando falamos em segurança nacional. Esse tripé é: presença militar forte nas fronteiras, presença civil forte nas fronteiras e conhecimento. Nós temos de conhecer a Amazônia para valer. E mingua os recursos para os institutos de pesquisa da região. Se é assim, nós não temos uma política de segurança nacional efetiva para aquela região.

Sr. Presidente, dou, em breves pinceladas aqui, a notícia de que as aulas da Universidade Federal do Amazonas no *campus* do Município de Humaitá retornaram à normalidade na última quinta-feira.

Os universitários, em greve que durou alguns dias, concordaram com o seu encerramento diante da promessa de cumprimento das reivindicações que originaram o movimento. Os estudantes pediam tão-somente a melhoria das condições das instalações físicas do *campus*, a maioria necessitada de reformas, além da instalação de laboratórios de pesquisa, o fim do racionamento de energia elétrica e também a melhoria da cantina. Em Humaitá, a Ufam – Universidade Federal do Amazonas – mantém os cursos de Letras, Agronomia, Ciências Agrárias, Engenharia Ambiental, Pedagogia, Biologia, Química, Matemática e Física.

São muitos cursos, todos funcionando em condições não muito boas, pelo que os alunos reivindicam também a construção do *campus* definitivo daquela cidade. Seus pedidos são corretos, nada exagerados. Humaitá é sede de uma vasta região do meu Estado, e a melhoria das condições para o ensino superior...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, se . Ex^a me permite...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... porque os alunos da Escola Superior de Guerra já estão se retirando e eu queria dirigir-lhes uma saudação especial. Eles nos deram a honra da visita, estão, neste momento ainda, nas nossas galerias e participam de mais um ciclo de estudos da Escola Superior de Guerra.

Os nossos cumprimentos, saudações e desejo de bom aproveitamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

A honra é igualmente minha, do meu Partido e de todos os Senadores desta Casa, pluralmente. Estejam os senhores e as senhoras alunos da Escola Superior de Guerra muito seguros do que aqui estou afirmando.

Muito obrigado pela presença tão honrosa. Muito obrigado.

Muito bem, Sr. Presidente, o que espero é que o Diretor do Campus da Ufam, em Humaitá, Professor José Duarte Alecrim, e também o Reitor da Universidade, Professor Hindenberg Frota, literalmente cumpram com o acerto que suspendeu o movimento grevista. Peço ainda que a este pronunciamento se anexe o histórico, o retrospecto da crise.

Muito bem, Sr. Presidente, eu gostaria ainda de dizer que, do Presidente Fernando Henrique Cardoso – vamos falar a verdade –, o atual Governo teve a sorte de receber o País preparado para o desenvolvimento. Mas, infelizmente, faltam ação, trabalho e decisão para levar a cabo o que hoje não passa de mero rótulo, ou seja, a aceleração do crescimento.

Para entender o Brasil de hoje nada como recorrer a um grande clássico da literatura, a estória de Lewis Carroll, que narra a incrível incursão de *Alice no País das Maravilhas*.

O Governante atual insiste em apontar o País como Nação que só agora, depois de 500 anos, viveria no melhor dos mundos, como se estivéssemos rodeados por um canteiro efetivo de boas obras, com os problemas todos resolvidos. Não estão! Nem no quimérico mundo que o Governo insiste em apregoar, sem nem se preocupar em respeitar a Lei Eleitoral. Mas do que isso até, debocha da legislação eleitoral, como registra o jornalista Ricardo Noblat, em seu *blog* do dia 7 último.

O desrespeito é notório, como na semana passada, em Manaus, onde houve mais um dos comícios eleitorais, entre muitos do que promovem o Chefe do Governo, à custa do dinheiro público. Como se o Governo não fosse o Governo do Brasil, mas o Governo de um Partido político, cercado de áulicos e adesistas de todos os lados.

Lá, o Presidente “sentenciou”: “(...) Vou eleger o meu sucessor!” – propaganda deslavada, forçando um nome para sucedê-lo no Planalto. Tudo isso em tom de pilhérias, nem sempre de bom gosto. Os comícios do Presidente usam e abusam do escárnio, da zombaria, comportamento destituído de bom senso, de ponderação, como seria natural esperar o contrário

de um Chefe de Governo. Temo que a exploração já rotineira desse lado cômico do Governo possa prosperar. Vivem rindo, como se o riso pudesse solucionar os problemas que aí estão.

No mundo de Lewis Carroll nada era real e pouco importava que nada fosse real. Havia uma rainha empenhada em mandar cortar a cabeça de quem lhe trouxesse notícias desagradáveis. No Brasil, hoje, não se chega a tanto, mas a fantasia é assemelhada.

Aqui, cria-se um plano do tipo salva-pátria, o PAC, sobre o qual, em seu depoimento na Comissão de Infra-Estrutura do Senado, a Ministra-Chefe da Casa Civil – para usar a conclusão do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** – apenas repetiu o que virou palavrado nos comícios semanais que o Planalto leva semanalmente aos Estados.

Diz o editorial: “O PAC nada mais é do que um dos mais robustos engodos que um governo tentou impingir aos brasileiros”.

E mais:

Por sinal, a quase total omissão, nos jornais de ontem, das embromações da Ministra” [quem diz isso é o jornal *O Estado de S. Paulo*, e eu concordo literalmente com tudo o que está dizendo o jornal neste momento] “sobre a marcha triunfal do programa revela a que níveis alarmantes chegou o definhamento do senso crítico neste País, hipnotizado pelos recordes de popularidade do titular da República.

Mais aspas para o jornal paulista:

(...) A Senadora Kátia Abreu não foi contestada pela mãe da criança – a Ministra-Chefe da Casa Civil – quando mostrou que, com ou sem PAC, os investimentos públicos permanecem estagnados há mais de uma década em 0,9% do PIB. (...) Dos R\$17,2 bilhões destinados ao PAC este ano, só R\$1,9 bilhão foi empenhado e só ínfimos R\$13,7 milhões foram efetivamente gastos no primeiro trimestre.

Sr. Presidente, afora o engodo do PAC, o País acompanha de perto, e contristado, esses já abusivos comícios de um só mitingueiro. O que de prático resulta dos passeios políticos do Chefe do Governo? Nada!

Deixo a definição para o editorial de **O Estado de S. Paulo**, para quem o Presidente se transformou em figura agora dedicada a passear pelo País, lançando pedras fundamentais.

Ou seja, gasta o tempo inaugurando intenções.

Aspas para o jornal **O Estado de S. Paulo**:

“O que trava o PAC é a qualidade dos projetos que nós herdamos”, queixou-se a Ministra. [Diz ela:] “Nós não herdamos nem na área de energia, nem de logística, isso vale para rodovia, ferrovia, aeroportos”.

Com essas palavras apressadas, a Ministra quis dizer que a culpa, portanto, é do governo anterior.

Escapou-lhe, porém, um fato importante:

(...) O governo anterior já era o do Presidente Lula, no seu primeiro mandato. (O PAC foi lançado em janeiro de 2007.) E, no primeiro mandato, a Ministra de Minas e Energia, setor do qual a gestora do PAC afirma em alto e bom som nada ter herdado, era a mesmíssima Dilma Rousseff a quem Lula atribui uma “capacidade gerencialmente impecável”.

E, ainda na palavra do jornal paulista, a definição que cabe aos atuais gestores da República, tal como gosta o Presidente de repetir, nos seus “nunca antes” disso ou daquilo: “Nunca antes na história deste país se viu engodo dessas proporções”.

Lamento, Sr. Presidente, esses premeditados equívocos do Governo atual, para o qual prevalece a suposição de que todos nós brasileiros somos tolos ou ingênuos. Ainda bem que este País de meras intenções permanece como no túnel descrito por Lewis Carroll, bem distante; por enquanto, do outro lado da rua.

Sr. Presidente, para encerrar, ainda trago um outro tópico, que, para mim, recai bem nesta desobriga desta segunda-feira.

Já é da rotina do Presidente da República a prática que ele repete como conduta eleitoral, ao menos três vezes por semana. Em pontos diversos do País, sobe em palanques montados com dinheiro público, desloca-se com seus protegidos, afilhados ou favorecidos, invariavelmente diz que tudo no Brasil caminha às mil maravilhas, graças, é claro, ao seu Governo, dele. Insinua que muito mais faria se não existissem a Oposição, as leis e o Tribunal de Contas da União.

Tudo isso ele faz. A Nação ouve e vê pelo rádio e pela televisão. O que há mesmo é muito engodo,

manobras ou ardis que visam a ludibriar o povo, induzindo-o a erro. Deixa uma impressão de que muito se faz em todos os Estados do País, mais do que tudo, ao longo de 500 anos.

Semana passada, não foi diferente, e o alvo foi o meu Amazonas. O Presidente esteve em Manaus e disse que estava fazendo tudo pelo povo: “Só não posso conseguir marido para as mulheres”, foi a gracinha do Presidente, ao dizer que a mulher gosta de três coisas – minimizando a mulher, desrespeitando a mulher brasileira, limitando a capacidade de sonhar da mulher brasileira. Segundo o Presidente, mulher quer casar; depois, quer ter um carro. Quer ter casa, casar, quer ter um carro e, depois, um computador.

Eu não acredito, sinceramente. Se não fosse uma gravação, Senador Mário Couto, eu não acreditaria que isso saísse da cabeça do Presidente da República.

Significa um desrespeito à esposa dele, significa um desrespeito à minha esposa, significa um desrespeito à sua esposa, significa um desrespeito às mulheres brasileiras que trabalham e que mourejam para constituir parte tão sólida do Produto Interno Bruto deste País! De repente, ele resume o universo das mulheres a quatro reivindicações: casa, marido, carro e computador. É inacreditável! “*O tempora, o mores!*”, como dizia o célebre orador romano.

Como fazedor e não pagador de promessas, o Presidente alardeou mil e uma maravilhas acerca da Amazônia e mais de mil e uma obras de seu Governo no meu Estado.

Nada confere com o real do Amazonas. Para comprovar, estou anexando a este pronunciamento matéria de página inteira da edição de 13 de abril último do jornal **A crítica**, de Manaus.

Começo pela leitura da manchete: “Ausência governamental”. “Populações esquecidas”.

Logo abaixo: “Sem INSS, Ibama, Funai, Justiça e bancos oficiais, o interior do Amazonas é um vazio institucional”.

Vamos ao levantamento de **A crítica**: “O Amazonas tem 3 milhões e 100 mil habitantes. Deles, quase metade (1 milhão e 200 mil) está excluída do acesso a financiamentos de casa própria”.

E mais: Só os Correios estão presentes em todos os 61 Municípios do Amazonas; em 52 (dos 61) não há agência do INSS; o Ibama não existe em 44 Municípios; o Banco do Amazonas não está presente em 54 Municípios; a Funai é ausente em 52; a Receita Federal não existe em 53; a Caixa Econômica não tem agências

em 57 Municípios – só tem três agências no Estado; o Banco do Brasil não existe em 43; a Embrapa inexistente em 57 dos 61 Municípios; o Incra não está presente em 50; a Justiça Federal não existe em 60.

Existe, portanto, apenas em Manaus e mais, se não me engano, em Itacoatiara ou em Parintins.

Como se vê, o Governo Federal é um grande ausente no interior do Amazonas. E não sou eu a dizer; é o Procurador-Geral do Direito do Cidadão no Amazonas, Dr. Rodrigues da Costa. Para ele, “a ausência do Governo Federal no interior do Amazonas é um atentado ao direito de exercício da cidadania, sobretudo por omissão”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já é da rotina do Presidente da República a prática que ele repete, como conduta (eleitoral), ao menos três vezes por semana. Em pontos diversos do País, sobe em palanques montados com dinheiro público, desloca-se com seus protegidos, afilhados ou favorecidos, e, invariavelmente, diz que tudo no Brasil caminha às mil maravilhas, graças, é claro!, ao seu Governo. E insinua que muito mais faria se não existissem a oposição, as leis nem o Tribunal de Contas da União.

Tudo isso ele faz. A Nação ouve e vê pelo rádio e pela televisão.

O que há mesmo é muito engodo, manobras ou ardis que visam a ludibriar o povo, induzindo-o a erro. Deixam a impressão de que muito se faz em todos os Estados do País, *mais do que tudo ao longo de 500 anos*.

Na semana passada não foi diferente. E o alvo foi o meu Amazonas. O Presidente esteve em Manaus e disse que estava fazendo tudo pelo povo.

Só não posso conseguir marido para as mulheres, foi a gracinha do Presidente, ao dizer que a mulher gosta de três coisas: primeiro, quer uma casa; depois, pretende casar; almeja possuir um carro e, por último, sonha com um computador.

Com um fazedor (e não pagador) de promessas, o Presidente alardeou mil e uma maravilhas acerca da Amazônia e mais de mil e uma “obras” de seu Governo no meu Estado.

Nada confere com o real do Amazonas. E para comprovar, estou anexando a este pronunciamento matéria de página inteira da edição de 13 de abril último do jornal **A Crítica**, de Manaus.

Começo pela leitura da manchete:

**Ausência Governamental
POPULAÇÕES ESQUECIDAS**

E logo abaixo, esta frase:

SEM INSS, IBAMA, FUNAI, JUSTIÇA E BANCOS OFICIAIS, INTERIOR DO AMAZONAS É UM VAZIO INSTITUCIONAL.

Vamos ao levantamento de **A Crítica**:

O Amazonas tem 3 milhões e 100 mil habitantes. Deles, quase metade (1 milhão e 200 mil) estão excluídos do acesso a financiamentos das casa própria.

E mais:

Só os correios estão presentes em todos os 61 municípios do Amazonas.

Em 52 (dos 61) não há agência do INSS.

O IBAMA não existe em 44 municípios.

O Banco da Amazônia não está presente em 54 municípios.

A FUNAI é ausente em 52.

A Receita Federal não existe em 53.

A Caixa Econômica não tem agências em 57 municípios. Só tem três agências no Estado.

O Banco do Brasil não existe em 43 municípios.

A Embrapa inexistente em 57 dos 61 municípios.

O INCRA não está presente em 50.

A Justiça Federal não existe em 60.

Como se vê, o Governo Federal é um grande ausente no interior do Amazonas. Não sou eu a dizer. É o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Amazonas, Sr. Rodrigues da Costa.

Para ele, “a ausência do Governo Federal no interior do Amazonas é um atentado ao direito de exercício da cidadania. Sobretudo por omissão.”

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Realidade dos Municípios

No Amazonas, a maioria das cidades do interior do Estado não conta com a presença física das instituições que integram o Governo Federal. Há um vazio gigantesco nesta área. Este é o tema da terceira reportagem da série 'Realidade dos Municípios'.

Agência do INSS

Em 52 dos 61 municípios do interior do Estado não existe agência do INSS. A taxa de ausência de estrutura física do órgão nessa região é de 85,25%.

**1,5
Milhão**

de pessoas vivem no interior do AM. Número corresponde a 48,89% do total da população do Estado.

Ausência governamental

Populações esquecidas

Sem INSS, Ibama, Funai, Justiça Federal e Bancos oficiais, interior do AM é um vazio institucional

ARISTIDE FURTADO
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

Mais de um milhão de habitantes do Amazonas não contam com os serviços do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) em suas cidades. A autarquia é uma das 15 instituições do Governo Federal ausentes da maioria dos 61 municípios do interior do Estado.

A omissão da União em áreas prioritárias para o exercício da cidadania como saúde, educação, financiamento de atividades produtivas, acesso à justiça, proteção ambiental e questão indígena contribui para a formação de um exército de subcidadãos no interior amazonense.

O vazio institucional deixado pelos órgãos federais na região é revelado em mapeamento elaborado pela Associação Amazonense dos Municípios e ACRITICA. O levantamento mostra as cidades que têm sede de órgãos e instituições como o Ibama, Basa, Ufam, Funasa, Incra, Inss, Funai, Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Receita Federal, Embrapa, Ministério Público Federal, Justiça Federal e Defensoria Pública Federal.

A taxa de ausência do INSS no interior é de 85,25%. Em 52 municípios não existe agência do órgão. Para terem acesso a benefícios como aposentadoria, auxílio doença, salário maternidade, pensão por morte, os moradores desses locais precisam viajar para um dos nove postos do INSS instalados em: Tefé, Coari, Itacoatiara, Manacapuru, Mares, Parintins, Eirunepé, Benjamin Constant e Tabatinga.

O número de escritórios da Fundação Nacional do Índio (Funai) também é reduzido. O órgão não tem unidades em 52 municípios. Suas bases são em Tefé, Eirunepé, Manicoré, Parintins, Autazes, Barcelos, Juruá, Jutai e Nova Olinda do Norte. Pato preocupante levando-se em conta que das 584 terras indígenas existentes no Brasil, 30% (178 terras indígenas) estão no Amazonas, segundo dados da Fundação Estadual dos Povos Indígenas (Feipi).

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é outro órgão do Governo Federal cuja estrutura física não alcança todos os municípios amazonenses. A instituição possui 17 agências no interior. E não está presente em 44 municípios.

O dado preocupa tendo em vista a extensão geográfica do Amazonas e sua cobertura vegetal. Dos 1,5 milhão de quilômetros quadrados, cerca de 1,4 milhão de quilômetros quadrados correspondem a florestas nativas, de acordo com informações do texto base 'O Estado do Amazonas e as Mudanças Climáticas', da III Conferência Estadual de Meio Ambiente.

Outro segmento que reflete a tímida presença do Governo Federal no interior do Amazonas é o de serviços bancários. O Banco do Brasil está presente em 18 municípios; Basa, em cinco; e a Caixa Econômica Federal tem quatro agências no interior. A Caixa está ausente em 93,44% dos 61 municípios do interior.

Esporte

A ausência de bancos públicos no interior do Amazonas exclui 1,2 milhão de habitantes do acesso ao financiamento da casa própria. E deixa de fora do programa de financiamento da agricultura familiar uma população de 729 mil habitantes.

Ernesto Góes da Rocha, Prefeito de Anori

"Nossa maior necessidade é um banco com mais potência para resolver o problema das pessoas e da prefeitura. Depositamos o dinheiro do funcionalismo em Manaus para pagar aos poucos pelo Banco Postal. Para fazer o cadastro da aposentadoria a gente manda o pessoal de barco para Manacapuru."

Samuel Farias de Oliveira, Prefeito de Guajará

"A gente depende de Cruzeiro do Sul (Acre) para fazer a aposentadoria das pessoas. E muitas vezes somos mal atendidos. Só tem um médico perito para atender Cruzeiro do Sul, Guajará, Ipixuna, Rodrigues Alves, Mansão Lima, Porto Valter e Taumaturgo."

Ivon Rates, Prefeito de Envira

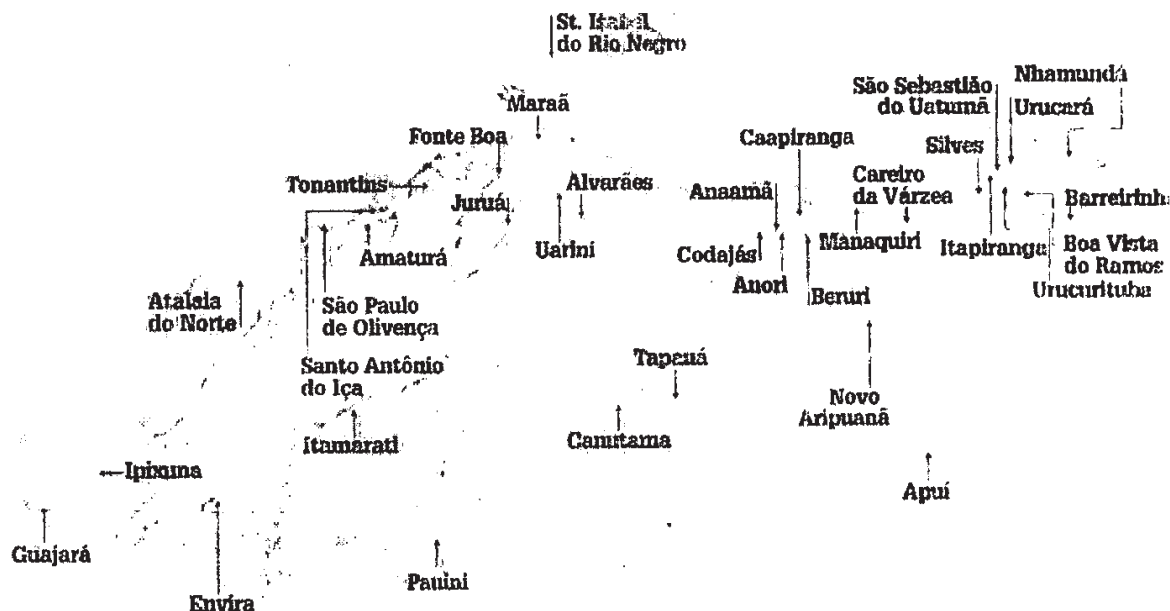
"Temos uma população indígena grande e a Funai não está presente. Mais de mil pessoas estão com os documentos para pedir auxílio doença. Mas não temos agência do INSS. A mais próxima é em Eirunepé, distante três dias de viagem de barco."

61

são os municípios do Interior do Amazonas que possuem unidades dos Correios, único órgão do Governo Federal que está presente em todo o Estado.

557.813

é a população dos 35 municípios com menor número de órgãos do Governo Federal. Essas cidades (ver mapa ao lado) conta com, no máximo, duas instituições federais: Correio e Funasa.



Órgãos federais no interior do AM

Ibama

Barcelos, Boca do Acre, Caceruan, Uruá, Eirunepé, Humaitá, Juruá, Novo Aripuanã, Lábrea, Manacapuru, Maués, Novo Airão, Parintins, S. G. da Cachoeira, Tabatinga, Tefé

Não possui unidade em 44 Municípios

Basa

Boca do Acre, Caceruan, Cerrito, Humaitá, Juruá, Lábrea, Maués, Parintins

Não possui unidade em 54 Municípios

Ufam

Barcelos, Boca do Acre, Caceruan, Cerrito, Humaitá, Juruá, Lábrea, Manacapuru, Maués, Novo Airão, Parintins

Não possui unidade em 86 Municípios

Funai

Alvarães, Barcelos, Eirunepé, Humaitá, Juruá, Lábrea, Manacapuru, Maués, Novo Airão, Parintins, Tefé

Não possui unidade em 57 Municípios

Recruta

Barcelos, Boca do Acre, Caceruan, Cerrito, Humaitá, Juruá, Lábrea, Manacapuru, Maués, Novo Airão, Parintins, Tefé

Não possui unidade em 54 Municípios

CEF

Barcelos, Boca do Acre, Caceruan, Cerrito, Humaitá, Juruá, Lábrea, Manacapuru, Maués, Novo Airão, Parintins, Tefé

Não possui unidade em 57 Municípios

Funasa

Alvarães, Arnaturá, Anamá, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Beruri, Borba, Canutama, Cerauári, Careiro, Careiro da Varzea, Coari, Eirunepé, Envila, Humaitá, Ipixuna, Iranduba, Itacurubá, Itamarati, Japurá

Juruá, Lábrea, Manaquiri, Manicoré, Manicoré, Manicoré, Maués, Nhamundá, Nova C. do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Rio Preto da Eva, Santa Antonia do Içá, São G. da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, São Paulo da

Olivença, Tabatinga, Tapesá, Tefé, Tonantins, Uiruni, Uruará, Urucurituba

Não possui unidade em 14 Municípios

Banco Brasil

Boca do Acre, Borba, Caceruan, Cerrito, Eirunepé, Humaitá, Juruá, Lábrea, Manacapuru, Maués, Novo Airão, Parintins, Tefé

Não possui unidade em 44 Municípios

Barcelos, Boca do Acre, Caceruan, Cerrito, Humaitá, Juruá, Lábrea, Manacapuru, Maués, Novo Airão, Parintins, Tefé

Embrapa

Iranduba, Maués, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva

Não possui unidade em 57 Municípios

Incra

Apurí, Benjamin Constant, Boca do Acre, Borba, Careiro, Humaitá, Lábrea, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Parintins, Tefé

Não possui unidade em 50 Municípios

Inss

Benjamin Constant, Caceruan, Eirunepé, Itacurubá, Manacapuru, Maués, Parintins, Tabatinga, Tefé

Não possui unidade em 52 Municípios

MPF

Tabatinga

Não possui unidade em 57 Municípios

Just. Federal

Tabatinga

Não possui unidade em 60 Municípios

Def. Pública

Não possui unidade em 57 Municípios

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, as palavras que leio a seguir são de um ilustre General do Exército Brasileiro, Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, ex-Presidente do Clube Militar.

Com a autoridade de quem já foi Comandante Militar da Amazônia, portanto conhecedor dos problemas da Região, o ilustre militar denuncia o que ele chama de *grave atentado à soberania brasileira, que tem o apoio ostensivo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a omissão criminosa de todo o seu Governo.*

O General refere-se à *Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas*, aprovada pela ONU em setembro do ano passado e, no momento, no Congresso Nacional, no aguardo de aprovação, para o que teria o apoio do Presidente Lula.

Segundo o militar, hoje da reserva, a Declaração, se vier a ser acolhida pelo Legislativo – e o Presidente da República apóia a tese, vai significar uma verdadeira *balcanização da Amazônia.*

“**Balcanização** foi termo cunhado pelos socialistas alemães do século XIX, para criticar a ação do czar da Rússia nos Balcãs, quando este apoiou a constituição de uma pluralidade de unidades políticas, pequenas, separadas e hostis, como poderia vir a ocorrer com a Amazônia. Passou a significar o modelo estabelecido por uma potência diretora numa determinada zona, para que esta pudesse influenciar decisivamente em divisões internas para reinar. A expressão foi retomada em 1918, para qualificar o modelo de divisão estadual consagrado pelo Tratado de Brest-Litovsk. Voltou a ser usada para definir a divisão estadual africana posterior à descolonização. Uma variante da balcanização é a chamada libanização, expressão usada nos anos oitenta qualificando a divisão de um Estado em muitas facções armadas hostis.”

Pela importância do assunto e levando em consideração que a matéria tramita no Congresso, estou anexando a este pronunciamento a íntegra da nota do General-de-Exército Luiz Gonzaga Lessa, para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SOBERANIA EM RISCO

Na surdina, sem que a Nação se aperceba da sua gravidade, esboça-se um dos maiores atentados à soberania brasileira, com o apoio ostensivo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com a omissão criminosa de todo o seu governo: a balcanização da Amazônia.

A mídia, de uma maneira geral vem demonstrando pouco interesse em temas dessa natureza e no momento encontra-se focada apenas nos lamentáveis episódios que vêm ocorrendo na terra indígena Raposa – Serra do Sol e quase nenhum destaque confere À DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 13 de setembro de 2007.

Essa Declaração é quase o ato final de um longo e persistente processo, que nos últimos 20 anos ganhou consistência e rapidez, levado a efeito por influentes e bem estruturadas organizações não governamentais e que tem como marcos principais ao longo desse período a aprovação pela ONU da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dessa mesma Declaração pelo seu Comitê de Direitos Humanos, em 2006.

O Congresso Nacional referendou a Convenção 169/OIT sem que fossem recusados os artigos que trazem os germes da secessão territorial, pondo fim à política integracionista que desde os tempos do Marechal Rondon vinha sendo adotada pelo governo brasileiro.

A Convenção 169/OIT derogou a de número 107 que foi julgada ultrapassada e que admitia a plena integração das comunidades indígenas no seio maior das sociedades nacionais dos diferentes países. De fato e de direito, foi instituída a política segregacionista que, em vigor e na sua plenitude, impede a incorporação dos indígenas aos diferentes estratos sociais que compõem a diversificada e multirracial sociedade brasileira e os mantém no seu primitivismo que, para algumas tribos, se situa muito próximo da Idade da Pedra. Igualmente, impede, mais do que isso, proíbe, que comunidades indígenas em estado avançado de desenvolvimento prossigam no seu saudável inter-relacionamento com populações não índias.

A FUNAI, com essa política urdida em foros alheios à cultura brasileira, parece querer construir uma miríade de zoológicos humanos para deleite da comunidade internacional e não para o bem-estar dos silvícolas brasileiros.

A Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, de 13 de setembro de 2007, abre uma nova perspectiva jurídico-política para as comunida-

des indígenas e se constitui numa grande ameaça à soberania e integridade territorial do Brasil.

Um país com as suas dimensões, com mais da metade do seu território na região amazônica, com descomunais reservas indígenas ao longo de toda a fronteira norte-noroeste, criadas pela inépcia, irresponsabilidade e insensibilidade geopolítica dos governos passados e atual, não poderia correr o risco de aprová-la, mais do que isso, de motivar que outros países assim também procedessem, contrariando a sua longa tradição republicana de não estimular riscos desnecessários nas nossas fronteiras, particularmente na sensível Amazônia.

Atentos à sua problemática nacional os EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia votaram contra a referida Declaração. A Argentina se absteve.

A longa e polêmica Declaração é um instrumento internacional que modifica a ênfase nos direitos individuais e, pela primeira vez, valoriza os “direitos humanos coletivos” e atribui às comunidades indígenas a posse do território onde vivem e dos seus recursos naturais, bem como o direito coletivo à autonomia.

Argumenta o Itamaraty, o outrora vigilante defensor da nossa integridade e hoje o esmaecido e fragilizado ator na condução da política externa brasileira, que a dita Declaração não tem força de lei, parecendo desconhecer a realidade nacional e as ameaças internacionais que se avolumam sobre a Amazônia,

Todavia, não haverá de desconhecer que está em curso todo um processo, meticulosamente urdido nos últimos 20 anos e que vem logrando expressivos êxitos, buscando alcançar como seu próximo e decisivo objetivo a transformação da referida Declaração em Convenção, também aprovada pela ONU, como claramente defendem as lideranças mais expressivas do movimento, como a socióloga Kring Kaingang, que são ouvidas e afinam os seus discursos com os agentes do MRE, hoje abertamente comprometido com essa causa internacionalista que, potencialmente, promove a dilapidação do território nacional.

As modificações introduzidas pelo Congresso Nacional no Artigo 5º da Constituição Federal, por intermédio da Emenda Constitucional nº45/2004, não deixam margem a dúvidas de que se trama e de que está em marcha um vil golpe contra a unidade nacional amparado pelo novel parágrafo 3º que estatui: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”

A transformação da Declaração em Convenção aprovada pela ONU, o que será só uma questão de

tempo, e a sua possível homologação pelo nosso Congresso (como o ocorrido com a Convenção 169/OIT) lhe dará força constitucional, conferindo às comunidades indígenas não apenas a discutida autonomia mas a autodeterminação, com todas as suas consequências nos cenários nacional e internacional. Tereamos retalhado o Brasil em 227 nações com os seus 180 diferentes idiomas distribuídos pelos troncos tupi e macro-jê. O crime contra o Brasil, a sua soberania e unidade territorial estará perpetrado.

É quase incompreensível entender o silêncio, o mutismo, a voz de alerta de expressivas e outrora vigilantes instituições da vida pública brasileira, que se mostram impotentes ou desinteressadas, lavando as mãos para o que vem ocorrendo.

Do Executivo, particularmente do Presidente da República e do Ministro das Relações Exteriores, pouco se pode esperar, pois já se comprometeram com esse processo em curso e que só serve aos interesses internacionais.

E os demais poderes – Legislativo e Judiciário – por que se mantêm calados?

Qual a razão da indiferença dos governadores de uma maneira geral e, muito em especial, daqueles que governam estados amazônicos? E o Ministério Público por que não se pronuncia face a tão grave ameaça?

Onde estão outras organizações da chamada sociedade civil que por muito menos levantam as suas vozes?

Parece que esse mundo globalizado em que vivemos, que pugna pelo arrefecimento das fronteiras, do nacionalismo, da soberania, tudo em benefício dos mais fortes, anestesiou a nossa vontade, a nossa consciência, fazendo-nos aceitar como natural a acomodação, ao invés da pronta reação, quando o interesse nacional está em jogo.

Esboça-se no horizonte uma das mais graves ameaças contra o País, que afeta diretamente a sua integridade territorial e a sua soberania e obriga as Forças Armadas, sob pena de inadmissível omissão, a saírem do seu mutismo e a se pronunciarem, fiéis à sua missão constitucional e que também é a sua própria razão de ser: a defesa da PÁTRIA.

Luiz Gonzaga Schroeder Lessa – General-de-Exército e Ex-Presidente do Clube Militar (foi Comandante Militar da Amazônia – CMA)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, as aulas da Universidade Federal do Amazonas, no campus de Humaitá, retornaram à normalidade na última quinta-feira. Os universitários, em greve que durou alguns dias, concordaram com o seu

encerramento, diante da promessa de cumprimento das reivindicações que originaram o movimento.

Os estudantes pediam tão somente a melhoria das condições de instalações físicas do campus, a maioria necessitada de reformas, além da instalação de laboratórios de pesquisas, fim do racionamento de energia elétrica e também melhoria da cantina.

Em Humaitá, a UFA mantém os cursos de Letras, Agronomia, Ciências Agrárias, Engenharia Ambiental, Pedagogia, Biologia, Química, Matemática e Física.

São muitos cursos, todos funcionando em condições não muito boas, pelo que os alunos reivindicam também a construção do campus definitivo naquela cidade.

Seria o atendimento das reivindicações dos acadêmicos. Seus pedidos são corretos, nada exagerados. Humaitá é sede de uma vasta região do meu Estado e a melhoria das condições para o ensino superior não pode sofrer protelações.

É o que espero do Diretor do Campus da UFA em Humaitá, Professor José Duarte Alecrim. E também ao ilustre Reitor da Universidade, Prof. Hindenberg Ordoizgoith Frota.

Encerro, pedindo a anexação a este pronunciamento do documento com o histórico das reivindicações estudantis.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGILIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“FIM DA GREVE NA UFAM DE HUMAITÁ

Uma reunião entre acadêmicos e o diretor do Campus da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/Humaitá, José Duarte Alecrim, na tarde desta terça-feira (06), pôs fim ao movimento grevista que já durava vários dias.

O diretor retornou de Manaus e se reuniu com líderes do movimento grevista e demais universitários trazendo a boa nova de que pelo menos parte das reivindicações dos estudantes, foram e estão sendo solucionadas.

Por volta das 16 horas desta terça-feira, após ouvirem as explicações do diretor, os grevistas decidiram por fim ao movimento, decidindo também entregar o prédio que havia sido tomado. As aulas devem ser retomadas nesta quinta-feira (08), nos dois períodos.

José Duarte Alecrim assegurou aos alunos que será instalada uma sala de estudos, a cantina será mudada, uma nova remessa de livros já está a cami-

nho, mais 15 computadores foram adquiridos para o laboratório dos alunos, além da aquisição de dois novos bebedouros.

Problemas também alegados pelos alunos como atraso na Bolsa-permanência, falta de professores e intimidação de estudantes por parte de alguns professores, segundo José Alecrim, estão sendo solucionados.

Retrospecto da Crise

Na primeira manifestação, que aconteceu de 27 a 31 de março, universitários dos cursos de Letras, Agronomia, Ciências Agrárias, Engenharia Ambiental, Pedagogia, Biologia e Química e Matemática e Física, paralisaram as atividades e pediram “esclarecimento quanto à situação física e educacional do campus universitário”, de acordo com documento protocolado na secretaria do campus de Humaitá.

Dentre as reivindicações estavam esclarecimentos quanto ao racionamento de energia elétrica, melhores instalações da cantina, divulgação do projeto da reforma das instalações, instalação de laboratórios, livros atualizados, carteira de estudante, apoio financeiro acadêmico, professores e construção do campus definitivo de Humaitá.

Segundo a direção do movimento grevista os pedidos não foram atendidos o que levou a uma nova paralisação, deflagrada no último dia 23 de abril, quando a liderança do movimento tomou as dependências da secretaria do campus, onde permaneceu até agora, segundo Deyvid Barbosa, um dos líderes da greve.

Os acadêmicos acamparam com redes e barracas no interior da UFAM. Diante da situação, o reitor Hindenberg Ordoizgoith Frota veio a Humaitá, onde por duas vezes, uma na tarde de segunda-feira (28.04) e outra na manhã de terça-feira (29.04), conversou com os acadêmicos, porém, as partes não chegaram a um acordo.

Novo documento foi entregue a Hindenberg Frota, com as reivindicações da classe acadêmica. O documento entretanto, não pôs fim ao movimento.

Em entrevista ao programa Cidade em Debate, da Rádio Vale do Rio Madeira, dois dos líderes do movimento, Douglas Marcelo e Deivys Barbosa, afirmaram na ocasião que o movimento tinha apoio da sociedade e dos comerciantes, que “estão ajudando com alimentos para os alunos que permanecem acampados”.

No último dia 03 (sábado), agentes da Delegacia de Polícia Federal de Rondônia, chegaram para investigar denúncia de furto no interior do Campus da UFAM em Humaitá. Segundo eles, entretanto, não há suspeitos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do Presidente Fernando Henrique Cardoso – vamos falar a verdade – o atual Governo teve a sorte de receber o País preparado para o desenvolvimento, mas, infelizmente, faltam ação, trabalho e decisão para levar a cabo o que hoje não passa de mero rótulo, ou seja, a *aceleração do crescimento*.

Para entender o Brasil de hoje, nada como recorrer a um grande clássico da literatura, a história de Lewis Carroll, que narra a incrível incursão de *Alice no País das Maravilhas*.

O Governante atual insiste em apontar o País como nação que só agora, depois de 500 anos, viveria no melhor dos mundos, como se estivéssemos rodeados de um canteiro efetivo de obras. E com os problemas todos resolvidos.

Não estão! Nem no quimérico mundo que o Governo insiste em apregoar, sem nem se preocupar com respeitar a lei eleitoral. Mais do que isso, até debocha da legislação eleitoral, como registra o jornalista Ricardo Noblat em seu blog do dia 7 último.

O desrespeito é notório. Como na semana passada, em Manaus, onde houve mais um dos comícios eleitorais, dentre os muitos que promove o Chefe do Governo, à custa de dinheiro público. Como se o Governo não fosse o Governo do Brasil, mas o Governo de um partido político, cercado de áulicos e adesistas por todos os lados.

Lá, o Presidente “sentenciou”:

(...) Vou eleger o meu sucessor!

Propaganda deslavada, forçando um nome para sucedê-lo no Planalto. Tudo isso em tom de pilhérias nem sempre de bom gosto.

Os comícios do Presidente usam e abusam do escárnio, da zombaria. Um comportamento destituído de bom senso, de ponderação, como seria natural em um Chefe de Governo.

Temo que a exploração, já rotineira, desse lado cômico, do Governo possa prosperar. Vivem rindo, como se o riso pudesse solucionar os problemas que aí estão.

No mundo de Lewis Carroll, nada era real e pouco importava que nada fosse real. Havia uma rainha empenhada em mandar cortar a cabeça de quem lhe trouxesse notícias desagradáveis.

No Brasil, hoje, não se chega a tanto, mas a fantasia é assemelhada.

Aqui, cria-se um plano do tipo *Salva-Pátria*, o PAC, com que em seu depoimento na Comissão de Infra-estrutura do Senado, a Ministra-Chefe da Casa Civil– para usar a conclusão de editorial do jornal **O**

Estado de S.Paulo – apenas repetiu o que virou palavrão nos *comícios* semanais que o Planalto leva semanalmente aos Estados.

Diz o editorial:

(...) O PAC nada mais é do que um dos mais robustos engodos que um governo já tentou impingir aos brasileiros.

E mais:

(...) Por sinal, a quase total omissão, nos jornais de ontem, das embromações da ministra sobre a marcha triunfal do programa revela a que níveis alarmantes chegou o definhamento do senso crítico neste país hipnotizado pelos recordes de popularidade do titular da República.

Mais aspas para o jornal paulista:

(...) A senadora Kátia Abreu não foi contestada pela mãe da criança – a Ministra-Chefe da Casa Civil – quando mostrou que, com ou sem PAC, os investimentos públicos permanecem estagnados há mais de uma década em 0,9% do PIB. ...(...) Dos R\$ 17,2 bilhões destinados ao PAC este ano, só R\$ 1,9 bilhão foi empenhado – e só ínfimos R\$ 13,7 milhões foram efetivamente gastos no primeiro quadrimestre.

Senhor Presidente, afora o *engodo do PAC*, o País acompanha de perto, e contristado, esses já abusivos comícios de um só *mitingueiro*. O que de prático resulta dos passeios políticos do Chefe do Governo? Nada!

Deixo a definição para o editorial de *O Estado de S.Paulo*, para quem o Presidente se transformou em figura agora dedicada a *passar pelo País, lançando pedras fundamentais*.

Ou seja, gasta o tempo *inaugurando intenções*.

“O que trava o PAC é a qualidade dos projetos que nós herdamos”, queixou-se. “Nós não herdamos nem na área de energia, nem de logística, isso vale para rodovia, ferrovia, aeroportos.”

Com essas palavras apressadas, a Ministra quis dizer que a culpa, portanto, é do governo anterior.

Escapou-lhe, porém, um fato importante:

(,,,) o governo anterior era já o do presidente Lula, no seu primeiro mandato. (O PAC foi lançado em janeiro de 2007.) E no primeiro mandato, a ministra de Minas e Energia, setor do qual a gestora do PAC afirma em alto e bom som nada ter herdado, era a mesmíssima Dilma

Rousseff a quem Lula atribui “uma capacidade de gerenciamento impecável”.

E, ainda na palavra do jornal paulista a definição que cabe aos atuais gestores da República, tal como gosta o Presidente de repetir, nos seus “nunca antes disso ou daquilo:

(...) Nunca antes na história deste país se viu engodo dessas proporções.

Encerro, lamentando esses *premeditados equívocos* do Governo atual, para o qual prevalece a suposição de que todos nós, brasileiros, somos tolos ou ingênuos.

Ainda bem que esse País de meras intenções, permanece, como no túnel descrito por Lewis Carrol, bem distante. Por enquanto, fica do lado de lá da rua.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGILIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ENGODO DO PAC E DA MINISTRA

Quem, como nós, teve oportunidade de acompanhar, pela televisão, do primeiro ao último minuto, o depoimento de 9 horas da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Comissão de Infra-Estrutura do Senado, na terça-feira, tem razões de sobra para discordar da interpretação predominante na imprensa de que o seu desempenho foi um sucesso – a menos que isso signifique, no caso, capacidade de enganar e sair incólume. Na realidade, ao tratar do tema que ocupou 90% do tempo da sessão, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do qual, segundo o presidente Lula, a ministra é “mãe”, ela deixou claro que o filho é um dos mais robustos engodos que um governo já tentou impingir aos brasileiros. Por sinal, a quase total omissão, nos jornais de ontem, das embromações da ministra sobre a marcha triunfal do programa revela a que níveis alarmantes chegou o definhamento do senso crítico neste país hipnotizado pelos recordes de popularidade do titular da República.

Mas ela não teria estado tão à vontade para confundir se não compartilhasse com o chefe de uma parcela, ao menos, da proverbial sorte que o protege. A sorte da ministra, anteontem, sentou-se ao seu lado antes mesmo do início de sua exposição preliminar. Foi quando o senador José Agripino Maia, do DEM do Rio Grande do Norte, produziu, quem sabe, a mais desastrada intervenção de sua carreira – o equivalente a entregar à ministra um revólver apontado contra si próprio. O senador insinuou que ela talvez viesse a mentir no depoimento, da mesma forma que mentira

quando esteve presa no regime militar, como lembrara numa entrevista.

A enormidade deu azo a que Dilma falasse dos padecimentos que sofreu durante três anos de cativeiro, o que pôs abaixo seja lá o que a oposição imaginava usar contra ela a propósito do dossiê dos gastos palacianos no primeiro governo Fernando Henrique, confeccionado na Casa Civil. Como se sabe, esse, e não o estado de coisas do PAC, foi o motivo principal da convocação conseguida pelos oposicionistas, na terceira tentativa, graças a um cochilo da base do governo naquela comissão temática. Senhora da situação – com adversários assim, para que aliados? – a ministra disse o que bem entendeu sobre a origem e a finalidade do “banco de dados” – e passou o resto do tempo, mais de 90% das 9 horas que durou o depoimento, mentindo despreocupadamente sobre as obras do PAC, que senadores oposicionistas como Heráclito Fortes, do Piauí, Tasso Jereissati, do Ceará, e principalmente Kátia Abreu, de Goiás, demonstraram irrefutavelmente que nunca saíram do papel.

A senadora Kátia Abreu não foi contestada pela mãe da criança quando mostrou que esta permanece na incubadora: com ou sem PAC, os investimentos públicos permanecem estagnados há mais de uma década em 0,9% do PIB. Ninguém cobrou da ministra, com a severidade necessária, que dos R\$ 17,2 bilhões destinados ao PAC este ano, só R\$ 1,9 bilhão foi empenhado – e só ínfimos R\$ 13,7 milhões foram efetivamente gastos no primeiro quadrimestre. Enquanto isso, fazendo troça da legislação eleitoral, Lula passeia pelo País lançando pedras fundamentais – ou seja, inaugurando intenções -, na companhia da “mãe do PAC”, que certa vez chamou um desses factóides de “comício”, num memorável ato falho. A oposição também poderia ter inquirido a ministra sobre a confissão de fracasso embutida numa sua declaração, dias atrás, em Santa Catarina. “O que trava o PAC é a qualidade dos projetos que nós herdamos”, queixou-se. “Nós não herdamos nem na área de energia, nem de logística, isso vale para rodovia, ferrovia, aeroportos.”

A culpa, portanto, é do governo anterior. Mas um detalhe parece ter escapado à reclamante: o governo anterior era já o do presidente Lula, no seu primeiro mandato. (O PAC foi lançado em janeiro de 2007.) E no primeiro mandato, a ministra de Minas e Energia, setor do qual a gestora do PAC afirma em alto e bom som nada ter herdado, era a mesmíssima Dilma Rousseff a quem Lula atribui “uma capacidade de gerenciamento impecável”.

Nunca antes na história deste país se viu engodo dessas proporções (**O Estado de S.Paulo**, 11 de maio de 2008

Viagens de Lula pelo PAC privilegiam cidades aliadas

Entre os 27 municípios visitados, 24 são comandados por legendas governistas

Na prática, é difícil dissociar as solenidades do PAC da política; nos eventos, Lula fala menos das obras e mais sobre política nacional

Letícia Sander

Eduardo Scolese

Folha de S.Paulo, da Sucursal de Brasília

Carro-chefe do governo ao lado do Bolsa Família, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) tem levado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a percorrer o país num roteiro que privilegia cidades governadas por partidos aliados e regiões nas quais possui as mais baixas avaliações de governo.

Em ano de eleições municipais, Lula já visitou 27 municípios para participar de solenidades do PAC: 24 deles (89%) são comandados por legendas governistas; apenas três têm prefeitos da oposição.

O programa que reúne os principais investimentos federais neste segundo mandato tem se revelado um trunfo eleitoral para Lula, embora o governo negue seu caráter eleitoral. Em 2007, o PAC levou o presidente a 14 capitais, em eventos para anunciar os investimentos para cada região.

Lula já voltou a alguns destes municípios em 2008, novamente por conta do PAC, para participar de cerimônias em que as mesmas obras voltaram à pauta. Exemplo: esteve em Campo Grande (MS) no dia 31 de julho de 2007 para lançar o PAC. Voltou lá dia 18 de março de 2008, só que, desta vez, o motivo da cerimônia era a assinatura de ordem de serviço de algumas das obras.

Situações semelhantes já ocorreram em outras capitais, como Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Aracaju, Manaus, Teresina e Salvador.

É justamente nas capitais e regiões metropolitanas que o governo Lula tem os mais baixos índices de avaliação. Segundo pesquisa Datafolha do fim de março, o petista tem 49% de aprovação (ótimo e bom) nas capitais e cidades dessas regiões metropolitanas, contra 60% em cidades do interior.

Até agora, neste ano, Lula concentrou 66% de suas viagens às capitais e regiões metropolitanas, índice acima do registrado nos demais anos do governo. Em 2006, por exemplo, quando disputou a reeleição, o presidente privilegiou os municípios do interior, com 54% dos deslocamentos.

O próprio presidente já manifestou a assessores a intenção de vistoriar algumas das obras em andamento e, depois, inaugurá-las, o que poderá levá-lo a

visitar quatro vezes a mesma cidade, com finalidade semelhante: primeiro para o anúncio dos projetos (etapa vencida em 2007), depois para a assinatura de ordens de início das obras (etapa em curso), depois para a vistoria e, finalmente, para as inaugurações.

Cronograma de obras

A Presidência nega existir um caráter de “superexploração política” do PAC e afirma que os municípios onde ocorrem as solenidades são escolhidos conforme o cronograma de andamento dos projetos, e não por critérios políticos.

Na lógica do Planalto, os eventos do PAC também funcionam como uma forma de o governo prestar contas de seus atos. Sobre a disparidade entre o número de cidades de aliados e da oposição visitadas em 2008, assessores do presidente alegam que aliados têm mais prefeituras do que a oposição. Nas 100 maiores cidades do país, atualmente há 25 que são controladas pela oposição, duas com prefeitos sem partido e 74 sob o jugo governista.

Na prática, é difícil dissociar os eventos do PAC da política. Nas solenidades, as menções às obras recebem, quando muito, breves comentários de Lula. Seus discursos versam, sobretudo, sobre política nacional.

Semana passada, em Manaus, Lula avisou à oposição do alto do palanque do PAC que ele fará o próximo presidente da República. A platéia gritou: “Dilma, Dilma”. A ministra, favorita de Lula para disputar a sucessão, estava sentada ao lado do presidente, que se desculpou, ao microfone: “Vocês viram que, por cuidado, não citei nomes. Vocês [platéia] é que, de enxeridos, gritaram os nomes”.

Mesmo assim, o ministro José Múcio (Relações Institucionais) nega qualquer caráter político relacionado ao PAC. “Lula não tem feito uso político. Ele é um homem público. Não é porque é ano de eleição que ele vai parar de trabalhar”, disse. “Não há esta preocupação [de atender aos aliados].”

Lula transmitiu a seus subordinados o desejo de visitar todos os Estados até 5 de junho, quando começa a campanha para as prefeituras. Depois disso, segundo assessores, o ritmo das peregrinações pelo país deve diminuir e dar lugar a mais viagens internacionais. (12-5-08)

....

Lula dribla lei eleitoral e assegura verba para mais de 550 ações do programa

Marta Salomon

Folha de S.Paulo da Sucursal de Brasília (12-5-08)

A menos de dois meses do período em que a legislação eleitoral veta o repasse de dinheiro da União

para o início de novas obras, o presidente Lula listou mais 550 ações do PAC que terão verbas garantidas na reta final da eleição dos novos prefeitos e mesmo que as cidades não estejam com as contas em dia.

A nova relação de obras beneficiadas com repasses “obrigatórios” de recursos acompanha decreto de Lula publicado no “Diário Oficial” da União de sexta-feira. No final do ano passado, o presidente editou os dois primeiros decretos garantindo a liberação de verbas da União para 1.800 obras do PAC.

Lideram a lista obras de urbanização de favelas, saneamento básico e construção de casas. São ações com forte apelo eleitoral, não apenas na eleição de prefeitos, em outubro, como na presidencial, em 2010.

No novo pacote de projetos com garantia de repasse de verbas públicas, há também obras de construção, recuperação e conservação de rodovias, além da Ferrovia Transnordestina.

Na quarta, quando depôs ao Senado, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), rebateu críticas ao ritmo das obras. “Estamos vendo o país começar sim a ser um canteiro de obras.”

Durante o depoimento, ela contou 3.432 municípios beneficiados com obras nas áreas de habitação e saneamento. O número de municípios beneficiados é maior nos Estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraíba. Em volume de dinheiro, SP lidera o ranking, seguido, com alguma distância, por Rio, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Para assegurar a liberação de verbas federais para obras do PAC, Lula mudou a legislação. Com o objetivo de garantir igualdade de condições entre candidatos, a Lei Eleitoral impede transferências voluntárias de recursos nos três meses que antecedem o pleito. Para driblar o veto, Lula obteve autorização do Congresso para escolher ações que seriam objeto de transferências “obrigatórias” de verbas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início da tarde de hoje fui procurado por um amigo de longa data que atua atualmente no mercado de bolsa de mercadorias.

Ele fez um rápido relato de um leilão que está programado para ser realizado às nove horas de amanhã, nas bolsas de mercadorias de Brasil de aproximadamente 80 mil toneladas de arroz do estoque regulador do Governo.

Trata-se de medida de natureza econômica que visa a dar equilíbrio ao mercado interno de arroz tendo em vista a sua elevação de preço que ameaça sair de controle e, de certa forma, contribuir para a elevação dos índices inflacionários que tantos nos preocupa.

Na semana passada saiu o edital e ele obedeceu aos critérios e normas de leilões públicos, da mesma forma que ocorria nas vezes anteriores.

Para surpresa do mercado, na última sexta-feira saiu comunicado estabelecendo que a participação no leilão seria restrita, exclusivamente, às indústrias de beneficiamento de arroz que estejam em atividade e cadastradas na Bolsa.

Essa medida prejudica todos os demais segmentos de mercado envolvidos nessas operações das bolsas de mercadorias. Dele estão excluídos os cerealistas, os atacadistas, as indústrias de alimentos, as cooperativas, entre outras, que não tenham como atividade principal o beneficiamento de arroz.

Fica claro, no meu entendimento, que o leilão está direcionado para os poucos que atendam a esses pré-requisitos subterraneamente estabelecidos.

Solicito, então, ao Ministro da Agricultura que mande suspender temporariamente o leilão, de modo a se proceder à correção no edital e evitar mais um escândalo neste governo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

V. Ex^a terá vinte minutos como orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi Alves, que preside esta reunião de segunda-feira, 12 de maio; Parlamentares presentes; brasileiras e brasileiros aqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal; Senador Papaléo Paes; Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a não foi Prefeito, foi extraordinário Prefeito; não foi Governador, foi extraordinário Governador; não foi Presidente desta Casa, é extraordinário Presidente.

Senador Arthur Virgílio, dizem que a civilização começou com Sócrates. Mário Couto, ele tinha um pensamento. Ele dizia que só tem um grande mal: a ignorância; só tem um grande bem: o saber. E a ignorância que enfrentamos aí do Governo é audaciosa. Então, é esse negócio aí só de mentira, mentira, mentira, como se a mocidade de hoje não entendesse as coisas. Aten-tai bem! Olhe, as coisas não são assim, não.

Eu entendo, Mário Couto, que a sabedoria popular, aliás, os provérbios – existem até na Bíblia – não erram, não. E, lá no meu Piauí, com o povo do meio da rua, eu aprendi, Arthur Virgílio, que a mentira tem pernas curtas. Esse negócio de PAC é uma propaganda de aloprados cacarejadores. Eles pensam que a gente é ignorante. Os ignorantes estão lá. Vamos separar o joio do trigo.

Ô Luiz Inácio! Quem não se lembra de Juscelino Kubitschek? Quem, Garibaldi? Juscelino, metas: 30. Num comício: “Você vai transferir a capital?” “Vou”. Trinta e um. Metas, metas, metas. Resumiu mais. Aí ele dizia: “Cinquenta anos de desenvolvimento em cinco anos de governo”. O binômio energia e transporte. Isso sempre houve na nossa infância, Juscelino. Quem não se lembra do período revolucionário?

Ô Luiz Inácio, lá do Piauí – não são esses aloprados, não –, João Paulo Reis Velloso, I PND, II PND, os Planos Nacionais do Desenvolvimento. Aí eles saíram aí se revezando, mas tinham um planejamento e cantavam isso: I PND e II PND.

Depois, nós viemos. Quem não se lembra do Ação Brasil, de Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro governo? Segundo, Mãos às Obras.

Agora, o povo não é burro, não. Iamos falar em PPP. Parece até que é partido, mas não é partido, não, porque tem partido aí que a gente não sabe nem o nome. Mário Couto, V. Ex^a não estava aqui. Eu vi muito essa confusão: PPP, as Parcerias público-privadas. Era do Luiz Inácio. Onde tem alguma PPP? Foi só cacarejar. Passamos quatro anos aqui: PPP, PPP, PPP, Parceria público-privada. Tem lá no seu Marajó? Está ali o nosso ilustre, saudoso, bravo, lá de Pernambuco, o Senador Lira. Lira, tem lá esse negócio de PPP? Tem nada.

Agora surgiu o PAC, PAC, PAC – Propaganda de Aloprados Cacarejadores. Tudo mentira!

Garibaldi, eu sei que você deu muito leite para as crianças lá, foi o melhor programa de bacia leiteira, mas a sua educação também era boa. Cadê o Cristovam Buarque? Saiu, envergonhado, porque eu ia falar aqui. Ele aqui: ô, conseguimos, aqui, votamos o piso dos professores: novecentos e tanto. Eu ia até perguntar: cadê? Olhe a vergonha do PT.

É, lá no Piauí, não tem esse negócio de ciclone, de terremoto, de maremoto, mas tem o PT. “*Reitora diz que motivos políticos desvirtuam greve.*” A Uespi.

Eu sei que V. Ex^a fez uma bacia leiteira lá, deu leite para os meninos, mas quem mais fez crescer universidade no Brasil fui eu. A Uespi era pequenininha. Eu dei logo o palácio do Governador para eles, para tirar o complexo. Cedi o palácio e fui para a casa antiga governar. É o Palácio do Pirajá. Bota lá o reitor! Mas ele merecia, ele era um cabra bom. A maior expansão universitária não foi do Brasil, não, foi do mundo; foi no nosso Governo.

Garibaldi, nós sabemos as coisas para ensinar a esses meninos, que não querem aprender. Eles não vêm nem aqui. Estão aloprando por aí; cacarejando por aí. Em 1990, o MEC botou as dez melhores universidades. Atentai bem para a minha preocupação, Luiz

Inácio! Atentai bem! Das dez melhores universidades, Mário Couto, sete eram públicas e três eram privadas. Em 2000, eu era Governador do Piauí e inverteu-se: das dez melhores, três eram públicas e sete eram privadas. E das três públicas, a do Piauí estava no meio, a UESPI, que tinha 66 mil alunos, trinta e seis campos avançados, no vestibular entravam mais de doze mil e reduziu para um quarto.

Isso é para pobre. Aumentaram para rico e estou preocupado. Sou médico, doutor e fui bom mesmo. Mas, Senador Lira, atentai bem! Eu estudei em uma universidade pública. Papaléo, que vai adentrando, também estudou em uma universidade pública. Agora tem umas particulares de Medicina, no Nordeste, a quatro mil reais ao mês.

Eu não vou dizer o nome, porque o dono é até meu amigo e fica chato, mas custa quatro mil mensais, por mês. Ô, Luiz Inácio, pense, raciocine. Vossa Excelência estudou, este País era responsável, havia o Senai. Quatro mil ao mês?! Ô, Papaléo, o seu pai podia pagar quatro mil ao mês para você ser doutor? Olhem o Papaléo, o grande Senador deste País, o que está dizendo.

Eu fiz em universidade pública, fui pós-graduado em hospital público, o hospital do servidor do Estado, em cirurgia. Quatro mil por mês! Ô, Lira, ele só faz pagar mensalidade? Não, ele tem de comer, tem de morar, tem de ter roupa, tem de ter um lazerzinho com a namorada, tem de comprar livro, que é muito caro.

Então, neste País, o que está havendo? Hecatombe. Só vão se tornar doutores médicos os ricos. As escolas públicas estão se sucateando, Luiz Inácio.

“Reitora diz que motivos políticos desvirtuam greve.” A Universidade do Piauí, a Uespi, de que me vanglorio, está de greve. Primeiro, havia 36 *campi* universitários; baixaram para 18. Entravam de 13 a 14 mil no vestibular; baixaram para 3 mil, um quarto. Desde o dia 9 de março, está em greve. É o PT do Governo e o PT do Luiz Inácio. Desde 9 de março está em greve. Olha o estudante pobre: março, abril, maio... Já vai entrar no terceiro mês. Essa é a educação do Luiz Inácio. Está em greve. Olhem o jornal. E esse jornal gosta muito do Governo.

Atentai bem. O que os professores pedem? Cadê o Cristovam? Sabem o que eles pedem Papaléo? E o Cristovam cantava aqui: conseguimos e tal. O piso é o mais baixo, Garibaldi: R\$905,00. O Cristovam disse. Sabe quanto é que eles querem no Piauí, Garibaldi? Os professores da universidade, Mário Couto, estão pedindo R\$1.703,00. E o Governo do PT não arruma esse dinheiro. Arruma para mensalão, para cacarejar, para botar aloprado. Um aloprado, dos 25 mil nomeados por Luiz Inácio, com DAS-6, sabe quanto ganha,

Senador Gilberto Goellner: R\$10.448,00. Foi uma pena que saiu o pessoal que fez o curso do Exército e estava aí. Se eles tivessem ouvido isso aqui – porque ganham mais do que eles –, já tinham feito uma revolução. O Estado Maior estava aqui agorinha assistindo a esta sessão.

Olha, o DAS-6, que o Luiz Inácio assina e no-meia, é R\$10.448,00, pela porta larga, sem concurso, da malandragem, da traquinagem. É R\$10.448,00! O professor da Uespi, do Piauí, está pedindo... Está aqui: “Qual a proposta salarial? Eles nos apresentaram uma proposta de salário inicial do professor 20 horas de R\$1.703,00”. Atentai bem! Este é o País! Essa é a maneira como se tratam os professores. Esse é o governo do Partido dos Trabalhadores. Então, nós nos envergonhamos.

A reitora diz aqui: “Ponderamos com o Governo a possibilidade de a gente estar buscando essa melhoria salarial”. Vai para três meses, Senador Papaléo Paes. Eu governei o Estado do Piauí e não houve um dia de greve. E a Universidade era o dobro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Permita-me, Senador Mão Santa, para informar que temos apenas mais oito minutos de sessão. O Senador Mão Santa tem sete minutos. Mas peço desde já a aquiescência do Senador Gilberto Goellner para que faça uso do seu tempo, se for possível, em dez minutos. Eu agradeço.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Já vou conceder o aparte.

O meu reitor da época foi Deputado Federal, foi cassado, foi para Londres, e eu o designei reitor porque ele tinha passado quase seis anos em Londres. Ele foi major do Exército. Aí eu raciocinei, Papaléo: uma vez eu fui lá, passei seis dias e já estava quase falando inglês, sabido como o quê; esse homem passou seis anos, deve ser um gênio. Aí eu o nomeei. Esse foi o meu raciocínio. Então, ele era tão bom, o professor Jônatas Nunes. Atentai bem! Aqui está o jornal, esse jornal é livre, é de um empresário poderoso, rico, e aí ele diz a verdade. E tem esse jornalista aqui, Nelito Marques, a quem eu chamo de Ibrahim Sued do Piauí – focalize aqui a cara do Nelito.

Olhe como são as coisas. Ele é sempre lembrado. Olhe aqui: ele mete o pau na Uespi hoje – uma mulher lá que não paga R\$1,7 mil para um professor. Isso é desrespeito àquela classe, a única classe a que se chama mestre, igual a Cristo.

O que diz Nelito Marques no jornal, o Ibrahim Sued nosso, sempre lembrado:

“O ex-reitor da Uespi Jônatas Nunes foi citado várias vezes pelo Dr. Cláudio Marinho, do Sebrae Nacional, em palestra esta semana no auditório do Sebrae do Piauí.”

E outra: foi lá Luiz Inácio inaugurar um hospital. Está certo, muito bom. Esse hospital começou em 1991. Papaléo, bota ano nisso. Inauguraram, todo mundo trabalhou; eu mesmo pedi ao Ministro do PMDB, o nosso Temporão, para dar dinheiro a esse povo e tal. Inauguraram. Mas é aquele negócio de trocar seis por meia dúzia. Imaginem, hoje, abrímos um pronto-socorro no Rio de Janeiro e fechamos o Miguel Couto? É o que estão fazendo lá. Abriram, é novo, tem duzentos e tantos leitos. O Estado tem um que eu construí, anexo ao Getúlio Vargas, que tem uns 130 leitos. É menor, mas é muito bom, tem *know-how*, experiência, equipe médica, é anexo ao maior hospital geral. E vão fechar um para abrir o outro! Então, não fizeram nada. Trocaram seis por meia dúzia. Entendeu? Esse é o Governo.

Nunca antes vi um Governo tão fraco. Esse negócio de distribuir dinheiro... Senador Papaléo, quero saber qual é a nota que os brasileiros e as brasileiras dão à segurança deste País. Isso aqui é uma barbárie. Não é um país, não tem civilização.

Ando bem ali, em Buenos Aires, às 4 da manhã, com a minha Adalgisa, de braços dados, não tem assalto, não tem nada. Senador Papaléo, o meu filho mais velho, Francisco Júnior, vai ao Chile e me perguntou como era. Eu disse: “Lá é civilizado. Lá todo mundo fala duas línguas, Espanhol e Inglês.” Os chilenos tinham de freqüentar a escola por oito anos obrigatoriamente. O pai de quem tinha sete ia para a cadeia, com Pinochet. Agora, são doze. Esse Ricardo Lago estabeleceu doze anos como obrigatórios.

Quando a gente chega lá, sabe o que eles dizem? “Olha, a polícia aqui não é corrupta.” Eu vi o Juca Chaves, em um programa de teatro, dizer – Mário Couto, já está dado o aparte – que a maior civilização das Américas é o Chile; a segunda, o Canadá; e, depois, os Estados Unidos. Não tem assalto, essas coisas, não. Isso é coisa daqui. Isso não existe, não. O povo é educado. Bem aí, bem aí, em Buenos Aires – a gente vai até a pé, se sair do Rio Grande do Sul.

Então, quanto à segurança, quanto é que se dá para a segurança neste País? Noberto Bobbio disse que o mínimo que o povo tem de exigir do governo é a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade. Quanto à educação, está aqui: os professores universitários estão em greve há quase três meses no Piauí – e o Governador é do PT e tudo, que cacareja – e, segundo o jornal deles, está pedindo R\$1.703,00.

A saúde está aí. A saúde está muito boa para mim, que tenho um plano do Senado. Aqui é tão bom

que todo dia ia um cara no meu gabinete: “Não quer ir para São Paulo, não?” “Rapaz eu estou bom.” “Não, mas vamos.” Aqui está bom para quem tem plano de saúde, está bom para quem tem dinheiro. Mas, para quem está nas filas dos hospitais para fazer exames – e que não vão fazer nunca, porque vão morrer antes de terminar a fila –, está muito ruim.

E este é o País. Agora, uma coisa eles sabem fazer: propaganda, cacarejo. Aí está. O Duda de hoje ganha do Goebbels de Hitler. Essa é a verdade. Quem trabalha... Homem e mulher que trabalham – não existe isso no mundo! –, de seis meses de trabalho, cinco meses são para o Governo. São 76 impostos, e um mês é para o banco.

Se o nosso Luiz Inácio acha que é pai...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, eu vou prorrogar a sessão até as 18 horas e 40 minutos.

Para que não haja prejuízo da palavra do Senador Gilberto Goellner, eu peço que V. Ex^a atenda à Presidência.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E eu peço ao Luiz Inácio que socorra o Piauí. Do jeito que você está me pedindo, eu peço a ele.

Mas, olhem, um professor não pode ganhar isso. Eu vou terminar e encerrar o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Estamos aqui para ensinar mesmo, e eu, preparado. Eu era prefeitinho, aí me chamaram, me convidaram para ir à Alemanha, Gilberto Goellner. Lá na minha cidade, há uma filial da Merck Darmstadt; a pilocarpina é derivada do jaborandi. Aí eu fui. Alemão é complicado, viu, Mário Couto! Vou conceder-lhe o aparte agora. Alemão é complicado, viu, Mário Couto!

Aí botaram um intérprete, Professor Basedow. Aí, interessante, Gilberto Goellner, em todo lugar a que eu chegava – ele era diretor da Merck, poderosa; rico, diretor, químico –, ele dizia: “Professor Basedow”. Rapaz, o trânsito abria. Chegava a um restaurante: “Professor Basedow”, e recebia a melhor cadeira, a melhor mesa e a melhor comida.

No teatro: “Professor Basedow”. Eu, então, perguntei: você não é diretor da Merck Darmstadt, poderosa e rica? “Sou, mas fui professor. O título mais honroso na Alemanha é o de professor. Hoje, sou diretor químico da Merck Darmstadt, tenho muito dinheiro, mas, para eu usá-lo, tenho de dar uma aula em Heidelberg toda semana”. Isso, para manter o título lá. Aqui o professor de universidade está chorando, em greve, para ganhar R\$1,7 mil.

Ouçô o Senador Mário Couto, Líder da Minoria.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Quero apenas parabenizar V. Ex^a pelo belo pronunciamento. Antes de ir para minha casa, hoje, eu não poderia deixar de agradecer a V. Ex^a, primeiro, as palavras elogiosas que escreveu sobre a minha pessoa na minha revista. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – PA) – Peço a compreensão porque restam apenas 7 minutos.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Já vou encerrar, Sr. Presidente. Depois, por ter concedido o aparte a V. Ex^a, as palavras que me atribuiu. E quero dizer a V. Ex^a, rapidamente, que os paraenses de todo o Estado são governados, é óbvio, por uma mulher que foi Senadora e que pertence ao Partido dos Trabalhadores. Sei que o Governador do Piauí também pertence ao Partido dos Trabalhadores. Lá também estão em greve os professores, que, na semana passada, sofreram represália na rua a peso de balas de borracha, ferimentos, desordem, enfim. Isso é muito preocupante, além de ser, obviamente, uma violência como nunca aconteceu no Estado do Pará. E o pior, o que mais choca é ver a Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará na situação em que está. Pasmé, Senador Mão Santa! Os médicos da Santa Casa de Misericórdia também vão entrar em greve. O Pará está cheio de greves, assim como o seu Piauí. Isso é lamentável, mas são governos do PT. Meus parabéns pela tarde de hoje, pelo pronunciamento que V. Ex^a fez.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Para terminar, Papaléo, só quero fazer como em *Navio Negreiro*, de Castro Alves: Meu Deus! Meu Deus! Ó Luiz Inácio, ajude lá o seu Governador do PT a abrir a universidade dos pobres. Lembre-se de que só há um grande bem: o saber. Vossa Excelência está fechando a Universidade do Estado do Piauí.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Goellner, que fará uso da palavra como orador inscrito, mas já com a sua compreensão de que o seu tempo, infelizmente, ficou reduzido.

Mas use o tempo que for necessário, Senador.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que eu trago a esta tribuna é um grande projeto que, no Estado do

Mato Grosso, um decreto legislativo instituiu, o Programa Mato Grosso Legal, já apelidado de MT Legal.

Srs. Senadores, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso aprovou o Decreto Legislativo nº 20, de 20 de abril de 2008, apresentado por Lideranças daquela Casa.

Esse Decreto Legislativo institui o Programa de Regularização Ambiental e Agrária nos Municípios do Estado de Mato Grosso, denominado Mato Grosso Legal.

O Programa Mato Grosso Legal, vinculado à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, tem a finalidade de promover, nos Municípios do Estado de Mato Grosso, ações e medidas governamentais e não-governamentais visando:

- a reestruturação de passivos ambientais;
- a preservação de áreas que compõem as matas ciliares e nascentes;
- a regularização fundiária das posses rurais, a obediência de direitos e deveres trabalhistas relativos à atividade rural.

Esse programa será desenvolvido por um Comitê Gestor Multidisciplinar, em regime de cooperação e parceria com o consórcio MT Regional, do Governo de Mato Grosso.

A sua gestão será integrada entre:

- o Poder Legislativo Estadual;
- o Poder Executivo Estadual;
- a Associação Mato-Grossense dos Municípios;
- a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso;
- a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Mato-Grossense;
- o Intemat – Instituto de Terras de Mato Grosso;
- a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – Sema;
- as ONGs com atuação ambiental;
- o Ministério Público Estadual.

O Programa Mato Grosso Legal é inspirado em uma iniciativa realizada no Município mato-grossense de Lucas do Rio Verde, onde demonstrou ser uma experiência exitosa para a solução da crise ambiental.

O Município de Lucas do Rio Verde hoje se tornou um símbolo de toda uma experiência que está sendo feita pela Prefeitura Municipal, que reuniu os produtores rurais do seu Município e resolveu descentralizar, chamar a si a responsabilidade de colocar em ordem todas as áreas de preservação permanente, fazer

com que cada proprietário rural assuma a responsabilidade, com o auxílio e o amparo, sim, da Prefeitura Municipal – fornecimento de mudas, por exemplo, de recuperação dessas áreas de preservação permanente, junto às nascentes dos rios e a todos os córregos. O Município possui hoje mais de dois mil quilômetros de rios de excelente situação de qualidade de água e que permeiam todo o Município.

Esse Município também se tornou hoje um símbolo, um exemplo de administração pública. É um Município jovem, de apenas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me, Senador.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Prorrogo a sessão por mais cinco minutos, para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Município de Lucas do Rio Verde hoje também é um exemplo em qualidade de vida, em saneamento básico, em qualidade de ensino e, principalmente, por ter recebido o 1º Prêmio Brasil de Meio Ambiente, fazendo com que o êxito alcançado por seu programa servisse, então, de base e de sugestão para que outros Municípios mato-grossenses e brasileiros enveredassem pelo mesmo caminho.

Em poucos anos – apenas dezenove, vinte anos –, o pioneirismo, a união e o trabalho dos desbravadores transformaram uma região isolada numa nova fronteira agrícola. Cabe dizer que é uma região de cerrado, é uma região que fica na divisa com o bioma da floresta Amazônica. A região é totalmente de cerrado e se tornou um pólo do agronegócio do Mato Grosso.

Juntamente com a iniciativa da implementação de uma terceira safra, uma safrinha, através da integração de lavoura e pecuária, no período de junho a setembro, cresceram as ações voltadas à proteção do meio ambiente.

O lançamento do Projeto Lucas do Rio Verde Legal, uma iniciativa inédita no País, que une o Poder Público, os produtores rurais, a ONG TNC (*The Nature Conservancy*) e empresas privadas, aponta novos rumos para a cadeia produtiva e será a linha mestra do desenvolvimento sustentável, atitude inovadora, já agraciada com o 1º Prêmio Brasil de Meio Ambiente, por indicar que é preciso rever paradigmas e ajustar as contas com a natureza.

O projeto reúne todas as vantagens de uma marca de qualidade, o selo verde, ao certificar que a origem

do produto, agrícola ou pecuário, segue rigorosamente todos os padrões legais das relações trabalhistas, ambientais e de biossegurança. Ou seja, uma aliança entre a produção e o meio ambiente, que garantirá bons frutos devido aos negócios ambientalmente corretos e também garantirá livre acesso aos mais exigentes mercados nacionais e internacionais.

Essa iniciativa vem no momento em que o Estado do Mato Grosso enfrenta uma grave crise ambiental, sendo objeto de ações por parte do Ministério do Meio Ambiente, que impede que aqueles Municípios que integram o bioma Amazônia possam abrir áreas para a expansão agrícola e proceder à extração seletiva de madeiras.

Isso tudo dentro da legislação vigente, pois existe um parâmetro de áreas de reservas e de áreas que podem ser usadas dentro do zoneamento socioeconômico.

Essa iniciativa vem em boa hora e acreditamos que contribuirá para dar uma nova dimensão à sistemática ambiental no Mato Grosso, por estar assentada em uma experiência regional já implantada e de pleno sucesso.

Além disso, o programa Mato Grosso Legal possibilitará que o comitê gestor, já citado, possa atuar em conjunto com os 15 consórcios intermunicipais de desenvolvimento, mapeando e viabilizando ações específicas para cada região.

Como integrante que sou da Subcomissão Temporária da Comissão do Meio Ambiente desta Casa, constituída para acompanhar a situação ambiental na Amazônia, pude analisar com mais profundidade essa crise, inclusive visitando os Estados do Pará e de Rondônia. Além disso, durante esta semana, na quinta-feira e na sexta-feira, os membros desta Comissão e da comissão externa criada no Senado visitarão o Mato Grosso, especificamente a região de Alta Floresta e Sinop, e, posteriormente, na sexta-feira, dia 16, haverá uma grande audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso.

Assim, é importante registrar, nesta tribuna, essa grande iniciativa promovida em Mato Grosso, que é o programa Mato Grosso Legal, que, por ser inovador e objeto de uma iniciativa criada no Município que está servindo de base para que outros o copiem e, ainda, por contar com a participação dos diversos agentes públicos e privados, poderá minimizar os efeitos dessa grave crise que afeta o sistema ambiental naquelas regiões e seus reflexos sobre a economia local, seus agentes econômicos e sua população.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de comunicar à Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a o cumprimento rigoroso do horário estabelecido.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 410, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008, que *acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991; 7.102, de 20 de junho de 1993; 9.017, de 30 de março de 1995, 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991 (proveniente da Medida Provisória nº 410, de 2007).*

Relator revisor: Senador Flávio Arns
(Sobrestando a pauta a partir de:
22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 411, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2008, que *dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens -Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998; 10.748, de 22 de outubro de 2003; 10.940, de 27 de agosto de 2004; 11.129, de 30 de junho de 2005; e 11.180, de 23 de setembro de 2005;*

e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 411, de 2007).

Relatora revisora: Senadora Lúcia Vânia

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 412, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2008, que dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária -Reporto, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (proveniente da Medida Provisória nº 412, de 2007).

Relatora revisora: Senadora Kátia Abreu

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 416, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2008, que altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania -Pronas (proveniente da Medida Provisória nº 416, de 2008).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 417, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2008, que altera e acresce

dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas -Sinarm e define crimes (proveniente da Medida Provisória nº 417, de 2008)

Relator revisor:(

Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 415, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas às margens de trecho rural de rodovia federal; modifica as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 -Código de Trânsito Brasileiro, para proibir que a pessoa que possua qualquer concentração de álcool no sangue conduza veículo automotor; e 9.294, de 15 de junho de 1996; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 415, de 2008).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 413, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2008, que dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -Cofins na produção e comercialização de álcool; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004; 11.488, de 15 de junho de 2007; 9.718, de 27 de novembro de 1998; 11.196,

de 21 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; 7.689, de 15 de dezembro de 1988; 7.070, de 20 de dezembro de 1982; 9.250, de 26 de dezembro de 1995; 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 9.249, de 26 de dezembro de 1995; 11.051, de 29 de dezembro de 2004; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; 8.213, de 24 de julho de 1991; 7.856, de 24 de outubro de 1989; e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 413, de 2008)

Relator revisor: Senador César Borges
(Sobrestando a pauta a partir de:
22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 414, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 414, de 2007, que *constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES*.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada -RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro)*.

(Sobrestando a pauta a partir de:
09.05.2008)

(Dependendo de pareceres da Representação Brasileira no Parlamento do Merco-

sul e das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, de Relações Exteriores e Defesa Nacional-CRE e de Assuntos Econômicos-CAE)

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, ten-

do como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228*

da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

21

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

22

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

23

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção*

e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

24

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

25

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

26

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

27

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil -OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de*

contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho -CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004,

na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação,*

Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de*

fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres -MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "ad hoc": Senador Flávio Arns.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "ad hoc": Senador Valter Pereira.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 -Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Parti-

cipativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios*

relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

53

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação*

Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

54

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

55

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

56

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

57

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

58

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduard Azeredo.

59

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

60

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur

Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

61

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

62

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

63

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

64

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

65

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

66

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)*

67

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

68

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)*

69

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

70

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

71

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

72

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

73

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

74

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)*

75

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

76

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

77

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

78

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

79

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribui-*

ção, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

80

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

81

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 909 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1999, e tendo em vista o que consta no Processo nº 002564/08-4,

Resolve, fundamentado no art. 1º, § 6º, inciso IV, da Lei nº 9.506/97, combinado com o art. 28, inciso I, primeira parte, e seu § 4º, e arts. 38, 42 e 43, da Lei nº 7.087/82 c/c Resolução IPC nº 20/90, conceder pensão de dependentes, vitalícia, a CELCITA ROSA PINHEIRO DA SILVA, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 6.180,24 (seis mil, cento e oitenta reais e vinte e quatro centavos), correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do que teria direito na data do óbito, 19/02/2008, se pensionista ou aposentado fosse, o segurado, ex-senador JONAS PINHEIRO DA SILVA, ERGON 140512, com efeitos financeiros a partir de 20/02/2008, dia seguinte ao óbito.

Senado Federal, 09 de maio de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 910 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1999, tendo em vista o que consta no Processo nº 002902/08-7,

Resolve, fundamentado no art. 1º da Lei nº 9.506/97, combinado com o art. 28, inciso I, primeira parte, e seu § 4º, e art. 38, da Lei nº 7.087/82, conceder pensão de dependentes, vitalícia, a LUDELVINA DIVA FARIAS LIMA, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do que percebia o pensionista segurado, o ex-servidor HÉLIO BARROS LIMA, ERGON 20397, a partir de 17/02/2008, dia seguinte ao óbito.

Senado Federal, 09 de maio de 2008.

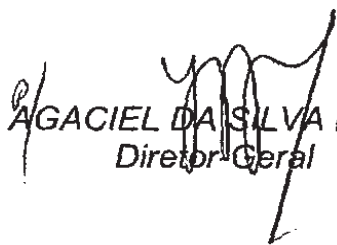

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 911 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1999, tendo em vista o que consta no Processo nº 003728/08-0,

Resolve, fundamentado no art. 1º da Lei nº 9.506/97, combinado com o art. 28, inciso I, primeira parte, e seu § 4º, e art. 38, da Lei nº 7.087/82, conceder pensão de dependentes, vitalícia, a MARIA SELMA BRITO DE MEDEIROS, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do que percebia o pensionista segurado, o ex-servidor LEONEL AMARO DE MEDEIROS, ERGON 1858, a partir de 24/02/2008, dia seguinte ao óbito.

Senado Federal, 09 de maio de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 912 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta do processo nº 005371/90-2,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 843, de 2008, que alterou o Ato do Presidente nº 94, de 1990, nos seguintes termos: onde se lê, "CARLOS NEMEZIO DA ROCHA FONSECA", leia-se, "**NEMEZIO DA ROCHA FONSECA**".

Senado Federal, em 09 de maio de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 927 de 2008

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pelo Ato nº 821/2008 do Diretor Geral do Senado Federal, tendo em vista o que consta do Processo nº 1133/08-0, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, HÉLIO DE LACERDA, matrícula 29443, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens das Resoluções-SF nºs. 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 12 de maio de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga* (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Ams*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda	(PC DO B)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maioria (PMDB)	
Senador José Nery	(PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Shlessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Sibá Machado (PT) ⁽⁹⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,12)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
12. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme Of. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Jefferson Peres	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPSDB).
7. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDb).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme Of. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁸⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Silhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ⁽⁶⁾
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Sibá Machado (PT) ⁽⁶⁾
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Carlos Dunga ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.

7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. César Borges (PR-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁰⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	
Marconi Perillo (PSDB-GO)	3. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Silhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valtér Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
10. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: (vago) ⁴

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG) ²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)₂

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. ILDERLEI CORDEIRO ⁵ (PPS/AC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

⁴ Vago, em virtude da renúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior ao cargo de Presidente, comunicada pelo OF.P/034/2008, de 14.4.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008

⁵ Indicado pela Liderança do PPS tendo em vista a renúncia do Deputado Fernando Coruja (OF/LID/Nº115/2008, de 16-4-2008, lido na Sessão do SF de 17-4-2008)

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



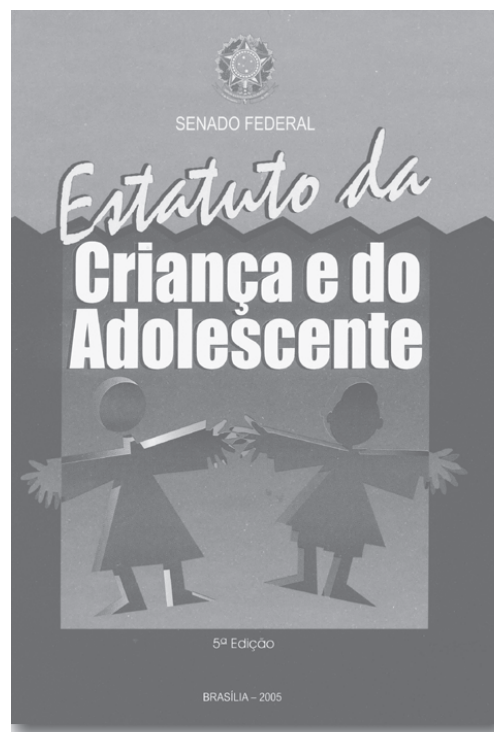
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações
dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação cor-
relata e índice.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 180 PÁGINAS